



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

**GÊNERO E ÁGUA – DESENHOS DO NORTE,
ALTERNATIVAS DO SUL:**
ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO
NA CONSTRUÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO DEMOCRÁTICO

Daniela Nogueira Soares

Brasília, Outubro de 2009.

**GÊNERO E ÁGUA- DESENHOS DO NORTE,
ALTERNATIVAS DO SUL:**
ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO
NA CONSTRUÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO DEMOCRÁTICO

Daniela Nogueira Soares

Tese apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
em Sociologia do Instituto
de Ciências Sociais da
Universidade de Brasília,
como requisito parcial para
a obtenção do título de
Doutora.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Lourdes Maria Bandeira

Brasília

2009

**GÊNERO E ÁGUA- DESENHOS DO NORTE,
ALTERNATIVAS DO SUL:
ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO
NA CONSTRUÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO DEMOCRÁTICO**

Daniela Nogueira Soares

Tese apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
em Sociologia do Instituto
de Ciências Sociais da
Universidade de Brasília,
como requisito parcial para
a obtenção do título de
Doutora.

Banca examinadora:

Prof^a Dr^a Lourdes Maria Bandeira (UnB) - Presidente
Dr^a Anne-Marie Devreux (Laboratoire *Cultures et Sociétés Urbaines* -
CNRS/IRESKO e Universidade Paris VIII) – Tutora do Estágio
Doutoral
Prof^a Dr^a Rosa Godoy (PPGH/UFPB) – Examinadora Externa
Prof^a Dr^a Lúcia Avelar (IPOL/UnB) – Examinadora Externa
Prof^a Dr^a Hildete Pereira de Melo (IE/UFF) – Examinadora Externa
Prof. Dr. Marcelo Medeiros (SOL/UnB) – Examinador Interno

NOGUEIRA, Daniela.

Gênero e Água – Desenhos do Norte, Alternativas do Sul: Análise da Experiência do Semi-Árido Brasileiro na Construção do Desenvolvimento Democrático/Daniela Nogueira.

350p.

Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia. Brasília, 2009.

Área de concentração: Estado e Sociedade.

Orientadora: Prof^a Dr^a Lourdes Maria Bandeira

1. Gênero. 2. Água.
3. Desenvolvimento.
4. Desertificação.
5. Democracia.
6. Políticas Públicas. 7. Política de Água.
8. Gestão de Recursos Hídricos.

***Dedico esta tese
ao Kiko, Presente
das Águas. Por
me acompanhar
em Mergulhos
cada vez mais
profundos.***

AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese é ‘uma aventura’ que extrapola as fronteiras da vida acadêmica. Durante o processo de escritura percorre-se anotações e reflexões feitas ao longo do doutorado, e visita-se páginas da vida vivida durante esse período e também no passado distante. É um mergulho profundo por meio do qual revisitamos escolhas, enfrentamos perdas e superamos medos. Todo esse processo é permeado pela presença de várias pessoas, e no final o trabalho acaba tendo um pouco de cada uma delas.

À minha Grande Família, que tem tudo a ver com esse processo.

À Ninon Machado e ao Instituto Ipanema, pela oportunidade de participar do primeiro curso de formação para incorporação da questão de gênero na gestão de recursos hídricos dos países lusófonos. Essa experiência foi fundamental para me revelar um outro universo a ser explorado no campo das relações de gênero.

À Professora Marilde Loyola de Menezes, pelo seu incentivo e apoio na elaboração do projeto para ingressar no doutorado.

À minha orientadora Professora Lourdes Bandeira, pela dedicação e empenho em cada fase desse longo e árduo processo. Seu comprometimento e sua confiança no meu trabalho foi uma motivação a mais para a superação dos obstáculos.

À Professora Anne-Marie Devreux, pela acolhida, apoio, incentivo, sugestões e dedicação. Por meio de nossos encontros no número 59 da rue Pouchet despertei para muitas das questões que aqui são levantadas e compreendi o vasto potencial investigativo dessa pesquisa.

À Professora Ghislaine Duque que me abriu as portas de sua Casa, o Semi-Árido.

À Professora Lúcia Avelar, pela confiança, carinho e amizade.

Ao CNPq e à CAPES, pela bolsa de estudos que permitiu que eu pudesse me dedicar ao doutorado e realizar o Estágio Doutoral na França.

Gostaria de agradecer a todos os membros do Laboratório *Culture et Sociétés Urbanes* (CSU/CRESPA/CNRS) da Universidade Paris VIII. De forma muito especial agradeço à Carmen Calandra, Joan Cortinas, Marjolaine Roger, Élise Requillé, Eric Cheyneis, Florence Olivier, Gael Villeneuve, Sibylle Schweier, Ornela Mato, Anita Joussement e Zubeida Barwary. Esta tese não seria a mesma sem essa experiência!

Também não poderia deixar de agradecer as contribuições do Professor Bernard Barraque durante os almoços nas proximidades da Torre de Montparnasse; também, a contribuição de Patrick Maury durante nossas conversas no apartamento da rue Meslay; mais ainda: o apoio da Professora Martine Droulers, de Nilce Furtado, Fabiano e Danielle Rocha e também de Maione e Gil na chegada em Paris.

À Aliança de Gênero e Água (Gender and Water Alliance-GWA) pelo financiamento do trabalho de campo. E particularmente, à Joke Muylwijk, Diretora Executiva da GWA por ter acreditado nessa pesquisa.

Gostaria de agradecer a todos os meus informantes. Em especial a José Roberto e Silvio Santana que me mostraram, como dizem os franceses, a *cozinha* do meu objeto de pesquisa. Ao pessoal da ASA Brasil, Fernanda, Marcelo, João Amorim e Valquíria e, particularmente, a Edmilson da Cáritas de Pesqueira, Fabio José do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Lagoa Seca e de Russa do Sítio Cafula de Massaranduba, que abriram carinhosamente as portas de suas casas, trabalhos e sonhos.

De forma muito especial, gostaria de prestar aqui minha homenagem e agradecimento à todas as minhas Marias e Josés por compartilharem comigo a dura riqueza dos seus cotidianos.

À Fernanda Fuentes, sua companhia e solidariedade tornou todo esse

processo menos solitário.

Ao Evaldo, Abílio e Márcia, funcionários do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, meu muito obrigada!

Às irmãs de Caminhada, Baldu, Bia, Lews, Monique e Eliana, pela força na reta final.

De forma muito, mas muito especial mesmo, à minha mãe, Maria Aparecida e à minha sogra, Maria Clara, que se mudaram para nossa casa para que eu pudesse concluir esse trabalho.

Ao Kiko, por me ensinar a me deixar cuidar e revelar outras possibilidades de configuração das relações de gênero. Nosso Encontro, tem me ajudado a descobrir a Alquimia da Vida!

RESUMO

Esta tese é o resultado da reflexão acerca da incorporação da perspectiva de gênero na formulação e implementação de políticas de água e tem como objetivo analisar o impacto de tais políticas na vida das mulheres do Semi-Árido brasileiro. Problemas relacionados à qualidade e quantidade da água vêm afetando os mais diferentes setores da sociedade. Frente à complexidade dos desafios decorrentes de tais questões, a necessidade de uma transformação profunda nas abordagens adotadas para que contemplem as especificidades inerentes à natureza de uma política pública que tem como objetivo a democratização da água se faz premente. A incorporação da perspectiva de gênero na gestão das águas nacionais vai a esse encontro uma vez que valoriza a participação da mulher fortalecendo a condição social de quem, por tradição cultural e subjetividade individual, está posicionada de maneira mais estratégica para zelar pelas futuras gerações. Considerando os fatores acima e tendo como pano de fundo a questão do desenvolvimento, foram escolhidos três eixos para a discussão: democracia, gênero e água. Todos estes são marcados pela sua transversalidade, todavia, o que caracteriza esta investigação é a forma como estes se relacionam. Trata-se, portanto, da análise do desenho de como estes eixos aparecem relacionados na formulação e implementação de políticas públicas cujo principal objetivo é o acesso à água potável como condição necessária para o desenvolvimento. Para servir de moldura para essa reflexão foi selecionada uma política governamental de gestão da água que tem no seu desenho a incorporação da perspectiva de gênero com vistas a um desenvolvimento mais sustentável, o “Programa Um Milhão de Cisternas Rurais” (PIMC), cuja área de abrangência é o Semi-Árido brasileiro, região tradicionalmente marcada pela falta de água, por suas características expulsivas e pela pobreza, sendo a escassez hídrica frequentemente apontada como causa do subdesenvolvimento da região. A aridez que marca a vida no Sertão influencia o desenho da ocupação do território em sua dispersão sócio-espacial, nos traços identificáveis no modo de vida, na organização da família e do poder. Essa configuração exacerba o isolamento e a conseqüente invisibilidade das mulheres tendo em vista que suas vidas estão basicamente restritas à reprodução do trabalho doméstico. Nessas regiões a desigualdade de gênero assume traços ainda mais claros uma vez que a pesada carga diária para a obtenção de água costuma recair sobre mulheres e meninas, o que implica em uma maior assimetria no que se refere à divisão sexual do trabalho doméstico afetando diretamente o bem-estar e fazendo com que muitas delas não possam freqüentar a escola. O acesso à água por meio da cisterna na porta de suas casas traz benefícios concretos como saúde, dinheiro e tempo para as famílias contempladas e particularmente para as mulheres, uma vez que estas têm seu trabalho reduzido. É nesse sentido que discutir a questão da água para essas populações insere-se em uma discussão mais ampla e complexa que articula relações de poder; divisão sexual do trabalho; organização social e desenvolvimento.

Palavras-chave: gênero; água; semi-árido; desenvolvimento; desertificação; direito à água; políticas de água; gestão de recursos hídricos.

ABSTRACT

This thesis is the result of a reflection concerning mainstreaming gender in the formulation and implementation of water policies and has as objective to analyze the impact of such policies in women life of Brazilian Semi-Arid region. Problems related to the quality and amount of the water come affecting the most different sectors of society. Front to the complexity of the related challenges of such questions, the necessity of a deep transformation in the adopted approaches so that they contemplate the inherent specificities to the nature of a public policy that has as objective the water access democratization. Mainstream gender in the national water management goes in this direction once it values the participation of woman strengthening the social condition of who, for cultural tradition and individual subjectivity, is placed in a more strategic way to ensure future generations. Considering the factors above and having as fund cloth the question of development, three axles were chosen for this discussion: democracy, gender and water. All these are marked for its transversality, however, what characterizes this investigation is the form as these axles become related. Therefore, it's about the analysis of the drawing of these axles and how they appear related in public policies formulation and implementation whose main aim is the access to drinking waters as necessary condition for development. To serve as a frame for this reflection a water policy that has in its design the gender perspective with the aim to a more sustainable development was selected, the "Program One Million Rainwater Harvesting System" (PIMC), whose area includes Brazilian Semi-Arid, traditionally marked region for water lack, its hard conditions life and poverty, being water scarcity frequently pointed as cause of the underdevelopment of the region. The dryness that marks the life in the region influences the occupation pattern of the territory in its dispersion, the identifiable traces in the daily life, the organization of the family and the power. This configuration increases the isolation and the consequent invisibility of women in view of whom its lives are basically restricted to domestic work reproduction. In these regions gender inequality assumes clear traces once the weighed daily load for the water attainment is in the habit of to fall on women and girls, what it implies directly in a bigger asymmetry in the sexual division of the domestic work affecting well-being and enabling them to attend school. Water access by means of the tank by the door of their houses brings concrete benefits such as health, money and time for the contemplated families and mainly for the women, once these they have their domestic work reduced. Therefore, the water issue for these populations is inserted in a wide discussion that articulates power relations; sexual division of labour; social organization and development.

Key-words: gender; water; brazilian semi-arid; development; desertification; democracy; water policies; water management.

RÉSUMÉ

Cette thèse est le résultat de la réflexion concernant l'incorporation de la perspective du genre dans la formulation et la mise en œuvre des politiques de l'eau et a comme objectif d'analyser l'impact de ces politiques dans la vie des femmes du climat « Semi-aride » brésilien. Des problèmes liés à la qualité et à la quantité de l'eau touchent différents secteurs de la société. Devant la complexité des défis qui résultent de telles questions, une transformation profonde est nécessaire dans les approches adoptées pour qu'on puisse envisager une politique publique d'urgence ayant comme objectif les spécificités inhérentes à la nature de la démocratisation de l'eau. L'incorporation de la perspective de genre dans la gestion des eaux nationales va dans ce sens vu qu'il valorise la participation des femmes, fortifiant la condition sociale de celles qui, par tradition culturelle et subjectivité individuelle, se trouvent dans une position stratégique pour veiller aux futures générations. Considérant les facteurs ci-dessus et ayant comme toile de fond la question du développement, trois axes ont été choisis en vue de discussions : la démocratie, le genre et l'eau. Tous sont marqués par leur transversalité, néanmoins, ce qui caractérise cette recherche est la forme dont ceux-ci se mettent en relation. Il s'agit, donc, de l'analyse conceptuelle du comment ces axes apparaissent liés dans la formulation et dans la mise en œuvre des politiques publiques, dont le principal objectif est l'accès à l'eau potable, comme condition nécessaire pour le développement. Dans sa conception, la perspective de genre vise un développement plus soutenable. La rareté hydrique de la région semi-aride brésilienne, fréquemment montrée comme étant la cause du sous-développement par son climat semi-aride, traditionnellement marquée par le manque d'eau, par ses caractéristiques d'expulsions et par sa pauvreté a servi de cadre à une réflexion de la gestion de l'eau et à la création du « Programme un Million de Citerne Agricoles » (PIMC). La sécheresse qui marque la vie du Semi-aride brésilien esquisse un dessin de l'occupation du territoire dans la dispersion socio-spaciale, dans les traits identifiables, dans la manière de vivre, dans l'organisation de la famille et du pouvoir. Cette configuration augmente l'isolement et l'effacement des femmes étant donné que leurs vies sont à la base restreintes à la reproduction du travail ménager. Dans ces régions, l'inégalité de genre adopte des traits davantage plus marqués, une fois que la lourde charge quotidienne pour l'obtention de l'eau a l'habitude de retomber sur les femmes et les filles. Cela implique, dans une plus grande disproportion en ce qui concerne la division sexuelle du travail domestique, et touche directement le bien-être et empêche beaucoup d'entre elles de fréquenter l'école. L'accès à l'eau au moyen de la citerne à la porte de leurs maisons apporte des bénéfices concrets comme de la santé, de l'argent et du temps pour les familles qui en bénéficie et particulièrement pour les femmes, vu que celles-ci voient leur travail réduit. C'est dans ce sens que le débat sur la question de l'eau pour ces populations nous pousse à une discussion plus complexe qui articule les relations de pouvoir; la division sexuelle du travail, l'organisation sociale et le développement.

Mots-clés: genre; eau; semi-arid brésilien; développement; désertification; démocratie; politique de l'eau; gestion de l'eau.

SUMÁRIO

Introdução

1

PARTE I – PRIMEIRO MOVIMENTO – GÊNESE DE UMA PESQUISA

Capítulo 1

Realidade e Subjetividade: um diálogo entre o *olhar* e a construção do objeto 7

1.1 Trajetória Pessoal e Objeto: a Narrativa de um Encontro 7

1.2 Construção do Objeto: entre *Olhar, Ver e Reparar* 10

1.3 Gênero e Água: a Construção dos Respective Campos de Saber 13

1.3.1 Arqueologia e Genealogia das Condições de Emergência dos Estudos de Gênero

1.3.1.1 Campo de Estudos de Gênero: Condições de Dizibilidade e Visibilidade 27

1.3.2 A Trajetória da Água pelos Vários Campos do Saber: da Organização da Sociedade ao Recorte Econômico 33

1.3.2.1 Da Água aos Recursos Hídricos: da Configuração à Consolidação do Campo 37

Capítulo 2

Gênero e Água: Um Objeto na Intersecção entre Dois Campos 48

2.1 O Encontro de duas Agendas: Raízes da Internacionalização do Reconhecimento das Mulheres na Gestão Integrada de RH 48

2.1.1 Uma *Quase Arqueologia* da Internacionalização dos Direitos das Mulheres 50

2.1.2 *De Mar del Plata a Istambul*: Iniciativas Globais pela Água 61

2.2 Um Objeto Situado na Convergência dos Saberes 76

Capítulo 3

A Bricolagem como Caminho Metodológico 89

3.1 Pesquisa Qualitativa e Práticas Interpretativas 89

3.2 O Sentido da Realidade e a Subjetividade no Método Qualitativo 90

3.3 Objetivo, Problema e Hipótese 91

3.4 O Trabalho de Campo como Bricolagem Metodológica 94

3.4.1 Primeira Parte - Revisão Bibliográfica e Análise Documental

	95
3.4.2 <u>Segunda Parte</u> - Trabalho de Campo	95
3.4.3 <u>Terceira Parte</u> - Estágio Doutoral no Exterior e Análise dos Dados: entre <i>Expandir</i> e Focar	109
3.4.4 <u>Quarta Parte</u> - Redação do Trabalho	110

PARTE II – SEGUNDO MOVIMENTO – DO OBJETO E DE SUA PAISAGEM FÍSICA E SOCIOPOLÍTICA

Capítulo 4

Sertão ou Semi-Árido? - Paisagem e Sociedade

113

4.1 Nordeste Brasileiro: Da Paisagem Sócio-Espacial e Do Contexto Histórico

113

4.2 Semi-Árido ou Sertão? Considerações para uma Breve Contextualização

123

4.2.1 Semi-Árido Brasileiro: Da Paisagem Natural e Formação Histórica à Atual Configuração Social

127

4.2.1.1 Traços da Formação Social

134

4.2.1.2 A Configuração Atual e a Condição das Mulheres

142

Capítulo 5

A Articulação do Semi-Árido Brasileiro e o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais: entre o que *Foi Dito* e o que *Foi Feito* sobre o Desenvolvimento - Inovações, Rupturas e Continuidades

151

5.1 Estado, Políticas Públicas, Seca e Desenvolvimento: Lições do Passado e Ações em Andamento

152

5.2 Mas Afinal o Que Há de Novo no Semi-Árido? A Articulação do Semi-Árido Brasileiro e o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC)

164

5.2.1 O Programa Um Milhão de Cisternas Rurais e a Institucionalização da Perspectiva de Gênero

173

5.2.1.1 A Concepção do Programa

173

5.2.1.2 Do Reconhecimento das Mulheres ao Enfoque de Gênero: Avanços e Recuos

174

5.2.1.3 A Incorporação da Perspectiva de Gênero no P1MC: Entre Necessidades Práticas e Estratégicas

183

PARTE III – TERCEIRO MOVIMENTO - DO IMPACTO DO PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS RURAIS NA VIDA DAS MULHERES DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO: ENTRE RUPTURA E REPRODUÇÃO

Capítulo 6

A Cisterna, Entre o Material e o Simbólico: as Transformações na Paisagem Física e Social 192

- 6.1 A Cisterna como Instrumento de Democratização do Acesso à Água 193
 - 6.1.1 Diagnóstico da Demanda e Cobertura 195
 - 6.1.2 O Programa Um Milhão de Cisternas e a Parceria com o Governo Federal 201
- 6.2 Da Construção à Conquista: O Impacto da Cisterna nos Territórios do Cotidiano e Espaços Sexualizados 204
 - 6.2.1 A Construção da Cisterna: Mais do que uma Infra-estrutura Hídrica, um Instrumento de Transformação das Estruturas de Reprodução 204
- 6.3 A Conquista da Cisterna como Recurso Didático 210
 - 6.3.1 Entre Classificações e Critérios: a Resiliência da Cultura 210
 - 6.3.2 A Cisterna como Fronteira Entre o Público e o Privado 212

Capítulo 7

A *Economia do Tempo* e As Transformações das Temporalidades Sociais 217

- 7.1 Considerações acerca da *Economia do Tempo* 217
 - 7.1.1 As Condicionais da Temporalidade 219
 - 7.1.2 *Antes da Cisterna e Depois da Cisterna*: a Cisterna como um Marcador do Tempo 220
- 7.2 Do Tempo Ganho: A Cisterna como Fio Condutor para Novas Temporalidades 225
 - 7.2.1 Do Ganho de Tempo: Limites e Potencialidades dos seus Desdobramentos para as Transformações das Relações de Gênero 232

Capítulo 8

Representações em Torno da Água: Entre o Sagrado e o Profano – O Poder da Fé e A Força dos Sindicatos 244

- 8.1 Representação: a Palavra, a Idéia e a Coisa 244
- 8.2 Diferentes Olhares sobre o Gênero: Do Sagrado e Do Profano

	246
8.2.1 O <i>Poder da Fé</i> nas Relações de Gênero: Igreja, Tradição e Transformação	250
8.2.1.1 A Cáritas e o Cristianismo Social	261
8.2.2 A Força dos Sindicatos e as Relações de Gênero: Trabalho e Transformação	266
8.2.2.1 O Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Lagoa Seca	271
8.3 Natureza da Metodologia de Organização Social e Concepção de Gênero	279

PARTE IV – QUARTO MOVIMENTO – CONTRIBUIÇÕES À SOCIOLOGIA DO GÊNERO E À GESTÃO DE ÁGUAS

Capítulo 9

Norte e Sul - Olhares Cruzados sobre a Relação Gênero e Água e Desenvolvimento: Considerações Teórico-Metodológicas
281

9.1 Considerações Sobre a Relação entre Gênero e Água	282
9.1.1 Relação entre Gênero, Pobreza e Acesso à Água	290
9.2 Da Necessidade de Elaboração de uma Agenda Azul que Contemple a Perspectiva de Gênero	292
9.2.1 Aspectos Metodológicos do Desenho de Políticas de Água com Perspectiva de Gênero	294

Considerações Finais 299

Referências Bibliográficas 306

Relação de Figuras

Figura 3.1 - Mapa do Semi-Árido Brasileiro	92
Figura 4.1 - Mapa das Sub-Regiões do Nordeste Brasileiro	114
Figura 4.2 - Mapa da Nova Região do Semi-Árido Brasileiro	133
Figura 4.3 – Prancha dos Fluxos Migratórios por Região	138
Figura 4.4 – Prancha da Taxa de Masculidade Geral e Rural	139
Figura 6.1 – Distribuição da Demanda por Cisterna	199
Figura 6.2 – Cisternas Construídas por Município	203
Figura 8.1 – Localização do Município de Lagoa Seca no Mapa do Estado da Paraíba	271
Figura 9.1 – Ciclo de Planejamento	295

Relação de Fotos

Foto 6.1 - Residência Beneficiada pela Cisterna	193
Foto 6.2 – <i>Pedreira</i> Construindo Cisterna no Sítio Minador – São Bento do Una/PE	206

Relação de Gráficos

Gráfico 4.1- Brasil e Nordeste: Taxas de Mortalidade Infantil e Analfabetismo e Esperança de Vida ao Nascer (1960-2003)	117
Gráfico 4.2- Rol Decrescente dos Dez Menores Índices de Desenvolvimento Humano do Brasil em 2000	118
Gráfico 6.1 – Distribuição das Cisternas Construídas em Parceria com o Governo Federal	202
Gráfico 6.2 – Benefícios Percebidos com a Conquista da Cisterna	214

Relação de Quadros

Quadro 2.1 – Evolução da Discussão sobre Gênero e Água nas Reuniões Internacionais	74
Quadro 3.1 – Relação dos Informantes do Grupo 1	102
Quadro 3.2 – Relação dos Informantes do Grupo 2	103
Quadro 3.3 – Relação das Mulheres Beneficiadas pelo Programa	104
Quadro 3.4 – Relação das Famílias Informantes do Grupo 4	105
Quadro 4.1 – Principais Arenas para Aprimoração da Participação das Mulheres	144
Quadro 5.1 - Programas Especiais de Desenvolvimento com Incidência no Semi-Árido (anos 1970-1980)	159
Quadro 5.2 - Componentes do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais	170
Quadro 5.3 – Carta Política de Gênero	177
Quadro 5.4 – Carta Política do VI ENCONASA	179
Quadro 6.1 – Considerações sobre o Programa Fome Zero	198
Quadro 6.2 – Perfil da Demanda por Cisternas	200
Quadro 6.3 – Retratos da Vida no Semi-Árido: Dona Maria	208
Quadro 6.4 – Cruzamento entre Titular da Cisterna e Pessoa Capacitada	210
Quadro 6.5 – Retratos da Vida no Semi-Árido: Maria da Luz	213
Quadro 7.1 – A Vida das Mulheres <i>A.C.</i> e <i>D.C.</i>	221
Quadro 7.2 – Retratos da Vida no Semi-Árido: Maria do Amparo	224
Quadro 7.3 – Retratos da Vida no Semi-Árido: Maria do Socorro	224
Quadro 7.4 – Retratos da Vida no Semi-Árido: Maria José	228
Quadro 7.5 – Retratos da Vida no Semi-Árido: Maria de Fátima	229
Quadro 7.6 – Retratos da Vida no Semi-Árido: Maria da Paz	232
Quadro 7.7 – Relação entre o Ganho de Tempo e a Realização de Novas Atividades	233
Quadro 7.8 – Retratos da Vida no Semi-Árido: Maria das Graças	237
Quadro 8.1 – Estrutura do ASA/PIMC	247
Quadro 8.2 – Organograma do ASA/PIMC	248
Quadro 8.3 – Retratos da Vida no Semi-Árido: Maria das Dores	252
Quadro 8.4 – Retratos da Vida no Semi-Árido: Seu José	254

Quadro 8.5 – Retratos da Vida no Semi-Árido: Maria de Lourdes	274
Quadro 8.6 – Retratos da Vida no Semi-Árido: Maria da Salete	275
Quadro 8.7 – Retratos da Vida no Semi-Árido: Maria Aparecida	277

Relação de Tabelas

Tabela 4.1 – População e Número de Municípios no Nordeste e no Semi-Árido	132
Tabela 4.2 - Porcentagem de Domicílios Particulares Permanentes com Acesso a Infra-Estrutura, Segundo a Situação de Domicílios e Regiões	148
Tabela 6.1 – Estimativa da Demanda por Cisterna e População Rural do Semi-árido por Unidade da Federação	199

LISTA DE SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas
ABRH	Associação Brasileira de Recursos Hídricos
AP1MC	Associação Programa Um Milhão de Cisternas
ASA	Articulação do Semi-Árido Brasileiro
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CBJP	Comissão Brasileira de Justiça e Paz
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CM	Comissão de Mulheres
CMASC	Comitê de Mulheres da Aliança Social Continental
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
COP 3	Conferência das Nações Unidas sobre o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DEAM	Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher
DNAEE	Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DRP	Diagnóstico Rápido Participativo
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENCONASA	Encontro Nacional da ASA
FEBRABAN	Federação Brasileiras dos Bancos
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
GWA	Gender and Water Alliance
GWP	Parceria Global pela Água
ICWE	Conferência Internacional de Água e Meio Ambiente (Conferência de Dublin)

INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
INSTRAW	Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento para a Promoção da Mulher
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
IPOL	Instituto de Ciência Política
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada
IWRM	Gestão Integrada dos Recursos Hídricos
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome
MIM	Movimento Ibiapabano de Mulheres
MST	Movimento de Trabalhadores/as Rurais sem Terra
NEPEM	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas Rurais
P1+2	Projeto Uma Terra Duas Águas
PAN-Brasil	Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca
PAT	Programa de Alimentação do Trabalhador
PB	Paraíba
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDSA	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Nordeste Semi-Árido
PDSN	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste
PE	Pernambuco
PIN	Programa de Integração Nacional
PNAD	Pesquisa Nacional por Análise de Domicílios
PNRH	Plano Nacional de Recursos Hídricos
PNUD	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SESAN	Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional
SIDA	Agência Internacional Sueca de Desenvolvimento
SINGREH	Sistema Nacional de Recursos Hídricos
STR	Sindicatos de Trabalhadores Rurais
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UGMs	Unidades Gestoras Municipais

OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OMM	Organização Meteorológica Mundial
UNB	Universidade de Brasília
UE	Unidade Executora Local
UGC	Unidade Gestora Central
UGM	Unidade Gestora Microrregional
ULTAB	União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
WWC	Conselho Mundial da Água

INTRODUÇÃO

O presente estudo é o resultado do esforço de sistematização das reflexões desenvolvidas ao longo do doutorado acerca da incorporação da perspectiva de gênero na gestão integrada de recursos hídricos. Problemas relacionados à qualidade e quantidade da água vêm afetando os mais diferentes setores da sociedade.

Frente à complexidade dos desafios decorrentes de tais questões a necessidade do reconhecimento do conflito na gestão, assim como de uma transformação profunda nas abordagens adotadas para que contemplem as especificidades inerentes à natureza de uma política pública que tem como objetivo a democratização da água se faz premente. A incorporação da perspectiva de gênero na gestão das águas nacionais aponta para este caminho uma vez que valoriza a participação da mulher fortalecendo a condição social de quem, por orientação cultural e subjetividade individual, está posicionada de maneira mais estratégica para zelar pelas novas gerações (Brasil, 2007).

A Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente ocorrida em 1992 na cidade de Dublin marca o reconhecimento da necessidade de uma nova abordagem na gestão de recursos hídricos, indicando que esta deve ser pautada pela adoção de uma perspectiva sistêmica que relacione desenvolvimento socioeconômico com proteção dos ecossistemas naturais; adoção de instituições participativas envolvendo usuários e planejadores em vários níveis e destaca o papel da mulher na provisão e na gestão da água, em termos domésticos.

Outros eventos de grande importância na agenda internacional ratificaram a relevância social e econômica da mulher na gestão dos recursos hídricos, é o

caso da Agenda 21 (Rio, 1992), II Fórum Mundial de Água em Haia (2000) e do III Fórum Mundial de Água em Quioto (2003), além da Conferência de Bonn sobre Água Doce (2001) e da Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo (2002). É com o intuito de refletir sobre o impacto dessas mudanças no cotidiano das mulheres que a presente tese traz uma análise sobre a relação entre gênero e políticas de água.

Considerando os fatores acima e tendo como pano de fundo a questão do desenvolvimento, foram escolhidos três eixos para a discussão: democracia, gênero e água. Todos estes são marcados pela sua transversalidade, todavia, o que caracteriza o presente estudo é a forma como estes se relacionam. Trata-se, portanto, da análise do desenho de como estes eixos aparecem relacionados na formulação e implementação de políticas públicas cujo principal objetivo é o acesso à água potável como condição necessária para o desenvolvimento

Para servir de moldura para essa reflexão foi selecionada uma política de água que tem no seu desenho a incorporação da perspectiva de gênero com vistas a um desenvolvimento mais sustentável, o “Programa Um Milhão de Cisternas Rurais”, cuja área de abrangência é o Semi-Árido brasileiro, região esta tradicionalmente marcada pela falta de água, por suas características expulsivas e pela pobreza, sendo a escassez hídrica frequentemente apontada como causa do subdesenvolvimento da região.

A escolha do objeto deveu-se ao reconhecimento da articulação entre gênero e água tanto no cotidiano vivido por essas populações quanto na agenda política nacional e internacional, e de outro lado, a necessidade de estudos que pudessem operacionalizar o diálogo entre os dois campos. Tendo em vista que na falta de água, o duro trabalho de abastecer os lares aparece nas mais diferentes culturas como uma tarefa das mulheres, a escolha da ‘paisagem fabricada’ para servir de moldura para a presente reflexão deveu-se ao fato de regiões semi-áridas de países caracterizados por grandes desigualdades apresentarem um feixe de questões que as fazem quase que um *tipo ideal* para se analisar a relação entre gênero e água.

Dado ao caráter inovador do estudo, este está ancorado a partir de um conjunto de ferramentas teóricas pertencentes a diferentes corpos de saberes. Um estudo dessa natureza pode ter uma dupla contribuição. No que se refere à gestão de água, para a formulação de políticas mais enraizadas nas reais demandas da sociedade; e de outro, para a ampliação da área de atuação dos estudos de gênero, bem como de uma apropriação deste da chamada área ambiental.

Com o intuito de responder as perguntas colocadas, a arquitetura deste trabalho está enraizada no diálogo entre as dinâmicas nacionais, internacionais, regionais, locais e domésticas. Ver de que modo estas dinâmicas se afastam, se entrelaçam, se distinguem, se agregam e se fertilizam demanda uma discussão transversal da questão do poder.

Para tanto, este trabalho enfoca a caracterização do espaço social sertanejo, a partir da articulação entre os principais traços de sua paisagem fisiográfica e o contexto histórico de sua ocupação e desenvolvimento. Ao realizar essa recuperação pretende-se aqui explicitar o nexo causal entre essas variáveis e seu impacto na divisão e organização social e sexual do trabalho, e consequentemente na configuração das relações de gênero na conformação de sua sociedade. O Semi-Árido aqui considerado inclui a área de abrangência do Novo Semi-Árido Legal, todos os estados do Nordeste e também uma parte de Minas Gerais e Espírito Santo. Todavia, o foco de análise baseia-se nas experiências de microrregiões localizadas nos estados da Paraíba e Pernambuco.

Tendo em vista a riqueza e complexidade da discussão, optou-se por organizar o desenvolvimento da argumentação em quatro momentos. Estas partes isoladas perdem sua força e vigor reflexivo, portanto, não devem ser pensadas separadamente, mas como movimentos que dialogam constantemente entre si.

O Primeiro Movimento é formado por três capítulos e consiste em abordar a *gênese da pesquisa* a partir de uma perspectiva epistemológica. No Capítulo 1 faz-se uma recuperação do processo de construção do objeto e articula-se essa discussão à emergência de um novo subcampo que encontra suas fundações no

entrelaçamento do campo de água ao campo de gênero. Nos Capítulos 2 e 3 são aportados o conjunto de instrumentos teóricos e ferramentas metodológicas mobilizados para enfrentar a discussão que emergiu como resultado do trabalho de campo.

Dois capítulos conformam o Segundo Movimento sendo este essencialmente uma *contextualização do objeto e de sua paisagem física, política e social*. No Capítulo 4 busca-se caracterizar o espaço social sertanejo, a partir da articulação entre os principais traços de sua paisagem física, o contexto de sua ocupação e desenvolvimento e a conformação das relações sociais de gênero.

No Capítulo 5 recupera-se algumas das principais iniciativas relativas às políticas de desenvolvimento voltadas ao Semi-Árido e detém-se à criação da Articulação do Semi-Árido Brasileiro (ASA) e à formulação e implementação do Programa PIMC cujo nome completo é Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais, como fruto de um novo olhar sobre a região, analisando-o à luz das inovações, rupturas e continuidades de seus resultados no que se refere à incorporação da perspectiva de gênero.

O Terceiro Movimento é composto por três capítulos e consiste na análise do *impacto do programa um milhão de cisternas rurais na vida das mulheres do Semi-Árido brasileiro bem como de suas estratégias para a diminuição das desigualdades de gênero* nas comunidades beneficiadas pelo programa. Trata-se do resultado mais concreto da análise dos relatos surgidos no trabalho de campo e como forma de restituir a autoria das falas dos informantes os temas abordados são ilustrados por depoimentos organizados mediante o que se denominou *Retratos da Vida no Semi-Árido*. Esses *Retratos* cuja ‘autoria’ fundamenta-se em nomes fictícios é uma homenagem às mulheres sertanejas, consistem em trechos das entrevistas realizadas e sua utilização funciona como fio condutor para tecer a trama que se desenhou em torno dos capítulos que se seguem.

No Capítulo 6 buscou-se analisar o impacto material e simbólico da cisterna

na vida das mulheres bem como as transformações trazidas por tal infra-estrutura hídrica para a paisagem física e social do Semi-Árido e no Capítulo 7 discute-se as causas e consequências do ganho de tempo advindo com a cisterna assim como os limites e potencialidades dos seus desdobramentos para as transformações das relações de gênero.

No Capítulo 8 é analisada a relação entre a natureza da organização local responsável pela execução do programa nas comunidades pesquisadas nos dois estados, sua respectiva concepção sobre a incorporação da questão de gênero no PIMC e a natureza do impacto desta no cotidiano das famílias beneficiadas. Para isso, são confrontadas as representações, discursos e práticas sociais relacionados à água.

Considerando que os resultados da análise empreendida transbordam a dimensão empírica indo além do programa investigado, optou-se por escrever uma conclusão ampliada na forma de um Quarto Movimento que consiste em uma *contribuição à sociologia do gênero e à gestão de águas*. Trata-se de um conjunto de considerações acerca dos limites e potencialidades da incorporação da perspectiva de gênero para a formulação e implementação de políticas de água e também do vasto e fértil terreno existente para o campo de gênero.

Para tanto, o último movimento é formado pelo Capítulo 9 no qual são discutidos os aspectos teórico-metodológicos da incorporação da perspectiva de gênero nos programas e políticas de água, e sustenta-se a argumentação da incorporação da perspectiva de gênero como uma ferramenta necessária à governança das águas.

Nas Considerações Finais buscou-se destacar, sinteticamente, as constatações mais relevantes, as tendências mais marcantes e as questões que elas suscitam, sobretudo para a formulação de políticas cujo principal objetivo é o desenvolvimento democrático de regiões áridas e semi-áridas.

Há que se ressaltar ainda que a organização e desenvolvimento dos capítulos procurou restituir os principais temas que emergiram do trabalho de campo,

estando eles estruturados em uma trama que vai do material ao imaterial e as perguntas formuladas na gênese da pesquisa serão respondidas à medida que à análise emerge sendo esta revelada mediante cada um dos movimentos que se seguem.

Por último, mas não menos importante. É necessário ratificar que além dos temas escolhidos para tal restituição outras tantas questões surgiram. Entretanto, restrições inerentes à natureza de uma pesquisa de doutorado impossibilitaram um maior aprofundamento da discussão. Todavia, as possibilidades para o desdobramento de futuras pesquisas estão abertas, afirmando assim o caráter seminal desta investigação.

PARTE I
PRIMEIRO MOVIMENTO: Gênese de uma
Pesquisa

Capítulo 1- Realidade e Subjetividade: um Diálogo entre o Olhar e a Construção do Objeto

Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara.
Livro dos Conselhos

Este capítulo tem o objetivo de explicar o processo de construção do objeto em torno do qual se estrutura a presente pesquisa. Com esse intuito, faz-se uma recuperação da trajetória da autora relacionando cada experiência profissional com uma etapa na construção do referido objeto. Tendo em vista, que se trata de um tema que articula vários campos do saber, parte-se de uma perspectiva epistemológica a partir da qual são discutidas as condições existentes para o surgimento dos objetos e posteriormente aborda-se a construção dos respectivos campos intelectuais, para a partir daí, discutir a emergência da articulação entre gênero e água como um novo *locus* do saber.

1.1 Trajetória Pessoal e Objeto: a Narrativa de um Encontro

Trata-se aqui de explicar a trajetória de construção e definição do objeto que serviu de norte e sobre o qual se ancora esta Tese de Doutorado, isto é, as transformações sociais advindas da incorporação da perspectiva de gênero na formulação e implementação de políticas públicas que têm como principal objetivo a democratização do acesso à água em comunidades marcadas pela escassez hídrica.

A construção do objeto é um misto de imaginação sociológica e intuição, recuperar o caminho percorrido faz com que se perceba a complexidade que o cerca. Trata-se de exercício de vigor intelectual que permite tomar consciência da dimensão processual da atividade de pesquisa, processo que se concretiza com o desenho da interação entre as variáveis utilizadas para caracterizar a realidade social estudada e atinge seu ápice na análise dos resultados verificados.

Tendo em vista a estreita ligação entre a construção do objeto e o percurso enquanto pesquisadora, optou-se em algumas passagens desse capítulo, quando em nome da neutralidade acadêmica a riqueza da experiência vivida poderia ser comprometida, pela utilização da primeira pessoa do singular como forma de *pesquisa situada*, isto é, fundada em um dado *ponto de vista* sendo este conquistado cognitivamente, emocional e politicamente a partir de práticas localizadas no plano social, histórico, físico e afetivo de determinadas experiências (Haraway, 1988, 1997; Harding, 1987).

A gênese da pesquisa que aqui se delineia encontra suas fundações na minha trajetória pessoal como pesquisadora e articula três experiências de pesquisa que foram centrais para a minha formação como um todo. O encontro com objeto de pesquisa deu-se ainda no início do Bacharelado em Ciência Política na Universidade de Brasília (UnB), por ocasião de um ano de estudos na Grã-Bretanha, quando foi possível *descobrir* as mulheres muçulmanas. Nessa época, bem antes da queda das Torres Gêmeas, o mundo islâmico ainda não havia sido incorporado de forma tão central à agenda política e midiática e a presença de mulheres muçulmanas com seus véus era um fenômeno incomum tanto nas cidades quanto na mídia brasileira. Até então no Brasil, o mundo islâmico não ocupava um lugar de destaque na reflexão acadêmica e as representações existentes acerca desse universo ainda eram permeadas por imagens evocadas nos relatos de Jean Chardin¹ em *Voyages en Perse et Autres Lieux de l'Orient* (2007) ou mesmo de Montesquieu nas *Lettres Persanes*², clássicos do Iluminismo no deslocamento do prazer e da magia para as terras tidas como exóticas.

Aquelas mulheres andando atrás dos seus maridos atraíram meu olhar onde quer que estivesse, uma mescla de atração e repulsa ante uma *outra condição de ser mulher*. Minha concepção de mulher essencializada e universalizada caía por terra, ainda que isso não fosse compreendido naquele momento. Esse estranho sentimento tornava-se cada dia mais incômodo e com ele uma crescente

¹ Viajante francês do século XVII, autor de *Voyages en Perse et Autres Lieux de l'Orient*, romance publicado em Londres em 1667 e reeditado em 2007 pela editora Gérard Monford.

² *Cartas Persas*, São Paulo: Paulicéia, 1991. Tradução para o português de Renato Janine Ribeiro.

desnaturalização e questionamento sobre o *espaço* por nós ocupado na sociedade, ou melhor, nas diversas sociedades.

A volta ao Brasil foi marcada pelo desejo de explorar esse 'novo universo' e a entrada como assistente de pesquisa do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPeM) da Universidade de Brasília (UNB), bem como a convivência e aprendizado com as Professoras Lourdes Bandeira, Mireya Suárez e Lia Zanotta Machado, a oportunidade de trazer essa reflexão para uma realidade mais próxima.

O trabalho no NEPeM resultou na monografia de final de curso “A Criação das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres como Instrumento para Coibir a Violência de Gênero”. A análise do processo decisório que culminou na implementação de uma política com tais características permitiu entender o processo de elaboração de políticas públicas. Todavia, uma maior compreensão sobre a organização social em torno da entrada de determinadas questões na agenda política fazia-se necessária.

Foi assim que o Mestrado no Instituto de Ciência Política (IPOL) da UnB surgiu como oportunidade para investigar os fenômenos da participação e da representação política. Entretanto, foi o convite da Professora Rebecca Abers para integrar a equipe do Projeto Marca D'água e as atividades então desenvolvidas que permitiram perceber o papel da água enquanto veículo de organização social como objeto de estudo da pesquisa que orientada pela Professora Lúcia Avelar resultou na dissertação de mestrado “Participação e Reconhecimento em Torno da Gestão de Recursos Hídricos”. O trabalho no referido projeto não privilegiava a perspectiva de gênero, mas a experiência e treinamento anterior permitiriam identificar ali um vasto e inexplorado campo para investigar a relação entre gênero e água, eixos a partir dos quais esta tese se articula.

Todavia, foi a participação na Oficina “A Incorporação da Perspectiva de Gênero na Gestão Integrada de Recursos Hídricos” coordenada por Ninon Machado e organizada pelo Instituto Ipanema com o apoio da Aliança do Gênero

e da Água (Gender and Water Alliance – GWA), tendo como público alvo técnicos e pesquisadores provenientes dos países lusófonos, que possibilitou de um lado, o reconhecimento da articulação dos dois temas tanto no cotidiano quanto na agenda política nacional e internacional, e de outro, a necessidade de estudos que pudessem operacionalizar o diálogo entre esses dois campos.

Desta forma, a partir do entendimento da investigação acadêmica como um processo dialético que a partir do aprofundamento de diferentes experiências funde-se para produzir novas sínteses, a opção pelo Doutorado em Sociologia pode assim ser considerada como a síntese mediante a qual se articulam e fundem-se trajetória pessoal e *achados* dos momentos acadêmicos anteriores.

1.2 A Construção do Objeto: entre *Olhar, Ver e Reparar*

A partir do reconhecimento da existência de uma articulação entre os dois temas mencionados e de que a realidade nada responde por si mesma, somente o faz através de questões levantadas teoricamente, foi possível investigar algumas possibilidades de operacionalizar uma pesquisa dessa natureza.

Tendo em vista que o arcabouço institucional que ampara a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) preconiza que o gerenciamento desses recursos deve ser descentralizado e participativo, discutir a incorporação da perspectiva de gênero no Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SINGREH) passaria naturalmente por discutir a participação das mulheres nas várias instâncias (comitês de bacias hidrográficas, agências de bacias, conselhos estaduais, câmaras técnicas e Conselho Nacional) de um sistema tradicionalmente marcado pela presença de homens e pela *ausência*³ das

³ Trata-se aqui de uma ausência qualitativa também denominada de *invisibilidade social*. Nos últimos anos o número de mulheres nessas instâncias de representação têm aumentado, entretanto, um *olhar* mais atento permite observar que estas estão *mais* presentes o que não significa dizer que estão *melhor* representadas, seja por meio do acesso a cargos de decisão ou por práticas discursivas que contemplem também as necessidades das mulheres na gestão das águas nacionais. Essa pesquisa não tem o objetivo de fazer essa discussão, todavia, há que se perceber que essa questão apresenta-se como uma das fragilidades da democracia participativa, extendendo-se a todas as esferas representativas e acentuando-se de acordo com a divisão sexual do trabalho intelectual.

mulheres.

Todavia, ao seguir o conselho de Pierre Bourdieu (1997) em “Compreender” e empreender um 'olhar sociológico' necessário à superação do lugar-comum em oposição ao 'olhar distraído e banalizante', torna-se possível perceber que investigar a relação entre gênero e água passa por diversas possibilidades.

Sendo assim, vale lembrar o ensinamento de Marilena Chauí no ensaio “Janela da alma, espelho do mundo” do livro *O Olhar* (1997) sobre a raiz indo-européia do verbo *ver* em Eido, o que significa olhar para tomar conhecimento e ter conhecimento. Alfredo Bosi no artigo “Fenomenologia do Olhar” do mesmo livro, chama a atenção para o fato do olho ao mesmo tempo receber estímulos e também mover-se à procura de alguma coisa, “que o sujeito irá distinguir, conhecer ou reconhecer, recortar do contínuo das imagens, medir, caracterizar, interpretar, em suma, pensar”. Ao fazer uma analogia entre esse olhar-conhecimento e a construção dos objetos de pesquisa reconhece-se a intervenção no 'real observado', essa intervenção é o que se denomina de recorte do objeto (Caputo, 2001:2).

Todavia esse processo de construção do objeto é lento e complexo como conta Bourdieu:

“A construção do objeto, na minha experiência de investigador, não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de ato teórico inaugural. [...] É um trabalho de grande fôlego que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções e emendas sugeridas pelo que se chama 'o ofício', quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas (1989:26).

Ao refletir sobre as diversas possibilidades de pesquisar a relação entre gênero e água seria possível fazê-la a partir de contextos diversos, realidades caracterizadas pela água abundante ou também por conflitos desenhados em torno da qualidade da mesma, isso para indicar apenas alguns caminhos. Cada uma dessas possibilidades constitui-se em múltiplos objetos e cada um deles demanda um olhar específico. Nesta pesquisa optou-se por tomar como recorte a

escassez de água, pois é a partir dele que a dominação se manifesta de forma mais explícita.

Tal debate adquire grande relevância em regiões castigadas pela escassez de água⁴ como é o caso do Sertão do Nordeste brasileiro, constituindo-se, portanto como instrumento central de poder, em torno do qual se desenha parte expressiva da estrutura de poder da região. Essa questão articula-se com a dimensão de gênero na medida que políticas de água que pensam a 'solução contra a seca' a partir de grandes obras hidráulicas assentam-se sobre um modelo sócio-econômico patrimonialista que não leva em conta a ecologia nem a população do Semi-Árido e acabam por favorecer as oligarquias regionais em detrimento das populações já fragilizadas, agravando ainda mais as desigualdades de gênero uma vez que na falta de água, o duro trabalho de abastecer os lares aparece nas mais diferentes culturas como uma tarefa das mulheres de todas as idades, inclusive das crianças.

Essa divisão sexual do trabalho pode ser compreendida ao tomar-se o abastecimento dos recipientes como uma extensão do trabalho doméstico, “aquele que se faz da porta para dentro. Enquanto que, ao homem, cabe cuidar da roça e dos animais – embora as mulheres também o façam –, ou seja, do serviço que se faz da porta para fora” (Malvezzi, 2007:15).

As múltiplas jornadas de trabalho desenvolvidas pelas mulheres das cidades é aqui também reproduzida no campo. A situação é particularmente agravada quando o acesso à fonte de água mais próxima encontra-se a quilômetros demandando horas diárias de caminhada. Essas longas jornadas de 'trabalho doméstico' têm forte impacto sobre a *economia do lar* e a *economia nacional*, tendo em vista seus desdobramentos na educação, ao dificultar o acesso das crianças e jovens à escola; na saúde, ao aumentar a demanda por atendimento hospitalar e, conseqüentemente na carga tributária e na vida associativa da sociedade, pois o tempo gasto nesses trabalhos dificulta a participação das mulheres nas outras atividades das organizações locais.

⁴ A região estudada é marcada por um alto índice de chuvas, todavia a evapotranspiração é maior.

Sendo assim, a formulação de políticas de água em regiões áridas ou semi-áridas interferem diretamente na vida das mulheres explicitando a relação entre gênero e água ao articular as condições da reprodução em escalas de dominação que vão do nível internacional ao nível doméstico⁵. Trata-se, portanto, de um estudo de como a questão da desigualdade atravessa contextos nacionais e regionais e se reproduz, aprofundando-se, nas relações de gênero. É nesse sentido que a incorporação da perspectiva de gênero na gestão das águas, para além de discursos politicamente corretos, mas vazios, surge como condição *sine qua non* para se falar de desenvolvimento e de participação, em contextos democráticos.

Uma vez que as grandes obras hidráulicas passam longe dessa discussão, é em políticas enraizadas na sociedade, também chamadas de 'tecnologias sociais' e definidas como “produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas em interação com a comunidade” que se pode vislumbrar efetivas soluções de transformação social (Malvezzi, 2007:105).

É com o objetivo de indicar alguns caminhos para a reflexão sobre a relação entre subdesenvolvimento, gênero e água e o impacto das políticas públicas de água no Semi-Árido brasileiro na vida das mulheres que se escolheu analisar a incorporação da perspectiva de gênero, assim como seus impactos, na formulação e implementação do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC).

Tendo em vista a complexidade da análise, para operacionalizar essa discussão optou-se inicialmente por situar o referido objeto nos respectivos campos do saber e dessa forma pensar sobre novas formas de interrogar e de priorizar esta temática.

1.3 Gênero⁶ e Água⁷: a Construção dos Respectivos Campos de Saber

⁵ Essa discussão será aprofundada mais adiante no Capítulo 10.

⁶ O termo “gênero” é aqui utilizado em sentido amplo para abranger categorias discursivas – *gênero, feminismo, relações sociais de sexo* - que a teoria distingue, mas que se encontram em um mesmo campo teórico. Essa complexidade teórica será discutida mais adiante.

⁷ Optou-se por utilizar a palavra *água* ao invés de *recursos hídricos*, termo este que se ancora em uma perspectiva mais econômica da água (água como recurso). Enquanto o primeiro possibilita uma

Considerando que este estudo articula os chamados estudos de gênero aos estudos relacionados à água, restituir o lugar ocupado por esses dois objetos na produção da pesquisa social surge como um caminho interessante para explicar a construção do objeto desta pesquisa. Para tanto, parte-se de uma perspectiva epistemológica sobre as condições existentes para o surgimento dos objetos e posteriormente aborda-se a construção dos respectivos campos do saber para a partir daí discutir a emergência da articulação entre gênero e água como um novo *locus* do saber.

Os estudos de gênero e de água, cada um com suas especificidades desfrutam hoje de crescente institucionalização. Tal afirmação pode ser ratificada pela existência de uma agenda claramente delineada que vem surtindo efeito sobre pautas e ações governamentais de diferentes naturezas. A presença de tais estudos na agenda da pesquisa contemporânea nacional e internacional é complexa e diversificada, constituindo-se em dois campos do saber essencialmente interdisciplinares e pautados pelo estabelecimento do constante diálogo dos movimentos feministas e ambientalistas com outras áreas do conhecimento (Matos, 2006).

A produção de interpretações da vida social obedece ao fluxo dos acontecimentos de cada época estando, portanto, diretamente ligada às formas de manifestações e, também, às condições de produção do discurso nas quais se encontra inserida⁸. Desta forma, é possível evocar a existência de condições discursivas que possibilitam ou dificultam a emergência dos diversos campos em determinados períodos da história. Segundo Foucault (2005a:50):

“As condições para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas para que dele se possa 'dizer alguma coisa' e para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes, as condições para que ele se inscreva em um domínio de parentesco com outros objetos, para que possa estabelecer com

análise multi-dimensional, discussão que será desenvolvida no Capítulo 2.

⁸ Essa argumentação se faz necessária na medida que aqui se faz uma breve recuperação da trajetória da institucionalização dos estudos de gênero articulando-a com a configuração do respectivo campo do saber.

eles relações de semelhança, de vizinhança, de afastamento, de diferença, de transformação – essas condições [...] são numerosas e importantes. Isso significa que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época; não é fácil dizer alguma coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção, ou tomar consciência, para que novos objetos logo se iluminem e, na superfície do solo, lancem sua primeira claridade. [...] O objeto não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma visível e loquaz objetividade; ele não preexiste a si mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos da luz, mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações”.

É nesse sentido que se pode falar do surgimento de objetos que em outras épocas seriam impensáveis enquanto veículos possíveis de reflexão e que a verdade está circunscrita a cada tempo e, portanto, o que se denomina de verdade é a discursividade aceita em uma determinada época. Esses objetos tornam-se ‘pensáveis’ em função de sua *visibilidade* e *dizibilidade* e serão responsáveis pela (1) construção de equações discursivas formuladas a partir da (2) emergência de novos conceitos e temas (Foucault, 2005b).

Uma forma de ilustrar esse argumento tomando como exemplo o campo intelectual de gênero é a (a) construção de séries discursivas como *gênero-dominação-patriarcado*; a (b) crescente utilização do conceito de gênero e a posterior operacionalização de termos como gênero e sexo; a (c) adaptação de categorias clássicas de análise para o ‘novo discurso’ como é o caso de *relação social de sexo*, *divisão sexual do trabalho* e *divisão sexual do poder* (Devreux, 2005), entre outras e (d) a incorporação desses conceitos como variáveis na construção de análises e formulação de políticas, como é o exemplo da *incorporação da perspectiva de gênero na formulação e implementação das políticas de água*.

Essas contribuições de Foucault dialogam com o conceito de campo intelectual presente na obra de Bourdieu (2000) e cuja estrutura é articulada a partir de três categorias centrais que estão profundamente intrincadas: *capital*, *habitus* e *campo*. Este é caracterizado por uma configuração de relações objetivas de agentes ou instituições. O campo, estrutura estruturada e

estruturante, é um espaço social geral formado por vários campos sociais específicos cuja estrutura de forças oscila entre o conflito e a acomodação, tendendo a uma constante transformação.

Cada campo é caracterizado por um *habitus* que é o conjunto das disposições das ações e formas de ver o mundo internalizado pelos integrantes do campo. O *habitus* é, portanto, uma gramática geradora de condutas. Os diferentes campos surgem a partir dessas práticas específicas e da conseqüente geração de espaços de autonomia. Assim, o reconhecimento do discurso feminista no campo intelectual é ao mesmo tempo causa e conseqüência da existência de uma auto-regulação desse campo que acabou por incorporar as mudanças advindas, possibilitando assim a construção de uma nova ordem dentro da lógica já existente entre os agentes que dele fazem parte (Bourdieu, 2000; Honneth, 2003).

Além de uma lógica específica de ação, o *habitus*, cada campo tem uma forma própria de *capital*, ou seja, uma forma simbólica de valor que é reconhecida pelos pares e que pode ou não ser convertida para os demais campos. O campo intelectual é um espaço social de luta e cooperação constante para legitimar as interpretações de mundo propostas.

Foucault (2004) ressalta a dificuldade de produzir um discurso tendo em vista a necessidade de eliminar ou pelo menos reduzir seu caráter de aleatoriedade. Segundo o autor, todo discurso tem uma vontade de verdade, um desejo de produzir um discurso que abarque as especificidades da realidade e que ao mesmo tempo seja universal; todo discurso é, pois, fruto do desejo de poder. Tendo em vista que o campo é formado por campos específicos ou subcampos, a tensão no campo baseia-se nessa busca pela produção da verdade.

Ao analisar a formação e a configuração do referido campo discursivo no que diz respeito às fundações dos estudos sobre mulheres na academia francesa e anglo-saxônica, e particularmente na academia brasileira, é possível perceber a tendência em substituir os estudos de mulher pelos estudos de gênero (Heilborn & Sorj, 1999; Machado, 1992), apesar das sofisticadas críticas quanto ao limite

do potencial analítico deste último (Butler, 1990; Devreux, 2005; Tubert, 2003).

Em *A Ordem do Discurso*, Foucault (2004) afirma que, para se entender como surgem os saberes e os diversos campos discursivos é necessário empreender uma *genealogia* da ordem do discurso e explicitar as condições políticas que possibilitam a emergência dos dispositivos de poder ao buscar as teias e redes discursivas que resultam de condições históricas da produção do saber. Todavia, antes de abordar as condições de emergência do discurso de gênero faz-se necessário estabelecer a distinção entre os conceitos de *arqueologia* e *genealogia* no pensamento de Foucault.

A noção de *arqueologia do saber* elaborada pelo autor na década de 1960 e inspirada em Kant (2005a), está relacionada à “emergência e transformação de formações discursivas e da episteme subjacente que comanda as relações entre elas”. A *arqueologia* refere-se ao que Foucault designa como ‘o inconsciente positivo do saber’, um nível de saber que escapa à consciência dos cientistas e pensadores individuais de cada época, mas que confere às suas teorias regras e estruturas subjacentes. Enquanto a ‘*genealogia do saber*’ inspira-se em Nietzsche (1999) e aparece no pensamento de Foucault a partir dos anos 1970 como algo complementar ao conceito anterior. As genealogias do poder ou da sexualidade, por exemplo, como ‘corpos de saber’, “não têm momentos determinados de origem, e não são configurações estáveis. A *genealogia* desenraíza [como quem abate uma árvore extraíndo-a do solo pela raiz] os fundamentos tradicionais da história e destrói a aparente continuidade da história concentrando-se em acontecimentos e em ‘acidentes’ e insistindo que o pensamento enraíza-se sempre no poder, embora procurando negar essas mesmas origens.” (Macey, 2000:19 e157).

1.3.1 Arqueologia e Genealogia das Condições de Emergência dos Estudos de Gênero

Apesar da escritora franco-italiana Christine de Pizan (1364-1430), autora

do livro *A Cidade das Mulheres*, obra na qual defende a existência da igualdade natural entre os sexos, ser considerada como uma das primeiras feministas, o feminismo enquanto movimento político e filosófico, tem sua origem na Europa ocidental do século XVIII, com pensadoras como Mary Wortley Montagu⁹ (1689-1762) e Sophie de Grouchy (1764-1822), a Marquesa de Condorcet, ilustres militantes em prol do direito das mulheres à educação.

Este tipo de discurso só se tornaria possível após o Iluminismo, como fruto das transformações possibilitadas pela superação da escolástica medieval mediante a articulação entre a contribuição do empirismo de Francis Bacon e do racionalismo de René Descartes nos séculos XVI e XVII.

Trata-se, portanto, de um movimento essencialmente moderno, surgido no contexto das idéias transformadoras das Revoluções Francesa e Americana, quando este no século XX incorpora um cunho reivindicatório e em torno da demanda por direitos sociais e políticos, ganha força e expressão política, tendo seu auge na luta sufragista, no Brasil nos anos 30 e na França nos anos 50, enquanto que na Suíça, somente nos anos 70.

À medida que profundas transformações sócioeconômicas e políticas advindas da Revolução Industrial e Francesa ocorrem, pressões por mudanças sociais se acirram e a necessidade de incluir segmentos, até então, excluídos dos processos decisórios, particularmente mulheres e trabalhadores em geral, tornava-se cada vez mais premente. O movimento no sentido de uma maior inclusão desses 'novos segmentos' da população é gradualmente incorporado ao discurso político e as primeiras conquistas impulsionam novas reivindicações.

Com o alargamento e aprofundamento da experiência democrática moderna esta torna-se um valor universal, e nessa trajetória de crescente valorização do ideal democrático, este adquire, paulatinamente, o *status* de condição necessária aos processos de desenvolvimento.

É no bojo dessas mudanças e na impossibilidade de recuar no que diz

⁹ Aristocrata e feminista inglesa conhecida pelas *Cartas da Turquia*, descritas como o primeiro trabalho secular escrito por uma mulher sobre o Oriente muçulmano.

respeito a direitos já adquiridos, que temos a ampliação do sufrágio universal como um marco quando se trata da inclusão das demandas e reivindicações desses novos atores sociais. O caminho entre as primeiras medidas para a extensão do direito ao voto e o sufrágio universal é, no entanto, uma conquista lenta e gradual que agrega adeptos e também críticos contundentes que se apoiavam numa pretensa irracionalidade da massa que ao ser incluída nos processos decisórios colocaria em perigo a coesão social. A entrada desses novos grupos no cenário trouxe um rol de demandas até então reprimidas e a necessidade de incorporá-las ao sistema.

Com a expansão do capitalismo e as transformações resultantes da Revolução Industrial, na reconfiguração da organização da vida econômica, e da Revolução Francesa no cenário político-social, os trabalhadores passam a se organizar de forma mais sistemática. No final do século XIX e início do século XX surgem os chamados partidos de massa ou partidos de esquerda, organizações nas quais as mulheres encontraram algum espaço para as suas reivindicações. Se por um lado os partidos precisavam de mais colaboradores, por outro, as mulheres precisavam de um espaço para manifestar suas reivindicações. É a partir desse contexto que os movimentos feministas e de mulheres tornam-se intimamente ligados aos movimentos políticos (Michels, 1982).

A primeira guerra mundial encontra as primeiras feministas ainda envolvidas com questões como o direito ao voto, à educação e o ingresso no mercado formal de trabalho. O recrutamento das mulheres para ocupar cargos vagos no mercado de trabalho produz um novo processo de tomada de consciência. E em meados do século XX, a maior parte dos países ocidentais tem voto, estudo e trabalho reconhecidos como direitos das mulheres. Nos países mais diretamente envolvidos no conflito, o início da segunda guerra mundial coincide com um período ainda mais intenso de recrutamento da mão-de-obra feminina para suprir a força de trabalho dos homens que estavam no *front*. A preocupação com a construção de condições objetivas (oferta de equipamentos/eletrodomésticos, creches, lavanderias) que permitissem à mulher

acumular as tarefas domésticas, o cuidado com os filhos e o trabalho intensifica-se, possibilitando assim a qualificação da mulher para garantir a produção. Datam desta fase as campanhas pela substituição do aleitamento materno pelos benefícios do leite animal¹⁰.

É interessante estabelecer uma relação entre conjuntura e as transformações estéticas desta época. Longos colares, echarpes, saias rodadas são trocadas por figurinos de inspiração masculina. Os saltos descem, as saias ajustam-se, casacos ganham ombreiras. É a masculinização da figura feminina, condizente com a ocupação dos espaços 'masculinos'. No cinema, as heroínas são fortes, decididas, estereotipando força e poder como qualidades ou prerrogativas dos homens.

No fim da guerra, a volta dos homens ao mercado de trabalho exige o retorno das mulheres ao lar. Instala-se uma rígida definição de papéis que é acompanhada por uma divisão sexual do trabalho que tem como objetivo a 'valorização da feminilidade da mulher'. A maternidade volta a ser estimulada, é desta época o livro *Meu filho, Meu tesouro*, do Dr. Spock, médico americano que condicionava a saúde física e emocional dos filhos à permanência ao lado da mãe no mínimo até os sete anos de idade, e conseqüentemente, embora não apresentada como condição, a retirada da mesma do mercado de trabalho durante esse período, dificultando assim sua (re)inserção a cada gestação, ratificando dessa forma a afirmação de que as mulheres chegam ao mercado de trabalho com suas famílias.

A disputa pela hegemonia mundial entre o bloco capitalista e o bloco soviético constituía-se como pretexto para transformar as reivindicações das mulheres em suspeitas de 'comunismo'. A moda volta a ter *glamour*, o cinema explora a imagem da mulher ingênua e sensual. Se, durante a guerra, a mulher devia ser razão, agora seria puramente instinto, sexual e maternal.

¹⁰ Página consultada em 20 de janeiro de 2009: <http://portalctb.org.br>.

Em 1945, temos um grande avanço no que tange à condição das mulheres perante o Direito Internacional, a igualdade entre homens e mulheres é reconhecida como princípio em Carta da Nações Unidas, sendo este ratificado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Todavia, até o início dos anos de 1970, de modo geral, a atuação dos organismos internacionais restringia-se à elaboração de documentos legais que resguardassem e protegessem as mulheres, sendo estas medidas baseadas na vulnerabilidade das mesmas.

O sucesso de *O Segundo Sexo* (1949) de Simone de Beauvoir traz a fundamentação teórica necessária ao amadurecimento inicial, e também à visibilidade para o movimento que se desenvolve nos anos 1960 e 1970. Sob a grande bandeira de que "o nosso corpo nos pertence", visões morais-religiosas e culturais limitadoras das possibilidades de plena expansão e expressão são desnaturalizadas. O debate em torno de frases como "o pessoal é político" trouxe para o espaço da discussão política questões até então tratadas como específicas do privado, rompendo assim a dicotomia público-privado, base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político. É interessante perceber aqui a dupla relação que se estabelece entre a doutrina liberal e o feminismo. Se, em um primeiro momento, este vai utilizar-se do 'imaginário libertário' liberal para legitimar sua reivindicação pela igualdade; a ruptura posterior é fruto da negação feminista das premissas liberais fundamentadas em esquemas naturalizantes acerca da desigualdade.

O movimento também é responsável por colocar na agenda social o caráter político da opressão vivenciada de forma isolada e individualizada no mundo do privado. As feministas mostraram como as circunstâncias pessoais estão estruturadas por fatores públicos, por leis, pela divisão sexual do trabalho no lar e fora dele e por políticas públicas de planejamento familiar. Ao trazer estas relações para o mundo da política, questionavam a hierarquia e a centralização, buscando revelar os processos de construção social das desigualdades e propondo a construção de novas práticas que pudessem comportar o mundo das mulheres, reafirmando dessa forma sua autonomia frente a outros movimentos e

ao Estado¹¹.

Essa reafirmação de autonomia frente ao Estado pode ser percebida a partir de um duplo movimento que articula ao mesmo tempo internalidades e externalidades ao movimento: de um lado, temos o fortalecimento do movimento feminista e de mulheres, e de outro, faz-se necessário reconhecer o processo de enfraquecimento e a consequente erosão da legitimidade estatal.

Na segunda metade do século passado assistimos à crescente crise do Estado e à concomitante valorização da sociedade civil enquanto arena privilegiada da luta política pela hegemonia. Este argumento permite orientar uma reflexão inicial sobre a relação do uso freqüente de palavras como *renascimento*, *ressurreição*, *reconstrução* e *ressurgimento* da sociedade civil com os processos de redemocratização dos regimes comunistas e das ditaduras militares em várias regiões do mundo, especialmente na Europa Oriental e na América Latina.

Segundo Costa (2003) o ressurgimento do conceito é a expressão teórica da luta dos movimentos sociais contra os vários tipos de autoritarismo. Esse renascimento deve-se principalmente a quatro fatores: a) o esgotamento das formas de organização social baseadas na proposta marxista de fusão entre sociedade civil, Estado e mercado; b) o fortalecimento da crítica ao Estado de Bem-Estar advindo do entendimento de que as formas estatais de implementação de políticas além de não serem neutras, desorganizavam as redes sociais existentes; c) o surgimento dos chamados “novos movimentos sociais” como consequência da mudança de foco de uma demanda de ação estatal por uma demanda de reconhecimento da autonomia de determinados setores sociais e d) a identificação da ação dos atores sociais e políticos nos processos de democratização citados, como parte da reação da sociedade civil ao Estado (Avritzer, 1993; Costa, 2003).

Dentro desse novo contexto, o conceito de sociedade civil no Brasil ganha força na universidade e no jornalismo político a partir da segunda metade da década de 1970 alavancado pelo desgaste da ditadura militar e pela irrupção de

¹¹ “A criatividade do movimento feminista”. Página consultada em 19/01/2009: <<http://opensadorselvagem.org>>.

novos movimentos sociais. A repressão vai instaurar as marcas de gênero na experiência da tortura, não apenas sexualmente, mas, sobretudo, pela utilização da relação mãe e filho. Nestes vários espaços, denunciando a opressão, a exploração e a ditadura militar, as feministas construíram um movimento autônomo. A defesa da autonomia como um princípio organizativo não implicava uma prática defensiva ou isolacionista que impedisse a articulação com outros movimentos sociais que compartilhassem identidades, mas a definição de um espaço autônomo para articulação, troca, reflexão e (re)definição de estratégias¹².

Nos anos 1970, proliferam grupos de mulheres em todo o País. Grupos de estudos feministas juntamente com a organização de grupos populares vinculados às associações de moradores e aos clubes de mães começaram a enfocar temas ligados à especificidade de gênero, tais como creches, sexualidade e trabalho doméstico. Este foi um período de grande efervescência, florescendo inclusive uma imprensa feminista.

Nos anos 1980, cresceu o processo de mobilização e novos dilemas foram colocados para o movimento. A eleição de partidos políticos de oposição para alguns governos estaduais e municipais recolocou a questão da autonomia e dividiu o movimento entre as que ficaram apenas no movimento, as que assumiram partidos e a participação no aparelho do Estado, em especial, nos Conselhos da Condição Feminina, a partir de 1983. No VII Encontro Nacional Feminista, realizado em 1985, em Belo Horizonte, a grande polêmica ficou por conta do embate, ainda presente, entre as militantes feministas e a institucionalização do feminismo mediante a participação no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

A mobilização para a Assembléia Nacional Constituinte marca bem este período, o trabalho conjunto entre o movimento autônomo, o CNDM e as mulheres parlamentares que agiram durante todo o tempo como um bloco, sem intermediação dos partidos políticos. Isto possibilita um grande envolvimento com sólidas conquistas na Constituinte, como a igualdade entre homens e

¹² Idem.

mulheres como direito fundamental, conforme ressaltam Ana Liési Thurler e Loudes Bandeira no artigo “*As mulheres e a Constituição: ainda um processo em construção*”:

“Recuperando a memória do período Constituinte, faremos alguns destaques da participação das mulheres, intensa em todas as fases desse processo, envolvendo encaminhamento de emendas – aditivas, supressivas, substitutivas, modificativas – apresentação de demandas políticas em áreas como família, trabalho, saúde, educação e cultura, violência, questões nacionais e internacionais. A ***Carta das Mulheres aos Constituintes*** teve sua legitimidade assegurada pela aprovação em Encontro Nacional, promovido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), com mais de duas mil participantes. Considerado “...um dos mais importantes [documentos] elaborados pelo feminismo brasileiro contemporâneo (...) propunha uma agenda que ultrapassa em muito os limites dos interesses corporativos das mulheres” (Thurler & Bandeira, 2008:2 apud Pinto, 2003:75).

Esse compromisso do CNDM com o movimento de mulheres e sua autonomia foi também, na opinião de grande parte das feministas, o motivo de sua condenação. No final dos anos 1980, através de atos autoritários, o Governo Sarney vai paulatinamente esvaziando o CNDM.

Em 1985 tem-se a criação da 1ª Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) como instrumento de política para coibir a violência de gênero como um dos resultados concretos da atuação do movimento feminista. A incorporação da questão da violência contra as mulheres pela Constituição Federal de 1988 “representa um reconhecimento da existência da violência familiar e doméstica, denunciada pelo movimento feminista desde os anos setenta” (Thurler & Bandeira, 2008:8).

Essa luta culmina com a aprovação da Lei 11.340 de 2006, cunhada de Lei Maria da Penha, esta consiste na primeira lei específica sobre a questão da violência contra a mulher:

“Na seqüência do combate a violência contra a mulher, em vigor desde 22 de setembro de 2006, a Lei nº 11.340/06 - nomeada Lei Maria da Penha -, foi uma resposta do Congresso

Nacional às expectativas da sociedade. Sancionada pelo Presidente da República, em 2007, a *Lei Maria da Penha* (Lei 11.340/2007) tipifica a violência contra a mulher, veda a aplicação de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa; retira o conteúdo, anteriormente previsto no Código Penal, que atenua a pena para o agressor “sob o domínio de violenta emoção” ou para o “crime por motivo de relevante valor social ou moral”. A falta de recursos humanos e financeiros e a falta de treinamento e sensibilização dos operadores do direito para lidar com as mulheres vítimas de violência doméstica permanecem, entretanto, como desafios à implementação da Lei” (Thurler & Bandeira, 2008:7).

Ainda no final da década de 1970, a organização pernambucana SOS Corpo seguida da organização paulista SOS Mulher emergem como as primeiras entidades a denunciarem a violência contra a mulher e exigirem ações do Estado que ratificassem os compromissos assumidos com a assinatura de diversos acordos internacionais. É nesse contexto que ocorre a politização da questão da violência que ao tornar-se um tema central da agenda do movimento feminista e de mulheres vai atuar também como veículo catalizador na organização e institucionalização de outras demandas.

Na década de 1990, a sociedade brasileira passa por profundas transformações rumo à democratização. É diante desse novo cenário que o movimento reconfigura-se e avança na incorporação de novos temas e na ampliação de sua agenda. Nesse bojo ganha visibilidade um feminismo plural que vai além dos espaços criados pelas organizações do feminismo autônomo.

Essa diversidade esteve muito presente nos preparativos do movimento para sua intervenção na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em setembro de 1995, em Beijing, na China. O processo preparatório para Beijing trouxe novas energias ao movimento feminista brasileiro, estimulou o surgimento de fóruns em locais que não existiam ou que estavam desativados, de novas articulações locais, de novos grupos ou departamentos em entidades de classe.

Importantes setores das feministas autônomas vão agora estar

profissionalizadas nas ONGs e vão procurar a crescente articulação ou entrelaçamento entre os diversos espaços e lugares da política feminista através de uma grande quantidade de redes, muitas vezes fomentadas por organismos bilaterais e multilaterais. Todavia, mantendo o vínculo com os diferentes movimentos sociais.

No Fórum Social Mundial, em janeiro de 2003, em Porto Alegre, o movimento de mulheres organiza-se e chama a Conferência das Mulheres Brasileiras. Nessa ocasião é elaborada uma Plataforma Política Feminista que será entregue formalmente a todos os candidatos à presidência da República, aos governos dos estados, aos dirigentes partidários, deputados e senadores, além de amplamente divulgada através da imprensa. O candidato Luis Inácio Lula da Silva em consonância com a história das feministas do Partido dos Trabalhadores, assume toda a plataforma encaminhada e quando toma posse cria a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SPM), em 2003, com *status* de ministério. Apesar da institucionalização do tema por meio da criação da referida Secretaria, a inclusão da perspectiva de gênero na elaboração do orçamento público federal ainda se apresenta de forma insuficiente (Bandeira, 2005).

A recuperação das condições estruturais, materiais e simbólicas da emergência do discurso feminista no Brasil e no mundo permite observar que os estudos que abordam as relações de gênero desenvolvem-se paralelamente aos diferentes momentos dos movimentos feministas e de mulheres. Mas é a partir da década de setenta que a emergência destes, e de outros movimentos sociais, vai atuar na reconfiguração de forças sociais e políticas de diversos países. Movimentos sociais anticoloniais, étnicos, raciais, ambientalista, de homossexuais e de mulheres eclodem, modificando lugares e mentalidades.

Nesse novo contexto, as ciências sociais deparam-se com a insuficiência das análises clássicas diante da complexa realidade emergente e com os limites da capacidade explicativa de categorias analíticas tradicionais; teorias, modelos e mesmo paradigmas são revisitados e questionados. Segundo Robert Connel (1985), os estudos de gênero têm promovido a mais importante mudança no pensamento social ocidental desde as análises de classe realizadas no século

XIX.

A emergência de novos atores permite identificar novas formas de opressão que extrapolam as relações de produção e atingem grupos sociais transclassistas localizados para além das fronteiras nacionais. Essas novas práticas sociais apresentam questões pouco conhecidas para as ciências sociais e a institucionalização da busca por respostas que sinalizem novos percursos conceituais e metodológicos constituem as condições de emergência, formação e funcionamento de novos campos de saber (Foucault, 2005a; Silva, 2000).

1.3.1.1 Campo de Estudos de Gênero: Condições de Dizibilidade e Visibilidade

Conforme afirma Machado, “a emergência de um campo [...] definido por privilegiar os estudos sobre mulheres, os estudos sobre as relações sociais de sexo ou de gênero ('gender'), é recente e devedora dos movimentos sociais feministas e de 'liberação das mulheres' dos anos setenta”, movimentos estes que ao introduzirem novas perspectivas e interrogações reivindicam um caráter inovador face à tradição dos saberes disciplinares (1994:2).

O movimento feminista ao elaborar a crítica à construção de uma categoria sexual de mulheres fundamentada em um saber masculino que é dominante e por isso detentor de um acesso privilegiado à idéia do neutro na formação dos saberes constituídos denuncia a necessidade de se constituir um novo olhar teórico e metodológico impulsionando assim a criação de espaços próprios, como é o caso da criação de revistas feministas de caráter prioritariamente teórico e a constituição de grupos de pesquisa, que permitissem a formação desse novo campo intelectual.

Para Machado (1994), se por um lado o movimento feminista perdeu parte da dinamicidade existente na década de setenta, por outro, constitui-se como elemento forjador do campo intelectual que inclui os estudos de gênero, de sexo social ou dos estudos de mulheres. Todavia, há que se ressaltar os diferentes graus de legitimação e institucionalização disciplinar e intradisciplinar atribuídos

a cada uma dessas categorias.

A autora ao referir-se ao trabalho “Recherches Féministes ou Recherches sur les Femmes” de Rose-Marie Lagrave (1990) destaca a necessidade de se reconhecer a disputa entre 'posições polares da pesquisa ortodoxa' e da postura 'militante' pelo monopólio legítimo na produção de verdades totalizantes que abarquem as especificidades da realidade das mulheres e que ao mesmo tempo seja universal. Essa tensão no campo em torno de posições polarizadas coloca de um lado o risco de captura do campo pelas instituições universitárias e a sua consequente 'normalização', e de outro, o perigo da marginalização e expulsão das universidades.

Esta polarização funda-se no reconhecimento do campo a uma dupla dívida, “[...] a dívida em relação aos saberes disciplinares, porque com eles se identificam e dialogam e porque se 'instalam' nas instituições universitárias e de pesquisa, e a dívida em relação ao feminismo por forjar a abertura de novas formas de interrogar e de priorizar esta temática”. No entanto, não sendo a polarização entendida como definidora do campo, esta permite a produção da possibilidade de diálogo entre posições diversas mas que se inscrevem em uma mesma relação de parentesco (Machado,1994:3),

Machado toma Bourdieu (1990) como interlocutor e dialoga com seu texto “*A Dominação Masculina*” ao criticar a suposição do autor de que “[...] os saberes teóricos feministas e os saberes do 'campo intelectual dos estudos de gênero' se auto-reconhecem em torno da idéia da 'descoberta' do caráter social naturalizado das diferenças sexuais”. Segundo a autora, a novidade do campo não está na sua temática, esta já teria sido objeto de análise de várias áreas do conhecimento, inclusive das ciências sociais. A novidade estaria na constituição de novas formas de interrogar, formas estas que impedem que a questão da diferença e da dominação sexual sejam despolitizadas e hierarquizadas como questões secundárias ou mesmo periféricas ao campo científico; contribuição esta devedora do feminismo e de sua interlocução com outros saberes (1994:5).

Ao traçar o mapa das fronteiras deste campo intelectual, a autora menciona

que estas são formadas por pesquisadores que trabalham com questões tangenciais à temática ou mesmo que as englobam mas que não se reconhecem tributários do feminismo, apesar de reconhecerem nele um caráter politicamente inovador e gerador de novas práticas sociais, como é o caso da tradução intercultural e interpolítica mencionada por Boaventura Sousa Santos, esta fundamentalmente necessária para densificar as possibilidades de práticas transformativas dentro dos movimentos sociais e também entre eles.¹³

No que se refere à produção teórica, é possível identificar no campo duas correntes bem definidas: (1) 'diferencialistas' representadas pela valorização de uma identidade centrada na diferença biológica e cultural e (2) 'igualitaristas' que defendem a idéia que qualquer diferença é sinal de inferioridade, e portanto, de desigualdade.

A diversidade no campo é grande e a tensão existe. Todavia, para além das diferenças as várias correntes inscrevem-se na construção de uma contribuição comum que diz respeito à projeção das mulheres como sujeito político e crítico capaz de “[...] repensar as noções e os usos da alteridade e da subjetividade nas modalidades de fazer ciência e filosofar” (Machado,1994:6).

No que diz respeito ao campo intelectual brasileiro de 'estudos sobre mulheres' e 'estudos sobre gênero', este se constitui na interlocução com “[...] autoras(es) do campo intelectual americano dos '*women's studies*' e dos '*gender studies*', e do campo intelectual francês das 'pesquisas feministas', 'pesquisas sobre mulheres', 'estudos femininos' e 'estudos sobre as relações sociais de sexo’” (Heilborn & Sorj, 1999; Machado,1994:7).

Sendo assim, a análise do campo brasileiro encontra seus fundamentos a partir da reflexão sobre esta dupla e paralela influência, assim como pela observação da especificidade dos diferentes contextos nacionais uma vez que os movimentos feministas encontram suas condições de discursividade no contexto internacional e também nas respostas às questões relacionadas às suas culturas

¹³ “A Esquerda no Século XXI: as lições do Fórum Social Mundial - Parte II”. Texto retirado da página www.forumsocialmundial.org.br acessada em 21/01/2009.

políticas nacionais utilizando-se, portanto, de linguagens que tratam também de outras diferenças sociais, estando esta impregnada da história política das relações sociais de cada país.

Machado analisa a configuração do campo brasileiro a partir do diálogo simultâneo entre as contribuições trazidas pelas especificidades dos campos francês e americano no enfrentamento de diferentes modalidades de lidar com a alteridade, a subjetividade e suas relações com a idéia de universalidade, relacionando-os “no contexto mais amplo das modalidades de uso político das idéias de igualdade e diferença e da sua imersão numa rede de significantes simbólicos, diversamente constituída” em cada um dos referidos contextos nacionais (1994:8).

Enquanto a configuração do campo francês constrói-se em torno do enraizamento da idéia de universalismo e da problemática da diferença como antagônica a uma inclusão mais ampla, contribuições estas tributárias da Revolução Francesa, sendo a diferença vista aqui como um obstáculo à interlocução uma vez que a subjetividade auto-referida torna-se prisioneira de um relativismo absoluto constituindo-se, portanto, em um perigo para a “a realização do entendimento universal e para a possibilidade de atingir a objetividade” estes assentados na racionalidade abstrata; a tradição americana reflete a formação da nação americana a partir de um histórico de país de imigração, de passado escravista seguido de segregacionismo racial onde a idéia de universalidade está relacionada a uma concepção de democracia que abrange um público heterogêneo, não condizente com uma idéia singular e abstrata de *indivíduo* mas de uma concepção plural e concreta de *indivíduos* pertencentes à diversas comunidades ou categorias sociais (Machado,1994:9).

As correntes diferencialistas e igualitaristas coexistem, em graus variados, nos dois campos. Esta ambivalência pode ser atribuída ao lugar paradoxal ocupado pelas mulheres nas diferentes sociedades, lugar este que se caracteriza por experiências e percepções que se articulam em torno das idéias do *igual* e do *diferente*. Todavia, as estratégias de consolidação de cada campo são distintas e passam por diferentes cenários políticos. “Enquanto dominação e subjetividade

ganham terreno nas ciências sociais e na história francesa, a politização das diferenças nos Estados Unidos introduz com força a categoria da alteridade articulada à da subjetividade”. Essas diferentes estratégias permitirão a formação de dinâmicas distintas de operacionalização dos diferentes discursos, dinâmicas estas traduzidas pelo reconhecimento de novas temáticas dentro dos saberes disciplinares e interdisciplinares do campo francês e pela produção de novas epistemologias no caso do campo americano (Machado,1994:23).

No caso do campo brasileiro convivem lado a lado um simultâneo elogio da igualdade e da diferença, este traduzido pela existência de um imaginário fundado em um Brasil único mas plural, porque constituído por diversas culturas. Esse duplo elogio pode ser apreendido mediante a existência de uma legislação pioneira, em alguns aspectos, na igualdade de gênero e também no reconhecimento das especificidades da situação das mulheres na qual a articulação das idéias de dominação e de alteridade seriam inspiradas pela representação do imaginário político dominante no cenário nacional.

Ao constituir-se por meio do diálogo das influências do campo francês e americano, o campo de gênero no Brasil formula sua própria lógica de operacionalização dos diferentes discursos, construindo assim uma dinâmica que permite, a partir da interlocução entre os referidos campos com o cenário nacional, a elaboração de sua síntese.

Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj ao refletirem sobre a institucionalização do campo de gênero no artigo “Estudos de Gênero no Brasil” (1999) ratificam que a consolidação de tais estudos nas ciências sociais confirmam a originalidade dessas reflexões que se originaram fora dos seus limites organizacionais, contrariam análises da história da sociologia que o rotulam como um discurso puramente acadêmico.

A despeito da consolidação do campo intelectual de estudos sobre gênero, é possível identificar um descompasso entre o reconhecimento da discursividade do campo e a operacionalização de categorias que traduzam o referido discurso na formulação de alguns programas e políticas, como é o caso das políticas e

programas de água .

Gênero, assim como democracia, participação, sociedade civil e desenvolvimento sustentável fazem parte de um conjunto de termos inseridos na agenda política nas últimas décadas. Fruto de dinâmicas sociais diversas passa a ser utilizado nos mais variados contextos. Apesar dessa popularização do termo em determinados espaços, os desafios de traduzir a complexidade da 'incorporação da perspectiva de gênero' ou ainda o 'recorte de gênero' em termos operacionais é um tema ainda pouco explorado, o que tem deixado lacunas e contribuído para o esvaziamento, e conseqüente, desgaste do tema, aumentando ainda mais as resistências e dificultando o reconhecimento da importância da questão para uma maior efetividade das políticas públicas.

A genealogia do campo permite revisitar¹⁴ as condições de emergência dos estudos de gênero e recuperar suas raízes teóricas, recurso necessário para 1) situar suas origens e sistematizar aquilo que contemporaneamente está sendo chamado de 'incorporar a perspectiva de gênero' e dessa forma 2) operacionalizar os conceitos evitando que o uso indiscriminado nos leve a 2. A) um esvaziamento do termo, quando realidades distintas e muitas vezes contraditórias aparecem sob a mesma nomenclatura e a 2. B) uma confusão que comprometa a presente análise do que está sendo chamado análise das transformações sociais advindas da incorporação da perspectiva de gênero na formulação e implementação de políticas públicas que têm como principal objetivo a democratização do acesso à água em comunidades marcadas pela escassez hídrica.

A análise da configuração do campo intelectual de estudos sobre gênero aqui esboçada faz-se necessária para se possa entender sobre quais matrizes teóricas fundamenta-se a presença de tais estudos na agenda da pesquisa

¹⁴ Essa proposta de 'revisitação' de um conceito foi proposta pelo cientista político italiano Giovanni Sartori, em seu livro *A Teoria da Democracia Revisitada*, de 1994, em referência ao esvaziamento do conceito de *democracia*: "Até os anos 40, as pessoas sabiam o que era democracia e gostavam dela ou a rejeitavam; depois disso, todos nós dizemos gostar da democracia, mas não sabemos mais (não entendemos mais, não há mais concordância sobre) o que ela é. Vivemos, portanto, caracteristicamente, uma era de democracia confusa. Que 'democracia' tenha diversos significados é algo com que podemos conviver. Mas se 'democracia' pode significar absolutamente qualquer coisa, aí já é demais".

contemporânea nacional e internacional no que tange à formulação e implementação de políticas públicas e dessa forma, analisar seu impacto nas transformações sociais, objetivo maior do presente trabalho.

1.3.2 A Trajetória da Água pelos Vários Campos do Saber: Da Organização da Sociedade ao Recorte Econômico

Se é verdade que os investimentos intelectuais são orientados pela hierarquia dos domínios e dos objetos (Bourdieu, 2000), é possível constatar que a água, bem como as relações que em torno dela se estabelecem, configura-se como objeto não-canônico da análise social, ocupando um lugar marginal na produção sociológica clássica e contemporânea.

Na análise sociológica clássica, o tema água surge apenas tangencialmente quando Max Weber (1999) no livro *Economia e Sociedade* discorre sobre o *patrimonialismo* como forma de dominação política na qual inexistente uma distinção nítida entre as esferas da atividade privada e pública. Em *Contribuição à Crítica da Economia Política* (2003), Karl Marx o evoca quando discorre sobre o *modo de produção asiático* enquanto forma de organização pré-capitalista e distingue dois sub-tipos dessas formas, sendo um deles baseado na organização de economias rurais de grande escala por meio de obras hidráulicas de canalização das águas dos rios para a produção agrícola e pecuária. A dominação patrimonial, em sua manifestação clássica é encontrada nas chamadas *sociedades hidráulicas*¹⁵ também estudadas por Wittfogel (Cardoso, 1990; Schwartzman, 1982). Essa discussão foi retomada por Celso Furtado (2000) para apontar algumas reflexões sobre a relação entre o subdesenvolvimento da região Nordeste e as *políticas hidráulicas* adotadas ao

¹⁵ A 'hipótese causal hidráulica' foi proposta inicialmente por Karl Marx para justificar formações pré-estatais estruturadas sob a autoridade de um único governante para que a partir da administração central dos recursos da nação, fosse possível construir grandes obras de irrigação. Todavia, esta vem sendo questionada a partir de 1960 pelo fato de até o Médio Império (mais de mil anos após a data sugerida para a unificação do Egito) não haver documentos do governo central que comprovem o controle estatal sobre os diques de irrigação, o que leva a crer que até aquele período tais obras fossem de caráter local. Para maiores detalhes ver Cardoso, 1990.

longo da história¹⁶.

Recebem a designação de *sociedades hidráulicas* certas civilizações cuja organização social estava ligada aos ciclos de enchentes e secas de alguns dos grandes rios ou sistemas fluviais dos antigos, caso dos shang na China, dos indos na Índia, dos mesopotâmicos e dos egípcios. Identificar os períodos de enchentes, que levavam fertilizantes para as áreas alagadas, construir barragens e canais para direcionar as águas, estocar os excedentes para as secas, tornaram-se questões centrais na organização destes povos, levando à formação de governos, burocracias civis e religiosas, estratificando a sociedade em castas e classes sociais (Cardoso, 1990).

No Egito, a necessidade de utilizar as cheias do Nilo para o preparo da terra para a safra seguinte, levou não só à centralização do poder, como ao desenvolvimento da classe sacerdotal e dos escribas, cujas informações permitiam 'prever' as cheias. Dentro desta mesma lógica, porém com variações locais, ergueram-se civilizações associadas ao Ganges, Tigre e Eufrates, entre outras. Falar da água é, portanto, falar da própria trajetória da humanidade uma vez que em torno dela organizam-se estruturas e práticas sociais das mais diversas.

A despeito dessa constatação da importância da água enquanto veículo de organização social, o lugar ocupado por este na análise social não sofreu maiores deslocamentos no que tange à hierarquia social dos objetos, sendo abordado de forma também tangencial na sociologia contemporânea a partir da relação *homem, natureza e sociedade*. Debate este que passou por grandes transformações ao longo dos tempos.

A transição entre a sociedade feudal e a sociedade moderna, marcada pelo desenvolvimento do mercantilismo, ocorreu de uma forma lenta e bastante heterogênea. A sociedade comercial que emergia trazia necessidades práticas para seu desenvolvimento aumentando crescentemente a pressão pelos recursos naturais. Cada vez mais passou-se a perceber a natureza a partir de uma

¹⁶ Essa discussão é central para esta pesquisa e será desenvolvida nos Capítulos 4 e 5.

perspectiva utilitária que permitisse a acumulação de capital. Nesse novo contexto, a reorganização do conhecimento tornou-se fundamental para propiciar o desenvolvimento material necessário e solucionar a demanda por novas tecnologias (Rossi, 1989).

O utilitarismo de Francis Bacon revelaria as possibilidades de apropriação e utilização dos minerais, vegetais e animais, da ocupação territorial, da dominação humana e da intensa utilização dos 'recursos hídricos'. A função da ciência é então a de proporcionar o desenvolvimento material da sociedade, relacionando o estudo da natureza às formas de produção existentes (Bacci & Pataca, 2008).

O desenvolvimento da navegação, necessário para a expansão comercial e territorial pretendida pelos primeiros Estados nacionais europeus a se formarem, apresentava como condição necessária o desenvolvimento de um amplo conjunto de saberes. Nesse contexto, a utilização da água possibilitou a aventura ultramarítima, a exploração de novos mercados e a expansão territorial, associando-se a uma concepção mecanicista do mundo na qual a racionalidade econômica passa a determinar a vida social, operando o que Karl Polanyi (2000) vai chamar de *A Grande Transformação* que deu origem a nossa época.

A água, assim como os demais recursos naturais, são deslocados de uma concepção mais integradora da vida e das práticas sociais que incluem suas dimensões simbólica e sagrada para uma percepção dessacralizada e objetificada.

A crescente complexificação da sociedade moderna e a busca da satisfação de suas necessidades resultaram num processo de constante produção de outros conjuntos de necessidades. Essas novas formas de utilização dos recursos naturais abriram espaço para a reflexão sobre o padrão de desenvolvimento e com ela a percepção, por parte de alguns, da necessidade de buscar alternativas mais sustentáveis de atendimento às crescentes demandas (Soares Neto, 2003 apud Sahlins, 2003).

As preocupações com as chamadas 'questões ambientais' surgem em meados do século XIX em um contexto de denúncia dos desequilíbrios ambientais e estão circunscritas a uma perspectiva explicativa e corretiva do campo das ciências naturais, e portanto, desconectada dos aspectos socio-econômicos e culturais que as engendram (Lima & Portilho, 2001).

A sociologia ambiental surge no século XX a reboque dos movimentos de contestação da destruição dos recursos naturais e da constatação do incremento desordenado da pressão sobre esses recursos, este decorrente do modelo de crescimento econômico capitalista e de suas consequências - urbanização caótica, explosão demográfica, aprofundamento de desigualdades sociais, aumento exponencial da produção e do consumo (Ferreira, 2004).

Há certo consenso de que “o nascimento do movimento ambientalista na década de 1970 pegou os sociólogos 'de surpresa', com escassa produção teórica ou tradição de pesquisa empírica que os guiasse em direção ao entendimento da relação entre sociedade e natureza. Os pioneiros da sociologia clássica tinham abordado a questão de modo implícito e tangencial e apenas raramente surgiam trabalhos isolados na área de sociologia rural, sem, no entanto, criar-se uma acumulação de conhecimentos que permitisse a criação de um campo teórico (Ferreira, 2004:78 apud Pardo,1998; Redclift & Woodgate,1994).

Analisando os limites da teoria social clássica, em relação aos temas ambientais, Giddens (1991) afirma que “não se chegou a prever que o desenvolvimento das 'forças de produção' teria um potencial destrutivo de larga escala em relação ao meio ambiente material. Preocupações ecológicas nunca tiveram muito espaço nas tradições de pensamento incorporadas na sociologia, e não é surpreendente que os sociólogos hoje encontrem dificuldade em desenvolver uma avaliação sistemática delas” (Giddens, 1991:17).

A partir dessa breve digressão é possível observar que a água enquanto temática insere-se no movimento ambiental e, conseqüentemente, na sociologia ambiental como mais um dos recursos naturais a ser preservado. Essa inserção, no entanto, limita sua análise enquanto veículo de organização social e

instrumento de poder. Talvez seja essa uma das razões pela qual a água tem-se mantido como 'objeto coadjuvante' da análise sociológica tradicional. Se, mesmo a partir da dimensão social, é essa relação de distância que vai imperar entre esta e a sociologia, o mesmo não vai acontecer com outros saberes, como é o caso das engenharias e da economia.

1.3.2.1 Da Água aos Recursos Hídricos¹⁷: da Configuração à Consolidação do Campo¹⁸

A história da gestão do uso da água no Brasil está diretamente associada ao perfil dos ciclos de desenvolvimento econômico do País. Ao observar a trajetória da regulamentação dos 'recursos hídricos' no ordenamento jurídico nacional percebe-se sua vinculação às necessidades políticas e econômicas com as quais o País se depara em cada época, pois as bases da regulação dos usos dos recursos naturais foram estabelecidas em um momento no qual o Brasil elaborava seu projeto nacional de desenvolvimento estando estas a serviço dos momentos de forte pressão por crescimento econômico quando esse se configurava no eixo central dos desafios nacionais (Soares Neto, 2007: 5).

No Brasil diferentes áreas têm historicamente estado relacionadas à gestão das águas nacionais cabendo aqui destaque para os setores energético, agrícola, saneamento-abastecimento, indústria e mineração, pesca e mais recentemente o 'setor ambiental' e o de turismo e lazer. Como afirma Maria Lúcia de Macedo Cardoso (2003:14), “cada um desses setores produziu seu próprio leque de representações sobre a água, discursos, valores e áreas de conflitos, tendo atuado de forma relativamente autônoma”.

Embora a água estivesse presente em todos esses campos enquanto elemento aglutinador de práticas sociais diversas, não era pensada como

¹⁷ O termo *água* vai aos poucos sendo deslocado de uma visão mais ampla e integradora que privilegia as suas várias dimensões para um *olhar* que não apenas *recorta*, mas *esquarteja* a água a partir de uma lógica de racionalidade econômica na qual ela é vista apenas como recurso.

¹⁸ Para uma discussão mais aprofundada sobre o *campo de recursos hídricos* consultar a tese de doutorado “A Democracia das Águas na sua Prática: O caso dos Comitês de Bacias Hidrográficas de Minas Gerais de Maria Lúcia de Macedo Cardoso.

elemento central de análise, não se constituindo, portanto, como objeto definidor de um campo específico. “Ainda que uma legislação nacional – o ‘Código das Águas’ de 1934 (Decreto 24.643) – considerasse a água como objeto específico de lei, a tratava de forma fragmentada e nunca elaborou-se uma regularização que apontasse para um tratamento único do tema, com uma institucionalidade específica, como veremos mais adiante” (Cardoso, 2003:14).

Esse contexto sofreu profundas transformações na última década com a promulgação da Lei 9.433/1997 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e com ela um conjunto de instrumentos que articulados compõem a gestão integrada das águas brasileiras na qual estão inseridos os diversos usos. Há que se ressaltar que alguns países, como é o caso da França, país do qual a política brasileira é tributária, já estava implementando políticas baseadas na gestão integrada dos recursos hídricos desde a década de 1960.

Historicamente a formulação de políticas e a gestão dos recursos hídricos, incluindo as técnicas e sistemáticas de planejamento e monitoramento, estiveram fundadas no campo da engenharia, em particular da hidrologia, hidrografia e engenharia sanitária. No início do século XX nossa civilização fundamentada em um modelo de organização do conhecimento que privilegia a separação dos conteúdos em detrimento da ligação, e a análise em detrimento da síntese, desconectando os objetos entre si e desenraizando-os de seu contexto original e do conjunto de relações do qual este faz parte, é marcada pela crise dos pressupostos epistemológicos do pensamento utilitário-racionalista que sustentaram a modernidade até então.

O enfrentamento dessa crise demanda a construção de uma nova forma de ver o mundo e também de novas ferramentas que permitam uma compreensão da realidade a partir de sua complexidade. É nesse contexto mais amplo que a partir do século passado verifica-se uma abertura disciplinar e política na gestão das águas, seguindo uma tendência do próprio debate ambiental (Soares, 2007; Bacci & Pataca, 2008 apud Morin, 2004).

A intensificação da preocupação com a degradação do meio ambiente

trazida a partir da década de 1970 pelas novas forças sociopolíticas vai se institucionalizando e sendo apropriada pelos diversos segmentos da sociedade de diversos países que juntos vão influenciar na criação de um espaço na agenda internacional para discussão e delineamento de diretrizes comuns.

Na primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, ocorrida em Estocolmo, Suécia em 1972, a água vai entrar no bojo da discussão ambiental. Mas é na Conferência das Nações Unidas sobre Água de 1977 em Mar del Plata, Argentina, que a água vai aparecer pela primeira vez como um tema específico resultado do reconhecimento de que as questões relativas aos 'recursos hídricos' transcendem as fronteiras estatais. É nesse contexto de aumento da demanda em escala planetária e de um modelo de desenvolvimento que apontava para uma crise mundial da água, que o gerenciamento integrado dos recursos hídricos aparece como uma alternativa viável.

Todavia, é na Conferência Internacional de Água e Meio Ambiente, realizada em Dublin, Irlanda, em 1992, como um dos eventos preparatórios para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que a questão da água vai marcar seu lugar e sua especificidade. Esta ao constituir-se como a primeira tentativa de estabelecer parâmetros comuns no que se refere à gestão das águas cria uma institucionalidade internacional que restitui à gestão da água seu caráter sistêmico, sendo este baseado nas seguintes recomendações:

“Princípio N° 1 - A água doce é um recurso finito e vulnerável, essencial para sustentar a vida, o desenvolvimento e o meio ambiente.

Já que a água sustenta a vida, o gerenciamento efetivo dos recursos hídricos demanda uma abordagem holística, ligando desenvolvimento social com o econômico e proteção dos ecossistemas naturais. Gerenciamento efetivo liga os usos da terra aos da água nas áreas de drenagem ou aquífero de águas subterrâneas.

Princípio N° 2 – Gerenciamento e desenvolvimento da água deverá ser baseado numa abordagem participativa, envolvendo usuários, planejadores e legisladores em todos os níveis.

A abordagem participativa envolve uma maior conscientização

sobre a importância da água entre os legisladores e o público em geral. Isto significa que as decisões são tomadas no menor nível possível com participação total do público e envolvimento de usuários no planejamento e implementação de projetos de água.

Princípio N° 3 – As mulheres desempenham papel principal na provisão, gerenciamento e proteção da água.

Este papel central que as mulheres desempenham, como provedoras e usuárias da água e guardiãs do ambiente diário não tem sido refletido na estrutura institucional para o desenvolvimento e gerenciamento dos recursos hídricos. A aceitação e implementação deste princípio exige políticas positivas para atender as necessidades específicas das mulheres e equipar e capacitar mulheres para participar em todos os níveis dos programas de recursos hídricos, incluindo tomada de decisões e implementação, de modo definido por elas próprias.

Princípio N° 4 – A água tem valor econômico em todos os usos competitivos e deve ser reconhecida como um bem econômico.

No contexto deste princípio, é vital reconhecer inicialmente o direito básico de todos os seres humanos do acesso ao abastecimento e saneamento à custos razoáveis. O erro no passado de não reconhecer o valor econômico da água tem levado ao desperdício e usos deste recurso de forma destrutiva ao meio ambiente. O gerenciamento da água como bem de valor econômico é um meio importante para atingir o uso eficiente e equitativo, e o incentivo à conservação e proteção dos recursos hídricos” (Declaração de Dublin, 1992).

Tais recomendações foram acolhidas na Conferência Rio-92 e incorporadas na Agenda 21, que tem no Capítulo 18 a água como tema específico. A implementação da Agenda 21 no Brasil sofreu avanços e retrocessos, todavia, é possível afirmar que o debate sobre água avançou significativamente. Nas palavras de Cardoso “a Lei Federal 9.433 de 1997 imprimiu um novo marco para a política nacional de recursos hídricos introduzindo uma perspectiva baseada nos fundamentos e princípios discutidos nas últimas décadas, decorrentes das mudanças de paradigmas relativos ao meio ambiente global e à gestão democrática de bens públicos” (2000:19).

Ainda citando a autora (2003):

“A lei das águas de 1997 é o produto de quase quatorze anos de trabalho de discussões. Suas origens remontam aos debates havidos durante o Seminário Internacional de Gestão de Recursos Hídricos, organizado pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE, em Brasília, em 1983 e às primeiras reuniões dos Órgãos Gestores de Recursos Hídricos, em 1984. Nestes encontros debatia-se o gerenciamento dos recursos hídricos e registravam-se algumas contestações à atuação do DNAEE. Atuação que alguns estados consideravam centralizadora em grau não compatível com o *princípio federativo*, por uma parte; e setorial, beneficiadora do setor elétrico, por outra.

As diversas ações que aconteceram no período 1983-1988, resultaram no mandato constitucional para criar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Coube ao deputado Fábio Feldmann ser o primeiro relator do projeto de lei sobre o tema, na Câmara dos Deputados. [...] Audiências públicas em diversos lugares do país, foram promovidas para discutir o projeto. [...] Trata-se, pois, de uma lei que tem o mérito de ter sido concebida e plasmada através de um processo de discussão amplo, com possibilidades de participação da sociedade, embora não suficientemente bem aproveitadas.

Contribuições importantes foram feitas pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH, que, a partir de 1987, vem discutindo os aspectos político-institucionais do gerenciamento dos recursos hídricos. [...] Todas estas recomendações da ABRH, explicitadas e defendidas pelos seus representantes nos mais diversos fóruns de discussão, foram acolhidas no texto da lei.

O resultado de todo o processo de discussão foi uma lei avançada e moderna, coerente com os princípios básicos da Declaração de Dublin sobre Recursos Hídricos e Desenvolvimento Sustentável (1992) e que atende as recomendações contidas na Agenda 21, principal instrumento programático resultante da CNUMAD –RIO92” (Cardoso, 2003 apud Muñoz, 2000:14-15).

A implementação da referida lei deve ser pensada a partir de uma relação dialógica com o campo que se constitui, simultaneamente como resultado e motor do processo de institucionalização de “um campo que vem criando vida própria, gerando novas instituições, agentes, valores e objetos de disputa que não estão presentes em outros campos, assim como gerando um espaço reflexivo no

qual o presente trabalho e outros projetos de pesquisa se inserem” (Cardoso, 2003:14).

Segundo as palavras da autora “a nova lei, portanto, foi elaborada dentro deste marco de informações e segue uma tendência internacional de modelo de gestão integrada de recursos hídricos cujos princípios foram consensuados na Conferência de Dublin em 1992 e, posteriormente, reconhecidos “[...] como narrativas presentes nos mais diversos discursos e agentes” funcionando, portanto, como “concepções constitutivas da identidade deste campo” (Cardoso, 2003:20 e 23).

Considerando que a nossa política foi elaborada dentro deste marco de informações pautados por um modelo de gestão de recursos hídricos cujos princípios foram consensuados a partir da agenda internacional, refletir sobre o efeito dessas recomendações no processo de formulação e implementação das políticas públicas de água, assim como sobre o impacto destas no cotidiano das mulheres aparece como um caminho necessário para analisar a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas de água no Brasil.

Para tanto a apresentação dos princípios da Política Nacional de Recursos Hídricos, bem como a articulação desses com seu 'texto fundador', isto é, a já citada Conferência de Dublin de 1992, é de fundamental importância para esta pesquisa, pois apesar da Conferência de Mar del Plata¹⁹, realizada em 1977 na Argentina, ter sido o primeiro evento multilateral genuinamente global sob os auspícios das Nações Unidas, a abordar a relevância social e econômica da mulher na gestão dos recursos hídricos, é a partir de Dublin que essa discussão ganha institucionalidade, sendo inclusive ratificada em outros eventos de grande importância na agenda internacional como é o caso da Agenda 21 (Rio, 1992), I Fórum Mundial de Água em Marrakesh, Marrocos (1997), II Fórum Mundial de Água em Haia, Holanda (2000), Conferência de Bonn, Alemanha, sobre Água Doce (2001), Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável em

¹⁹ Há comentários de que o reconhecimento da importância da participação das mulheres na gestão das águas teria aparecido formalmente pela primeira vez na Conferência de Mar del Plata em 1977. Todavia, nenhum dos documentos analisados faz menção a isso.

Joannesburgo, África do Sul (2002), III Fórum Mundial de Água em Kyoto, Japão (2003), assim como no IV Fórum Mundial de Água na Cidade do México (2006) e no V Fórum Mundial de Água em Istambul, Turquia (2009). Sendo assim, tais princípios serão aqui elencados com intuito de analisar, a partir da contribuição do trabalho de Cardoso (2003)²⁰, a adoção das recomendações resultantes da institucionalização da questão no debate internacional:

“a) A água é um bem de domínio público

O domínio privado da água, previsto em alguns casos no Código das Águas de 1934, foi completamente descartado a partir da Constituição de 1988. A atual Constituição também coloca a água como um bem a ser gerido pelo estado, sendo estabelecidos apenas dois domínios: o da União (rios ou lagos que banhem mais de um estado ou sejam fronteiriços com outros países) e o dos Estados (rios ou lagos integralmente em território estadual e águas subterrâneas). Essa perspectiva confere aos recursos hídricos uma importância de ordem estratégica para o país.

b) A água é um recurso natural limitado dotado de valor econômico

Esse princípio, o primeiro da declaração de Dublin, chama a atenção para a vulnerabilidade da água e tem um efeito de alerta, com o objetivo de romper práticas culturais que levam ao seu uso indiscriminado. A consideração da água em um bem econômico busca, por outro lado, colocá-la em uma posição de destaque na lógica econômica e, conseqüentemente, atribuir-lhe um valor monetário e exercer a cobrança àqueles que a utilizam, sob a justificativa de induzir o seu uso racional, evitando o uso indiscriminado e incentivando a conservação e proteção da água. Entretanto, é um dos aspectos que tem causado maior polêmica no campo de recursos hídricos, onde freqüentemente se recorre ao argumento da essencialidade para a vida e da infinitude (ou pelo menos abundância) da água, ou ainda recorrendo a justificativas de ordem cultural, para estabelecer uma postura contra a cobrança ou simplesmente contra considerar a água como um bem econômico.

c) Em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais

Essa prioridade se coloca como um parâmetro de uso no caso de disputas e ressalta a essencialidade da água para a vida.

²⁰ Com adaptações.

Também está presente nas recomendações de Dublin, que reconhece a água como um direito básico de todos os seres humanos e que seja disponibilizada ‘a custos razoáveis’.

d) A gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas

Historicamente no Brasil o setor hidrelétrico teve prioridade no uso da água.

Esse princípio busca uma ‘igualdade de condições’ dos diferentes usuários ao acesso à água. De alguma forma mencionado também em Dublin.

e) A bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

Embora não presente na declaração de Dublin, a bacia hidrográfica como unidade de gestão tem sido amplamente defendida como a unidade ideal de gerenciamento da água e esse princípio é um dos fundamentos da maioria dos sistemas de gestão no mundo. [...] O argumento que fundamenta a adoção desta região como unidade de gestão é a apropriação do conceito de sistema: qualquer mudança provocada em uma das áreas da bacia pode afetar as outras áreas, devido à interconexão dos fluxos de água. Essa nova unidade territorial, portanto, passa a ser objeto de políticas e ações que não se limitam aos cursos naturais das águas, mas que abrangem todo o território drenado por eles e envolvem o conjunto da população e das atividades exercidas nessa região.

f) A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades

Também presente na declaração de Dublin, esse princípio é considerado um dos novos paradigmas da gestão dos recursos hídricos. Está em estreita relação com uma visão nova de Administração Pública que visa a eficiência através da reestruturação do Estado, em que este é considerado em sua forma mínima e delega poderes tanto aos estados e municípios ou mesmo a escritórios regionais de órgãos federais, como a outros agentes sociais que não tinham influência nos processos de tomada de decisão. Seu fundamento, portanto, também está vinculado à democracia participativa, em que os interesses dos diferentes grupos da sociedade podem ser defendidos através de sua representação direta em instâncias públicas com poder de decisão.

g) Protagonismo da Mulher: princípio excluído na

legislação brasileira

É interessante notar que o princípio número 3 da declaração de Dublin, sobre o protagonismo da mulher na gestão e proteção da água, não foi tomado em conta na legislação e política brasileiras” (Cardoso, 2003:25-27).

Apesar do novo modelo de gestão de recursos hídricos ter se desenhado em torno de princípios que foram consensuados a partir da agenda internacional, tendo esta referendado, por meio dos inúmeros instrumentos já mencionados, a relevância social e econômica da mulher na gestão das águas. É curioso observar que todas as recomendações propostas foram, de uma forma ou de outra, incorporadas na nova política, com exceção do princípio que trata da incorporação da perspectiva de gênero.

Essa *bricolagem institucional*²¹ pode ser pensada de diversas maneiras. A omissão de tal princípio é parcialmente explicada pelo caráter eminentemente técnico deste campo cujas interações com os movimentos sociais desenhou-se em torno da questão ambiental, que como foi mencionado anteriormente, não se articulou em torno da questão da água. Uma outra razão é a distância dos movimentos feministas e de mulheres das políticas ambientais. Como sugere Cardoso (2003):

“O movimento feminista brasileiro, por sua vez, não tem uma história de atuação nas políticas ambientais, embora referências a uma perspectiva de gênero e meio ambiente sejam mais frequentes na bibliografia, do que aquelas relativas a gênero e recursos hídricos especificamente. As referências a uma incorporação da perspectiva de gênero na gestão de águas ou de um protagonismo da mulher são pontuais, relativas a casos concretos ou, quando muito, ao manejo de água nas áreas rurais do semi-árido. Há ainda a visão muito comum que trata a relação ‘mulher-água’ de uma perspectiva essencialista, romantizada, seguindo os cânones do ecofeminismo que identifica a mulher como mais próxima à natureza e, portanto, portadora de um conhecimento intrínseco sobre o meio ambiente e sua guardiã ‘natural’. Não se encontra uma

²¹ O conceito de *bricolagem institucional* é esboçado como um processo pelo qual as pessoas consciente e inconscientemente desenham arranjos sociais e culturais para dar forma às instituições em resposta aos contextos de transformação. Ao contrário do que é colocado por algumas teorias, essa abordagem mostra que as instituições formadas por um processo de *bricolagem* são uma mistura dinâmica do “moderno” e do “tradicional”, e do “formal” e do “informal”. Para maiores detalhes ver Cleaver, 2002.

discussão sobre gênero e água no âmbito de políticas, da mesma forma como é muito raro a participação de organizações de mulheres nos Comitês de Bacias Hidrográficas” (Cardoso, 2003:27).

Essa constatação aponta para a emergência de um tema - gênero e água – que se localiza na intersecção entre dois campos do saber caracterizados por diferentes conjuntos de disposições de ações e formas de ver o mundo. Sendo assim, não é possível falar da existência de um campo de gênero e água. Entretanto, talvez seja possível reconhecer o surgimento de um subcampo de estudos caracterizado por uma configuração de relações objetivas de agentes ou instituições em torno de um novo *habitus*, e portanto, de uma nova gramática de condutas geradas a partir dessas práticas específicas e da conseqüente geração de espaços de autonomia.

Pode-se afirmar que incorporar a dimensão de gênero em diferentes países ou contextos vai significar diferentes coisas. Sendo assim, elucidar uma rede de questões e significados que permita contribuir por meio de uma pesquisa reflexiva e enraizada nas condições materiais e simbólicas para responder a pergunta - *o que significa incorporar a perspectiva de gênero nos processos de formulação e implementação das políticas de água no Brasil?* coloca-se aqui como uma possível contribuição da presente pesquisa para o aumento da efetividade na formulação e implementação das políticas de água e, conseqüentemente, para o debate sobre a governança das águas uma vez que este se insere numa discussão mais ampla e complexa que articula relações de poder e desenvolvimento.

O surgimento de um subcampo de gênero e água levanta algumas questões importantes para empreender essa reflexão acerca do significado da incorporação da questão de gênero na formulação e implementação das políticas de água. Ao falar da emergência de um subcampo, reconhecemos a ligação deste a um ou mais campos. Sendo assim, algumas questões se fazem necessárias para nutrir essa discussão, são elas: *A qual ou quais campos este subcampo está ligado? Como se configura(m) este(s) campo(s) ? E quais as implicações disso*

para a elaboração de políticas de água?

Essas questões começaram a ser analisadas no presente capítulo e são aprofundadas no próximo quando se procura localizar o objeto da presente pesquisa perante os corpos de saberes que o constituem, bem como quando são reveladas as ferramentas teóricas utilizadas para conduzir a reflexão proposta.

Capítulo 2 - Gênero e Água: Um Objeto na Intersecção entre Dois Campos

“Uma diplomacia não governamental feminina, meio improvisada, mas eloqüente e às vezes muito eficiente, vem se constituindo e sendo porta-voz de uma das mais revolucionárias descobertas desse século, a de que o mundo é feito de dois sexos e não apenas de um”

Rosiska Oliveira

O objetivo deste capítulo é situar o objeto da presente pesquisa perante os corpos de saberes que engendram o subcampo gênero e água. Para tanto, são confrontadas as agendas internacionais relativas aos respectivos temas, para que dessa forma seja possível explicar como eles se articulam para fundamentar a demanda pela incorporação da perspectiva de gênero na formulação e implementação das políticas de água. E a partir da construção dessa reflexão são apresentados os instrumentos teóricos escolhidos para conduzir a análise proposta.

2.1 O Encontro de duas Agendas: Raízes da Internacionalização do Reconhecimento das Mulheres na Gestão Integrada de Recursos Hídricos

Explicado o percurso de construção do objeto sobre o qual se ancora esta Tese de Doutorado, faz-se necessário localizá-lo perante os corpos de saberes que engendram sua natureza interdisciplinar para que possamos aportar as ferramentas teóricas escolhidas para a condução dessa reflexão.

Como foi possível observar por meio da reconstituição do campo de estudos de gênero realizada no capítulo anterior, a água não se constitui em um objeto clássico desse campo. Sendo assim, no estudo que aqui se coloca, a

questão de gênero por aparecer como recomendação subjacente às convenções internacionais referentes às políticas de água, aporta um deslocamento desse subcampo aproximando-o do campo de recursos hídricos.

No que se refere ao caso brasileiro, este por se configurar como um campo no qual predomina o saber das engenharias tem se caracterizado pela sua baixa receptividade, inclusive por parte das próprias mulheres, à inclusão da discussão de gênero nas políticas de água. A incorporação da perspectiva de gênero na gestão integrada dos recursos hídricos parece ser 'aceita' como uma concessão à participação das mulheres e não um reconhecimento de suas possíveis contribuições ao referido campo.

A 'dinâmica de aceitação' engendrada acaba aportando uma função legitimadora ao campo ao reproduzir as boas práticas proclamadas pelas agências internacionais. Todavia, essa 'dinâmica de recepção' ao não questionar o significado e a validade de tais recomendações corrobora para o esvaziamento da discussão deslegitimando a incorporação da equidade de gênero para o ganho de eficiência e efetividade na formulação e implementação de políticas de água.

A configuração do subcampo que se desenha pode ser percebida como o resultado de um duplo movimento. De um lado a ampliação da agenda internacional com o fim da Guerra Fria e a conseqüente abertura para a inserção de novos temas; de outro, o encontro de duas agendas internacionais construídas a partir da reivindicação e organização de uma multiplicidade de atores oriundos dos movimentos feministas, de mulheres e ambientalistas que, ao reunirem suas experiências, realizações e aspirações, conseguiram influenciar governos e sociedades a buscarem alternativas concretas que possibilitassem a inserção das respectivas questões na agenda internacional.

Essa *situação* do objeto em um subcampo que se constitui a partir da triângulação entre dois campos do saber, faz deste um ponto de convergência para a articulação entre dois domínios que, pelas contribuições trazidas pela *sociologia do gênero* e pela *gestão da água*, modificam um ao outro por meio

da experiência vivida e do conhecimento produzido em cada campo.

Resultado do diálogo entre dois campos que vêm se consolidando a partir de distintos e convergentes processos de institucionalização internacional, o estudo deste subcampo perpassa a recuperação histórica de alguns momentos da agenda internacional para que a partir dessa compreensão sejam aportadas as ferramentas teóricas necessárias para revelar *o real* investigado.

2.1.1 Uma *Quase Arqueologia* da Internacionalização dos Direitos das Mulheres

Com as transformações decorrentes do fim da Guerra Fria o sistema internacional passou por grandes transformações que acabaram por resultar no aumento da interdependência entre os Estados. Nesse novo cenário começaram a emergir questões que extrapolavam a política interna dos países e se constituíam como questões globais, como é o caso dos direitos humanos e do meio ambiente.

No que tange ao contexto internacional, há que se destacar os esforços da Organização das Nações Unidas (ONU) no processo de institucionalização dos direitos das mulheres enquanto direitos humanos. Poucas das causas promovidas por este organismo conseguiram obter a sustentação alcançada pela campanha de promoção e proteção dos direitos das mulheres, sendo a Carta das Nações Unidas de 1945 o primeiro documento internacional de cunho jurídico a ressaltar a igualdade de todos os seres humanos. Questões atinentes às mulheres até então relegadas ao domínio das jurisdições nacionais, passaram a fazer parte das considerações globais, configurando-se assim um processo de internacionalização dos direitos das mulheres.

“Percebendo a realidade que se instaurava, a Carta da ONU credita ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC) – um de seus principais órgãos – a promoção dos direitos humanos [...]. Em junho de 1946, no entanto, ciente da necessidade de um órgão especificamente responsável pelas

questões atinentes aos direitos das mulheres, o Conselho estabelece a Comissão sobre o Status das Mulheres – CSW (*Commission on the Status of Women*). Por determinação da Resolução 11(2) do Conselho, a CSW teria duas funções essenciais: preparar relatórios e recomendações sobre a promoção dos direitos das mulheres nos campos político, econômico, civil, social e educacional; fazer recomendações sobre problemas referentes aos direitos das mulheres que requeiram atenção imediata” (Haddad, 2007:68 *apud* Boutros-Ghali, 1996:8).

Embora o movimento das mulheres seja bem anterior à fundação da ONU, é mediante algumas iniciativas da organização que suas reivindicações ganham maior força e visibilidade. Mais de meio século após a promulgação da Carta das Nações Unidas ter instituído a igualdade entre os sexos como direito humano fundamental, a ONU deve ser reconhecida pela codificação desses direitos em instrumentos normativos e pelo legado de programas e estratégias pautados pelo reconhecimento da importância das mulheres no desenvolvimento social e econômico de todos os países (Haddad, 2007; Nicodemus, 2005).

Segundo o ex-Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali (1996), a evolução dos esforços da ONU sobre os direitos das mulheres pode ser percebida mediante a identificação de quatro fases. Para o ex-Secretário a Primeira Fase abrange o período que vai de 1945 a 1962, sendo marcado pela assinatura da Carta das Nações Unidas e pela criação da Comissão sobre o Status das Mulheres – CSW (*Commission on the Status of Women*) pelo Conselho Econômico e Social (ECOSOC), ambos mencionados anteriormente.

O trabalho das Nações Unidas consistiu inicialmente na ampliação dos direitos das mulheres e no levantamento de dados sobre sua condição jurídica e social nos vários continentes. Com o passar dos anos, a existência de um arcabouço jurídico internacional mostrou-se insuficiente para garantir a igualdade de direitos proclamada e a organização de conferências internacionais temáticas surge com o objetivo de formular estratégias e recomendações sobre ações e medidas que deveriam ser complementadas

pelos governos e sociedades juntamente com a comunidade internacional na tentativa de avançar sobre essa questão.²²

A Segunda Fase na evolução dos esforços da ONU sobre os direitos das mulheres abarca o período que vai de 1963 a 1975 e caracteriza-se pela significativa ampliação do número de Estados-membros, estando esta diretamente relacionada ao fim da última etapa formal do Colonialismo e ao surgimento de novos Estados oriundos do processo de descolonização. Esse período é marcado pela necessidade de transformações profundas na configuração da Organização das Nações Unidas. O surgimento de inúmeras nações formalmente independentes mas completamente subordinadas às estruturas econômicas, administrativas, institucionais e políticas das antigas metrópoles obrigou a ONU a alargar seu escopo de atuação e incluir problemas até então vistos como exclusivos do chamado Terceiro Mundo.

É no bojo do acirramento dos movimentos nacionalistas das antigas colônias e frente a uma série de movimentos revolucionários que as potências centrais vêem-se pressionadas a discutir as relações econômicas entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. É nesse contexto que as mulheres passam a ser reconhecidas como agentes de desenvolvimento social e econômico das sociedades.

“Como resultado dessas novas preocupações, a ONU procurou redimensionar seus programas de assistência técnica para as mulheres dos países em desenvolvimento, sem deixar de lado, contudo, os esforços para a consolidação da igualdade legal das mulheres. Esses esforços culminaram na Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, adotada em 1967” (Haddad, 2007:71).

Em homenagem aos vinte anos da adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a ONU declarou o ano de 1968 como o Ano dos

²² Grande parte das informações relativas às várias Conferências sobre as Mulheres foram retiradas do livro *The United Nations and the Advancement of Women – 1945-1996* do Ex-Secretário Geral das Nações Unidas Boutros Boutros-Ghali e da Monografia de conclusão de concurso elaborada por Soraya Zacarias e orientada pela autora.

Direitos Humanos e organizou a **Conferência Internacional dos Direitos Humanos** que aconteceu em Teerã e teve como tema-chave a questão dos direitos das mulheres. De acordo com a Assembléia Geral, os Estados-membros deveriam voltar seus trabalhos para a ratificação dos direitos humanos mediante a assinatura dos tratados e convenções ainda pendentes, cabendo aqui destaque para a Convenção dos Direitos Políticos das Mulheres, de 1952; Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1965; do Pacto Internacional de Direitos Políticos e Cíveis e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos de 1966. Dentre as recomendações adotadas, constava a elaboração de programa voltado para o progresso das mulheres no mundo moderno (*Idem*).

A decisão de declarar 1975 como Ano Internacional das Mulheres representa um passo adiante no reconhecimento dos direitos da mulher no cenário internacional bem como do seu papel como catalizadora de desenvolvimento. O objetivo era chamar a atenção da comunidade internacional para a continuidade da discriminação contra as mulheres mediante a persistência de leis e práticas culturais sexistas em inúmeras sociedades. A ampliação dos objetivos para uma agenda tripartite, que tinha como pilares *igualdade, desenvolvimento e paz mundial* pode ser vista como o reflexo no sistema internacional do fortalecimento e amadurecimento do movimento feminista em vários países.

“O estabelecimento de um ano internacional para as mulheres refletia o fortalecimento do movimento feminista no mundo e consolidava o entendimento do feminino em sua forma coletiva, pela conscientização do compartilhamento dos problemas e dificuldades por diferentes mulheres de diferentes partes do globo. Seguiu-se, com isso, para a superação da dicotomização entre “público” e “privado” nas questões de gênero. Era a transformação do “individual” em “coletivo” que fornecia agora as bases do movimento feminista” (Haddad, 2007:72 *apud* Boutros-Ghali, 1996:31).

A Primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres, organizada na

Cidade do México em 1975, teve o objetivo de avaliar a implementação das recomendações da Comissão sobre o Status das Mulheres contra a discriminação da mulher; sugerir novas formas de promoção da participação feminina no desenvolvimento, particularmente nas áreas rurais; desenvolver um plano de ação para o fortalecimento das mulheres no mundo e reconhecer sua contribuição crucial para o alcance e manutenção da paz mundial. A Conferência do México consistiu no primeiro grande passo eminentemente global na tentativa de se “alcançar a igualdade entre homens e mulheres e pôr fim à separação entre os sexos em questões concernentes à educação, oportunidades e prioridades econômicas” (Haddad, 2007:73 *apud* Boutros-Ghali, 1996:34).

É interessante observar que a despeito do seu caráter de fórum eminentemente de Estados, a referida conferência ao servir como instrumento de mobilização para as mulheres de várias partes do mundo, acabou por aproximar a ONU da sociedade civil ao fortalecer o diálogo daquela com as organizações não-estatais. Cerca de 6.000 representantes de organizações não-governamentais estiveram presentes na realização do encontro paralelo denominado Tribuna Internacional do Ano da Mulher²³ que teve como objetivo a troca de informações e experiências sobre o cotidiano social e econômico das mulheres (Boutros-Ghali, 1996:34).

Apesar dos aspectos positivos resultantes dessa reunião de homens e mulheres de todos os continentes e da identificação da cooperação internacional como importante instrumento na minimização e solução dos problemas compartilhados por mulheres de todo o Planeta, Heleieth Saffioti no artigo “Enfim, sós: Brasil Rumo à Pequim” chama atenção para a falta de relações essencialmente dialógicas, dada a assimetria de poder nas negociações entre ONGs e as delegações governamentais presentes na conferência oficial (Saffioti, 1995).

A Conferência teve como resultado a elaboração da Declaração do México sobre a Igualdade das Mulheres e sua Contribuição para o Desenvolvimento e

²³ Tradução da autora para “*International Women’s Year Tribune*”.

a Paz e de um Plano de Ação para a Implementação dos Objetivos do Ano Internacional das Mulheres naquela década. O Plano de Ação tinha o intuito de promover a igualdade entre homens e mulheres, assegurando a integração e contribuição das mulheres no esforço do desenvolvimento e da paz mundial. “Esses objetivos incluíam propostas de ação nacional e internacional para o acesso igualitário das mulheres à educação, treinamento, emprego e participação política, além de melhorias nos serviços de saneamento básico, saúde, moradia, nutrição e planejamento familiar” (Haddad, 2007:74).

Os resultados do Ano Internacional da Mulher e da Conferência do México foram percebidos e assimilados diferentemente pelas respectivas regiões e sociedades. Essa afirmação pode ser ilustrada de um lado pela desconfiança das mulheres européias e norte-americanas, que se encontravam em um outro momento da luta pela equidade entre homens e mulheres, e enxergavam com certo receio as iniciativas da ONU. Afinal, percebiam essas ações como uma forma de 'apropriação' da luta das mulheres e uma tentativa de cooptação do caráter revolucionário do movimento. No Brasil, assim como em outros países da América Latina essas iniciativas foram bem recebidas, pois colaboraram para legitimar ações incipientes e clandestinas do movimento feminista, colocando-as em paridade com o direito internacional (Barsted, 1995; Haddad, 2007; Heilborn e Arruda, 1995).

Alguns meses após a Primeira Conferência Mundial sobre a Mulher, a Assembléia Geral da ONU proclamou o período de 1976 a 1985 como a Década das Nações Unidas para as Mulheres. O estabelecimento de toda uma década refletia a gravidade da situação das mulheres no mundo. Essa iniciativa trouxe maior visibilidade às demandas existentes e ajudou a promover, organizar e legitimar o movimento internacional das mulheres sendo, portanto, determinante para a criação de uma nova política de desenvolvimento que propunha o atendimento às necessidades específicas das mulheres que até então tinham sido negligenciadas em função da adoção de critérios universalizantes na formulação e implementação de políticas.

A Década das Mulheres coincide com a Terceira Fase apresentada por

Boutros-Ghali na evolução dos esforços da ONU pela afirmação dos direitos das mulheres. O período foi marcado pela criação em 1976 do Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para a Década da Mulher e do Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento para a Promoção da Mulher (INSTRAW) cujo objetivo era dar um suporte aos países signatários da Conferência do México; pela aprovação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) de 1979 e pelas Conferências de Copenhague de 1980 e Nairóbi de 1985, podendo ser considerado como um ponto de inflexão no que se refere ao reconhecimento internacional quanto à especificidade da questão das mulheres. É durante esse período que observamos um deslocamento do entendimento de que o desenvolvimento serviria ao progresso das mulheres para a percepção de que o desenvolvimento não era possível sem a inclusão das mulheres.

Apesar da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres abarcar princípios internacionalmente aceitos sobre áreas temáticas variadas como saúde, trabalho, educação e família e ser fruto dessa ruptura epistemológica no que tange à participação das mulheres na construção de um modelo de desenvolvimento societal mais democrático e, portanto, mais sustentável, o documento manteve silêncio sobre a questão da violência doméstica e sexual contra as mulheres bem como sobre o prejuízo acarretado por essas práticas para o desenvolvimento pessoal, de suas famílias, sociedades e países (Barsted, 1995).

A despeito dessa omissão, a convenção ratificou a liberdade das mulheres em todas as esferas de sua existência convocando pela primeira vez os governos nacionais a atuarem contra a discriminação na esfera pública, mas também, e principalmente, na esfera privada. “O documento sustenta, assim, a superação de qualquer prevalência existente entre o público e o privado, reconhecendo como de igual importância direitos civis, políticos, econômicos e sociais” reafirmando a importância da equidade entre homens e mulheres no acesso à vida política, ao mercado de trabalho e à educação para o desenvolvimento (Haddad, 2007:76).

Em 1980, o INSTRAW converte-se em organismo autônomo dentro do sistema das Nações Unidas. Nesse mesmo ano foi organizada a **Segunda Conferência Mundial sobre a Condição Jurídica e Social da Mulher**, em Copenhague; e avaliadas a implementação das metas pactuadas na Conferência do México. Procurou-se ampliar o sentido de igualdade jurídica ou formal, como também igualdade de direitos, responsabilidades e oportunidades para a participação da mulher no desenvolvimento, como beneficiárias e como agentes ativas desse processo. Há que se mencionar aqui a identificação do surgimento de sinais de disparidades entre os direitos garantidos e a capacidade das mulheres de exercê-los.

Durante a Conferência de Copenhague foi assinada a CEDAW, realizado o primeiro balanço da implementação dos objetivos da Conferência do México e atualizado o Plano de Ação adotado em 1975. Emprego, saúde e educação foram os temas priorizados, tendo em vista que o tripé igualdade, desenvolvimento e paz, em torno dos quais se organizou a Conferência do México, não seria alcançado sem que esses temas fossem considerados de forma mais pragmática. Durante a reunião de Copenhague um dos principais temas que dominou o debate foi a relevância e coerência de se falar em feminismo sem que as necessidades básicas como acesso à educação, às oportunidades de emprego e aos serviços adequados de atenção à saúde da maioria das mulheres do Planeta estivessem garantidas de fato.

As conclusões de Copenhague alertaram para a deterioração da situação da mulher no mundo e o Plano de Ação da Conferência clamava por medidas mais enérgicas por parte dos países no sentido de assegurarem os direitos destas, particularmente no tocante à posse, propriedade, direitos de herança e de custódia sobre os filhos. Apesar do cumprimento do objetivo de rever a implementação do Plano de Ação da Conferência do México, o Plano de Ação de Copenhague não logrou consenso, resultando na abstenção de número expressivo de delegações (Boutros-Ghali, 1996:44).

Em 1985, o Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para a Década da Mulher é convertido no Fundo de Desenvolvimento das Nações

Unidas para a Mulher (UNIFEM). Nesse mesmo ano, a Terceira Conferência Mundial sobre a Mulher é celebrada em Nairóbi com intuito de analisar os compromissos e realizações da Década das Mulheres, elaborando a partir daí, um novo conjunto de recomendações e orientações para os quinze anos seguintes.

Denominada oficialmente de *Conferência Internacional para Rever e Avaliar as Realizações da Década das Nações Unidas para as Mulheres: Igualdade, Desenvolvimento e Paz*²⁴, a Conferência de Nairóbi alertou para o não cumprimento dos objetivos estabelecidos para a segunda metade da Década das Mulheres e para a necessidade de implementação de novas estratégias de ação até o ano 2000. O propósito da conferência era estabelecer medidas concretas capazes de auxiliar na superação dos obstáculos para se atingirem as metas estipuladas para aquela década, cabendo destacar aqui o subdesenvolvimento e a pobreza maciça de mulheres como os principais fatores na manutenção da desigualdade e da discriminação de gênero.

A **Terceira Conferência sobre as Mulheres** aconteceu em Nairóbi, em um período de grandes transformações sociais com o final de ditaduras e grande efervescência da sociedade civil mundial e registrou a participação de cerca de quinze mil representantes de ONGs. Essas organizações, conforme apontado no capítulo anterior quando foi analisado a configuração do campo de estudos de gênero, foram responsáveis pela aplicação das recomendações internacionais voltadas para os direitos humanos das mulheres e pela colaboração para o desenvolvimento de centros de pesquisa e programas voltados para a emancipação das mulheres. Influenciando e sendo influenciadas pelas iniciativas das Nações Unidas constituíram-se como interlocutoras-chave na institucionalização e defesa dos direitos das mulheres na esfera internacional.

A despeito dos esforços realizados, cinco anos após a Conferência de Nairóbi os relatórios elaborados diagnosticaram os tímidos resultados

²⁴ Tradução da autora a partir do original “World Conference to Review and Appraise the Achievements of the United Nations Decade for Women: Equality, Development and Peace” (Boutros-Ghali, 1996:46).

alcançados na Década das Mulheres. Apesar do progresso de muitos países, o desenvolvimento econômico não havia sido socializado entre os grupos mais vulneráveis e não se traduzia em melhoras significativas em termos de emprego, educação e saúde das mulheres conforme preconizado pelas recomendações resultantes do Plano de Ação.

A Quarta Fase na evolução dos esforços de afirmação dos direitos das mulheres tem início no período pós-Nairóbi e vai até os dias atuais. Essa etapa é caracterizada pela necessidade de incorporar a questão de gênero de forma transversal na formulação de políticas públicas. A implementação das estratégias definidas em Nairóbi e a permanência de muitos dos obstáculos identificados chamaram atenção para de um lado, a impossibilidade de superá-los até o ano 2000; e de outro, a existência de fatores estruturais que dificultavam o alcance das metas estabelecidas. “No tocante ao papel das mulheres no desenvolvimento, apesar da crescente rejeição do progresso econômico como “*gender-neutral*”, na prática, eram poucos os tomadores de decisão que consideravam o gênero como uma variável-chave nos processos políticos” (Haddad, 2007:78).

Com o objetivo de contribuir para o alcance das metas pactuadas, a Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher recomenda à Assembleia-Geral da ONU a realização da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher: Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz. A década de 1990 foi marcada pela realização de várias conferências mundiais sobre temas globais: a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento sediada no Rio de Janeiro; a Conferência Mundial de Direitos Humanos, celebrada em Viena, e a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento realizada no Cairo, são apenas alguns exemplos²⁵.

Há que se ressaltar, no entanto, que, embora essas conferências não façam parte do ciclo de eventos concernentes à Década da Mulher, elas são fundamentais para a consolidação do reconhecimento da mulher no processo

²⁵ Essas conferências serão tratadas a seguir como parte da agenda ambiental e de recursos hídricos.

de desenvolvimento como um todo. Ao inserirem em seus temas sociais aspectos específicos relativos à condição das mulheres deram maior visibilidade e concretude às reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres corroborando para a construção de condições mais favoráveis para a realização da Quarta Conferência sobre as Mulheres em Beijing.

A Conferência de Beijing realizada em 1995 distingue-se das demais por dois aspectos fundamentais. Primeiro por marcar o reconhecimento da necessidade de analisar as estruturas sociais e, conseqüentemente, as relações de poder entre homens e mulheres no interior das sociedades; e segundo, pela institucionalização da categoria gênero no campo dos estudos relativos às mulheres.

Até a **Quarta Conferência sobre as Mulheres** essas reuniões caracterizaram-se como encontros das mulheres ou como espaços para tratar das questões a elas relacionadas. A partir de Beijing reconhece-se formalmente que as transformações preconizadas afetam a sociedade em seu conjunto, devendo portanto, serem tratadas de forma transversal na articulação de um conjunto de políticas que dialoguem entre si.

A Plataforma de Ação resultante da Declaração de Beijing consolida e aprimora as conquistas anteriores no que se refere a temas como educação, participação política, direitos sucessórios e violência de gênero e vai além ao reafirmar os direitos reprodutivos alcançados na Conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento, bem como ao estabelecer pela primeira vez, em documento internacional, os direitos sexuais da mulher como o direito de ter controle e decidir de forma autônoma sobre as questões relacionadas à sua sexualidade (Alves, 2001).

Na Plataforma foram identificadas doze linhas de ação que demandavam atenção especial, pois guardavam relação direta com os obstáculos para o desenvolvimento das mulheres e exigiam a adoção de medidas mais enfáticas dos governos e da sociedade civil, são elas: mulher e pobreza, educação, saúde, economia, direitos humanos e meio ambiente; capacitação da mulher;

violência contra a mulher, participação nas esferas de decisão, mecanismos institucionais para o desenvolvimento da mulher.

Ao aprovar a Plataforma de Ação de Beijing, os governos se comprometeram a incluir, de maneira efetiva, a perspectiva de gênero em todas as suas instituições, políticas e processos de tomada de decisão. É nesse sentido que os resultados da Conferência de Beijing podem ser vistos, de um lado, como consequência da consolidação da internacionalização dos direitos das mulheres; e de outro, como o início da transversalização da dimensão de gênero na formulação de princípios orientadores para elaboração de políticas públicas.

2.1.2 De Mar del Plata a Istambul: Iniciativas Globais pela Água

Assim como a questão das mulheres, todavia em um período posterior, os problemas relacionados à água também vão se tornar objeto de inúmeras conferências internacionais, constituindo-se como tema importante na construção da abordagem plural incorporada à agenda internacional no período Pós-Guerra Fria.

A década de 1960 é marcada pelo despertar do interesse de segmentos mais amplos da sociedade no que tange às questões ambientais. Contudo, é a partir dos anos 1970 que se inicia uma reflexão mais crítica quanto ao modelo de desenvolvimento adotado e ao seu impacto sobre a natureza como um todo.

A Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente foi realizada em Estocolmo em 1972 e teve como objetivo discutir a relação entre meio ambiente e crescimento econômico. A declaração resultante continha vinte e seis princípios ligados à governança dos recursos naturais e delineava perspectivas para a cooperação internacional para o meio ambiente. Dentre essas, cabe destacar o direito fundamental ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade e a necessidade de preservação

do recursos naturais, dentre os quais a água, em benefício das gerações presentes e futuras, mediante um planejamento ordenado. Entre os resultados da conferência está a criação de um organismo multilateral no sistema ONU dedicado às questões ambientais, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

“Em sua inspiração, os Princípios aprovados sugerem que a equidade entre os povos e países é uma dos ideais a serem perseguidos, principalmente no campo econômico”, mas que “desenvolvimento e preservação ambiental deveriam andar juntos e deveriam ser dados toda a assistência e incentivo aos países menos desenvolvidos no sentido de promoverem uma administração ambiental racional” (Souza, 2003:56).

O aumento da visibilidade da questão foi paulatinamente acompanhado pelo agravamento da crise ambiental anunciada pelo Clube de Roma no Relatório *Limites do Crescimento* e pelo surgimento da demanda por mudanças no enfoque dado ao problema. Nesse mesmo período os movimentos sociais urbanos e ecologistas, tendo suas reivindicações fortalecidas pelo momento de redemocratização de vários países, ganham força e complexidade, passando a ressaltar a dimensão social do conflito ambiental (Meadows, 1978; Sader, 1988).

Todavia, foi na **Conferência das Nações Unidas sobre Água** realizada em Mar del Plata no ano de 1977 que se consagrou pela primeira vez um fórum internacional dedicado especificamente a essa temática. Seus objetivos eram avaliar o estado dos recursos hídricos; assegurar que o acesso à água de qualidade estivesse disponível para atender as necessidades sócio-econômicas do Planeta; aumentar a eficiência do uso da água e adotar medidas, nacionais e internacionais, para evitar uma crise de água de dimensões globais antes do fim do século XX.

O Plano de Ação de Mar del Plata resultou na primeira iniciativa internacional pela implementação de um Sistema de Gestão Integrada de

Recursos Hídricos (GIRH). O plano foi concebido a partir de dois eixos, um grupo de recomendações que incluíam os principais componentes da gestão da água e um conjunto de doze orientações sobre uma ampla gama de áreas temáticas específicas: avaliação do uso da água; controle de perigos naturais, ambiente, saúde e poluição; políticas públicas, planejamento e gestão; informação, formação, treinamento e pesquisa, além de cooperação regional e internacional (Rahaman & Varis, 2005).

Em 1980, a Assembléia Geral das Nações Unidas proclamou a década de 1981-1990 como a Década da Água Potável e do Saneamento, uma resposta ao reconhecimento da importância dessa questão na construção de uma agenda integrada para o desenvolvimento humano mundial.

Quinze anos após Mar del Plata, a água volta à agenda internacional em janeiro de 1992 na **Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente** realizada em Dublin como evento preparatório para a **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento** realizada no Rio de Janeiro no mesmo ano.

Como foi mencionado no capítulo anterior, a Declaração de Dublin foi a primeira a trazer formalmente no seu texto o reconhecimento do papel desempenhado pelas mulheres na provisão, gerenciamento e proteção da água como componente da gestão integrada de recursos hídricos. Os principais sucessos da Conferência de Dublin foram a reafirmação da necessidade de uma gestão integrada da água, assim como da participação ativa de todas as partes envolvidas, dos níveis mais altos do governo às comunidades locais, e o destaque dado ao papel protagonizado pelas mulheres na gestão da água. As recomendações da conferência de Dublin foram consolidadas mais tarde no capítulo dezoito da Agenda 21 na Rio-92.

As principais críticas à Conferência de Dublin centraram-se no fato de estar se caracterizado como uma reunião de especialistas e não um evento intergovernamental, e também por não ter considerado os resultados de Mar del Plata. Ao contrário de Mar del Plata, houve uma baixa participação dos

países. Um outra crítica apontada foi a falha dos participantes em indicarem como os princípios estabelecidos poderiam ser implementados em realidades complexas da gestão da água nos países em via de desenvolvimento (*Idem*).

O princípio segundo o qual a água deve ser reconhecida como um bem econômico foi alvo de amplo debate, sendo contestado pela maioria dos profissionais dos países mais pobres ao argumentarem que nenhuma iniciativa global de desenvolvimento poderia ser sustentável se a água foi considerada um bem econômico sem que se considerasse a inserção das questões da equidade e da pobreza.

Não se faz necessário retomar aqui os demais princípios de Dublin, pois estes já foram discutidos no capítulo anterior, todavia, cabe ressaltar sua importância como marco para a reafirmação e consolidação do princípio da equidade de gênero nos eventos mundiais subsequentes.

Em 1996 um conjunto de iniciativas globais relativas à água são tomadas. Cabe destaque a fundação da Parceria Global pela Água (GWP), fruto de uma ação entre Banco Mundial, Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) e Agência Internacional Sueca de Desenvolvimento (SIDA) para promover a gestão integrada dos recursos hídricos (IWRM) e assegurar o desenvolvimento e gerenciamento coordenados da água, da terra e de outros recursos naturais a estes relacionados (GWP, 2009).

Nesse mesmo ano foi estabelecido o Conselho Mundial da Água (WWC). A criação do conselho é o resultado da crescente preocupação da comunidade internacional sobre o tema e os Fóruns Mundiais da Água por ele concebidos uma estratégia para impulsionar o processo de tomada de consciência em relação a essa questão.

Apesar das críticas, os princípios de Dublin influenciaram profundamente a concepção atual do gerenciamento da água, sendo mais tarde ratificados no **I Fórum Internacional da Água** que aconteceu em Marrakesh, Marrocos, em 1997 e teve como resultado a recomendação para a elaboração de uma

visão geral da água no século XXI.

Em 1998, cinco anos após Dublin, acontece a Conferência Internacional sobre Água e Desenvolvimento Sustentável em Paris. A preocupação central da **Conferência de Paris** residiu na coordenação e integração dos diferentes aspectos da gestão das águas. A Declaração de Paris reforça a integração com os princípios de outros eventos internacionais relacionadas à água como é o caso das Convenções sobre Mudança Climática, Zonas Úmidas, Desertificação e Diversidade Biológica, e define a água como recurso “catalítico” para a cooperação regional, sendo recurso-chave para a prosperidade e estabilidade.

O **II Fórum Internacional da Água** ocorreu em Haia, Holanda, em 2000 com o tema *Da Visão à Ação* e reuniu cerca de 5.700 participantes do mundo inteiro. Ao contrário de Mar del Plata e de Dublin, este fórum contou com a participação de representantes de governos, especialistas e demais partes envolvidas na gestão da água, sendo este um fator chave para o sucesso do evento. Durante o fórum foi apresentada a “Visão Mundial da Água” e diferentemente de Dublin, o Fórum de Haia considerou os resultados das iniciativas precedentes e avançou ao reconhecer as dimensões sociais, ambientais e culturais da água.

Os participantes sugeriram a necessidade de aplicar critérios de equidade paralelamente aos subsídios para os pobres ao se adotar a fixação da cobrança para água. O fórum reconheceu também que segurança alimentar, proteção dos ecossistemas, empoderamento dos grupos mais vulneráveis, assim como a gestão dos desastres naturais relativos à água, o gerenciamento das bacias hidrográficas transfronteiriças e o direito ao acesso à água só são realizáveis a partir de uma gestão integrada dos recursos hídricos.

Nesse mesmo fórum foi criada a Aliança de Gênero e Água (GWA) cujo objetivo é a incorporação da perspectiva de gênero na gestão da água:

“A missão da GWA é promover a gestão e o acesso equitativo de mulheres e homens à água segura e adequada

para o abastecimento doméstico, saneamento, segurança alimentar e sustentabilidade ambiental. A provisão de serviços sustentáveis de água e saneamento que incorporam uma abordagem de gestão integrada de recursos hídricos requer uma ênfase e um foco especial em gênero, justiça social e direitos humanos. A GWA acredita que o acesso equitativo e o controle sobre a água é um direito básico de todos, assim como um fator crítico para promover a erradicação da pobreza e a sustentabilidade. A GWA é uma iniciativa de caráter global dedicada a incorporar a perspectiva de gênero na gestão de recursos hídricos. Ela constitui uma associação registrada sob a legislação holandesa e possui mais de 600 membros em 91 países. [...] Mais de oitenta por cento dos membros vêm de uma diversidade de países da Ásia, África e América Latina. [...] A GWA é um Programa Associado à Parceria Mundial pela Água (GWP). A Aliança tem sido financiada pelos Governos da Holanda e do Reino Unido, com recursos financeiros adicionais gerados por projetos implementados com organizações parceiras” (GWA, 2009:1).

A criação da GWA bem como o abrangente espectro de capacidades e especialidades em todos os setores de água, assim como de diferentes grupos de atores, incluindo governo, organizações de base, ONGs, universidades e institutos de pesquisa, agências internacionais e consultores individuais, abarcado por seus membros aponta para a institucionalização do tema e reforça a idéia sobre o processo de formação do subcampo de gênero e água²⁶.

Ainda em 2000 as Nações Unidas organizaram em Nova York a **Cúpula do Milênio**. A Declaração do Milênio foi referendada por 191 países, aportou um consenso sobre os graves problemas do Planeta e estabeleceu um programa mínimo baseado em oito pontos para enfrentá-los. Esses compromissos ficaram conhecidos como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), são eles: acabar com a fome e a miséria; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade e

²⁶ O presente estudo não tem o objetivo de avaliar a efetividade das iniciativas da referida organização. Todavia, um futuro estudo dessa natureza pode aportar contribuições para entender o impacto da atuação de instituições com expectativas de influenciar a gestão da água em uma escala global como atores de um *metaproc*esso.

estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Ao analisar as Metas do Milênio é possível observar-se que seis delas estão relacionadas diretamente às mulheres. Cabendo aqui destaque para a erradicação da pobreza, compromisso este que impacta diretamente nas demais metas uma vez que os números indicados pela Secretaria Geral da Organização das Nações Unidas apontam para a existência de cerca de 1,2 bilhão de pessoas em todo o Planeta vivendo abaixo da linha de pobreza, sendo que destes, 70% são mulheres, fenômeno este identificado como “feminização da pobreza” (Pupo, 2007).

Em Bonn, 2001, aconteceu a **Conferência Internacional sobre Água Doce** cujo objetivo principal era contribuir para soluções de problemas globais referentes à água e indicar caminhos para preparação da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável e do III Fórum Mundial da Água. Na Conferência de Bonn foram revistos todos os princípios precedentes relativos à gestão dos recursos hídricos e reconheceu-se a distância entre a formulação de políticas de água e a prática. Os resultados da conferência centraram-se não apenas em identificar os desafios e públicos-alvo, mas igualmente em recomendar programas que tivessem capacidade de implementar políticas no nível local (ICFW, 2001).

Em 2002 as Nações Unidas organizam em Joanesburgo a **Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável**. A Conferência de Joanesburgo, também chamada de Rio+10 e Cúpula da Terra, teve como principais objetivos fortalecer o compromisso de todas as partes com os acordos aprovados anteriormente - especialmente em relação à Agenda 21, assinada em 1992 na Conferência do Rio e identificar as novas prioridades que haviam emergido desde 1992. No que tange à água, o evento reafirmou a gestão integrada de recursos hídricos como instrumento central para a governança das águas e para a diminuição da distância entre as políticas formuladas e os problemas existentes, requisito essencial para o desenvolvimento sustentável.

O Plano de Ação²⁷ de Joanesburgo ratificou a erradicação da pobreza como o maior desafio enfrentado pelas sociedades contemporâneas, sendo esta também condição necessária para o desenvolvimento sustentável, em especial no que se refere aos chamados países do Sul; e elegeu a redução pela metade do número de pessoas com renda inferior a um dólar por dia; que passam fome e sem acesso a água potável, como diretriz principal. Cabendo aqui destacar os aspectos concernentes a esta pesquisa a partir dos seguintes trechos do documento final (MRE, 2009):

📁 Erradicação da Pobreza

“Reconhecemos que a implementação dos resultados da Cúpula deve beneficiar toda a população, em especial as mulheres, os jovens, as crianças e grupos vulneráveis. Todos os agentes relevantes devem se envolver na implementação por meio de parcerias, particularmente entre os Governos do Norte e do Sul, por um lado, e entre os Governos e os grupos principais, por outro, de maneira a atingir as metas amplamente compartilhadas do desenvolvimento sustentável. [...] A erradicação da pobreza representa o maior desafio do mundo atual e é um requisito indispensável para se alcançar o desenvolvimento sustentável, particularmente para os países em desenvolvimento. Para tanto, requer-se que sejam tomadas medidas em todos os níveis para: [...] promover o acesso igualitário e a plena participação da mulher, em igualdade de condições com o homem, na tomada de decisões em todos os níveis, incorporando as perspectivas de gênero em todas as políticas e estratégias, eliminando todas as formas de violência e discriminação contra a mulher e melhorando a condição, saúde e bem-estar econômico das mulheres e das meninas pelo acesso pleno e igualitário às oportunidades econômicas, à terra, ao crédito, à educação e aos serviços de saúde; [...] proporcionar o acesso aos recursos agrícolas às pessoas que vivem na pobreza, em especial as mulheres e as comunidades indígenas [...]; construir uma infra-estrutura rural básica, diversificar a economia e melhorar o transporte e o acesso dos pobres das zonas rurais aos mercados, às informações de mercado e ao crédito, com o fim de incentivar a agricultura sustentável e o desenvolvimento rural; transferir técnicas e conhecimentos básicos sobre a agricultura sustentável, incluindo o

²⁷ O Plano de Ação completo, em português, pode ser consultado no endereço <http://www.mma.gov.br/estruturas/ai/_arquivos/pijoan.doc>.

gerenciamento dos recursos naturais, aos pequenos e médios agricultores, pescadores e populações de baixa renda das zonas rurais, especialmente nos países em desenvolvimento, inclusive por meio das abordagens dos múltiplos grupos de interesse e de parcerias entre o setor público e o privado, com o objetivo de aumentar a produção agrícola e a segurança alimentar [...].” (MRE, 2000:2).

- Proteção e Gestão da Base de Recursos Naturais para o Desenvolvimento Econômico e Social

1. Água

- “Lançamento de um programa de ação, com ajuda financeira e assistência técnica, para o cumprimento da meta determinada pela Declaração do Milênio sobre água potável segura. Nesse sentido, concordamos em reduzir pela metade, até o ano 2015, a proporção de pessoas que ainda não têm acesso à água potável nem dispõem dos meios para obtê-la (conforme mencionado na Declaração do Milênio), bem como a proporção de pessoas que não têm acesso ao saneamento básico, incluindo a implementação de ações em todos os níveis para: [...] mobilizar os recursos financeiros nacionais e internacionais em todos os níveis, transferir tecnologia, promover melhores práticas e fortalecer a capacidade para desenvolver infra-estruturas e serviços relacionados com a água e o saneamento, assegurando-se de que essas infra-estruturas e serviços atendam às necessidades dos pobres e sejam sensíveis às questões de gênero; [...] facilitar o acesso à informação pública e a participação em todos os níveis, inclusive por parte das mulheres, em apoio à adoção de políticas e decisões relacionadas com a gestão dos recursos hídricos e a execução de projetos” (MRE, 2000:14).

2. Agricultura

- “A agricultura cumpre uma função decisiva no atendimento das necessidades de uma crescente população mundial e está intrinsecamente vinculada à erradicação da pobreza, especialmente nos países em desenvolvimento. É urgente fortalecer o papel que as mulheres desempenham em todos os níveis e em todos os aspectos do desenvolvimento rural, da agricultura, da nutrição e da segurança alimentar. O desenvolvimento rural sustentável e a agricultura sustentável são fundamentais para que se adote uma abordagem integrada para aumentar a produção de alimentos e a segurança alimentar de maneira ambientalmente sustentável” (MRE, 2000:26).

- Saúde

1. Segurança Hídrica

- “A Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento estabelece que o ser humano constitui o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável e que tem direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza. Os objetivos do desenvolvimento sustentável só podem ser alcançados com a baixa incidência de doenças debilitantes, e a melhoria na saúde de toda a população exige a erradicação da pobreza. É urgente enfrentar as causas da saúde debilitada, incluindo aquelas vinculadas ao meio ambiente, o impacto dessas causas no desenvolvimento, dando especial atenção às mulheres e crianças, bem como a outros grupos vulneráveis da sociedade, como os portadores de deficiência, os idosos e as populações indígenas” (MRE, 2000:39).

2. Formação e Treinamento

- “[...] transferir e disseminar, em termos mutuamente acordados, incluindo parcerias multisetoriais público-privadas, tecnologias relacionadas com a água potável segura, o saneamento e a gestão de resíduos nas zonas rurais e urbanas dos países em desenvolvimento e dos países com economias em transição, com o apoio financeiro internacional, levando em conta as condições particulares de cada país e a igualdade de gênero, inclusive as necessidades tecnológicas específicas da mulher” (MRE, 2000:40).

Apesar das críticas feitas aos resultados da Conferência de Joanesburgo, no que se refere ao presente estudo, é possível verificar que o documento avançou nas recomendações feitas em eventos anteriores ao fornecer metas e diretrizes específicas para transversalizar a incorporação da perspectiva de gênero na formulação e implementação de políticas que têm como objetivo o desenvolvimento sustentado. Desta forma, o conteúdo do Plano de Ação acabou servindo como uma espécie de 'carta de princípios' para a organização dos próximos eventos relativos à água bem como para programas que têm o objetivo de incluir a perspectiva de gênero na elaboração de seus projetos.

O III Fórum Internacional da Água ocorreu em Kyoto, Japão, em 2003

com a participação de cerca de vinte e quatro mil pessoas. As questões centrais foram água de qualidade para todos; boa governança; capacitação, financiamento, participação política além de outros tópicos regionais. Uma reunião de ministros conduziu a elaboração da declaração ministerial que incluiu entre os temas estratégicos gestão de recursos hídricos, segurança hídrica; saneamento; água para alimentação e desenvolvimento rural; assim como mitigação dos desastres e gestão de riscos (TWWF, 2003).

Em 2006, a Cidade do México sediou o **IV Fórum Internacional da Água**, que teve como tema *Ações Locais para um Desafio Global* e articulou-se em torno de cinco eixos temáticos: água para o crescimento e desenvolvimento; instrumentação da gestão integrada de recurso hídricos; água para alimentação e meio ambiente; água e saneamento para todos e manejo de riscos. No que interessa ao nosso estudo, os resultados da discussão sobre gênero e água apareceram como tema transversal do Documento de Síntese²⁸ sobre o empoderamento dos atores locais.

O Painel *“Incorporação da Perspectiva de Gênero e Água para o Crescimento e Desenvolvimento: a Diversidade como Elemento de Transformação”*²⁹ ressaltou o fato das mulheres, especialmente na África, Ásia e América Latina, serem responsáveis por coletar, transportar e gerir a água para as necessidades domésticas diárias. Devendo, portanto, ser parceiras essenciais na gestão, preservação e provisão da água. Sendo assim, incorporar a perspectiva de gênero significa envolver as mulheres, assim como os homens, em todos os aspectos do planejamento, da execução e do monitoramento de políticas e de programas de água em todos os níveis do processo de tomada de decisão (FWWF, 2006).

Apesar do conhecimento e experiência acumulados pelas mulheres na gestão das águas, normalmente é a compreensão e a perícia dos homens que dominam as arenas decisórias ligadas à governança dos recursos hídricos,

²⁸ O Documento de Síntese completo, em inglês, pode ser consultado no endereço <http://www.worldwaterforum5.org/fileadmin/wwc/World_Water_Forum/WWF4/synthesis_sept06.pdf>

²⁹ Tradução da autora.

comprometendo assim uma gestão mais eficaz da água. Para qualificar o processo de tomada de decisão sem que se perpetue a desigualdade de gênero, é essencial fomentar a capacitação das mulheres e promover sua participação na gestão da água como atores do seu próprio desenvolvimento sem aumentarem sua carga de trabalho e assegurando-se que as soluções propostas sejam apropriadas para suas necessidades.

Essas questões estiveram presentes no Painel “*Seguro, Acessível, Privativo e Próximo: Fazendo os Serviços de Saneamento Funcionarem para as Mulheres - a Chave para Alcançar as Metas do Milênio em Água e Saneamento*”³⁰. Como reconhecido em mensagem do ex-Secretário-Geral da ONU, Koffi Annan, aos participantes do Fórum do México, a participação e o empoderamento das mulheres são essenciais à erradicação da pobreza e à proteção ambiental, todavia, a falta do acesso à água e ao saneamento privam muitas mulheres do acesso à educação, afetando diretamente sua formação e autonomia (FWWF, 2006).

No que tange ao posicionamento dos países quanto às ações necessárias para um gerenciamento das águas sensível à questão de gênero, foi pactuado que as políticas nacionais para abastecimento de água bem como os serviços de saneamento devem atender equitativamente às diferentes funções, necessidades e prioridades de homens e mulheres. Para tanto tais ações devem concentrar-se em:

- “i) Formular estratégias e políticas sensíveis à questão de gênero que sejam transversais às políticas ministeriais de água, desenvolvimento social, saúde e educação;
- ii) Promover exemplos específicos e práticos de como traduzir o compromisso da 'comunidade hídrica' na incorporação da questão de gênero em ações locais efetivas;
- iii) Reforçar a legislação sobre direitos relacionados à água e à propriedade da terra, particularmente no que diz respeito às mulheres e grupos indígenas;
- iv) Desenvolver capacidades e encorajar a participação de homens e mulheres em treinamentos e processos de tomada de decisão; e
- v) Fornecer assistência técnica às autoridades locais e às

³⁰ Idem.

comunidades no que diz respeito às tecnologias de baixo custo e acesso à informação” (FWWF, 2006:64).

Essa recuperação histórica das conferências e reuniões temáticas é oportuna para aportar as raízes de tal discussão e, dessa forma, elucidar o que significa incorporar gênero na gestão de recursos hídricos. Como é possível observar, o processo de inserção das questões de gênero e de água no cenário internacional ocorreu de forma lenta e gradual em períodos distintos, convergindo no entanto para a década de 1990, período este chamado de *ciclo social* das conferências internacionais.

“A premissa subjacente à iniciativa da ONU era de que questões como meio ambiente, direitos humanos, população e desenvolvimento social estão intimamente relacionadas e dependem, cada qual, do papel concedido às mulheres na arena internacional. Por conta disso, em cada uma dessas conferências, deu-se oportunidade para que as agendas feministas fossem consideradas, admitindo-se, afinal, que as perspectivas de gênero eram essenciais a todos os temas e programas enfocados. Para Corrêa (1995a, p. 28), [...] 'não fossem a presença e intervenção das mulheres com uma agenda política clara e uma enorme habilidade de argumentação e de negociação', os resultados das conferências teriam sido totalmente diferentes” (Haddad; 2007:80).

No que tange à questão das mulheres, é possível situá-la enquanto processo como resultado da luta pelos direitos sociais e os direitos civis, também chamados de direitos individuais e portanto, de primeira e segunda geração. Enquanto os problemas relativos à água estariam mais diretamente ligados aos direitos coletivos, ou seja, de terceira geração. Essa associação talvez ajude a explicar o caráter cronológico da institucionalização desses temas bem como a discursividade sob a qual vem se configurando o subcampo gênero e água.

A recuperação da evolução da articulação dos respectivos temas na agenda internacional (ver Figura 2.1) permite identificar que, apesar do referido subcampo constituir-se a partir da recomendação para a incorporação

da questão de gênero na gestão integrada de recursos hídricos, os temas que emergem, assim como as relações de parentesco que se estabelecem com os outros temas, encontram sua gênese nas reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres, e portanto, nas equações discursivas aportadas pelo campo dos estudos de gênero.

**Quadro 2.1 - Evolução da Discussão sobre Gênero e Água nas Reuniões Internacionais
Brasil, 2009**

Reunião	Tema	Articulação entre Gênero e Água
Conferência de Mar del Plata - 1977	Água	Assegurar que o acesso à água de qualidade estivesse disponível para atender as necessidades sócio-econômicas do Planeta, por meio da priorização dos seguintes aspectos: controle de perigos naturais, ambiente, saúde e poluição; políticas públicas, planejamento e gestão; informação, formação, treinamento e pesquisa, além de cooperação regional e internacional.
Conferência de Dublin -1992	Água e Meio Ambiente	As mulheres desempenham papel principal na provisão, gerenciamento e proteção da água.
Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92)	Meio Ambiente e Desenvolvimento	Intensificação da participação da mulher na gestão de recursos hídricos
I Fórum Internacional da Água Marrakesh 1997	Água	As mulheres desempenham papel principal na gestão da água doméstica.
Conferência de Paris 1998	Água e Desenvolvimento Sustentável	Água como recurso “catalítico” para a cooperação regional, sendo recurso-chave para a prosperidade e estabilidade.
II Fórum Internacional da Água Haia – 2000	Água	<ul style="list-style-type: none"> - Direito ao acesso à água; - Empoderamento dos grupos vulneráveis; - Segurança alimentar; - Água como fator de prosperidade e estabilidade.

<p>Conferência de Joanesburgo - 2002 (Rio +10)</p>	<p>Desenvolvimento Sustentável</p>	<ul style="list-style-type: none"> - As metas para erradicação da pobreza e da fome estão associadas ao acesso das mulheres à água; - Proporcionar o acesso das mulheres aos recursos agrícolas; - Necessidade de construção de infraestrutura rural básica; - As infra-estruturas e serviços de água e saneamento devem ser sensíveis às questões de gênero; - Acesso à informação pública e a participação, por parte das mulheres, na gestão da água e na elaboração de projetos; - Fortalecer a participação das mulheres no desenvolvimento rural; - Segurança hídrica; - Formação e treinamento que atendam às necessidades tecnológicas específicas da mulher.
<p>IV Fórum Internacional da Água México – 2006</p>	<p>Água</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Envolver mulheres, assim como os homens, em todos os aspectos do planejamento, da execução e do monitoramento de políticas e de programas de água em todos os níveis do processo de tomada de decisão; - A falta do acesso à água e ao saneamento privam muitas mulheres do acesso à educação, afetando diretamente sua formação e autonomia; - Formular estratégias e políticas sensíveis à questão de gênero que sejam transversais às políticas ministeriais de água, desenvolvimento social, saúde e educação; - Promover exemplos específicos e práticos de como traduzir o compromisso da 'comunidade hídrica' na incorporação da questão de gênero em ações locais efetivas; - Reforçar a legislação sobre direitos relacionados à água e à propriedade da terra, particularmente no que diz respeito às mulheres e grupos indígenas; - Desenvolver capacidades e encorajar a participação de homens e mulheres em treinamentos e processos de tomada de decisão; - Fornecer a assistência técnica às autoridades locais e às comunidades no que diz respeito às tecnologias de baixo custo e acesso à informação”

Fonte: Autora. A partir das informações encontradas nos documentos oficiais anteriormente citados e que fundamentam as recomendações de cada uma das conferências.

Ao analisar as transformações advindas da incorporação da perspectiva de gênero na formulação e implementação de políticas públicas de água,

observamos que este subcampo fundamenta-se em uma dupla herança que são as contribuições do campo do estudo de gênero e do campo de água e aponta para a configuração de um subcampo que ao delinear-se a partir da agenda internacional como recomendação para as políticas de água vai forjar-se para responder à demanda de um dado campo do saber e, portanto, de um dado *habitus* e precisa constituir-se operacionalizando seu discurso na articulação das dinâmicas entre esses dois campos.

2.2 Um Objeto Situado na Convergência dos Saberes

Analisar a formação do subcampo gênero e água a partir do confronto entre as agendas internacionais teve o objetivo de explorar a epistemologia do reconhecimento do papel da mulher na gestão da água e dessa forma entender como esse subcampo vem formando seus objetos. Um segundo resultado dessa opção metodológica foi a possibilidade de entender o feixe de relações sob o qual estes existem.

Essas relações não estão presentes *no* objeto, portanto, não são elas que serão desenvolvidas no decorrer desta análise, pois sendo elas “estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas (e) técnicas, [...] não definem a constituição interna do objeto, mas o que lhe permite aparecer, justapor-se a outros objetos, situar-se em relação a eles” (Foucault, 2005a:50).

Como acontece comumente na Sociologia, o objeto desta pesquisa situa-se na interseção de várias disciplinas vizinhas o que resulta em múltiplas possibilidades de análise. Tendo em vista que o objetivo desse estudo consiste em apontar alguns caminhos para reflexão sobre a relação entre desenvolvimento, gênero e água e o impacto das políticas públicas de água no Semiárido brasileiro na vida das mulheres, os aportes trazidos pela (a) Sociologia Feminista e Sociologia do Gênero bem como as contribuições do (b) Pensamento Social Brasileiro e da (c) Sociologia do Desenvolvimento e Sociologia Rural foram escolhidos como as ferramentas teóricas de maior

fôlego para empreender a análise que aqui se propõe. Todavia, considerando a natureza interdisciplinar do objeto, o estudo também privilegiará, de forma mais pontual, as contribuições de outros campos dos saber.

A. Contribuições da Sociologia Feminista e da Sociologia do Gênero

O debate acerca das desigualdades sociais é central para discutir a desigualdade de gênero uma vez que esta se inscreve em relações sociais de sexo ancoradas nas tradições culturais e resultam na violência contra as mulheres, na desigualdade de oportunidades de educação, trabalho e participação política. Falar de gênero significa, portanto, inserir-se em um campo interdisciplinar do saber que se constituiu a partir do diálogo do movimento feminista com outras áreas do conhecimento (Heilborn, 1991; Machado, 1992)

A dominação dos homens sobre as mulheres é retratada e analisada em uma ampla literatura articulada por diversas áreas do conhecimento. Como afirma Bandeira (1996), a categoria gênero constitui-se como elemento tanto da organização social, como das relações de poder – de dominação e subordinação, que são construídas nas culturas, a partir da distinção (masculino/feminino), estabelecendo e organizando as relações sociais em geral (Bandeira, 1996).

A discussão de gênero configura-se, portanto, em um campo de luta política formado por diferentes campos intelectuais (Bourdieu, 2000) e atores sociais que disputam entre si a hegemonia desse debate. Foucault (2005b) ressalta a dificuldade de produzir um discurso tendo em vista a necessidade de eliminar ou pelo menos reduzir seu caráter de aleatoriedade. Segundo o autor, todo discurso tem uma vontade de verdade, um desejo de produzir um discurso que abarque as especificidades da realidade e que ao mesmo tempo

seja universal; todo discurso é, pois, fruto do desejo de poder. Nesses estudos, há a tendência em substituir os estudos de mulher pelos estudos de gênero com o objetivo de valorizar a diferença e não simplesmente, por meio da crítica, reforçar o poder masculino (Machado, 1992).

Nessas abordagens que tratam das feminitudes do feminismo é possível constatar tanto a “dor” como o “orgulho” da diferença. Em comum, as diferentes perspectivas têm a defesa da visibilidade da mulher nas áreas nas quais ela sempre esteve presente, apesar da invisibilidade social. Dessa forma, convivem várias tensões do feminismo, são elas: i) a luta pela especificidade do direito da mulher; ii) a proposta de dar visibilidade e iii) o deslocamento das questões privadas para a esfera pública, iv) a conciliação desse sentimento que oscila entre a dor e o orgulho e v) a denúncia do universalismo da dominação masculina.

Dentro de uma visão mais sociológica, existe uma tendência em pensar a relação de gênero como relação de poder. Essa tendência cristaliza, segundo Machado (1992), a dominação masculina e dificulta a percepção de outras questões associadas ao sistema de gênero, reduzindo-o este a sua dimensão política. Sendo assim, para a constituição de uma nova configuração do campo de saber sobre o gênero é fundamental considerar a multiplicidade de aspectos que conformam essas relações e que apesar de incluir o político não se reduzem a ele, pois colocam simultaneamente a questão da diferença e da desigualdade, da universalidade e da particularidade.

Para Devreux, apesar de gênero e relações sociais de sexo aparecem muitas vezes como sinônimos trata-se da utilização de conceitos que se distinguem em muitos planos. Falar em relações sociais de sexo significa privilegiar a oposição de dois grupos que se localizam antagonicamente tanto no que se refere à divisão do trabalho quanto à divisão do poder enquanto o fato da categoria gênero ser polissêmica acaba por minimizar a dimensão de conflito existente (Devreux, 2005; 1990).

No presente trabalho, escolheu-se utilizar a categoria *gênero* uma vez que

é esta que aparece nas discussões relativas às políticas públicas em geral e às políticas de água em particular. Todavia, em algumas passagens da tese, quando em nome da riqueza da experiência relatada se fizer necessário o emprego de categorias maior rigor analítico, utilizaremos *relações sociais de sexo*.

Discutir gênero na análise que aqui se propõe significa considerar essa multiplicidade de aspectos que conformam as relações sociais de sexo; contemplando, portanto, a esfera privada denominada pela teoria feminista de mundo da reprodução e também a esfera pública, caracterizada pelo mundo da produção nas suas dimensões econômica, social e política (Devreux, 1988).

Nessa articulação entre a esfera do trabalho reprodutivo e a esfera do produtivo, o estudo da família assume uma grande centralidade uma vez que é no espaço doméstico que se delineiam aspectos cruciais da cultura de gênero e, conseqüentemente, das relações sociais. Em seu extenso estudo sobre a família Göran Therborn (2006:11) afirma que esta “é um espaço cercado nos campos de batalha abertos pelo sexo e pelo poder”. Com o objetivo de pensar o *locus* no qual essas relações sociais de sexo se inscrevem faz-se necessário refletir sobre como estes se articulam.

Para fundamentar essa reflexão torna-se premente discutir o conceito de patriarcado. A palavra patriarca vem do grego (πατριάρχης, πατήρ, *patér*, pai + αρχή, *arché*, primeiro, máximo) e está relacionada ao título utilizado em certas igrejas cristãs para designar algumas autoridades eclesiásticas que têm ascendência jurídica ou honorífica em relação a um território, rito ou igreja. Patriarcado é o nome dado à circunscrição eclesiástica do patriarca.³¹

Como afirma Therborn, o patriarcado é caracterizado pela “regra do pai”, isto é, uma ordem social fundada sobre os poderes familiares masculinos, sejam estes pais, tios, maridos ou outros membros da família. Dessa forma, a

³¹ Consultar <<http://pt.wikipedia.org>> página acessada em 15 de janeiro de 2006.

família é aqui utilizada como recurso heurístico para a construção de um quadro cultural da subcultura sertaneja (Therborn, 2006).

B. As Contribuições do Pensamento Social Brasileiro

Para compreender a relação entre gênero e desenvolvimento, no espaço do sertão brasileiro, é importante levar em consideração o conceito de patriarcado, categoria segunda a qual o homem mantém seu lugar como representante da autoridade máxima na família o que lhe privilegia acessar as posições de mando na esfera pública.

O patriarcado é caracterizado por uma supervalorização da esfera procriativa, ou seja, os papéis de mãe e esposa. Até a nova constituição em 1988, que deu à mulher e ao homem igualdade plena perante a lei, o pai ou marido tinha o direito de revogar qualquer emprego em que a esposa ou filha assumisse caso fosse considerado que o mesmo estava interferindo na saúde ou no bem estar da família. Hoje, mesmo quando a mulher realiza atividades produtivas no campo, não se reconhece a sua participação, nem suas experiências e saberes acumulados em sua convivência com o Semi-Árido.

Na farta literatura sobre o sertão, seja em *Os Sertões* de Euclides da Cunha (2000), em *Capítulos da História Colonial de Capistrano* de Abreu (2000) ou em *O Povo Brasileiro* de Darcy Ribeiro (1995) a dimensão humana é evocada na caracterização dos tipos masculinos. Fala-se no sertanejo, nos jagunços, nos vaqueiros, nos lavradores, no entanto, não há um reconhecimento do espaço da mulher ou mesmo da condição feminina nessas regiões. Essa situação de invisibilidade social é própria de sociedades patriarcais, cujo principal traço característico no que tange à questão de gênero é a restrição do espaço social atribuído às mulheres a despeito da centralidade do seu papel no cotidiano da família.

A categoria *patriarcado* vai ocupar um lugar de destaque nas fundações do pensamento social brasileiro. Gilberto Freyre com sua *Introdução à História*

da *Sociedade Patriarcal no Brasil* (1977) ao destacar que no período colonial brasileiro a mulher era parte de uma estrutura de dominação mais ampla, afirma que sua existência estava restrita à vida doméstica e a sua instrumentalização enquanto objeto de satisfação sexual. A esfera de autoridade das mulheres era, portanto, nitidamente distinta da ascendência jurídica ou honorífica do patriarca (Saffioti, 1969).

Em *Raízes do Brasil* (1999), de Sérgio Buarque de Hollanda, o *patriarcado* articula-se com conceitos como *privatismo*, *personalismo* e *patrimonialismo*.³² Para o autor, patriarcalismo e personalismo dialogam instituindo uma forma política específica cuja base social é o engenho onde reside a vida da Colônia. Essa circunscrição da vida pública às fazendas resultou em uma profunda dificuldade de organização social. A lógica patriarcalista transferiu-se para o ambiente citadino e também para a construção dos liames entre o público e o privado na formação da cultura brasileira.

No trabalho “Os primórdios da inserção sociocultural da mulher brasileira”, Cleide Cerdeira (2006) relaciona a falta de mão-de-obra, advinda da abolição do tráfico negreiro à entrada do negro no mercado de trabalho enquanto mão-de-obra livre e assalariada, o ex-escravo adquire o direito de votar, com uma descensão social da mulher branca em relação ao homem negro, esta juntamente com a mulher negra permanece alheia à vida política. Dessa forma, a abolição da escravatura opera uma reconfiguração da estratificação social brasileira, mas não altera as relações sociais de sexo; deixando a estrutura patriarcal praticamente intocada (Saffioti, 1969).

Como é possível perceber por meio dessa breve recuperação da historiografia nacional, os clássicos do pensamento social brasileiro operaram rupturas, formularam críticas e desenvolveram teses a partir da articulação do patriarcado com complexas equações discursivas, todavia, de forma geral a articulação entre dominação patriarcal e a condição de subalternidade das

³² Para um aprofundamento da discussão do papel do Estado na região, assim como da relação Estado-patriarcado, utiliza-se como referência *Os Donos do Poder* (1999) de Raymundo Faoro, *O Poder dos Donos* (1984) de Marcel Bursztyn e *Sexo e Poder* (2006) de Göran Therborn .

mulheres é pouco explicitada. Ainda não há aqui um ‘lugar de fala’ no qual se articulem conceitos que permitam uma reflexão sobre a condição feminina, esta é aqui tratada de forma meramente ornamental (Foucault, 2005b).

C. As Contribuições da Sociologia do Desenvolvimento e Sociologia Rural

Assim como tantos outros termos, o conceito de *desenvolvimento* passou por várias transformações ao longo dos tempos. É com o intuito de melhor entender do que estamos tratando ao usarmos essa categoria que propõe-se aqui uma breve historicização da trajetória do termo mediante uma revisitação do conceito de desenvolvimento e da recuperação de suas raízes teóricas. Isso se faz necessário para (1) entendermos as origens e sistematizar aquilo que contemporaneamente está sendo chamado de desenvolvimento e dessa forma (2) evitar que o uso indiscriminado nos leve a (2.A) generalizações ou simplificações extremadas, quando realidades distintas e muitas vezes contraditórias aparecem sob a mesma nomenclatura, e a (2.B) uma confusão que dificulte explicitar a configuração resultante da relação entre desenvolvimento, gênero e água, objetivo do presente trabalho.

Essa utilização da ‘revisitação’ de um conceito como ferramenta metodológica permite ressaltar que a reflexão acerca do desenvolvimento tem sua origem na Economia, sendo este um conceito típico deste campo do conhecimento, só posteriormente tornando-se objeto de preocupação da Sociologia.

Um breve histórico do conceito de desenvolvimento nos remete a dois momentos fundamentais. O primeiro refere-se a uma perspectiva mais restritiva, reduzida basicamente à questão econômica. Nesse momento, tem-

se o desenvolvimento sendo associado à (1) acumulação material – desenvolvimento como sinônimo de riqueza; ao (2) enaltecimento das mudanças tecnológicas – desenvolvimento como sinônimo de progresso e (3) desenvolvimento como sinônimo de modernidade.

Já o segundo momento, caracteriza-se pelo reconhecimento da centralidade do aspecto econômico, sem, no entanto, percebê-lo como condição suficiente. Fundamenta-se em uma perspectiva multidimensional, relacionando a questão do desenvolvimento a um conjunto de variáveis. O problema que aqui se coloca é 1) por que algumas sociedades se desenvolvem e outras, não?; 2) o que está por trás do desenvolvimento econômico?; 3) a influência dos determinantes sociais no comportamento humano; 4) como aspectos culturais influenciam as motivações de indivíduos e grupos?; finalmente, 5) em que medida o desenvolvimento altera/modifica/garante as relações de gênero existentes? (Lewis, 1960; Polanyi, 2000).

O livro *A Grande Transformação*, de Karl Polanyi (2000), fortalece a argumentação de que a ação humana não é dirigida pela posse de bens materiais, mas pela obediência às exigências sociais e à proteção do patrimônio social. Trate-se de um texto clássico dessa segunda etapa da trajetória do conceito de desenvolvimento cuja sustentação baseia-se na argumentação da necessidade de entender os pressupostos que regem a economia de mercado e a define como um sistema auto-regulável cujo sistema de preços organiza a totalidade da vida econômica.

Polanyi (2000) procura, por meio de vários argumentos, desconstruir a idéia presente no famoso livro de Adams Smith, *A Riqueza das Nações* (1776), e nos economistas clássicos, de que o homem primitivo teria uma psicologia capitalista e, portanto, centrada no lucro. Esses pilares equivocados da economia levaram a uma desqualificação da cultura do homem “não-civilizado” como elemento para contribuir para a compreensão da nossa época. O autor coloca o resultado de pesquisas que apontam para o fato da economia da maioria das sociedades tradicionais ser pautada pelas relações sociais. O sistema econômico seria assim dirigido por motivações não-

econômicas, “as chamadas motivações econômicas se originam no contexto da vida social” (Polanyi, 2000:67), daí a importância da incorporação da dimensão cultural no desenho de políticas públicas voltadas especificamente para uma dada região.

Dentro dessa corrente cabe destacar toda uma discussão sobre o subdesenvolvimento dos países periféricos que ganhou força nas décadas de 1960 e 1970 e caracterizou-se pela universalização de “uma maneira de ver os fenômenos, um princípio ordenador do pensamento, uma metodologia e um enfoque que desafia o *mainstream*, o pensamento importado dos países centrais” no que se refere à discussão de desenvolvimento (Santos, 1998:1). De acordo com as teses da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e a Teoria da Dependência, *desenvolvimento* e *subdesenvolvimento* são posições funcionais dentro da economia mundial, não constituindo, portanto, etapas necessárias ao longo de uma escala de evolução. O desenvolvimento é visto como "um processo social, (no qual) mesmo seus aspectos puramente econômicos deixam transparecer a trama de relações sociais subjacentes" (Cardoso & Faletto, 1970:16; Furtado, 1961 e 2000b).

Essa discussão teórica vai se traduzir em toda uma luta política que se ancorou na participação popular e no papel dos movimentos sociais na superação da submissão econômica, social e política e na formulação de um projeto revolucionário para o País.

Com os avanços da ciência, e da Biologia em particular, desenvolvimento passa a ser associado à evolução, a uma mudança de situação ou estágio. “Uma estratégia de desenvolvimento deve”, portanto, “ser dirigida a transformação da sociedade, a identificar barreiras, bem como os potenciais agentes catalisadores dessas mudanças” (Stiglitz, 1998:2).

O desenvolvimento econômico é, por conseguinte, o resultado de um conjunto de variáveis, não podendo, portanto, ser mensurado isoladamente. Uma outra contribuição trazida por essa perspectiva do desenvolvimento é o

fato deste, assim como das demais terminologias, não ser um conceito absoluto, mas sim uma construção social configurada a partir de premissas teórico-metodológicas e político-ideológicas. Como coloca Tania Fischer (2002:17), em seu livro *Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais*, “na sua polissemia, desenvolvimento é um conceito que se amolda a interesses muito diversos e a todas as intenções, como é evidenciado historicamente” não podendo, portanto, ser pensado de forma neutra.

A incorporação do termo pelas Ciências Sociais vai acontecer no final do século XVIII quando a palavra passa a ser empregada como sinônimo de um processo gradual de mudança social. Ainda assim, o conceito necessita de maior delimitação; essa constelação semântica da qual o termo ocupa o centro, torna-o frágil e vazio, demandando assim toda sorte de adjetivação para preencher-lhe o sentido. Sendo assim, o desenvolvimento vai ao longo do tempo ser qualificado por meio de diversos adjetivos. Atualmente encontramos o conceito associado principalmente às idéias de urbano/ rural; local; integrado; territorial; sustentável; entre outros. O que há de comum entre essas adjetivações, é o fato delas designarem a direção da mudança empreendida.

Ao longo do século XX, o modelo de desenvolvimento capitalista foi sendo gradativamente questionado uma vez que sua eficiência se demonstrou apenas na reprodução do capital. Torna-se necessário, portanto, repensar a teoria do desenvolvimento, bem como as políticas receitadas à luz das experiências vividas e não com base em modelos idealizados que guardam pouca conexão com as realidades experienciadas.

A discussão acerca do desenvolvimento passa a estar fortemente associada ao combate à pobreza e, posteriormente, ao desenvolvimento humano. No que se refere à relação entre desenvolvimento e a discussão acerca da pobreza, nas suas várias dimensões, esse debate vai assumindo uma profunda e complexa articulação, particularmente em regiões como a América Latina, onde a questão da pobreza assume um lugar central na agenda política (Bandeira, 2005).

Como colocado pelo economista indiano Amartya Sen em seu livro *O Desenvolvimento como Liberdade* (Sen, 2003) o problema não é a pobreza, mas a desigualdade. Sociedades nas quais as grandes tensões se estruturam em função das desigualdades apresentadas nas diversas esferas da vida social representam desafios de difícil solução. A grande novidade trazida pelo Prêmio Nobel de Economia é a liberdade como condição necessária ao desenvolvimento. Sen elenca as “espécies de liberdade” dizendo que compreendem: “(1) as liberdades políticas, (2) as disponibilidades econômicas, (3) as oportunidades sociais, (4) as garantias da transparência e (5) a proteção da segurança” (Sen, 2003:26). Segundo o autor, pela sua própria configuração o capitalismo é um ambiente propício para se garantir à liberdade, sendo por isso a melhor possibilidade de desenvolvimento.

Relativizando os fatores materiais e os indicadores econômicos, Sen (2003) insiste na ampliação do horizonte social e cultural da vida das pessoas. A base material do processo de desenvolvimento é fundamental, mas deve ser considerada apenas como uma forma de aumentar o bem-estar e não como um fim em si mesmo. O crescimento econômico não pode ser associado automaticamente ao desenvolvimento social e cultural. O desafio de nossa sociedade é formular políticas que permitam, além do crescimento da economia, a distribuição mais equitativa da renda e o pleno funcionamento da democracia.

Nesse sentido, Ignacy Sachs (2004) coloca o futuro como um campo de arranjos intermediários que se configuram para além dos paradigmas do fundamentalismo de mercado, de um lado, e do socialismo real, do outro. O mercado é apenas uma entre várias instituições, e assim como ocorre com as demais, há que se construir mecanismos que corrijam suas falhas. A correção coordenada dessas falhas só é possível mediante um Estado com capacidade de planejar. Segundo o autor, o Estado tem três funções principais: (1) articular espaços de desenvolvimento; (2) promover parcerias e (3) harmonizar metas sociais, ambientais e econômicas – para promover o equilíbrio entre sustentabilidades de várias naturezas (Sachs, 2004).

Nos chamados países em desenvolvimento, a sustentabilidade social é frágil, devendo pautar-se pela construção de uma estratégia endógena de desenvolvimento baseado no *trabalho decente para todos*. Essa é na visão de Sachs (2004) uma forma de aproveitar as potencialidades do mercado interno e dessa maneira construir uma estratégia de revigoração das economias em crise baseada (1) no desenvolvimento a partir de dentro; (2) na ampliação do mercado interno que por sua vez (3) fortalece a competitividade da economia nacional.

Segundo o autor, as crises constituem uma oportunidade para a aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável uma vez que possibilitam a construção de uma estratégia de desenvolvimento baseada nos pilares da endogeneidade: autoconfiança; orientação por necessidades; harmonia com a natureza e abertura à mudança institucional (Sachs, 2004). Enquanto o modelo clássico de desenvolvimento é centralizado e voltado para recursos externos, o modelo de desenvolvimento local ou endógeno é descentralizado e trabalha com o intuito de valorizar os recursos de diversas naturezas que existem no território em questão.

Uma outra possibilidade de analisar a questão do desenvolvimento é à luz dos direitos: (1) políticos, civis e cívicos; (2) econômicos, sociais e culturais e (3) ao meio ambiente e ao desenvolvimento. Nesse sentido, uma visão menos reducionista do desenvolvimento deve contemplar as noções de igualdade, equidade e solidariedade. O conceito de desenvolvimento sustentável articula a dimensão ambiental à dimensão social, imprimindo uma solidariedade com a geração atual e a futura. Para tanto, o desenvolvimento sustentável deve fundar-se em cinco pilares que são: (1) social; (2) ambiental; (3) territorial; (4) econômico e (5) político (Sachs, 2004).

Desta forma, o desenvolvimento sustentável deve pautar-se por estratégias nacionais: a) diferenciadas, mas complementares; b) estratégias de desenvolvimento endógenas e inclusivas; c) aumento do fluxo de recursos entre o Norte e o Sul; d) sistema internacional de impostos e e) gerenciamento das áreas globais de uso comum. Para que seja possível a

formulação e aplicação de tais estratégias, torna-se premente articular as urgências de curto e médio prazo, privilegiar a mobilização de recursos internos ao invés de pautar-se pelo financiamento externo; criar empregos disponibilizando, assim, bens de salário.

A prioridade é criar empregos decentes para todas as pessoas de forma a assegurar sustentabilidade econômica e social, simultaneamente. Tal estratégia exige políticas que explorem as oportunidades de crescimento interno induzido, promoção do desenvolvimento rural mediante a modernização e consolidação da agricultura familiar, promoção de ações afirmativas para o trabalho os trabalhadores e trabalhadoras, estabelecimento de conexões positivas entre pequenas e grandes empresas, utilização de compras governamentais para promover pequenas empresas e fortalecer as empresas industriais de grande porte.

A priorização do desenvolvimento endógeno não nega a necessidade de inserção na economia global. Pelo contrário, instrumentaliza os países periféricos para lutarem por uma nova ordem econômica gestada a partir do diálogo entre esses países e os setores mais progressistas dos países centrais.

Mediante essa breve digressão, observa-se que o conteúdo semântico atual do conceito de desenvolvimento no mundo contemporâneo articula elementos trazidos ao longo do tempo por muitos dos autores citados, funcionando como uma ‘moldura político-teórica’ que incorpora dialeticamente diversas propostas históricas de sociedade. Da primeira etapa mantém-se a importância do aspecto econômico e do progresso, mas essa etapa foi superada por uma concepção de desenvolvimento mais ampla e inclusiva, como vimos na argumentação de Sen (2003) e Sachs (2004), e guarda relação direta com a questão da democracia. Este será, portanto, o conceito de desenvolvimento que servirá de fundamentação teórica para problematizar o impacto das políticas públicas de água na vida das mulheres sertanejas.

Capítulo 3 - A Bricolagem³³ como Caminho Metodológico

*“O real não está na saída nem na chegada,
ele se dispõe para gente é no meio da travessia”*

José Guimarães Rosa

Este capítulo tem como objetivo explicar o percurso metodológico bem como as principais ferramentas utilizadas para responder às questões levantadas por essa investigação. Com esse intuito, é apresentada a *paisagem fabricada* que serviu de moldura para responder os *objetivos*, o *problema* e a *hipótese* que nortearam o planejamento da pesquisa e serão restituídas a cada etapa do trabalho de campo realizado.

3.1 Pesquisa Qualitativa e Práticas Interpretativas

A incorporação da perspectiva de gênero na formulação e implementação de políticas de água é algo muito recente devendo ser pensada no bojo do processo de democratização da sociedade, ao relacionar-se com as demandas colocadas nas agendas políticas nacional e internacional, por meio da luta dos movimentos sociais feministas e de mulheres.

Como foi colocado anteriormente, são várias as recomendações no sentido de valorizar a participação e o saber das mulheres na gestão da água. Todavia, o reconhecimento da importância da questão em

³³ No *Dicionário Michaelis de Língua Portuguesa* (2001:138) encontramos referência ao termo *bricolagem* como conjunto de atividades manuais ou de artesanato. É esse, portanto, o sentido tomado aqui, a definição do percurso metodológico como uma prática reflexiva, uma atividade que demanda tempo e dedicação, algo quase 'artesanal'.

documentos oficiais e acordos internacionais não têm se traduzido em ações efetivas. Na análise dessa relação, entre o discurso e a *práxis* ancora-se a escolha das ferramentas necessárias para esta pesquisa. Trata-se, portanto, de um tema que demanda a construção de um percurso metodológico que permita melhor compreender o alcance de um objeto complexo que se apresenta de forma ainda pouco explorada.

Tendo em vista as especificidades desta pesquisa, a análise qualitativa, ainda que de natureza exploratória foi escolhida como o instrumento metodológico mais apropriado para relacionar os aspectos empíricos e teóricos presentes neste estudo. Sendo a pesquisa qualitativa, em si mesma, um campo de investigação que opera em um contexto histórico complexo e diversificado faz-se necessário explicitar que esta tem um significado diferente em cada um desses momentos o que implica uma complexa teia de práticas metodológicas, paradigmas e estratégias de investigação

Não é o objetivo do estudo proposto traçar uma gênese desse campo, mas parece interessante localizar seu surgimento nas ciências sociais a partir de uma preocupação em entender o *outro*. É a forma de olhar esse *outro* que vai variar de acordo com os diferentes contextos, sendo esta aqui entendida como uma caixa de ferramentas que inclui critérios de análise enraizados em múltiplas compreensões locais o que por sua vez exige a interligação de uma ampla variedade de práticas interpretativas (Denzin & Lincoln, 2006).

É nesse sentido que a referida abordagem parece abarcar as necessidades interpretativas de uma análise que tem como objeto uma política de água que privilegia a abordagem de gênero. Apesar da vertente sociológica positivista privilegiar os dados quantitativos na explicação dos fenômenos sociais, a abordagem qualitativa tem ganhado força no estudo do comportamento dos atores sociais e de sua interação no cotidiano, tendo em vista o progressivo fortalecimento da percepção da realidade que nos cerca como algo complexo, o que demanda, portanto, ferramentas

metodológicas que combinem diferentes métodos de análise (Demo, 2000).

A pesquisa qualitativa revela uma longa e complexa trajetória na história das ciências humanas. A tradição da sociologia reflexiva desde Weber ressalta a importância de uma permanente vigilância epistemológica e a constante tensão entre objetividade e subjetividade. O trabalho realizado pela Escola de Chicago entre as décadas de 1920 e 1930 tornou-se um referencial na valorização da investigação qualitativa no estudo da vida de grupos. A pesquisa qualitativa fortalece-se a partir de uma preocupação em conhecer o *outro* – exótico, não-branco, primitivo – e em pouco tempo passa a ser empregada em outras disciplinas (Denzin & Lincoln, 2006).

Esse fortalecimento vai permitir a emergência de um campo de investigação caracterizado, sobretudo, pela sua transversalidade. Ao atravessar disciplinas, campos do conhecimento e temas opera-se uma articulação entre termos, conceitos e suposições relacionando diferentes tradições e permitindo o diálogo entre diversos métodos de pesquisa. Por trabalhar com uma diversidade de práticas metodológicas no intuito de reunir representações diversas que se encaixem nas especificidades de uma realidade complexa, o pesquisador qualitativo vai ser designado por diferentes metáforas como “*bricoleur* metodológico”, “esquadrinhador”, “confeccionador de colchas” e “montador”, todas elas traduzem a combinação de uma multiplicidade de métodos como estratégia para acrescentar rigor, fôlego e profundidade à investigação empreendida. O fato deste terreno se configurar por múltiplas práticas interpretativas enriquece a pesquisa qualitativa, mas também dificulta uma definição do campo de investigação permitindo assim a explicitação da existência de tensões e contradições constantes em torno da pesquisa.

“A pesquisa qualitativa é um campo interdisciplinar, transdisciplinar e, às vezes, contradisciplinar, que atravessa as humanidades, as

ciências sociais e as ciências físicas. A pesquisa qualitativa é muitas coisas ao mesmo tempo. Tem um foco multiparadigmático. Seus praticantes são suscetíveis ao valor da abordagem de múltiplos métodos, tendo um compromisso com a perspectiva naturalista e a compreensão interpretativa da experiência humana. [...]A pesquisa qualitativa [...] é atraída a uma sensibilidade geral, interpretativa, pós-experimental, pós-moderna, feminista e crítica. (Denzin & Lincoln, 2006:21).

A virada narrativa textual proposta pela pesquisa qualitativa é rejeitada por muitos autores, que a percebem como um ataque ao modelo de uma ciência objetivista livre de valores. Essa tensão entre fato e valor na história da pesquisa qualitativa revela a missão de análise e compreensão da conduta padronizada dos processos sociais assumida pelas ciências sociais e os desafios ilustram a politicidade presente nesse campo (Demo, 1995).

A pesquisa qualitativa situa-se em um campo histórico complexo que reconhece de um lado, a impossibilidade de captação direta por parte dos pesquisadores da experiência vivida; e de outro, os próprios limites de avaliação e interpretação do conhecimento científico, e conseqüentemente, da capacidade deste de operar transformações.

3.2 O Sentido da Realidade e a Subjetividade no Método Qualitativo

O conhecimento científico surge de um duplo movimento baseado no desejo e na necessidade de explicações sistemáticas que possam ser testadas e criticadas por meio da verificação empírica acerca da realidade que nos rodeia (Demo, 2000 e 1995). A concepção inicial de ciência baseia-se em uma perspectiva de conhecimento científico que está amplamente enraizada no contexto do Renascimento, de um lado a crítica à busca do saber desinteressado; do outro, a valorização da observação

direta e rigorosa, a experimentação e a técnica.

O descolamento da ciência da filosofia e o progressivo desenvolvimento de uma visão mecanicista e determinista do universo possibilitaram o fortalecimento da crença na existência de uma verdade absoluta que poderia ser apreendida pelo conhecimento científico desde que se construísse um rigoroso método de investigação da realidade. O Iluminismo e o Enciclopedismo, no século XVIII, são frutos dessas transformações e o Positivismo, no século XIX, é a resposta para esse desafio. O Positivismo acabou por influenciar profundamente as teorias científicas do século XIX e o início do século XX, contribuindo para a criação e difusão de grandes mitos sobre o conhecimento científico.

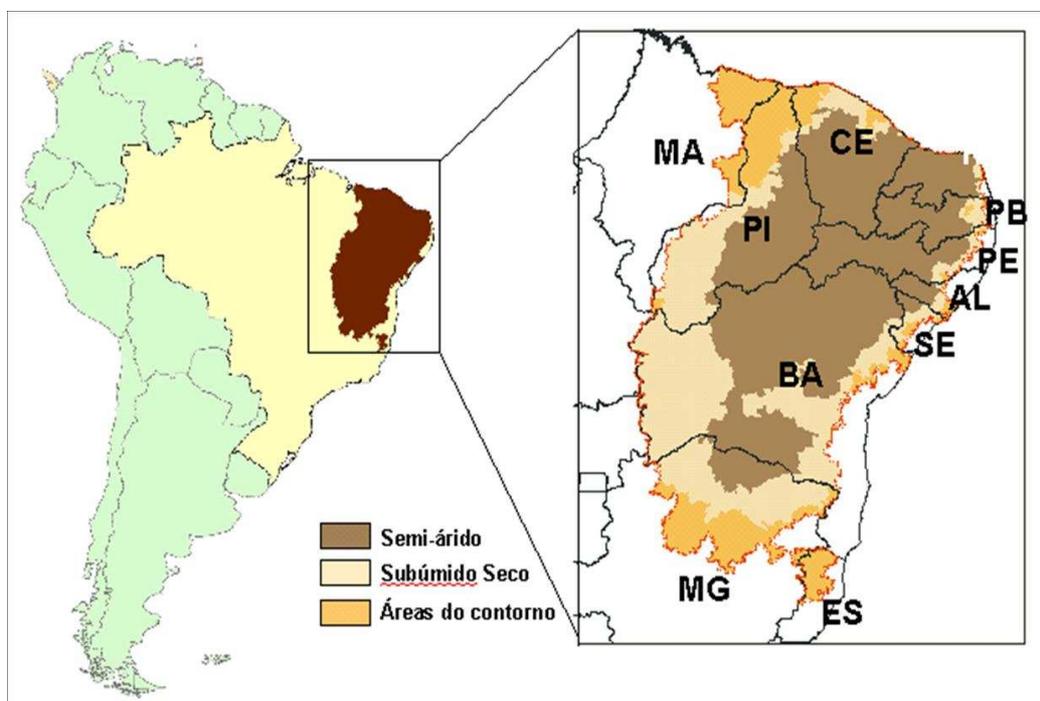
Nesse contexto o espaço para a subjetividade encontrou e ainda encontra, por parte de alguns autores e áreas do conhecimento, grande resistência. Essas resistências são fruto de uma percepção de que as tradições da pesquisa qualitativa comprometem o projeto científico positivista ou pós-positivista. Todavia, o reconhecimento da realidade como fenômeno complexo e intenso acabou por exigir a ênfase sobre dimensões da realidade que não são mensuradas em termos de quantidade, volume, intensidade ou frequência.

A pesquisa qualitativa nas ciências sociais ressalta o caráter socialmente construído da realidade, a proximidade entre pesquisador e objeto e as limitações inerentes a isso, assim como a impossibilidade de uma neutralidade axiológica dada as condições e os condicionantes da pesquisa.

3.3 Objetivo, Problema e Hipótese

O **objetivo geral** desse estudo consistiu em apontar alguns caminhos para **reflexão sobre a relação entre desenvolvimento, gênero e água e o impacto das políticas públicas de água no Semiárido brasileiro na vida das mulheres.**

**Figura 3.1 - Mapa do Semi-Árido Brasileiro
Brasil, 2007**



Fonte: Consulta realizada em 3 março, 2007 no endereço <<http://desertificacao.cnrh-srh.gov.br/>>.

Para servir de moldura para esse estudo foi escolhido o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), sendo a **análise da incorporação da perspectiva de gênero, assim como seus impactos, na formulação e implementação do referido programa o objetivo específico** sob o qual se construiu a presente análise. Cabe salientar, no entanto, que não se trata de uma avaliação de políticas públicas no sentido estrito do termo, mas de uma análise de como questões relacionadas ao democracia, gênero e água articulam-se em torno do eixo do desenvolvimento local e qual a configuração assumida por estas relações, ou seja, o que se pretendeu analisar foi o desenho das relações entre os eixos escolhidos.

Para tanto, as **questões** colocadas foram as seguintes:

1) Como ocorre a incorporação da perspectiva de gênero na formulação e implementação do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais?

2) Quais são os impactos do programa na vida das mulheres beneficiadas?

3) Quais são as relações entre esse impacto e a construção de alternativas para o desenvolvimento sustentável inclusivo?

Tais questionamentos podem contribuir para o entendimento do impacto da incorporação da perspectiva de gênero no desenvolvimento das comunidades estudadas uma vez que um dos principais desafios que se apresenta nos caminhos do desenvolvimento é o fortalecimento de uma sociedade civil democrática que supere as desigualdades entre os gêneros, com participação e representação mais equitativa, na própria conformação da estrutura social brasileira. Dessa forma, a hipótese que norteou o presente trabalho foi a seguinte:

a) O estabelecimento de famílias chefiadas por mulheres como critério de desempate na conquista da cisterna associado à exigência de participação por parte das famílias beneficiadas possibilita uma articulação entre a esfera privada e a esfera pública, possibilitando assim o aumento da participação das mulheres nas reuniões da comunidade e ampliando sua participação no processo de desenvolvimento da região.

Para que esse estudo fosse possível fez-se necessário estudar a concepção e implementação dessa política para então procurar identificar

seus efeitos nos espaços domésticos e públicos do cotidiano da comunidade estudada. A escolha do programa está fundamentada em dois aspectos principais: 1) o fato deste ter como primeiro critério de desempate para a conquista da cisterna o benefício de famílias matrifocais e 2) a exigência da participação por parte da pessoa responsável pela família nas a) reuniões da comunidade nas quais são decididas as famílias beneficiárias e também nos b) cursos de capacitação em recursos hídricos. Esse dupla condicionalidade parece privilegiar a participação das mulheres ao articular as esferas doméstica e pública, mesmo que esta não se configurasse como uma exigência no desenho do programa.

Um outro aspecto que chamou a atenção no P1MC foi o fato deste ser fruto de uma iniciativa da sociedade civil, configurando-se posteriormente como uma política de água cujo reconhecimento inclui a existência de uma dotação específica no orçamento público federal. Este enraizamento do programa em um espaço público não-estatal caracterizado por uma lógica de interesses mais universais permitiria o resgate de ideais de *autonomia, autogestão, independência, participação e cidadania*, estando, portanto, diretamente ligado ao escopo dessa pesquisa.

3.4 O Trabalho de Campo como Bricolagem Metodológica

Com o intuito de responder às questões aqui colocadas o trabalho de campo foi construído a partir da reunião de várias práticas metodológicas. Optou-se, assim, pela realização de um estudo de caso ancorado em um trabalho de caráter etnográfico que permitisse a observação da sociedade, das famílias e, particularmente das mulheres, mediante a coleta de dados discursivos reunidos nos diferentes espaços de socialização (casa, trabalho, escola, sindicato e igreja) e também o acompanhamento de algumas reuniões nas quais são detalhadas as ações para a/pela comunidade.

Por meio desses procedimentos, buscou-se recuperar a história da localidade, antes e depois da política estudada. Mediante o trabalho de

campo, o significado da água para essas populações, assim como suas várias representações, foi estudado com intuito de identificar o lugar ocupado por esse 'recurso' no cotidiano das comunidades estudadas. Procurou-se, também, identificar quais as mudanças e persistências, bem como suas origens, manifestações e rupturas com o modo de vida local. Com o intuito de privilegiar a análise da dimensão de gênero de tais políticas, recorreu-se à construção do perfil das beneficiárias como recurso metodológico para estudar o impacto das transformações ocorridas na comunidade.

Para tanto, o trabalho estruturou-se em quatro partes. Essas partes são profundamente intrincadas e em vários momentos foram realizadas simultaneamente. A idéia de distinguí-las serve apenas como um recurso heurístico para explicar a construção da pesquisa e tornar o percurso metodológico mais claro.

3.4.1 Primeira Parte - Revisão Bibliográfica e Análise Documental

Teve como fundamento a I) revisão bibliográfica realizada com objetivo de construir a articulação dos eixos que ancoram essa discussão e o II) levantamento dos documentos oficiais dos órgãos envolvidos. A partir daí, o estudo do programa serviu de base empírica para a reflexão e ampliação das análises que englobam as discussões que norteiam o debate acerca da democracia, do gênero e da água, todos estes articulados pela questão do desenvolvimento.

A análise documental contou com as seguintes fontes: (1) Planos de Ação resultantes das conferências e dos demais eventos internacionais relacionados ao tema gênero e água; (2) Planos Nacionais de Políticas para Mulheres (PNPMs); (3) documentos de formulação e concepção do programa; (4) documentação técnica produzida pelos Governos Federal e estadual e entidades técnico-científicas e (5) documentação de rotina formada basicamente pelas atas das reuniões e relatórios internos do

programa.

3.4.2 Segunda Parte - Trabalho de Campo

Esta consiste no Trabalho de Campo propriamente dito e foi realizada entre junho de 2007 e outubro de 2008 ao longo de dois momentos: I) escolha do programa a ser analisado e planejamento do trabalho de campo e a II) realização das viagens a campo. Tendo em vista a sua centralidade para o presente estudo faz-se necessário detalhar sua realização.

I) Escolha do Programa e Planejamento do Trabalho de Campo: a definição da 'realidade' analisada

A escolha do programa analisado decorreu de um levantamento dos programas de água que tinham como objetivo principal o acesso à água potável e como público-alvo a população do semiárido. Esse levantamento foi realizado junto à Secretaria Nacional de Recursos Hídricos (SRH), hoje Secretaria Nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU) do Ministério do Meio-Ambiente, por ser este o *locus* de formulação das políticas em questão, entre junho e julho de 2007 por meio de entrevistas semi-estruturadas com os coordenadores dos respectivos programas. Essas entrevistas tiveram como objetivo traçar as linhas gerais de cada programa e dessa forma reunir elementos que apontassem para possíveis caminhos na análise da relação entre gênero e água. Uma vez realizado o recorte empírico, o planejamento do trabalho de campo orientou-se pelo desenho do programa escolhido, o que incluía as esferas nacional (ministérios envolvidos), regional (Unidade Gestora Central), estadual (estados escolhidos) e local (Unidades Gestoras Municipais, famílias e mulheres).

O delineamento inicial do P1MC realizado a partir das entrevistas com técnicos da SRH que estiveram envolvidos na concepção do programa permitiu a identificação de outros atores que também estiveram

diretamente ligados com o processo que culminou na formulação do referido programa.

II) Realização das Viagens a Campo

O Trabalho de Campo propriamente dito consistiu em 4 idas a campo e resultou na realização de um conjunto de 47 entrevistas semi-estruturadas, 17 delas realizadas com formuladores e gestores da política analisada, e 30 com mulheres contempladas pela referida política, sendo que 15 destas incluíram também as famílias beneficiadas.

- **Primeira Ida a Campo – Pernambuco e Paraíba.** Viagem exploratória, primeiros contatos e entrevistas: escolha dos casos e mapeamento dos atores envolvidos.

A primeira viagem a campo aconteceu no início de outubro de 2007, durou duas semanas e teve como principal motivo o Encontro da Bomba Popular, que reuniu no Recife todos os representantes da ASA (Articulação do Semiárido Brasileiro) nos estados que fazem parte do Semi-Árido. Essa reunião permitiu entrevistar os vários representantes da ASA e dessa forma ir aos poucos selecionando os dois estados que serviriam como estudo de caso para a presente análise.

Além desses representantes, essa primeira ida a campo foi marcada por várias visitas à sede da ASA no Recife e pela realização de entrevistas com os gestores da mesma e também do PIMC, o que envolveu o coordenador-geral do programa, assessores e membros da equipe de comunicação. Mediante a realização dessas entrevistas, foi possível tomar conhecimento da existência de uma Comissão de Gênero na ASA, comissão esta criada ao longo da execução do programa - objeto desta análise - como resultado de uma necessidade de se discutir gênero que, segundo os entrevistados, era recorrente.

Essa visita às instalações da ASA possibilitou o levantamento de outros documentos do programa, como é o caso dos materiais de comunicação e publicidade (cartazes, panfletos, cartilhas, agendas, fotos, programas de rádio, entre outros) permitindo dessa forma a utilização de diversas práticas interpretativas para analisar as representações da questão aqui discutida a partir do 'olhar institucional' traduzido na elaboração de materiais de diversas naturezas.

A partir das entrevistas realizadas em Brasília e Recife, as experiências dos municípios de São Bento do Una em Pernambuco e de Lagoa Sêca na Paraíba delinear-se-iam como possíveis casos a serem investigados.

- **Segunda Ida a Campo – Pernambuco.** Viagem aos municípios de Recife, Pesqueira e São Bento do Una. Visita à Unidade Gestora Municipal (UGM-Pesqueira: coordenada pela CARITAS) e à organização parceira (SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS DE SÃO BENTO DO UNA) e também às famílias beneficiárias do programa. Entrevista com as mulheres.

A segunda viagem a campo aconteceu no fim de outubro de 2007 e durou quinze dias. O principal objetivo dessa ida a campo foi visitar às famílias beneficiadas pela cisterna, bem como conversar com as mulheres e demais membros de cada família. Outros objetivos secundários somavam-se àquele, ou seja, o conhecimento da paisagem - física e humana - e da própria infra-estrutura em torno da qual se desenhava o programa estudado, a cisterna.

Essa viagem foi organizada a partir de uma demanda da ASA-Recife e contou com o apoio logístico do animador³⁴ responsável pelas comunidades dos Sítios³⁵ Belo Jardim, Minador e Colônia, que serviu

³⁴ Designação da pessoa responsável pela mobilização social na região.

³⁵ Os sítios são parcelas de terras, na maioria das vezes de antigas fazendas, que foram subdivididas. A discussão sobre a estrutura fundiária da região é central para esta análise e será

também como acompanhante durante todas as entrevistas. Essa mediação permitiu o acesso a um representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais e a partir dele a uma líder comunitária que trabalha como agente de saúde nos sítios visitados. A 'entrada' na comunidade foi facilitada pela presença da líder comunitária que além de ser moradora de uma dos sítios é também muito sensível ao programa das cisternas como instrumento de melhoria para a saúde da população. Em cada um desses sítios foram visitadas famílias e entrevistados os membros que ali se encontravam. Na maioria das casas visitadas os homens estavam trabalhando, sendo encontradas mulheres e crianças, o que foi ao encontro do recorte empírico traçado na construção desse objeto.

2. **Terceira Ida a Campo** – **Paraíba.** Viagem aos municípios de Campina Grande, Lagoa Sêca e Massaranduba. Visita à Unidade Gestora Municipal (UGM- Lagoa Sêca: coordenada pelo SINDICATO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE LAGOA SÊCA) e também às famílias beneficiárias do programa. Entrevista com as mulheres.

A terceira viagem a campo aconteceu em novembro de 2007 e teve a duração de dez dias. Esse trabalho seguiu os moldes da Segunda Ida a Campo e teve como objetivo visitar as famílias beneficiadas, conversar com as mulheres e demais membros da família, bem como conhecer a paisagem - física e humana - e a cisterna .

Essa viagem foi agendada a partir da negociação prévia com lideranças locais (dirigentes sindicais e líderes comunitárias). A negociação resultou de uma primeira entrevista com a Comissão de Mulheres desse mesmo sindicato realizada na primeira ida a campo, quando foram delineados os primeiros contatos e entrevistas. A visita às famílias de Lagoa Sêca contou com o apoio logístico de um animador-voluntário responsável pelas comunidades dos Sítios Lagoa do Gravatá, Alvinho, Retiro e Campinoti de

Baixo que serviu também como acompanhante durante todas as entrevistas. Essa forma de acesso à comunidade possibilitou uma 'entrada' mais fácil uma vez que o representante do sindicato era também membro da comunidade.

No decorrer dessa etapa, surgiu a oportunidade de visitar também alguns sítios do município de Massaranduba. Tendo em vista o fato de este município ter aparecido nas entrevistas exploratórias como um local 'portador' de interessantes experiências a partir do crédito rotativo, a oportunidade foi aproveitada e os procedimentos metodológicos adotados anteriormente foram replicados. O elemento que diferenciava esta 'ida ao campo' das anteriores foi a relação de proximidade estabelecida, por meio de diversas conversas informais, com uma moradora da região que ao perceber o interesse pela temática ofereceu-se para servir de guia numa visita à sua comunidade. Esse diferencial surge como uma possível explicação para o caloroso acolhimento nas diversas famílias visitadas e também para a espontaneidade e confiança que foram aos poucos tomando conta das entrevistas, dificultando o encerramento das 'conversas' e resultando em convites para participar de alguns eventos da comunidade.

- **Quarta e Última Ida a Campo – Brasília, Recife e Massaranduba.** Finalização das entrevistas com formuladores e gestores da política em Brasília. Viagem ao Recife por ocasião da Reunião da Associação do Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC) no Conselho de Segurança Alimentar e da comemoração do Centenário de Josué de Castro. Reunião da Comissão de Gênero.

A quarta viagem a campo aconteceu em setembro de 2008 e durou vinte dias. Tendo em vista que esta etapa se realizou um ano após a primeira ida a campo, esta última fase teve como objetivo a (1) realização de entrevistas que não haviam sido concluídas nas etapas anteriores, (2) sanar

as lacunas identificadas a partir da análise do material coletado com as três visitas à campo, (3) participar de algumas reuniões comunitárias que pudessem enriquecer a análise pretendida e, finalmente, (4) a atualização de informações sobre as novas dinâmicas empreendidas pelo programa.

A) Do Recorte Empírico: a definição dos casos

A seleção dos estados/municípios, bem como dos sítios que serviram de base para o trabalho de campo, deveu-se às questões de natureza político-institucionais e também a fatores de ordem prática. O estado da Paraíba foi o precursor na organização de uma iniciativa em torno da Articulação do Semi-Árido, sendo a ASA-Paraíba anterior à experiência nacional da ASA-Brasil³⁶. Enquanto Pernambuco é o estado que articula todas as experiências, por meio do escritório central no Recife. Para além de experiências marcantes no contexto da ASA-Brasil, a proximidade dos dois estados e a localização do escritório central no Recife foram fatores que influenciaram a escolha tendo em vista uma maior facilidade no acesso às informações.

A escolha dos sítios e de suas respectivas comunidades resultaram do destaque dado a estas nas entrevistas exploratórias tendo em vista as respectivas experiências de organização comunitária e/ou de mulheres.

Há que se ressaltar também, como resultado das mesmas entrevistas, o destaque dado às diversas experiências realizadas nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia. As limitações apresentadas por uma pesquisa de doutorado, assim como os constrangimentos dela decorrentes, inviabilizaram a ampliação do escopo empírico dessa pesquisa. No entanto, essa extrapolação para outros estados coloca-se como uma possibilidade para o momento posterior ao doutorado, oportunidade esta que conferirá a elaboração de uma análise ainda mais representativa das transformações, rupturas e persistências advindas da implementação da

³⁶ Essa discussão será aprofundada mais adiante, no Capítulo 5.

referida política.

B) Da Seleção do(as) Informantes: começando pelo início

Inicialmente, procurou-se realizar as primeiras entrevistas com aqueles atores que estiveram mais diretamente ligados à criação da ASA e/ou a formulação e implementação do P1MC para, a partir daí, seguindo um Roteiro de Pesquisa e Mini-Manual de Técnicas (Abers e Keck, 2001), basear-se na indicação dos primeiros entrevistados e, dessa forma, gerar uma lista de possíveis informantes.

Esse procedimento foi repetido com os entrevistados (as) seguintes formando uma rede de relações pautada pela construção de alternativas ligadas ao acesso à água, chegando até às organizações responsáveis pelo programa no município e a partir dessas em direção às comunidades locais (sítios) e às famílias, alcançando enfim as mulheres.

A análise teve como base um conjunto de 50 entrevistas semi-estruturadas, sendo 23 delas realizadas com formuladores e gestores da política analisada e 27 com mulheres contempladas pela referida política, sendo que 15 destas incluíram também as famílias beneficiadas. Tendo em vista a natureza da pesquisa e os objetivos traçados, foi possível identificar quatro grupos de informantes:

Grupo 1 – Formuladores e Gestores Externos ao Programa;

Grupo 2 – Formuladores e Gestores Internos ao Programa;

Grupo 3 – Mulheres Beneficiadas;

Grupos 4 – Famílias Beneficiadas.

O **Grupo 1 (G1)** é formado por pessoas e/ou organizações que estiveram ou mesmo que ainda estão ligados à ASA e/ou ao P1MC mas que não são funcionários nem representantes destes. Há que se ressaltar que dentro desse grupo encontram-se representantes do Governo Federal e

de Organizações Não-Governamentais. Estes atores inserem-se no programa a partir de suas contribuições enquanto atores externos, guardando com o mesmo uma relação de *proximidade-distante*, é o caso da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU) do Ministério do Meio-Ambiente (MMA) e da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Oxfam, Esquel, entre outros.

**Quadro 3.1 – Relação dos Informantes Externos ao P1MC - Grupo 1
Brasil, 2009**

Informante	Cargo/ Função	Entidade	Sexo
1	Coordenadora SRHU	MMA/GOV	F
2	Técnica SRHU	MMA/GOV	F
3	Gerente SRHU	MMA/GOV	M
4	Coodenador	ESQUEL/ONG	M
5	Coordenador SESAN	MDS/GOV	M
6	Consultor	OXFAM/ONG	M
7	Coordenador	OXFAM/ONG	M
8	Coordenador	CARITAS/ONG	M
9	Diretora Executiva	INSTITUTO IPANEMA / ONG IPANEMA/ONG	F
10	Professora Universitária	UFPB	F

Fonte: Autora. A partir dos dados do Trabalho de Campo realizado entre 2007 e 2008.

O **Grupo 2 (G2)** é caracterizado por indivíduos e/ou organizações ligados à ASA e/ou ao P1MC que fazem parte do quadro de funcionários. São membros/funcionários de organizações parceiras ou ainda representantes em alguma das várias instâncias existentes, esses atores *falam como ASA/P1MC*, guardando com o programa uma relação de *organicidade*, podemos citar como exemplo a Caritas ou mesmo qualquer um dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais envolvidos.

**Quadro 3.2 – Relação dos Informantes Internos ao P1MC -Grupo 2
Brasil, 2009**

Informante	Cargo/Função	Entidade	Sexo
11	Assistente de Comunicação	ASA/P1MC	F
12	Coordenador Executivo	ASA/P1MC	M
13	Assessora de Comunicação	ASA/P1MC/ Comissão de Gênero	F
14	Representante da Paraíba – Coordenação Executiva	Coletivo de Educação Popular – PATAC	M
15	Representante do Ceará – Coordenação Executiva	Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador e Trabalhadora Rural – CEAT	M
16	Representante do Ceará – Coordenação Executiva	Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador – CETRA	M
17	Vice-Presidente do Sindicato	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Sêca	F
18	Dona de Casa/ Líder Comunitária	Igreja Católica	F
19	Representante Sindical	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Sêca	F
20	Gerente Geral	P1MC	M
21	Animador	CARITAS/ASA PE/P1MC	M
22	Animador	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Sêca/ASA PB/ P1MC	M
23	Presidente Associação P1MC	CARITAS/ASA MG/P1MC Comissão de Gênero	F

Fonte: Autora. A partir dos dados do Trabalho de Campo realizado entre 2007 e 2008.

Já o **Grupo 3 (G3)** e o **Grupo 4 (G4)** podem ser definidos como o grupo-alvo da política, sendo as mulheres - **Grupo 3**- as principais beneficiadas, de acordo com o depoimento de informantes 'situados' nos diversos grupos, e também as protagonistas desta análise.

**Quadro 3.3 – Relação de Mulheres Beneficiadas pelo Programa
Brasil, 2009**

Informante	Profissão	Estado Civil
24 – EBL	Pedreira	Casada
25 – AQ	Agente de Saúde	Viúva
26 – EFS	Agricultora	Casada
27 – CS	Dona de Casa	Casada
28 – MRO	Dona de Casa	Casada
29 – HPS	Dona de Casa	Casada
30 – IOS	Dona de Casa	Casada
31 – LCS	Dona de Casa	Casada
32 – MSS	Dona de Casa	Casada
33 – MDD	Dona de Casa	Solteira
34 – MAM	Dona de Casa	Casada
35 – MSN	Dona de Casa	Casada
36 – MESN	Dona de Casa	Casada
37 – MDNF	Dona de Casa	Casada
38 – CAF	Dona de Casa	Casada
39 – ASB	Dona de Casa	Casada
40 – MDIS	Dona de Casa	Casada
41 – GR	Agricultora	Viúva
42 – AMN	Agricultora	Casada
43 – MVRS	Dona de Casa	Casada
44 – MJMB	Dona de Casa	Casada
45 – GG	Dona de Casa	Casada
46 – SFO	Dona de Casa	Casada
47 – MBS	Dona de Casa	Casada
48 – SAL	Agricultora	Casada
49 – MDS	Agricultora	Casada
50 – LS	Dona de Casa	Casada

Fonte: Autora. A partir dos dados do Trabalho de Campo realizado entre 2007 e 2008.

**Quadro 3.4 – Relação das Famílias Informantes do Grupo 4
Brasil, 2009**

Família da Informante	Número de Pessoas na Casa	Quem Pega Água?	Quanto Tempo de Cisterna
24 – EBL	1♀ + 3♂ = 4	Ela	4 anos
25 – AQ	3♀ = 3	Ela, a filha e a	1 ano

		netinha	
26 – EFS	$2♀ + 1♂ = 3$ (eram 12)	Ela	2 anos
27 – CS	$2♀ + 4♂ = 6$	Casal	3 anos
34 – MAM	$4♀ + 1♂ = 5$	Ela	2 anos
35 – MSN	$2♀ + 1♂ = 3$	Ela	5 anos
37 – MDNF	$4♀ + 7♂ = 11$	As mulheres	2 anos
38 – CAF	$4♀ + 1♂ = 5$	Ela	3 anos
41 – GR	$2♀ + 2♂ = 4$	Ela e a filha	4 anos
42 – AMN	$2♀ + 3♂ = 5$ (1 filha deficiente)	Casal	1 ano e 2 meses
43 – MVRS	$2♀ + 2♂ = 4$	Ela	3 meses
44 – MJMB	$2♀ + 2♂ = 4$	Ela	3 meses
45 – GG	$2♀ + 2♂ = 4$	Ela	menos de 1 mês
46 – SFO	$2♀ + 4♂ = 8$	Ela e as filhas	3 meses
50 – LS	$2♀ + 3♂ = 5$	Ela	Não tem (tá esperando)

Fonte: Autora. A partir dos dados do Trabalho de Campo realizado entre 2007 e 2008.

O **Grupo 4** é constituído pelas famílias das informantes que compõem o Grupo 3. A relação desses atores com o programa é ambígua e vai variar dependendo do contexto. Alguns beneficiados reconhecem a conquista da cisterna como o resultado do trabalho da ASA, outras identificam-na como uma ação da unidade gestora municipal, nos casos estudados o Sindicato e a Igreja. Enquanto alguns deslocam a conquista como uma 'benção' enviada mediante o Presidente da República. Essas diferentes 'leituras' estão enraizadas em distintos contextos e terão desdobramentos diversos na forma de se 'apropriar' do acesso à água.

Cada um desses grupos desempenha funções específicas no que tange à formulação, implementação ou ao caráter de beneficiário do programa, configurando-se, portanto, a partir de práticas e discursos diversos. Tendo em vista as especificidades de suas práticas e discursos, a utilização de roteiros de entrevistas diferenciados apareceu como uma exigência metodológica.

C) Das Entrevistas: entre o dito e o *não-dito*

As entrevistas semi-estruturadas aparecem no presente estudo como uma das principais fontes dos aspectos empíricos levantados ao longo do trabalho. Para a realização das entrevistas com os **Grupos 1 e 2** foram formulados dois blocos de perguntas:

- i. O primeiro bloco consistiu em um conjunto de perguntas que buscou (1) recuperar o contexto histórico de criação da ASA e também de (2) formulação e implementação do programa. Buscou-se aqui articular esse contexto com a trajetória da organização (caso haja) do referido ator nesse processo;
- ii. O segundo bloco é formado por questões mais específicas ao objeto de pesquisa: a incorporação da perspectiva de gênero no PIMC, estas referem-se basicamente a questões como contexto; grupos envolvidos; resistências; entendimento e operacionalização da discussão de gênero.

No que tange aos **Grupos 3 e 4**, o roteiro de entrevista teve como base a formulação de três blocos de perguntas, sendo estas ajustadas quando o(a) informante era o(a) responsável pela família ou quando tratava-se de outro(a) pessoa:

- i. O primeiro bloco procurou (1) restituir a trajetória da família e também (2) caracterizá-la (tamanho, estrutura, renda);
- ii. O segundo bloco é composto por questões específicas ao objeto de pesquisa: o acesso à água (quem busca água, distância até a fonte mais próxima, tempo gasto com essa atividade, qualidade da água, etc);
- iii. O terceiro bloco é formado por questões relacionadas ao impacto da cisterna no cotidiano das famílias e, particularmente das mulheres: transformações, persistências e rupturas trazidas pelo PIMC.

D) Das Fontes: entre *discursos*, *papéis*, *fatos* e *fotos*

Além das entrevistas realizadas, a elaboração desse trabalho contou

com as seguintes fontes: (1) legislação federal e estadual atinente à gestão de recursos hídricos; (2) relatórios e documentos oficiais nacionais e internacionais relacionados ao temas aqui articulados, a saber: gênero, água e desertificação; (3) documentação técnica produzida pelos Governos estaduais e municipais, e pelas unidades gestoras; (4) material de comunicação (cartazes, panfletos, cartilhas, agendas, programas de rádio, entre outros), relatórios e documentação de rotina do P1MC; (5) fotografias tiradas ao longo das várias viagens e (6) teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos científicos relacionados ao tema.

E) Relatos de Campo: entre expectativas, constatações, surpresas e *contradições*

Segundo Roberto DaMatta (1991), a pesquisa de campo fundamenta-se em um duplo movimento que consiste em transformar o exótico em familiar e o familiar, em exótico. Foi com esse espírito que buscou-se realizar as viagens a campo, tendo em vista que essa dinâmica pareceu interessante para pensar as relações de proximidade e/ou distanciamento geográfico, lingüístico, psicológico e/ou cultural, de classe, sexual, etnoracial e geracional que se colocava entre a pesquisadora e o *outro*, no caso, as *outras* observadas.

Apesar do treinamento teórico e metodológico ser de fundamental importância para a realização do trabalho de campo, o primeiro contato com as comunidades pesquisadas é pautado por expectativas, em alguns casos trata-se de 'promessas cumpridas' confirmadas desde o primeiro instante. Outras são 'verdades' estabelecidas *a priori*, mesmo que só percebamos isso ao desmoronar da primeira delas. Essa observação pode ser ilustrada com o elemento material que se localiza no centro dessa investigação, a cisterna. No caso da pesquisa em questão, a presunção de certa 'familiaridade com a realidade' do Semi-Árido havia levado a concepções/ sistematizações fictícias de que a existência de infra-estrutura

capaz de captar a água da chuva seria condição suficiente para o acesso à água por parte das famílias, e conseqüentemente, para transformações no cotidiano das mulheres.

Somente a partir de uma maior 'proximidade da realidade' é possível entender que a cisterna não resolve, 'apenas' minimiza, o problema da falta de água, pois o fato da mesma estar cheia ou vazia permanece condicionado ao regime de chuvas da região. Uma outra 'surpresa' também decorrente dos potenciais e limitações da adoção de uma infra-estrutura dessa natureza é o fato do tempo 'poupado' não se traduzir, necessariamente no desenvolvimento de 'novas atividades', o que demanda a análise de constrangimentos de outras naturezas.

Um outro obstáculo epistemológico, o senso comum, também se fez presente na 'paisagem fabricada' para a realização do trabalho de campo e traduziu-se em uma outra 'surpresa', a descoberta de que em áreas marcadas pela escassez hídrica, homens também são responsáveis por buscar água.

A idéia de relatar algumas dessas experiências que estão para além da análise dos dados é uma forma de enriquecer a pesquisa e valorizar seu caráter processual, restituindo os *a priori* ao confrontar a 'paisagem fabricada' com a 'paisagem encontrada'. As implicações desse confronto, assim como alguns de seus desdobramentos, levantaram questões que não estavam colocadas no início da pesquisa, sendo estas analisadas ao longo dos capítulos seguintes.

3.4.3 Terceira Parte - Estágio Doutoral no Exterior e Análise dos Dados: entre *expandir* e *focar*

O Estágio Doutoral no Exterior insere-se aqui como etapa do percurso metodológico tendo desempenhado função fundamental no enquadramento teórico, na análise dos dados, bem como na estruturação e elaboração da

presente tese. Este trabalho não seria o mesmo sem essa experiência uma vez que o contato com uma outra prática intelectual permite não apenas acessar uma nova forma de ver a realidade, mas também uma nova maneira de construção do objeto, possibilitando assim uma ampliação da capacidade analítica e contribuindo de forma mais efetiva para a formulação de alternativas aos problemas colocados.

A escolha da França e, mais especificamente, a opção pelo Laboratório *Culture et Sociétés Urbaines* do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CSU-Paris 8/CNRS) deveu-se à tradição da Sociologia Francesa no campo dos estudos de gênero, ao reconhecimento da excelência do trabalho desenvolvido por este centro e também à influência do modelo francês na formulação das políticas de água.

A apresentação, por parte da orientadora, de inúmeros trabalhos realizados pela pesquisadora Dra Anne-Marie Devreux, permitiu um primeiro contato com o arcabouço teórico utilizado pela mesma. As leituras seguintes confirmaram o rigor metodológico, o fôlego e a profundidade reflexiva das investigações por ela empreendidas. Sendo a sua escolha para acompanhar a presente pesquisa uma decorrência desse conjunto de fatores. A entrevista realizada no referido centro, em fevereiro de 2007, seu aceite em co-dirigir esta pesquisa enquanto Tutora do Estágio Doutoral no Exterior, bem como o interesse demonstrado pelo estudo, foram fatores determinantes para a realização desse trabalho.

O Estágio Doutoral foi realizado entre novembro de 2007 e setembro de 2008 e estruturou-se a partir de reuniões periódicas com a Tutora, participação em eventos (conferências, seminários, colóquios, ateliês e congressos) internos e externos ao CSU. Há que se destacar aqui as contribuições teórico-metodológicas trazidas pelas longas discussões com a Tutora quando foram delineadas as linhas gerais da análise dos dados coletados e também pelo conjunto de apresentações que conformaram o *Atelier Les Rapport Sociaux de Sexes: théorie, méthodes, terrains* de 2008, assim como as sugestões recebidas na apresentação desta pesquisa no

Atelier des Doctorants do CSU.

Vale ressaltar também que tal aproveitamento não teria sido possível sem a recomendação da orientadora para que a realização das três primeiras etapas do trabalho de campo fossem feitas antes da saída para o exterior. Esse procedimento permitiu que a transcrição das entrevistas pudesse ser realizada simultaneamente ao enquadramento teórico, possibilitando assim trabalhar na análise dos dados coletados quase que exaustivamente. Um outro aspecto positivo dessa opção metodológica foi a existência de um intervalo de quase um ano entre a terceira e a última ida a campo, o que contribuiu para o amadurecimento da reflexão e a utilização do recurso à confirmação das informações, instrumentalizando essa última etapa com maior objetividade.

3.4.4 Quarta Parte - Redação do Trabalho:

A elaboração desta tese procurou responder às questões colocadas, a partir da preocupação em articular questões epistemológicas e teórico-metodológicas com aspectos político-institucionais e dados empíricos.

A avaliação do impacto do *Programa Um Milhão de Cisternas Rurais* articula todas as etapas metodológicas descritas anteriormente ao nortear-se pela identificação das transformações ou persistências ocasionadas na esfera privada (acesso à água, saúde, segurança alimentar, divisão sexual do trabalho, gestão do tempo do trabalho doméstico, escolaridade, mudanças no estilo de vida, potencialização das habilidades e desenvolvimento de novas capacidades) e na esfera pública (organização da população em torno de reivindicações-surgimento de redes de solidariedade, participação das mulheres nas instâncias de representação política, luta por direitos, acesso ao controle dos recursos, capacitação e emancipação das mulheres). Uma outra questão analisada foi em que medida o gênero é incorporado *formalmente* à etapa de formulação do programa e como isso se desenha na implementação da política.

Com o objetivo de trazer respostas mas também de lançar algumas questões, a argumentação do trabalho foi construída a partir do diálogo entre quatro dimensões: (I) gênese da pesquisa, (II) contexto sócio-político e geográfico no qual se insere o objeto em questão, (III) a análise resultante do trabalho de campo e (IV) considerações teórico-metodológicas relacionadas à incorporação da perspectiva de gênero na formulação e implementação de políticas de água.

Cada uma dessas dimensões corresponde a uma das partes constitutivas da tese, sendo esta, portanto, formada por quatro partes. Essa estrutura é resultado de uma combinação entre os temas que emergiram da análise dos dados e a escolha que se quis fazer destes para o encadeamento da leitura. Trata-se, portanto, de uma ordem que procura articular o 'espontâneo' e o 'construído' por meio da restituição de um conjunto de capítulos forjados a partir de uma perspectiva que vai do material ao imaterial, dinâmica esta que também se faz presente ao longo de cada capítulo.

SEGUNDO MOVIMENTO
Paisagem I

Capítulo 4 – Sertão ou S

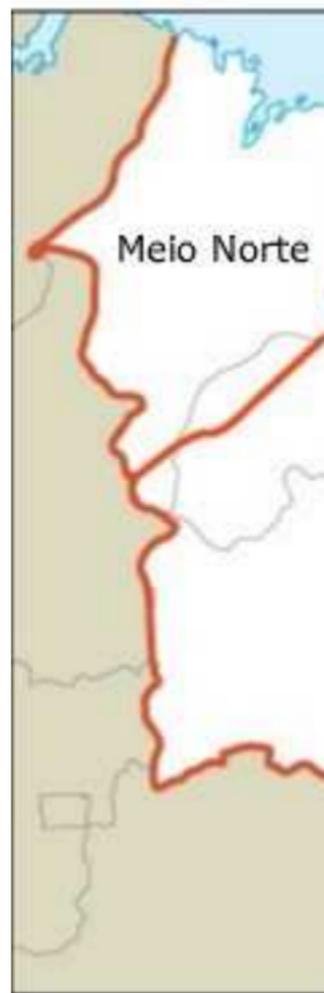
*“Seria um erro [...] ver a geo
reduzido ou evitado [...] e o prognóstico para as á
Entrement*

O presente capítulo tem o
sertanejo, a partir da articulação
fisiográfica e o contexto histó
realizar essa recuperação, pret
essas variáveis e seu impacto
trabalho, e, conseqüentemente, n

4.1 O Nordeste Brasileiro: histórico

O Nordeste brasileiro compr
de 20% da área total do territó
milhões de pessoas o que corres
sendo formada por nove estado
Pernambuco, Piauí, Rio Grand
aspectos fisiográficos, a região

Figura 4.1 - Mapa das



Fonte: Consulta realizada em <http://vocesabendormais.blogspot.com>

A Zona da Mata estende-se a regiões férteis. Essa região caracteriza-se pela população nordestina e pela existência do litoral açucareiro, onde predomina

e o Sertão na qual predomina u
propriedades e uma policultura
da comercialização de aliment
formação de grandes núcleos
(PB), Caruaru (PE) e Feira de S

O Sertão ou Semi-árido rece
encontrado, sendo este caract
ocorrência de longos períodos
do território nordestino e tem
vegetação esparsa e de peque
principal atividade é a pecuá
algumas áreas nas quais ocorr
chapadas, encontramos uma a
mandioca, feijão, milho e cana-

O Meio-Norte caracteriza-se
a Amazônia. Essa característica
na porção próxima ao Sertão co
região amazônica. Esta região
pela crescente integração à reg
exportação de minérios da Serra

O processo de colonização
partir da costa nordeste e teve

subdesenvolvimento ou desenvolvimento (Cardoso, 2007).

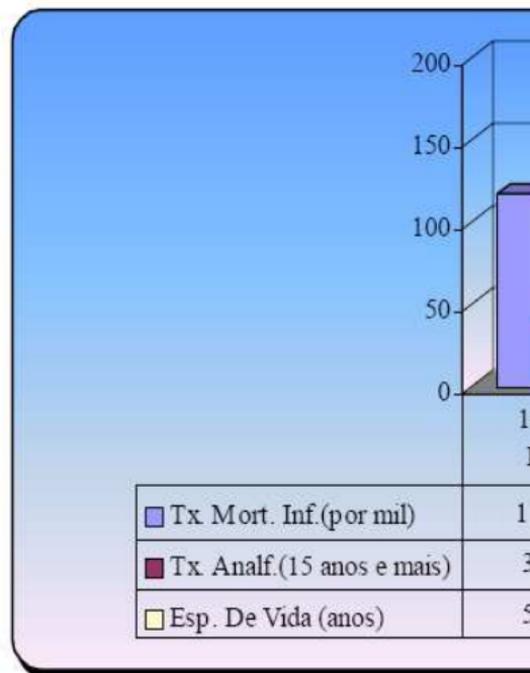
No livro *O Mito do Desenvolvimento*, Cardoso destaca o papel das multinacionais na reprodução do desenvolvimento. O resultado disso é a reprodução da divisão internacional do trabalho que beneficia os países desenvolvidos internacionalmente mediante a alienação do trabalho internacional. Essa lógica é reproduzida internamente. Na região Nordeste e o Semiárido, respectivamente, há uma subordinação ao Centro, lugar da reprodução internacional.

Desde o início de sua ocupação, a região Nordeste teve de maior concentração de desigualdades sociais, “condição socioeconômica, consolidada por latifúndios e produção voltada ao agrário-exportador” (Cardoso, 2007).

Segundo o *Plano Estratégico Nordeste*, em 2002 o produto interno bruto era metade do produto nacional por região, refletindo o atraso econômico e à desigual distribuição

Embora o Nordeste apresente algumas atividades econômicas, e apesar dos avanços nos últimos anos, ainda há um desenvolvimento econômico permanecendo estes bem distantes dos padrões internacionais. Esse descompasso econômico, todavia, na região ele encontra-se

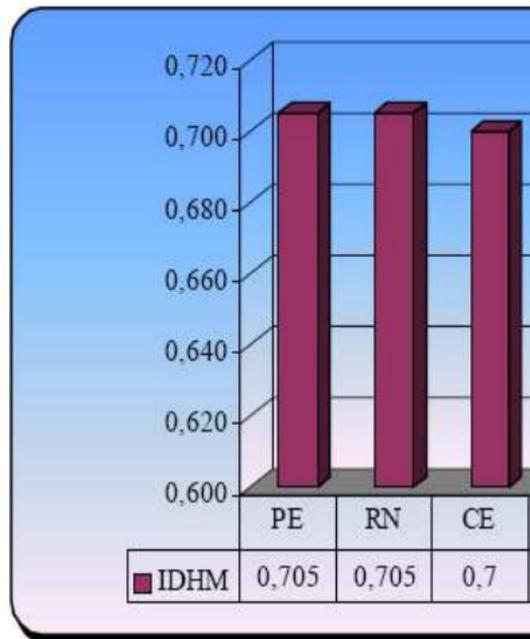
**Gráfico 4.1- Brasil e Nordeste
Analfabetismo e Esperança de Vida**



Fonte: Plano de Desenvolvimento

Segundo o *Atlas de Desenvolvimento*

**Gráfico 4.2- Rol Decretos
Desenvolvimento**



Fonte: Plano de Desenvolvimento

Tendo em vista que existam desigualdades de renda, gênero, serviços básicos e considerando a estratégia de desenvolvimento *competitividade* da economia regional na economia nacional e mundial, desigualdades e da pobreza; e

de produção. É nesse sentido que a estratégia de formulação e implementação do desenvolvimento regional como uma estratégia política que promove a integração regional, integração nacional e integração ao longo do território.

Esse quadro de exclusão social e de estrangulamento do desenvolvimento regional é o que levou o Plano Nacional de Desenvolvimento a estabelecer estratégias econômica, tecnológica, social e ambiental tendo em vista sua relação mais estreita com o desenvolvimento regional.

❏ Estrangulamentos Econômicos

- Reduzido crescimento da economia regional
- Grande fragilidade da economia regional devido à importância do setor na ocupação econômica regional implica não só a continuidade da atividade econômica mas também um intenso processo de desestruturação
- Desestruturação dos segmentos econômicos da região para redefinir formações econômicas positivamente para o seu dinamismo
- Insuficiente dotação da infraestrutura regional em relação aos pólos mais dinâmicos

setor produtivo;

3. A existência de grandes segmentos produtivos da região;

4. A presença de problemas de sustentabilidade do desenvolvimento nordestinas, cuja solução passa por

Problemas Sociais:

○ Reduzido acesso, de parte da população, ao trabalho produtivo e, em consequência,

○ Qualidade da educação e elevado analfabetismo e à presença marcante

○ Índices elevados de morbidade

○ Baixos padrões de saneamento

○ Expressivo déficit habitacional

○ Baixa propensão da população à mobilização social.

Problemas Ambientais:

○ O processo de desertificação dos recursos hídricos, da vegetação e da

qualidade de vida da população, ocorrendo, sobretudo, no semi-árido

possibilidades e oportunidades e
funcionar como o suporte neces
desenvolvimento sustentável
mencionados anteriormente, são

● Oportunidades Econômicas:

- Disponibilidade de incentivos fiscais, a presença de empresas a utilização de parcelas na região, em projetos de ampliação industriais já instalados no Nordeste;
- Existência de um mercado de habitantes;
- O surgimento e a consolidação destaque para a indústria de celulose, petroquímicos, produtos minerais;
- A expansão e consolidação fonte geradora de renda, emprego;
- Consolidação do terciário com grande capacidade de gerar cadeias produtivas concentradas para a educação e tecnologia c

- O potencial existente no si
- Crescente consciência dos
ciência e tecnologia;
- Existência de centros de pe
- Existência de Fundos S
Tecnologia. Há que ressaltar a
projetos suficientes para aplicaç

● Oportunidades Sociais:

- Avanços ocorridos na difus
- Distribuição da pirâmide
jovem com grande potencial par
mudanças estruturais, além de m

Esse quadro de coexistênci
encontrado em toda a região. At
o Nordeste a partir dos seus
reconhecimento de uma certa un
de forma monolítica, sendo ma
pela existência de diversos espa
capítulo. Faz-se necessário, p
possibilite apreender esse territ
permitindo assim compreender

açúcar' e do fenômeno da escravidão compreendida pela Zona da Mata do Sertão nordestino e nas causas, análises e percepções sobre essas visões desses dois autores se constroem sociais se constroem no diálogo

Considerando o recorte territorial da pesquisa, não cabe aqui fazer uma análise açucareira, até porque já a fizemos como um todo. Todavia, faz-se necessária a medida que estes colaboram com a sociedade sertaneja e, consequentemente, os níveis de relações de poder que se constroem. Partir-se-á aqui da análise da escravidão enquanto recurso heurístico para

4.2 Semi-Árido ou Sertão Contextualização

Antes de fazer uma caracterização territorial escolhido para norte os termos centrais para este estudo, dado ao termo Semi-árido f

ao incorporar dimensões que estão para além do quadro geográfico⁴¹.

A partir dessa definição inicial é possível observar em obras de grandes escritores nacionais como *Os Sertões* de Euclides da Cunha (2000) e *Capítulos da História Colonial* de Capistrano de Abreu (2000), que são vários os sertões – sertão de São Paulo, sertão de Minas Gerais, sertão de Goiás, entre outros. Pouco a pouco, no entanto, o termo foi se transformando e ganhou outros significados como o de um lugar no interior do Nordeste do Brasil, onde há pobreza, falta d'água, calor e pouco desenvolvimento, significado este evocado pelo “Brasil Sertanejo”, de Darcy Ribeiro (1995). Observa-se assim, a existência de uma disputa pelo monopólio legítimo dos sentidos caracterizada pela inexistência de uma hegemonia do que se convencionou chamar de Sertão (Alves, 2004).

Segundo Alves⁴², “o Sertão já não é mais visto da mesma forma. Não é apenas um lugar de seca, fome, miséria, violência e resistência de um povo bravo”, os novos significados configurados incluem a dimensão do lúdico, como é o caso da cultura popular nordestina que vem ganhando cada vez mais força nos últimos anos. Todavia, quando se trata das práticas do cotidiano, são as imagens da escassez hídrica e da pobreza que são evocadas na formulação das políticas públicas para a região.

Não faz parte do escopo dessa pesquisa aprofundar-se na análise dessa disputa pelo monopólio legítimo dos sentidos do que se convencionou denominar de sertão, primeiro porque isso já foi feito no trabalho *A Configuração Moderna do Sertão*, de Elder Alves (2004), entre outros; e segundo, porque foge dos objetivos desse trabalho tal problematização. Todavia, a distinção entre Semi-árido e Sertão se faz necessária uma vez que o presente estudo dá-se a partir de experiências cuja territorialidade articula as

⁴¹ Para uma distinção conceitual mais precisa dos termos lugar, espaço e território ver Entrevista com Milton Santos (2000) e Marcel Burzstyn (no prelo).

⁴² “Um lugar além dos estigmas” entrevista concedida por Elder Alves à Assessoria de Comunicação da Universidade de Brasília. <<http://www.unb.br/acs/bcopauta/sociologia9.htm>>, página consultada em 10 de abril de 2007.

significações abrangidas por ambos os termos. Sendo assim, a região estudada é tratada como Semi-Árido, quando a dimensão privilegiada tratar de questões fisiográficas (relevo, vegetação, clima); e como Sertão, quando a discussão ancorar-se na territorialidade desse recorte, ou seja, quando a dimensão privilegiada for a sócio-política (cultura, poder, estrutura social)⁴³.

Ao partir da compreensão da formação social do Sertão como espaço social que se constrói mediante o diálogo com o litoral canavieiro dos engenhos de açúcar, toma-se como ponto de partida o trabalho de Henri Lefebvre, *La Production de L'Espace* (2000). Apresentar essa discussão permite que a utilização dessa categoria se coloque de maneira mais clara facilitando, assim, o entendimento sobre a relação entre a formação da sociedade sertaneja e a condição atual das mulheres sertanejas.

O autor define *espaço social* como o produto das relações sociais de produção e reprodução e, ao mesmo tempo, como o suporte para que elas aconteçam. Para Lefebvre (2000), o espaço social é o resultado das relações sociais que nele se constroem, não podendo ser resumido ao espaço físico. Sua base é o espaço físico, mas este transformado pela existência de homens e mulheres que nele vivem. Sendo assim, podemos dizer que, ao falar do espaço social, estamos considerando o *locus da vida social*.

Esse espaço é também integrado pela natureza, que provê recursos para a atividade criativa e produtiva desempenhada pela sua população. O espaço social articula dois tipos de relações a partir das quais os sujeitos interagem modificando a natureza, são elas as *relações sociais de reprodução*, isto é, as relações bio-psicológicas entre os sexos e entre os grupos etários, junto com a organização específica da família, e as *relações de produção*, ou seja, a divisão e organização social e sexual do trabalho por meio de funções sociais hierárquicas (Girardi, 2008).

Segundo o autor, a produção do espaço ocorre a partir da articulação entre

⁴³ Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema, também são utilizados os trabalhos de Suárez(1992), Souza (1997), Amado (1995) e Costa (2003).

três dimensões: 1) *prática social*, que é a dimensão segundo a qual o espaço é *percebido* pelos indivíduos, 2) *representações do espaço*, que são as formas pelas quais o espaço é *concebido* por intelectuais, pesquisadores, técnicos, planejadores e gestores e 3) *espaço representacional* que é a dimensão relacionada ao espaço *vivido* pelos indivíduos.

Um outro aspecto interessante da formulação de Lefebvre, concernente a esse estudo, é sua afirmação de que o modo de produção vigente em cada época e sociedade é determinante para a produção e configuração do espaço. Sendo assim, é possível afirmar que cada modo de produção atua na produção espacial de forma particular e assume com o espaço uma relação dialógica, uma vez que este é produzido pelo processo de produção, sendo também suporte para o seu desenvolvimento. Desta forma, a análise do espaço social está, metodológica e teoricamente, relacionada à articulação entre três dimensões de análise que são a *forma*, *função* e *estrutura*, cabendo a esta o estudo da escala entre o todo e as partes e entre os vários níveis existentes.

“O espaço social agrupa as coisas produzidas e envolve suas inter-relações; ele permite *ações* de produção e consumo. O espaço social inclui *objetos* naturais e sociais, os quais são também *relações*. Os objetos possuem *formas*, mas 'o trabalho social os transforma, reorganizando suas *posições* dentro das configurações espaço-temporais sem afetar necessariamente suas materialidades, seus estados naturais.' [...], ou seja, altera sua *função* sem alterar sua *forma*. 'Tempo e espaço são inseparáveis [...], espaço implica em tempo e vice versa'” (Lefebvre, 2000:118 apud Girardi, 2008:30).

Desta forma, é possível sintetizar os principais aspectos da formulação de Lefebvre sobre o conceito de espaço social a partir das seguintes proposições: a) o espaço é algo construído, e portanto, dinâmico; produzido pelos diferentes sujeitos a partir do trabalho e da interação com a natureza; b) as relações sociais são constituintes do espaço e é a partir delas que homens e

mulheres transformam a natureza; c) “as relações sociais de produção, consumo e reprodução (social) são determinantes na produção do espaço”; d) o espaço deve ser estudado multidimensionalmente a partir de suas *formas, funções e estruturas* e e) “novas relações podem dar funções diferentes para formas preexistentes, pois o espaço não desaparece, ele possui elementos de diferentes tempos.” Sendo assim, não é possível entender o 'Sertão de hoje' sem olhar para o 'Sertão de ontem' (Girardi, 2008:30).

4.2.1 Semi-Árido Brasileiro: Da Paisagem Natural e Formação Histórica à Atual Configuração Social

A classificação de uma região como árida ou semi-áridas é definida mediante a relação entre a quantidade de água advinda da chuva, temperatura e evapotranspiração potencial. A definição de aridez é o resultado do Plano de Ação de Combate à Desertificação das Nações Unidas. De acordo com o índice de desertificação, as terras áridas, semi-áridas e subúmidas secas do Planeta compreendem cerca de 51.720.000 Km², praticamente 33% de toda a superfície terrestre. Temos, ainda, as áreas hiper-áridas, os desertos, compreendendo 9.780.000 Km², ou seja, quase 16% do total (Silva, 2008).

Longe de ser um problema pontual, escassez e má distribuição de água, são fenômenos que atingem quase 50% da superfície do globo. Na América do Sul, além do Nordeste brasileiro, encontramos áreas de semi-aridez na Venezuela e Colômbia, e na Patagônia Argentina, estendendo-se até o norte do Chile, Peru e Equador.

A discussão sobre desertificação teve grande avanço na década de 1980, sendo consolidada na Conferência do Rio em 1992. O Capítulo 12, da Agenda 21, define a desertificação como "a degradação da terra nas regiões áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas, resultante de vários fatores, entre eles as variações climáticas e as atividades humanas", sendo que a "degradação da terra" é entendida de forma mais ampla como a degradação dos solos, dos recursos hídricos, da vegetação e a redução da qualidade de vida das

populações afetadas (Girardi, 2008:30).

Ainda durante a Conferência do Rio-92, vários países atingidos pela desertificação propuseram à Assembléia Geral que fosse aprovada a negociação de uma Convenção Internacional sobre o tema. A Assembléia Geral aprovou a negociação da Convenção sendo esta realizada entre janeiro de 1993 e 17 de junho de 1994, data que se transformou no Dia Mundial de Luta contra a Desertificação⁴⁴.

A Convenção Internacional de Combate à Desertificação está em vigor desde dezembro de 1996, após a assinatura de mais de 50 Estados. Atualmente ratificada por mais de 100 países, sua implementação ocorre mediante o desenvolvimento das estratégias elencadas nos Anexos de Aplicação Regional, dentre os quais se destaca o Anexo III, dedicado à América Latina e Caribe. Concomitantemente a essas ações internacionais foram se desenvolvendo estratégias nacionais de enfrentamento do fenômeno da desertificação.

“A área de domínio do semi-árido teve, ao longo da história outras denominações, como Sertão e Nordeste das secas. Oficialmente, a primeira delimitação da região foi estabelecida em 1936, com o Polígono das Secas. O conceito técnico de Semi-árido é decorrente de uma norma da Constituição Federal de 1988, mais precisamente do seu Artigo 159, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). A norma constitucional manda aplicar no Semi-árido, 50% dos recursos destinados ao Fundo” (Silva, 2008:16)

Segundo Aziz Ab'Sáber, “conhecer mais adequadamente o complexo geográfico e social dos sertões secos e fixar os atributos, as limitações e as capacidades dos seus espaços ecológicos” é parte de uma espécie de exercício de brasilidade, “o germe mesmo de uma desesperada busca de soluções para uma das regiões socialmente mais dramáticas das Américas” (1999:7).

“Isoladamente, o conhecimento de suas

⁴⁴ Informações encontradas na página <<http://www.iicadesertification.org.br>> consultada em 26/04/2009.

bases físicas e ecológicas não tem força para explicar as razões do grande drama dos grupos humanos que ali habitam. No entanto, a análise das condicionantes do meio natural constitui uma prévia decisiva para explicar causas básicas de uma questão que se insere no cruzamento dos fatos físicos, ecológicos e sociais. Nenhuma solução ou feixe de soluções dirigidas para a resolução dos problemas do Nordeste brasileiro poderá abstrair o comportamento do seu meio ambiente, inclusive no que diz respeito à fisiologia da paisagem, aos tipos de tecidos ecológicos e à utilização adequada dos escassos recursos hídricos disponíveis” (Ab'Sáber, 1999:7).

O Semi-Árido brasileiro recebe, também, o nome de Bioma Caatinga em virtude do tipo de vegetação predominante, estendendo-se pela totalidade do estado do Ceará (100%) e mais de metade da Bahia (54%), da Paraíba (92%), de Pernambuco (83%), do Piauí (63%) e do Rio Grande do Norte (95%), quase metade de Alagoas (48%) e Sergipe (49%), além de pequenas porções de Minas Gerais (2%) e do Maranhão (1%)⁴⁵.

As secas no Semi-árido são históricas, datando do ano de 1587 o primeiro relato sobre o fenômeno, este havendo sido presenciado pela primeira vez pelo jesuíta Fernão Cardim nas capitânicas da Bahia e Pernambuco. Configuram-se, portanto, como fenômeno natural e recorrente com o qual é necessário aprender a conviver. É em função dessa realidade que o governo brasileiro vem alterando suas estratégias de ação de um enfoque de “combate às secas” para uma perspectiva de “convivência com o Semi-árido”. Essa nova perspectiva de atuação é facilitada pelos avanços tecnológicos que possibilitam a capacidade de previsão do fenômeno, por meio de informações meteorológicas advindas de conhecimentos técnicos, estudos climáticos que possibilitam a implementação de projetos capazes de mitigar seus efeitos e também por uma política que tem como um de seus pilares o envolvimento da sociedade na construção de um aprendizado que possibilite um cotidiano mais adaptado à ocorrência dos chamados eventos críticos.

⁴⁵ Informações encontradas na página <www.ibge.gov.br>, acessada em 24 de abril de 2007.

As características fisiográficas do Semi-árido favorecem a escassez hídrica, são elas: chuva irregulares; solos geralmente férteis, porém rasos; vegetação rala, constituída de árvores de pequeno porte adaptadas para conter os efeitos de uma evapotranspiração muito intensa; insere-se, em sua quase totalidade, em área constituída de rochas com minerais bem cristalizados; rede hidrográfica densa, constituída, em sua maior parte, de rios intermitentes, o que gera necessidade de captação e armazenamento de água por meio de obras hidráulicas artificiais (açudes, cacimbas, poços amazonas, poços tubulares, cisternas, barragens subterrâneas); baixa vocação hidrogeológica, ou seja, reduzida capacidade de armazenamento de água subterrânea.

Essa situação de escassez hídrica configura o que os estudos de hidrologia denominam de eventos críticos ou extremos. Os eventos extremos são classificados como máximos quando se referem às cheias, enquanto que os eventos mínimos referem-se às secas. Esses eventos são caracterizados por sua complexidade e pelo forte impacto que provocam no cotidiano das populações atingidas. No caso do Semi-árido, os longos períodos de estiagem causam grandes prejuízos materiais, sociais e de saúde pública ao destruírem plantações e roçados; desabrigarem parte da população que se vê obrigada a migrar para outras regiões, além de favorecerem a disseminação de doenças para a população como um todo.

Todavia, esse quadro de déficit hídrico não pode ser confundido com um cenário de escassez, pois estamos falando da região semi-árida mais chuvosa do Planeta, cuja pluviosidade é, em média, de 750 mm/ano (variando de 250 mm/ano a 800 mm/ano). “O grande problema é que a chuva que cai é menor do que a água que evapora. No Semi-árido, a evaporação é de 3.000 mm/ano, três vezes maior do que a precipitação”. Logo, a questão da água continua sendo um problema essencial do grande espaço social sertanejo sendo as tecnologias de armazenamento da água de chuva fundamentais para a sustentabilidade do desenvolvimento da região (Malvezzi, 2007:10). Nessa conjunção de fatores, reside a condição necessária para a compreensão da

água como instrumento de poder a partir do qual se configura parte expressiva da estrutura social da região.

“A imagem difundida do Semi-árido, como clima, sempre foi distorcida. Vendeu-se a idéia de uma região árida, não semi-árida. É como se não chovesse, como se o solo estivesse sempre calcinado, como se as matas fossem secas e as estiagens durassem anos. As imagens de migrantes, de crianças raquíticas, do solo estorricado, dos açudes secos, dos retirantes nas estradas, dos animais mortos, da migração da Asa Branca – essas imagens estão presentes na música de Luís Gonzaga, na pintura de Portinari, na literatura de Graciliano Ramos e na poesia de João Cabral de Mello Neto. É um ponto de vista, ao mesmo tempo, real e ideológico, que muitas vezes serve para que se atribua à natureza problemas políticos, sociais e culturais, historicamente construídos (Malvezzi, 2007:11)”.

No que se refere à elaboração de políticas públicas, as particularidades naturais e ambientais do Semi-árido têm orientado diversos planos de ações e iniciativas de delimitação das áreas afetadas pelos eventos naturais que incidem sobre a região. “Duas das mais recentes delimitações estão centradas nos conceitos de ecossistema e desertificação, respectivamente. A delimitação baseada nas noções de ecossistema encontra sua materialização no estudo Cenários para o Bioma Caatinga. A segunda está concretizada no Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAN-Brasil” (Brasil, 2005:13).

A terceira e atual delimitação resultou no estabelecimento da Nova Região Semi-Árida do Nordeste que inclui também parte do estado de Minas Gerais. A atual delimitação é fruto de uma ação conjunta entre o Ministério da Integração Nacional, Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Ciência e Tecnologia. Oficializada pela Portaria Interministerial de N.6 de 29 de março de 2004, essa delimitação passou a ser a base territorial para formulação e implementação de políticas públicas no Semi-Árido Nordestino.

Tabela 4.1 – Área, População e Número de Municípios no Nordeste e no Semi-Árido Brasil, 2009

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA (Km ²)	ÁREA DO TOTAL NACION.	POPULAÇÃO TOTAL (hab.)	POPUL. DO TOTAL NACION.	NÚMERO DE MUNICÍP.
Nova Região Semi-Árida	980.089,26	12%	21.718.168	13%	1.135
Região Nordeste	1.549.239,63	20%	50.424.713	29%	1.985
Brasil	8.514.876,60	100%	169.799.170 ⁴⁶	100%	5.564

Fonte: PDSA com adaptações da autora (Brasil/MI, 2005) .

Esse é o recorte oficial que se tornou objeto do *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Nordeste Semi-Árido* (PDSA) e também do “Programa Um Milhão de Cisternas Rurais” objeto desta pesquisa, a nova área de atuação (Figura 4.2) engloba uma superfície de 980.089,26 km² e abriga uma população de 21.718.168 habitantes, sendo estes residentes em um conjunto de 1.135 municípios, conforme demonstrado pela Tabela 4.1. Trata-se, portanto, do reconhecimento do Sertão como espaço social que, para além das classificações e fronteiras político-administrativas existentes configura-se como um lócus de práticas sociais enraizadas no espaço *vivido* pelos indivíduos.

⁴⁶ Os dados da Contagem da População IBGE em 2007 mostram que naquele ano a população brasileira era de 183.987.291 habitantes. Não serão utilizados os dados de 2007 do IBGE porque ainda não estão totalmente disponibilizados.

**Figura 4.2 - Mapa da Nova Região do Semi-Árido Brasileiro
Brasil, 2009**



Fonte: Consulta realizada em 30/março/2009 no endereço <<http://mds.gov.br/>>.

4.2.1.1 Traços da Formação Social

Na sociedade escravocrata, grupos de brancos, negros e pardos, por falta de oportunidades compatíveis com sua condição de homens livres no litoral canavieiro, dominado pelo regime de *plantation*, aventuraram-se para além dos limites das capitanias e adentraram o Sertão. Este território inóspito era até então ocupado pelo indígena, sendo este considerado 'livre' do ponto de vista dos colonizadores. Naquela ocasião, o Sertão consolidou-se como o lócus da liberdade para os que fugiam do quadro rígido instaurado pela *plantation* e exacerbado pela ocorrência de longos períodos de estiagem (Brasil, 2005).

É interessante contrastar essa representação inicial do Sertão como lugar da liberdade com a idéia resgatada por Suely Chacon (2006) de que o Sertão constituiu-se como o 'lugar do outro', *outro* porque os grupos que lá se encontravam ou se fixavam estavam excluídos da lógica formal do poder vigente, “[...] seus habitantes não estavam subordinados à organização da Colônia, por isso mesmo eram excluídos de qualquer arranjo decisório, sendo dispostos [...] ao sabor dos interesses dos poderosos, ou por estes esquecidos, conforme o momento político, que normalmente se conduzia conforme os ditames da produção” (Chacon, 2006:81).

Tendo em vista esse traço de inospitalidade do espaço físico do Semi-Árido, a resistência indígena à penetração do colonizador bem como sua capacidade de adaptação ao meio são alguns aspectos interessantes da ocupação do complexo sertanejo, constituindo-se este como domínio indígena até a primeira metade do século XVII. O período que se segue, é marcado pelo movimento de ocupação do Agreste mediante o desenvolvimento da policultura, pelas expedições que abriram o Sertão para a busca de minerais preciosos nas margens do Rio São Francisco, e pela fuga dos colonizadores para o interior, durante os 30 anos da ocupação holandesa.

Cabe ressaltar aqui o papel de destaque atribuído nos estudos de formação

econômica e social à empresa açucareira para a matriz da ordem social nordestina. Segundo Celso Furtado (2000a), a preservação e resistência da estrutura do setor açucareiro aos momentos de crise é resultado da complexa engrenagem mediante a qual aquele setor se articulou para a formação do que o autor denomina de “complexo econômico nordestino”, que teve a escravidão na base de sua formação da economia açucareira e pecuária sendo esta mais desenvolvida no Agreste, e sobretudo no Sertão, para fornecer os insumos complementarmente necessários à economia do açúcar.

“[...] mesmo sendo uma unidade econômica altamente especializada na produção de açúcar, ela matinha em seu entorno, no interior nordestino, um subsistema para o seu provimento. Isso deu lugar a ocupação do Agreste, que logo se projetou para os sertões do Nordeste, constituindo atividades econômicas dependentes da economia açucareira, mas espacialmente separada da mesma, com características totalmente distintas. Tratava-se [...] de um ‘subsistema satélite’, mas que era fundamental para a economia açucareira” (Silva, 2008:36)

Sendo assim, nos primeiros séculos da colonização desenvolveu-se, na região sertaneja, uma economia pastoril centrada no gado e associada à produção açucareira, uma economia pobre e dependente do litoral canavieiro, que acabou por conformar o que, no livro *O Povo Brasileiro*, o antropólogo Darcy Ribeiro (1995) caracterizou como “um tipo particular de população com uma subcultura própria, a sertaneja marcada por sua especialização ao pastoreio, por sua dispersão espacial e por traços característicos identificáveis no modo de vida, na organização da família, na estrutura do poder, na vestimenta típica, nos folguedos estacionais, na dieta, na culinária, na visão de mundo e numa religiosidade propensa ao messianismo” (Ribeiro, 1995:340).

“O homem livre que se internou na hinterlândia trocou a opressão econômica da plantation pela aspereza e austeridade do Sertão, sem saber que, com o tempo, iria defrontar-se com o latifúndio sertanejo.

Este elemento, associado à demografia explosiva da pobreza, levou à formação de um exército de reserva de trabalho na região, que veio a ser utilizado, mais tarde, pelo capital industrial que deslanchava no Sul, a partir do início do século XX, e pela política de ocupação de espaços territoriais nacionais vazios. Separados por séculos, os dois movimentos demográficos caminharam em sentidos opostos. No começo, prevaleceu o movimento de imigração, de ocupação da terra e a descoberta de seus recursos e suas potencialidades; no final, o movimento de emigração, do abandono, em busca de novas oportunidades. Terminados os ciclos desses dois movimentos, interessava descobrir e assentar propostas de desenvolvimento para uma população que, cada vez mais, buscava adequar-se às condições encontradas no Nordeste Semi-árido” (Brasil/MI, 2005:17).

O final do século XX é marcado pelo esgotamento do ciclo de desenvolvimento mais recente no Brasil. Neste período, o fenômeno migratório deixou de marcar tão profundamente a região. Esse processo é resultante de um duplo movimento. De um lado, o capitalismo vai aos poucos perdendo “sua capacidade de absorver grande parte do contingente de força de trabalho desempregada e subempregada, especialmente a do campo, seja porque vem sofrendo uma mudança de paradigma, segundo a qual a economia deixa de ser essencialmente industrial, seja porque o processo tecnológico dispensa força de trabalho para manter uma dada produção”, por outro, “foram se estabelecendo processos produtivos mais adaptados à disponibilidade de recursos naturais renováveis”, dinâmica esta que vai ao encontro da construção de um projeto de desenvolvimento de uma cultura sustentável de convivência com o ambiente o que permite uma integração da relação população-natureza minimizando assim a sujeição daquela aos determinismos climáticos (*Idem*).

“Excluídas as grandes alternativas do passado recente para os movimentos migratórios, e frente à reduzida capacidade de a agricultura reter grande parte da população, o migrante passou a desenhar dois tipos

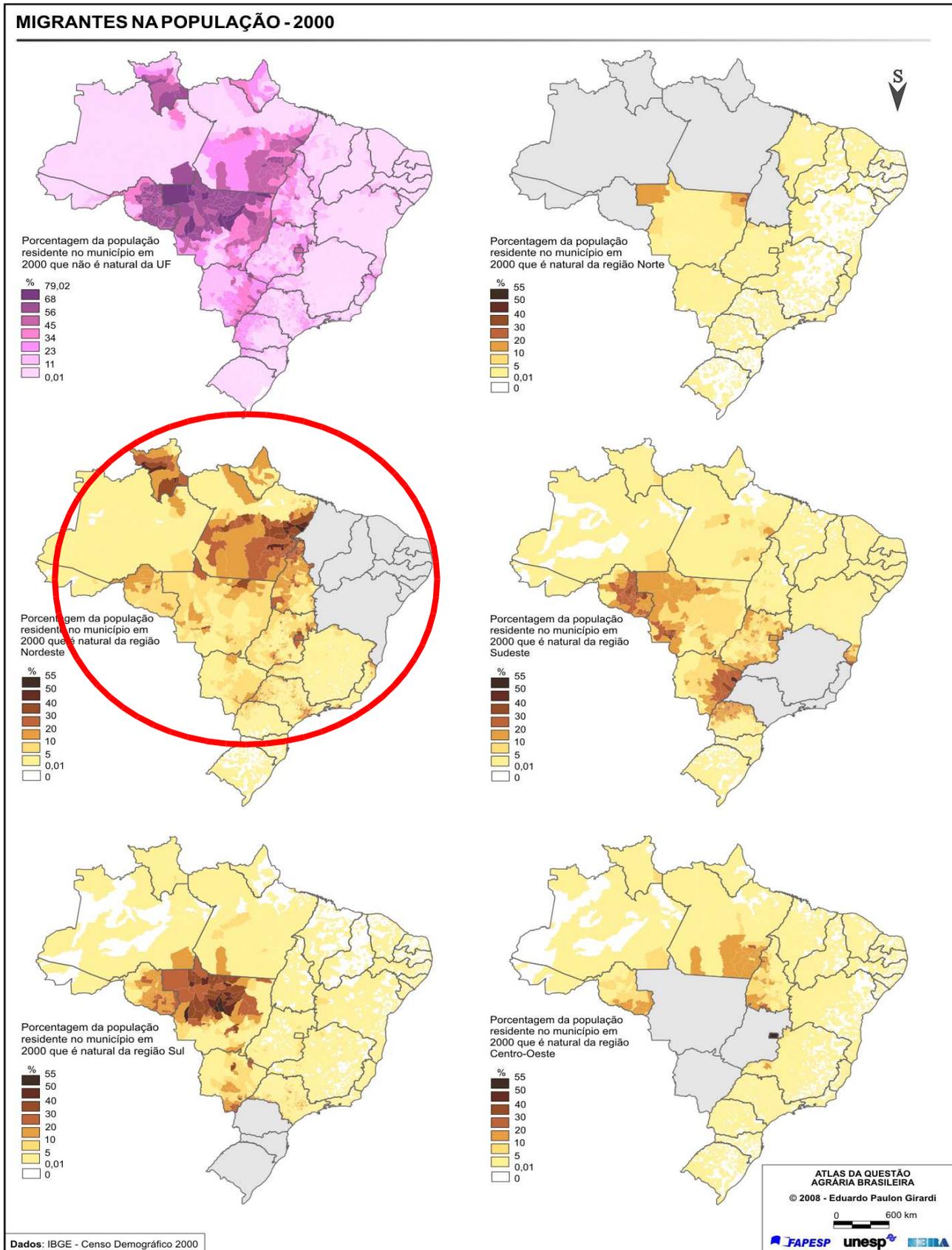
específicos de deslocamento: fluxos migratórios "pendulares", com saídas de curta ou média duração e volta ao ponto original de partida; e fluxos de curta distância, especialmente do meio rural para as cidades médias e grandes do Nordeste. São fatores explicativos específicos para o quadro atual - já que os gerais estão dados pela situação do sistema econômico - as transferências a título de seguridade e a oferta de empregos primários e terciários nas áreas beneficiadas pela irrigação, entre outros. Ainda assim, a principal parcela migrante está dada pela força de trabalho jovem. Nesse quadro, cada vez mais, a população que consegue fixar-se na hinterlândia regional se movimenta do campo para a cidade” (Brasil, 2005:16).

Todavia, apesar dessas transformações e da consequente diminuição do fluxo migratório de nordestinos (Figura 4.3), em direção a outras regiões do País, percebemos que, mesmo com base nos dados do último Censo Demográfico de 2000, este ainda se constitui como o grupo responsável pelos maiores deslocamentos migratórios entre as macro-regiões brasileiras, cabendo destaque para a fronteira agropecuária no Pará e no norte do Tocantins, e em menor grau em Rondônia, Roraima e também no Centro-Oeste, para onde se destinaram os migrantes de todas as regiões, principalmente a partir de 1950, e também para o estado de São Paulo.

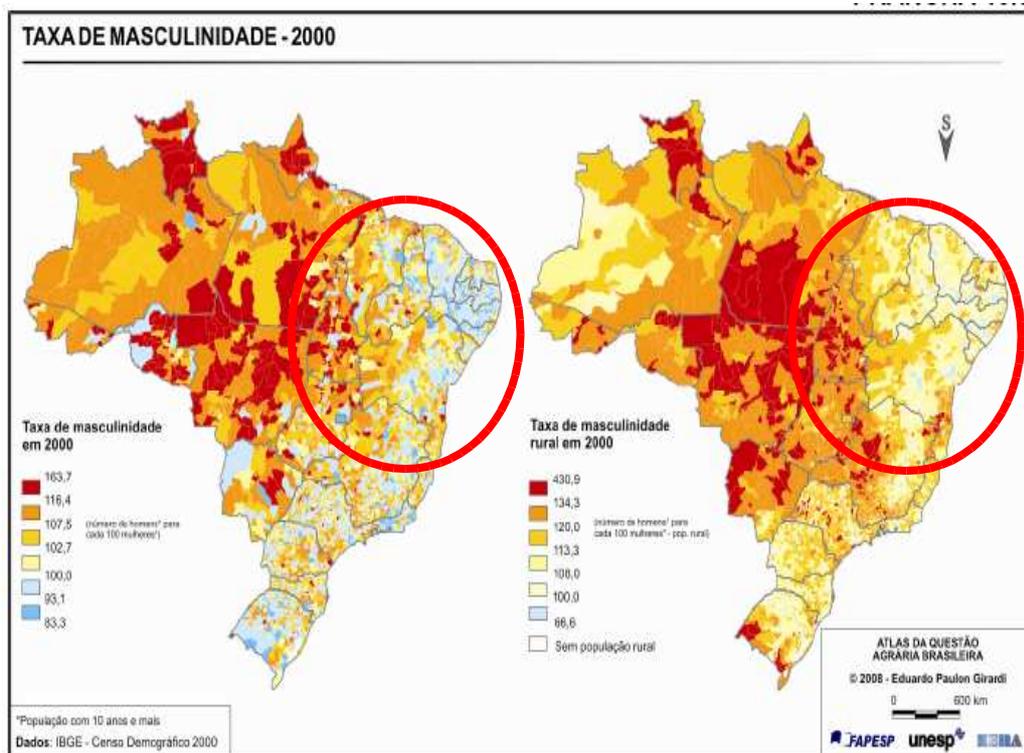
Esses dados, associados ao indicador da taxa de masculinidade⁴⁷, podem fornecer algumas pistas sobre a dinâmica populacional, particularmente importantes para esta pesquisa, uma vez que, ao analisar os mapas da Figura 4.3, é possível observar que, de forma geral, as regiões com maiores concentrações de indivíduos do sexo masculino coincidem com as regiões com maior proporção da população de migrantes. Essa tendência também é verificada no que se refere à taxa de masculinidade rural (Figura 4.4).

⁴⁷ Número de homens a cada 100 mulheres.

**Figura 4.3 – Prancha dos Fluxos Migratórios por Região
Brasil, 2009**



**Figura 4.4 – Prancha da Taxa de Masculinidade Geral e Rural
Brasil, 2009**



Fonte: Eduardo Girardi, 2008, com adaptações.

As altas taxas de masculinidade nessas regiões de expansão da fronteira agropecuária estariam diretamente relacionadas ao caráter desbravador masculino; natureza dos trabalhos aí realizados, principalmente atividades braçais como a lida com o gado, cultivo e desflorestamento; migração de jovens solteiros e de homens casados que deixam suas famílias em busca de melhores oportunidades. Enquanto “as regiões com baixas taxas de masculinidade possivelmente são aquelas de onde esses trabalhadores são originários” (Girardi, 2008:172). Essas dinâmicas populacionais reproduzem a rígida lógica patriarcal da sexualização⁴⁸ dos espaços sociais e têm um forte impacto na formação e reconfiguração das famílias, uma vez que parte desses homens não voltarão ou não serão seguidos, mesmo que posteriormente, pelas suas respectivas famílias.

⁴⁸ Essa discussão será aprofundada no Capítulo 6.

É interessante perceber que o Nordeste Rural Semi-árido aparece como uma grande *mancha humana* caracterizada pelas mais baixas taxas de masculinidade. É possível analisar essas transformações como parte das revoluções em curso que afetam profundamente as estruturas familiares e, portanto, a estrutura social como um todo (Lesthague, 1995). Todavia, esses fatores associados aos aspectos já mencionados têm grande impacto na exacerbação da vulnerabilidade das mulheres e das famílias sertanejas e, conseqüentemente, no desenvolvimento local, regional e nacional.

Esses fluxos migratórios, bem como os demais problemas apontados anteriormente, também estão relacionados à estrutura fundiária da região sendo esta caracterizada pela alta concentração de terras. A terra é fator *sine qua non* para a sobrevivência e produção das comunidades rurais. A forma como ela é distribuída e apropriada determina a configuração das relações que compõem a questão agrária e a condição de ser ou não proprietário da terra é estruturante para a organização das relações de produção e para os resultados obtidos.

“A concentração da terra é uma das características do capitalismo no campo que agrava a questão agrária. [...] Além de sobrepor os interesses *econômicos individuais* aos interesses coletivos, a concentração da terra, seja para especulação ou para a apropriação da renda da terra pela produção capitalista, impede que um grande contingente populacional tenha acesso à terra para *viver e produzir*. Desta maneira, a concentração fundiária é a base fundamental dos problemas da questão agrária brasileira e por isso capital e campesinato disputam a terra como território e a sua concentração ou distribuição é um indicador da gravidade da questão agrária. Em 2003 o índice de Gini para o Brasil era 0,816, o que indica grande concentração, já que quanto mais próximo de um maior é o grau de concentração da terra. A evolução entre 1992 e 2003, de apenas -0,010, confirma que as políticas de reforma agrária não tocaram na concentração geral da estrutura fundiária brasileira” (Girardi, 2008:201).

No Sertão aspectos históricos de um capitalismo colonial que desenvolveu

sua agricultura mediante um penoso e reacionário caminho da modernização lenta e incompleta do grande latifúndio colonial, potencializados pelo relativo isolamento da região e por suas especificidades naturais e ambientais, contribuíram fortemente para a formação e reprodução de estruturas socioeconômicas de alta concentração de ativos e de oportunidades que, no meio rural, assumem a forma do binômio latifúndio-minifúndio.

Essa conformação favorece a persistência de relações de produção profundamente assimétricas, já que não-assalariadas e caracterizadas pela grande concentração de terras. Nesse contexto, o rendimento proveniente da terra é um componente importante da economia regional sendo parte deste apropriada pelos grandes proprietários e comerciantes. A terra representa também fonte de alimentos para os pequenos produtores familiares que se encontram por isso duplamente atrelados aos grandes proprietários de terras.

“O sistema de posse e uso da terra no Semi-árido é fortemente influenciado pela baixa qualidade das terras agricultáveis, em virtude do relevo alterado, dos solos rasos e pedregosos e da reduzida capacidade de absorção de água. [...] Em função disso, o excedente produtivo é quase sempre de baixa expressão quantitativa e flutua juntamente com o fenômeno da seca. Essa instabilidade, por sua vez, reflete sobre a estrutura fundiária, gerando o fenômeno da alta concentração de ativos no meio rural. A distribuição dos estabelecimentos agropecuários fornece uma idéia mais clara a este respeito. No Nordeste Semi-árido, cerca de 90% do número de estabelecimentos têm área inferior a 100 hectares, correspondendo esse número a algo em torno de 27% da área total de todos os estabelecimentos. No contexto daquelas características físicas dos solos e da escassez relativa de água, quem tem menos de 100 hectares de terra nas áreas mais afetadas pelas secas, ou seja, onde a frequência de incidência de secas varia de 81 a 100% [...], tem reduzidíssimas possibilidades de geração de excedentes acima da linha da sobrevivência. [...] O agricultor ou pecuarista submetido a tais condições vive [...] nos limites do 'equilíbrio da pobreza” (Brasil, 2005:19).

A questão da terra assim como da estrutura fundiária do Sertão brasileiro, consiste em condição *sine qua non* para a compreensão do problema da água bem como de seu impacto na divisão e organização social e sexual do trabalho, e, conseqüentemente, na formação do espaço social sertanejo uma vez que, como explicitado no Capítulo 1, em regiões castigadas pela escassez de água, esta constitui-se como instrumento central de poder, em torno do qual desenha-se parte expressiva da estrutura de poder da região.

Essa questão articula-se com a questão de gênero na medida que políticas de água que buscam a 'solução contra a seca' a partir da implementação de infra-estruturas que privilegiam interesses particularistas assentam-se sobre um modelo sócio-econômico patrimonialista e patriarcal que acaba por favorecer as oligarquias regionais em detrimento das populações já fragilizadas, agravando ainda mais as desigualdades de gênero uma vez que na falta de água, o árduo trabalho de buscar a água para o uso doméstico nas mais diferentes sociedades constitui-se como uma tarefa das mulheres de diferentes gerações.

4.2.1.2 A Configuração Atual e a Condição das Mulheres

De acordo com o estudo *Crianças e Adolescentes no Semi-árido Brasileiro* (2003), realizado pelo UNICEF, há 10,9 milhões de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos no Semi-árido, ou seja, quase 41,3% da população total dessa região. Esses meninos e meninas lutam para sobreviver e se desenvolver em regiões inóspitas onde a taxa de mortalidade infantil é superior à média nacional em 95% das suas cidades; as afecções perinatais, as infecções respiratórias agudas e deficiências nutricionais respondem por 33,8% dos óbitos das crianças menores de 1 ano; cerca de 350 mil crianças e adolescentes, entre 10 e 14 anos, estão fora da escola; mais de 390 mil adolescentes são analfabetos; uma em cada seis crianças, de 10 a 15 anos, trabalha.

Como em todo o Brasil, os problemas das crianças e adolescentes do

Semi-árido agravam-se na zona rural. De acordo com o mesmo estudo do UNICEF, 75% das famílias vivem com renda *per capita* de menos de meio salário mínimo por mês.

A escassez de chuvas tem justificado, historicamente, o quadro de vulnerabilidade e miséria no Semi-árido. No entanto, análises comparativas com outras regiões semi-áridas do mundo mostram que o Semi-árido brasileiro não sofre simplesmente com o problema da falta de água, mas também com a irregularidade da chuva. Isso faz com que 42% das crianças e dos adolescentes não tenham acesso à água de poço, nascente ou rede de fornecimento de água pública, o que afeta diariamente suas vidas e limita seu desenvolvimento.

Questões relacionadas a processos produtivos exóticos à região, titularidade da terra, dimensão de latifúndios, baixa oferta de alimentos, rede de serviços insuficiente, baixa oferta de trabalho e renda são agravantes que têm ocupado um lugar limitado no processo de formulação e implementação de políticas públicas para promoção do bem comum na região semi-árida.

Dados obtidos em 211 municípios de nove estados atingidos pela última grande seca, ocorrida de janeiro a novembro de 1998, indicam que, nesses locais, houve um aumento considerável da exploração sexual infanto-juvenil; elevação do número de crianças e gestantes desnutridas em função da diminuição considerável da produção de alimentos e intenso processo de fechamento de escolas em função da falta de água.

Esse fato demonstra que a responsabilidade pelos indicadores ligados à infância não cabe tão somente às condições climáticas em si, mas também à falta de investimentos em infra-estrutura, em políticas básicas de saúde, de educação, de assistência social e à escassez de programas de geração de emprego e renda.

Além da desnutrição, a falta de acesso das mulheres aos serviços de saúde, durante a gravidez, é outro problema que põe em risco a vida das crianças no

Semi-árido. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) divulgou dia 11 de dezembro de 2006 a *Situação Mundial da Infância 2007*. No que tange ao Brasil, o relatório pede mais investimento em pré-natal, educação e participação política das mulheres. O estudo revela violações de direitos de mulheres e crianças e alerta que a equidade de gênero é condição necessária para o cumprimento dos *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* para todos. “Saúde, educação, igualdade, proteção são direitos de cada mulher. Garantir e potencializar os direitos da mulher fortalece também os direitos das crianças e dos adolescentes. As duas lutas são necessárias e complementares” como ressaltou a representante do UNICEF no Brasil, Marie-Pierre Poirier⁴⁹. O relatório demonstra que a equidade de gênero não é apenas um compromisso moral, que ajuda a promover a autonomia das mulheres, mas um fator essencial para o desenvolvimento sustentável. A equidade de gênero não tem como objetivo tirar somente as mulheres da pobreza. O impacto de políticas que se norteiam por este princípio alcançam também suas famílias, suas comunidades e seus países⁵⁰.

O relatório ressalta ainda que a participação das mulheres deva ser aprimorada nos diversos *locus* da vida social, sejam eles privados ou públicos. Para tanto, hierarquiza três arenas principais: a família, o trabalho e a esfera política (ver quadro abaixo).

Quadro 4.1 – Principais Arenas para Aprimoramento da Participação das Mulheres Brasil, 2007

Na Família	No Trabalho	Na Esfera Política
- Todas as mulheres têm direito de participar das decisões familiares, que envolvem desde o cuidado com a própria saúde e com as crianças até a administração dos recursos. - Quando as mulheres podem tomar decisões, tendem a dar mais atenção à saúde, à nutrição e à educação de	- Todas as mulheres têm o direito de receber salários iguais aos dos homens, quando desempenham funções semelhantes. No Brasil, em geral, elas são mais escolarizadas, trabalham mais, mas ganham menos do que eles. Além disso, meninas são as principais	- O envolvimento das mulheres na política, seja nacional ou local, ajuda no avanço das legislações, incluindo aquelas focadas nas próprias mulheres, na infância e na família.

⁴⁹ Entrevista acessada na página <www.unicef.org.br/noticias>, acessada dia 3 de março de 2007.

⁵⁰ Consultar <www.unifem.org.br> página acessada dia 3 de março de 2007.

<p>suas crianças e seus adolescentes. No entanto, o estudo mostra que, em apenas 10 de 30 países em desenvolvimento pesquisados, a participação nas decisões está aberta às mulheres.</p> <p>- A falta de autonomia da mulher também faz com que ela fique mais vulnerável à violência doméstica, contra elas próprias e seus filhos. Um estudo realizado em 2006 pelo Ibope revelou que 51% dos entrevistados conhecem ao menos uma mulher que é ou já foi agredida por seu companheiro.</p>	<p>vítimas da exploração do trabalho infantil doméstico.</p>	
---	--	--

Fonte: Autora. A partir do referido relatório da UNICEF.

Outra prioridade para o UNICEF é a ampliação de políticas de apoio à família, que assegurem as condições para que elas possam desempenhar bem seu papel na proteção dos direitos das crianças. No Brasil, o percentual de famílias que apresentava uma mulher como pessoa de referência mudou de 22,3% em 1993 para 28,8% em 2003. Nesse sentido, estudos sobre as políticas de apoio às famílias ratificam os resultados positivos de políticas centradas na figura da mulher como chefe de família.

É o que constata a pesquisa sobre o Programa Bolsa Família coordenada pela professora Mireya Suárez (Brasil, 2007). O programa é o resultado da unificação de vários programas de transferência de renda já existentes, caso do Bolsa-Alimentação (Ministério da Saúde), Auxílio-Gás (Ministério de Minas e Energia), Bolsa-Escola (Ministério da Educação) e o Cartão-Alimentação (antigo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome posteriormente aglutinado ao atual Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS). O Bolsa Família prevê uma parcela de renda transferida sem contrapartidas e a possibilidade de uma segunda parcela condicionada à frequência das crianças à escola e exige como contrapartida a frequência à escola e aos serviços de saúde, por parte das crianças.

O estudo indica uma condicionalidade positiva uma vez que o

cumprimento das contrapartidas envolve principalmente as mulheres que recebem o benefício, pois a presença da mãe é mais central que a do pai na tomada de decisões referentes à educação, saúde e tudo que tenha a ver com os filhos. Devido a presença marcante das mulheres no acompanhamento das contrapartidas exigidas, a pesquisa conclui que, “em relação à redução das desigualdades entre homens e mulheres, o maior acerto do Bolsa Família é transferir a renda preferencialmente ao público feminino”⁵¹.

Segundo a coordenadora, o programa eleva a auto-estima das mulheres uma vez que estas passam “a se sentir mais valorizadas, mais importantes, porque estão mais presentes na sociedade do que anteriormente”. Uma política pública que têm o apoio à família e a perspectiva de gênero como eixos da sua implementação articula-se diretamente com o desenvolvimento regional/local uma vez que “fortalece a condição social de quem, por orientação cultural e subjetividade individual, está posicionada da maneira mais adequada para zelar pelas novas gerações”⁵². Trata-se, portanto, de uma ação afirmativa altamente legítima, pois possibilita a (re)inserção da mulher em um novo ciclo de integração à economia formal e à vida social reduzindo os índices de pobreza e, conseqüentemente, as desigualdades.

De acordo com o referido estudo, é possível estabelecer uma correlação direta entre educação, equidade de gênero e desenvolvimento social. Mulheres com maior escolaridade têm mais autonomia e, portanto, mais chances de potencializar⁵³ seu crescimento pessoal e profissional. Além disso, por estudarem mais, dão mais valor para a educação, acompanham mais o desempenho escolar dos filhos e sabem da importância da educação em termos de perspectivas futuras. As mulheres nordestinas apresentam escolaridade maior que os homens, no entanto, a região é a que apresenta maiores índices de mães com educação precária (até 3 anos de estudo).

⁵¹ Entrevista dada pela coordenadora do programa por ocasião da divulgação dos resultados da pesquisa na página <www.agenciabrasil.gov.br/noticias> acesso em 22 de março de 2007.

⁵² Idem.

⁵³ Para aprofundar essa discussão será necessário discutir o conceito de *potencialização* a partir de sua origem *potentia* e relacioná-lo com a discussão da dimensão de força do conceito de *empoderamento*, caracterizado pela capacitação das pessoas a ações comuns e à interferência madura e consciente no mundo.

A baixa escolaridade do responsável tem um impacto negativo sobre aspectos fundamentais que norteiam o paradigma de desenvolvimento humano sustentável, pois compromete o desenvolvimento das futuras gerações no que se refere às oportunidades, potencialidades e capacidade de escolha. Além de também afetarem negativamente a participação dos indivíduos nos processos de desenvolvimento de suas comunidades, processos dos quais participam concomitantemente, como sujeitos e beneficiários.

Ainda de acordo com o estudo da UNICEF, a discriminação de gênero está presente em todas as regiões do mundo e manifesta-se nas tradições culturais, na violência contra as mulheres, na desigualdade de oportunidades de educação, trabalho e participação política. No Brasil⁵⁴ e particularmente no Semi-árido, a representatividade de mulheres nos diferentes poderes, por exemplo, está longe de ser proporcional ao número de pessoas do sexo feminino (Avelar, 2001). O alargamento da participação das mulheres na vida social, familiar, comunitária e política por meio da democratização dos espaços de decisão é condição necessária para que um número cada vez maior de cidadãos saiba exigir seus direitos e os dos demais, contribuindo assim para o desenvolvimento e a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Freyre (2001) atribui importância central à noção de patriarcado na formação social da região. Segundo o autor, o sistema patriarcal com suas formas constantes e processos incessantes, sua ação e sua dinâmica, foi superior a todos os elementos físicos na configuração da sociedade nordestina. Segundo o autor, foi no espaço social da civilização açucareira onde melhor se expressou o sistema patriarcal de colonização portuguesa no Brasil, este materializado pelo binômio *casa-grande* e *senzala*. Gilberto Freyre extrapola sua reflexão para o País ao afirmar que a partir daí se formou todo um sistema econômico, social e político.

⁵⁴ Para um panorama da participação das mulheres na cena política nacional ver *Mulheres na Elite Política Brasileira* (Avelar, 2001).

“Foi em torno dos senhores de engenho que se construiu o tipo de civilização mais estável da América Hispânica. Assim, a casa-grande, embora associada particularmente ao engenho da cana-de-açúcar e ao patriarcalismo nordestino, não deveria ser considerada exclusiva da economia açucareira, uma vez que o sistema patriarcal se estendeu a toda monocultura escravista e latifundiária, tornando-se a tradução mais profícua do caráter social brasileiro” (Calazans, 2007:77).

Como já ressaltado no Capítulo 2, a categoria patriarcado é fundamental para compreender a configuração social e a relação entre gênero e desenvolvimento no espaço do Sertão brasileiro uma vez que nesta região a mulher faz parte de uma estrutura de dominação mais ampla, sendo esta caracterizada pela supervalorização da esfera procriativa, ou seja, os papéis de mãe e esposa e o homem mantém seu lugar como representante da autoridade máxima na família o que lhe confere o poder de acessar as mais variadas posições na esfera pública.

Segundo publicação da UNIFEM (2006), as desigualdades de gênero na zona rural brasileira se inscrevem num conjunto de outras desigualdades sociais. Todavia, as péssimas condições de vida e de acesso às políticas públicas, especialmente nas regiões mais pobres do País, aprofundam ainda mais as inequidades de gênero. Embora a dificuldade no acesso à água afete a maioria dos moradores das áreas rurais, esse problema atinge particularmente as áreas caracterizadas pela escassez de água como é o caso do Semi-árido, região na qual 44% dos 21.718.168 habitantes vivem na zona rural e onde apenas 12% dos domicílios têm água encanada (ver Tabela 4.2).

Tabela 4.2 - Porcentagem de Domicílios Particulares Permanentes com Acesso a Infra-Estrutura, Segundo a Situação de Domicílios e Regiões Brasil, 2009

Situação e Características	BRASIL				SUL				NORDESTE			
	% 1992		% 2002		% 1992		% 2002		% 1992		% 2002	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Abastecimento de água*	87	37	94	56	93	71	99	91	72	12	86	26
Iluminação elétrica	97	54	99	80	98	80	100	93	95	37	99	70
Esgotamento sanitário	94	52	97	69	96	81	99	93	84	28	92	49
Telefone	23	2	69	19	23	4	78	40	14	1	49	6
Lixo coletado diretamente	76	6	87	14	87	6	94	17	56	6	75	8

Fontes: IBGE – PNADs 1992 e 2002.

* Com canalização interna de pelo menos um cômodo.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Brasil, 2007).

Esse quadro da realidade social sertaneja articula-se com a questão de gênero e do patriarcado na medida que a divisão sexual do trabalho nessas áreas tem um duplo impacto sobre a vida das mulheres. De um lado e de forma mais explícita, a seca aumenta a sobrecarga do trabalho uma vez que além da necessidade de caminhar maiores distâncias para ter acesso à água, essa nem sempre apresenta condições razoáveis de potabilidade, resultando no aumento do número de doenças de veiculação hídrica entre as crianças e demais membros da família.

De outro, há que se mencionar também a redução da oferta de trabalho para homens e mulheres uma vez que a economia dessas regiões baseia-se principalmente na criação de gado e na agricultura. Todavia, essa diminuição da capacidade produtiva da região recai ainda mais sobre as mulheres uma vez que os homens têm ascedência sobre o mundo da produção e consequentemente do trabalho.

Sendo assim, a crise profunda na qual se encontra o patriarcado não supõe seu desaparecimento. Estudos sobre a carga patriarcal no século XXI analisam a retração do patriarcado em toda parte. Na grande maioria dos países os direitos das mulheres foram ampliados, assim como a educação e o trabalho remunerado. Todavia, “o aspecto mais importante das mudanças no patriarcado [...] não é sua tendência universal. É a variação nos resultados assim como nas cronologias” (Morace, 1999; Therborn, 2006). No contexto

específico da seca, o Nordeste patriarcal parece se reinventar e engendrar novas dinâmicas para a reprodução da sua auto-reprodução.

Na seca, o acesso das mulheres às atividades remuneradas torna-se ainda mais restrito tendo em vista que elas permanecem confinadas à esfera privada, engajando-se em atividades ligadas à reprodução da unidade doméstica. Nesse contexto de escassez hídrica e também de recursos, a renda do trabalho, por menor que seja, traz consigo a representação da segurança e o membro da família que é o provedor da casa, desfruta de grande prioridade enquanto tarefas domésticas como cozinhar, cuidar das crianças e mesmo a agricultura de subsistência gozam de menos importância. Como afirma Adélia de Melo Branco (2000), a desvalorização das culturas de subsistência não se deve apenas à natureza não remunerativa dessa atividade, esta também é resultado das ameaças levantadas pela seca a esta atividade econômica.

Desta forma, é possível afirmar que dentro desse quadro de falta de água, a afirmação de Sérgio Buarque de Holanda (1999) em *Raízes do Brasil* de que o *patriarcado* articula-se com conceitos como *privatismo*, *personalismo* e *patrimonialismo* parece renovar-se em atualidade e utilidade permitindo analisar a estrutura de poder em torno da água por meio de um elemento determinante para a configuração de práticas sociais centrais para se pensar a questão do binômio desenvolvimento-subdesenvolvimento no Semi-Árido brasileiro.

Capítulo 5 – A Articulação do Semi-Árido Brasileiro e o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais: entre o que Foi Dito e o que Foi Feito sobre o Desenvolvimento - inovações, rupturas e continuidades

“O problema central dos países subdesenvolvidos é a escolha de uma estratégia de modificações das estruturas, e não a formulação de planos convencionais de desenvolvimento”

Celso Furtado

A história de cada país pode ser analisada a partir dos processos históricos relacionados às transformações necessárias à construção de seu desenvolvimento. No Brasil e particularmente no Sertão, como afirma Suely Chacon em *O Sertanejo e o Caminho das Águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido*, não foi diferente. Todavia, não aconteceram de fato grandes rupturas na nossa história, o que aconteceu foi uma mudança na ‘metodologia política’ utilizada, os governantes comprometidos com alianças construídas em torno de interesses personalistas, não implementaram ações genuinamente transformadoras no sentido de diminuir as desigualdades existentes e caminhar em direção a uma mudança social efetiva, “apenas disfarçam seus atos de continuísmo com discursos de modernização” (Chacon, 2007:73).

O presente capítulo tem o objetivo de recuperar algumas das principais iniciativas relativas às políticas de desenvolvimento voltadas ao Semi-Árido e deter-se na criação da ASA e na formulação do P1MC como fruto de um novo olhar sobre a região analisando-os à luz das inovações, rupturas e continuidades de seus resultados.

5.1 Estado, Políticas Públicas, Seca e Desenvolvimento: Lições do Passado e Ações em Andamento

No Nordeste sertanejo a manutenção de uma concepção arcaica de desenvolvimento vem dificultando a construção de um processo de desenvolvimento mais inclusivo uma vez que as elites locais possuem um papel fundamental para o desenvolvimento democrático e a reprodução do poder dos coronéis: mediante antigas práticas clientelistas mantêm as estruturas de poder pouco alteradas o que por sua vez perpetua o processo de captura do Estado por grupos representantes dos interesses hegemônicos nacionais e internacionais.

“Esses donos da vida, das terras e dos rebanhos agem sempre durante as secas, mais comovidos pela perda de seu gado do que pelo peso do flagelo que recai sobre os trabalhadores sertanejos, sempre predispostos a se apropriarem das ajudas governamentais” (Ribeiro, 1995:348).

Pesquisas recentes demonstram que o processo de concentração de renda na região não só continua como aumentou durante o período que vai de 1970 a 2000, quando o Índice de Gini passou de 0,596 para 0,61. Em um País como o Brasil, que tem nas desigualdades sociais um de seus principais desafios, o Semi-árido desponta com uma situação ainda mais exacerbada. Segundo dados do *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, em 2000, 43,4% da renda regional era apropriada por 10% dos mais ricos, enquanto 40% dos mais pobres detinham apenas 7,7% do total (Brasil, 2003).

A permanência de graves problemas na democratização do acesso à água em seus aspectos quali-quantitativos, remete à atualidade da questão do controle e do acesso aos recursos para o desenvolvimento local. Assim como no Brasil, no Nordeste, e mais especificamente no Semi-árido, a história do uso da água está diretamente associada ao perfil dos ciclos de desenvolvimento econômico da região. Sendo assim, várias têm sido as

concepções de desenvolvimento adotadas na formulação de políticas públicas regionais. Todavia, apesar dessa diversidade, todas elas vêm sendo formuladas tomando a questão da água como fundamento para o desenvolvimento regional.

A recuperação aqui apresentada toma por base as estratégias consideradas como mais relevantes pelos diversos especialistas envolvidos com o desenvolvimento do Nordeste. São estratégias que devem ser pensadas à luz das configurações assumidas pelo Estado brasileiro ao longo de várias décadas, encontrando-se também sistematizadas no PDSA. São elas a (i) Solução Hidráulica; a (ii) Estratégia Desenvolvimentista e as (iii) Inovações e Continuidades das Políticas Públicas para o Semi-Árido no século XXI.

- A Solução Hidráulica ou Açudagem

A seca na região Nordeste só passa a ser considerada como problema de Estado após a ocupação da população branca, o aumento da densidade demográfica e a expansão da atividade pecuária. O período que vai do início da ocupação do Semi-Árido pelos colonizadores até a segunda metade do século XIX, é marcado pela existência de ações governamentais pontuais de enfrentamento das consequências das estiagens prolongadas.

A *solução hidráulica* caracterizou-se pela construção de açudes e por um discurso político em defesa da irrigação, sendo esta a primeira ação governamental de cunho mais sistemático implementada depois da grande seca do final do século XX. Todavia, o que predominou, enquanto estratégia, nesse período, foi o armazenamento de água em grandes açudes.

Em 1909, foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) órgão responsável pelos primeiros estudos sobre os recursos naturais do Nordeste, transformada dez anos depois em Inspetoria Federal

de Obras Contra as Secas (IFOCS) e passada à condição de autarquia em janeiro de 1945, sob o nome de Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Esse período é marcado pela institucionalização de políticas ‘contra a seca’ por meio da realização de esforços do governo para moldar os estudos sobre os recursos naturais básicos e para a construção de uma razoável infra-estrutura hídrica. Os anos de maior força da *fase hidráulica* abrangem o período de 1900 a 1950.

“A realização de investigações e pesquisas de campo foi fundamental para ampliar a base de conhecimentos sobre aquela realidade, fornecendo subsídios para o planejamento das primeiras obras hidráulicas. Ao analisar esse período Francisco de Oliveira (1981) reconhece os avanços nos estudos físicos e geográficos e os limites que permaneceram no conhecimento da realidade socioeconômica na Região. [...] Os estudos do meio físico, desconectados da investigação sobre os fenômenos sociais e econômicos, não lograram êxito no emprego dos recursos governamentais em favor da população sertaneja. A desvalorização dos aspectos culturais e estruturais eram comum à época, mas também reflete o caráter técnico do Órgão e a opção técnica ou de engenharia do combate às secas” (Silva, 2008:48).

Essa fase é marcada pelas atividades desenvolvidas pelo Instituto José Augusto Trindade, em Souza, na Paraíba. Entre 1909 e 1950, foram construídos 133 açudes públicos e 317 açudes em parceria, tais números representam mais da metade dos açudes construídos até hoje na região. Todavia, essa infra-estrutura manteve-se concentrada nas mãos de grandes e médios proprietários de terras, empresas e projetos estatais de modernização agrícola, não sendo adequadamente mobilizada para fazer os avanços da agricultura irrigada serem socializados entre a população.

Essas benfeitorias podem ser interpretadas como expressão do poder político alcançado pelas oligarquias locais “que conseguiram com as obras hídricas aumentar seu poder econômico, por meio da expansão pecuária, e

manter sua base política de sustentação, tendo o controle sobre a água e sobre parte da ‘cultura de subsistência’, realizada pelos seus moradores e meeiros nas várzeas ou ribeirais dos açudes” (Silva, 2008:46).

Apesar das críticas de caráter técnico e político ao modelo hidráulico, vários autores reconhecem os benefícios e até mesmo a ‘função civilizadora’ das obras realizadas pelos órgãos criados para o enfrentamento da seca no Semi-Árido.

“Eis ahi o açude núcleo de vida e de actividade social, nos períodos calamitosos de secca; substituindo a miséria que vae ate a completa falta de alimentação, pela abundancia; trazendo incitamentos à energia individual, onde só haveria o desalento; creando fontes de receita, onde dar-se-ia o depauperamento esgotado; povoando o solo, onde entraria a solidão da retirada; pondo risos nos lábios e alegria nos olhos daquelles que só teriam as cristações do desespero, e as amargas lágrimas do faminto” (Guerra, 1909:118).

Nesse período, o enfoque hídrico torna-se o grande norteador na elaboração de diagnósticos e formulação de propostas para o enfrentamento da seca. Há que se ressaltar aqui que essa estratégia ia ao encontro dos interesses da economia pecuária, sendo também justificada como elemento fixador da população local dada a possibilidade de aproveitar a terra para diversos tipos de cultura agrícola.

A articulação desses elementos serviu para legitimar a açudagem como a redenção do Sertão. “No entanto, os açudes e poços construídos para represamento de água e utilização em períodos de seca serviam sobretudo para a sustentação dos rebanhos nas grandes e médias propriedades” (Silva, 2008:46).

- Estratégia Desenvolvimentista e Desdobramentos do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)

A solução desenvolvimentista pode ser pensada como o resultado do amadurecimento do processo de institucionalização do Estado brasileiro enquanto propulsor do desenvolvimento nacional. No Nordeste, essa fase é marcada pela criação de novos órgãos regionais como é o caso do DNOCS, citado anteriormente, e da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) cujo principal objetivo era o aproveitamento e desenvolvimento do potencial energético do Rio São Francisco.

O ano de 1952 foi marcado por uma grande estiagem o que acabou por impulsionar a elaboração de um plano de combate às secas que envolveu um reordenamento político dos órgãos envolvidos e o redirecionamento das ações de enfrentamento das consequências dos períodos de seca. Nesse mesmo período, foi criado o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), há que se ressaltar aqui que este foi o primeiro banco estatal de desenvolvimento regional no Brasil, tendo como função atuar como agente financeiro regional de incentivo à implantação de empreendimentos industriais e agropecuários. A criação do BNB representou o primeiro sinal de mudança na forma de enfrentamento dos problemas regionais resultando em uma alteração do enfoque hídrico para uma concepção mais moderna de desenvolvimento regional.

Todavia, como afirma Roberto Silva, “foi apenas em 1958 [...] que o Governo criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) para realizar um diagnóstico da realidade e propor políticas de desenvolvimento regional”. No que se refere ao Semi-árido, o GTDN representou um divisor de águas na apresentação de diagnósticos e alternativas de superação da crise regional (Silva, 2008:57).

A estratégia desenvolvimentista concebida por Celso Furtado baseava-se em uma concepção de desenvolvimento pautada pela idéia de que os problemas do Semi-Árido Nordestino seriam, efetivamente, solucionados mediante a promoção da reestruturação de sua economia, de forma a aumentar a produtividade das atividades agropecuárias desenvolvidas. “Reorganizada a economia do Semi-Árido, seria possível reduzir a pressão

populacional sobre os escassos recursos naturais disponíveis (especialmente os de solo e água), dois dos problemas centrais desse Semi-Árido de particularíssimas características” (Brasil, 2005:20).

As diretrizes do GTDN chamavam atenção para a necessidade de reestruturar a produção de alimentos e dessa forma promover o deslocamento da população e o aproveitamento dos excedentes demográficos em projetos de irrigação nos Vales Úmidos do Semi-Árido e em projetos de reforma agrária na Zona da Mata. A estratégia do GTDN pautava-se por uma concepção de desenvolvimento econômico na qual “admitia-se que a ‘decolagem’ para o desenvolvimento consistia na capacidade de romper com o círculo vicioso da economia, cuja dinâmica era dada por surtos esporádicos de crescimento, e de atingir o círculo virtuoso da industrialização auto-sustentada, no qual a capacidade de acumulação seria endogeneizada por meio da consolidação de uma indústria pesada, capaz de garantir internamente sua reprodução ampliada” (Brasil, 2005:21).

O trabalho realizado pelo GTDN diagnosticou o agravamento da crise regional resultando na criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959, esta fruto das pressões vindas tanto da “emergência de novos atores na política regional, como das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais e urbanos, quanto da mobilização de parte da elite política e intelectual local, promovida pela Igreja Católica” frente ao agravamento das desigualdades sociais na região (Silva, 2008:57).

A atuação da SUDENE foi decisiva para a articulação dos interesses estaduais em torno de um pacto regional de desenvolvimento, bem como para a formação de capacidade técnica e política destinada à implementação dos programas regionais. Todavia, o período que se inicia com o Golpe Militar de 1964 é marcado pela perda de sua relativa autonomia, quando passa a estar submetida à política de integração

nacional protagonizada pelo capital estrangeiro por meio das grandes empresas do Centro-Sul.

“Ao ser criada, a Sudene foi incumbida de elaborar planos de emergência de seca para o Nordeste. Tais planos estabeleciam as formas de assistência direta às populações afetadas pelas secas, enfatizando-se a geração de empregos, mediante a construção de obras públicas, o abastecimento de gêneros alimentícios e a assistência sanitária. Os planos de emergência de seca foram executados com o apoio de recursos oriundos do Fundo de Emergência e Abastecimento do Nordeste-Feane, criado em 1963, e de dotações extraordinárias, criadas pelo governo federal. Preliminarmente, era com base nos recursos daquele fundo que a Sudene dava assistência imediata às populações atingidas pelas calamidades públicas (de secas ou de enchentes), formava, mantinha, renovava e preservava estoques de alimentos especificamente destinados ao atendimento da população atingida pelas secas” (Brasil, 2005:22).

As ações encabeçadas por Celso Furtado e seu grupo, no sentido de romper com a estrutura produtiva dependente e implantar uma dinâmica regional de desenvolvimento mais autônoma, sofreram grande resistência das oligarquias agrárias regionais que se associaram aos programas assistenciais provenientes da ajuda internacional, sobretudo dos norte-americanos que justificavam o caráter assistencialista como forma de conter os supostos avanços comunistas na América Latina (Silva, 2008).

“A acusação central era sempre a mesma: a SUDENE não estaria interessada em atacar de imediato o problema da fome. A tese subjacente, recém-descoberta, era de que uma subversão causada pela miséria e pela fome era iminente. Cabia apagar esse incêndio antes de pensar em conquistar qualquer coisa” (Furtado, 1989:133).

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por estratégias nacionais de desenvolvimento mais centralizadoras que de forma geral não priorizavam

as particularidades regionais e de forma geral tinham um caráter mais emergencial e menos transformador das estruturas vigentes.

“No curso de sua implementação, os planos de emergência de seca passaram por várias alterações. Inicialmente, sua implementação foi realizada por intermédio da instalação de Frentes de Serviço, a partir das quais eram administradas as obras construídas com a participação da força de trabalho desempregada. Essa situação prevaleceu até a seca de 1976. Dessa data até 1986, a população desempregada pelas secas passou a ser atendida nas Frentes de Trabalho, criadas inclusive no interior das propriedades rurais. A partir da seca de 1987, os planos de emergência foram executados mediante o recurso à instalação de Frentes Produtivas de Trabalho, sistemática que vigorou até as secas de 1998-2000” (Brasil, 2005:23).

Vários programas foram implementados no Semi-Árido nesse sentido. O *Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido* (2005) classifica esses programas em: (i) Estudos e Projetos Setoriais; (ii) Planos e Programas de Emergência contra a Seca; (iii) Programas Especiais de Desenvolvimento Regional e (iv) Programa de Combate à Pobreza Rural. Cabe destaque⁵⁵ aqui para os programas integrados de desenvolvimento:

Quadro 5.1 - Programas Especiais de Desenvolvimento com Incidência no Semi-Árido (anos 1970-1980) Brasil, 2009

Ano	Programa/Projeto	Objetivo e Características
1971	PIN-Proterra	Promover a colonização na Amazônia e no Nordeste
1971	Provale	Incentivo à irrigação no Vale do São Francisco

⁵⁵ Para um maior detalhamento dos programas consultar o *Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido* (Brasil, 2005).

1974	Polonordeste	Apoiar pólos de desenvolvimento integrado no Nordeste
1974	Pdan	Programa ligado ao Polonordeste com o objetivo de desenvolver a agroindústria no Nordeste
1976	Projeto Sertanejo	Apoiar pequenos e médios produtores rurais no Nordeste
1979	Prohidro	Fornecer água para as atividades agrícolas irrigadas
1981	Provárzeas	Apoiar a produção de alimentos básicos em áreas de várzeas
1983	Projeto Nordeste	Reestruturar e reintegrar os projetos de desenvolvimento do Nordeste
1983	Papp	Apoiar o pequeno produtor rural por meio da infra-estrutura, irrigação, crédito rural, comercialização assistência técnica e extensão, pesquisa e acesso à terra
1986	Projeto São Vicente	Oferecer suporte técnico e financeiro a pequenos produtores rurais nordestinos
1986	Proine	Promover a irrigação no Nordeste
1988	Projeto Padre Cícero	Ampliar o número de reservatórios de água no interior do Nordeste, incentivando a convivência coma seca

Fonte: Roberto Silva (2008:64).

No livro *Os Donos do Poder*, Marcel Bursztyn (1985) analisa a implantação das novas políticas adotadas e destaca o papel do Estado brasileiro enquanto agente de uma *modernização conservadora* que

buscava novas formas de acumulação de capital por meio da preservação de antigas estruturas socioeconômicas e políticas. Esse mesmo Estado passou a utilizar novos instrumentos de intervenção, reforçando assim seu caráter autoritário e centralizador sem contudo abrir mão da reprodução de um *paternalismo oficial* que se apoiava na utilização de medidas assistencialistas como instrumento de legitimação nos períodos de estiagem.

Como é possível perceber, a estratégia desenvolvimentista avançou ao levar em consideração, de forma mais sistemática, nas suas formulações aspectos da estrutura econômica da região. Todavia, as iniciativas propostas permaneceram baseadas em soluções externas e desconectadas de ações mais enraizadas e geradoras de autonomia, portanto, mais transformadoras da estrutura social e econômica que aprisiona sertanejos e sertanejas nas mãos do poder dos donos da água em um contexto no qual o desenvolvimento do Sertão irrigado tem seu lugar à custa do Sertão das secas (Branco, 2000).

- Inovações e Continuidades das Políticas Públicas para o Semi-Árido no século XXI

Conforme apresentado no capítulo anterior, nas últimas décadas o Nordeste vem apresentando taxas de crescimento que muitas vezes superam as médias nacionais, sendo estas acompanhadas pela melhoria dos indicadores econômicos e em menor escala dos indicadores sociais. “No entanto, esse processo de modernização econômica tem sido caracterizado pela heterogeneidade intra-regional, refletindo o caráter seletivo dos investimentos estruturais realizados pelo Estado” bem como “as estratégias dos empreendimentos privados que passaram a investir no Semi-Árido nas últimas décadas” (Moraes, 2002; Silva, 2008:74).

O reconhecimento dos limitados resultados das políticas de combate à seca no que se refere à melhoria das condições de vida da população como um todo impulsionou o surgimento e atuação de novos atores na construção de alternativas na busca por um desenvolvimento mais sustentado para o Semi-Árido.

É nesse sentido que um conjunto de organizações não governamentais (ONGs) e entidades tecno-científicas que atuam no Semi-Árido passaram a formular propostas alternativas de desenvolvimento a partir da utilização de tecnologias hídras e sociais mais adaptadas em termos de assistência técnica e extensão rural à realidade ambiental, sociocultural e econômica do Semi-Árido.

Esse envolvimento da sociedade civil local assim como o surgimento e atuação de novos atores deve ser pensado a partir da articulação com o movimento de (re)organização da sociedade civil brasileira e mundial nas últimas décadas. A crise das formas tradicionais de representação política impulsionada pela percepção do poder de utilização do voto como instrumento de distribuição de riquezas passou a nortear a luta pela necessidade de novos espaços e formas de articulação das decisões políticas que dessem conta de incluir a diversidade existente (Nogueira, 2004).

A discussão realizada no Capítulo 3 a cerca da utilização do conceito de desenvolvimento sustentável enquanto ferramenta teórico-metodológica permite avançar na compreensão sobre a apropriação dessa discussão pela sociedade civil bem como de sua instrumentalização enquanto elemento de mudança social.

Propostas de desenvolvimento que têm como base a perspectiva de sustentabilidade permitem uma abordagem multidimensional fundamentada nas dimensões (1) social; (2) ambiental; (3) territorial; (4) econômica e (5) política, possibilitando assim estratégias de modificações

das estruturas via a formulação de planos não convencionais de desenvolvimento que ajudam a fortalecer os laços de solidariedade entre a geração atual e futura (Sen, 2003; Sachs, 2004).

Nesse sentido, cabe aqui destacar a proposta *Convivência do Homem com a Seca* formulada em 1982 pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em parceria com a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Trata-se de um programa cuja principal linha de ação baseou-se na construção de infraestrutura de pequeno porte para captação e armazenamento da água em pequenas propriedades.

Todavia, é a partir da seca de 1992 a 1993 que se percebe “uma mudança qualitativa na reação da sociedade civil” pressionando as autoridades do poder público por “ações imediatas, e cobrando a elaboração de um plano de ações permanentes no Semi-Árido” (Silva, 2008:80). Essa mudança de estratégia pode ser ilustrada por meio da invasão da SUDENE, em março de 1993, por trabalhadores e trabalhadoras rurais do movimento sindical, associações, cooperativas e ONGs.

Entre 1993 e 1994 o Governo Federal elaborou o *Projeto Áridas: uma proposta de desenvolvimento sustentável para o Nordeste*, sendo este resultado das demandas da sociedade civil sertaneja consubstanciadas no documento *Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Nordeste Semi-Árido Brasileiro* elaborado pelo *Fórum do Nordeste*. A proposta orientava-se pela “tese de que a política de desenvolvimento do Nordeste precisava ser reinventada. Para tanto, as novas estratégias teriam de ser pautadas pela utilização dos conceitos e pressupostos do desenvolvimento sustentável, aplicáveis no planejamento de longo prazo” (Brasil, 2005:26).

Em linhas gerais, o projeto manteve as propostas de reestruturação fundiária e econômica preconizadas pelo GTDN. O projeto tinha como objetivo geral evitar a sobrecarga ambiental e atender as necessidades da

população mediante a conservação do solo e dos mananciais hídricos, baseando-se para isso na realização de estudos que visem reduzir a vulnerabilidade e aumentar a capacidade de adaptação da população às secas no Semi-Árido. “A execução desses estudos contou com o apoio financeiro do Banco Mundial. Essa iniciativa contou ainda com a cooperação técnica e institucional do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura-IICA, que firmou acordos de cooperação com aqueles mesmos Estados, na esfera do PAPP” Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (*Idem*).

As propostas do Governo Federal para a seca de 1998 a 1999 foram marcadas pela complementariedade entre as ações tradicionais de distribuição de água, alimentos e renda e iniciativas geradoras de transformações das condições materiais existentes como é o caso dos programas de alfabetização e capacitação de jovens e adultos, além da criação de uma linha especial de crédito pelo BNB para os produtores rurais da área atingida pela seca. Todavia, essas ações permaneceram no âmbito das medidas tomadas emergencialmente e o crédito rural para o fortalecimento da infra-estrutura hídrica acabou por privilegiar mais uma vez os grandes e médios proprietários (Silva, 2008).

Como é possível perceber mediante essa recuperação dos programas voltados para o desenvolvimento do Semi-Árido, tais propostas avançaram e operaram rupturas ao incluir estratégias de reestruturação da economia local na formulação de políticas de desenvolvimento para a região. No entanto, essas iniciativas não se mostraram genuinamente transformadoras no sentido de diminuir as desigualdades existentes entre os diferentes grupos sociais e dentro desses mesmos grupos, o que permitiria avançar na conformação de novas práticas em direção a uma mudança social mais inclusiva e efetiva. No que se refere às relações de gênero, o que se percebe é a manutenção de um *ethos* masculino e androcêntrico no processo de formulação e implementação desses programas.

5.2 Mas, Afinal, o Que Há de Novo no Semi-Árido?⁵⁶ A Articulação do Semi-Árido Brasileiro e o *Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC)*

É dentro de um contexto de frustração e insatisfação com as políticas adotadas que em 1999 durante a III Conferência das Partes das Nações Unidas sobre o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (COP 3), em Recife, Pernambuco, que representantes de sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, movimentos sociais, entidades religiosas e ONGs elaboraram e divulgaram a *Declaração do Semi-Árido*, cuja mensagem central consistia na ratificação de que a convivência com as condições fisiográficas do Semi-Árido brasileiro é possível.

A *Declaração do Semi-Árido* é o resultado de um conjunto de propostas estruturadas em torno de dois eixos centrais que têm como fundamento o uso sustentável dos recursos naturais e a quebra do monopólio no acesso à água, à terra e aos demais meios de produção. O documento serviu também como manifesto de constituição da Articulação do Semi-Árido Brasileiro⁵⁷ (ASA Brasil), rede social de organizações de diferentes naturezas.

Segundo análise de Roberto Malvezzi sobre as tecnologias de convivência com o Semi-Árido, a “ASA dispõe de um leque de aproximadamente quarenta tecnologias sociais que estão sendo testadas e implementadas. Algumas já se transformaram em programas, como é o caso da cisterna de placa para captação de água de chuva para abastecimento humano” no âmbito do *Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC)*, objeto de análise desta tese (2007:105).

Outra tecnologia que se encontra em fase de implementação pela ASA é o Projeto Uma Terra Duas Águas (P1+2), trata-se de um desdobramento e

⁵⁶ Título inspirado em subitem da tese de doutorado de Roberto Silva (2008), citada anteriormente.

⁵⁷ A criação da Articulação do Semi-Árido Paraibano (ASA/PB) é anterior à ASA Brasil, tendo aquela sido criada durante o *Seminário sobre o Semi-Árido* realizado em Campina Grande de 18 a 20 de junho de 1993.

ao mesmo tempo de uma ampliação do P1MC, pois vai além da cisterna para captação de água de chuva para consumo humano ao incluir também o acesso à terra e uma segunda tecnologia para captação de água de chuva para produção.

É importante ressaltar que várias organizações da sociedade civil realizam ações de apoio ao desenvolvimento do Semi-Árido. Todavia, a atuação da ASA por meio de sua rede de organizações destaca-se de qualquer outra iniciativa em curso na região dado o seu desenho metodológico, escala social e geográfica, grau de capilarização e complexidade.

Autores contemporâneos de variadas tendências (Giddens, 2000; Bourdieu, 1998; Touraine, 1996) reconhecem a sociedade civil como possível agente de uma transformação social mais profunda e ressaltam que somente por meio de mudanças sociais estruturais têm-se as condições necessárias para promover de fato reformas na sociedade e assim alterar o estado das coisas na direção de uma sociedade mais igualitária e menos excludente.

Para Mellucci (2001), a existência de espaços públicos independentes do sistema partidário e das estruturas do Estado é condição necessária para o desenvolvimento da democracia contemporânea. Essa afirmação parece ganhar ares de irrefutabilidade quando analisada à luz de uma realidade na qual as políticas estatais não conseguem propor soluções duradouras para o problema do acesso à água na região. Espaços públicos independentes funcionam como mediadores entre o nível do poder político e as redes da vida cotidiana, servindo de elo social entre as instituições políticas e as demandas coletivas, requerendo, portanto, os mecanismos da representação e da participação.

“A construção dessa esfera social-pública enquanto participação social e política dos cidadãos passa pela existência de entidades e movimentos não-governamentais, não-mercantis, não-corporativos e não-partidários. Tais entidades e movimentos são

privados por sua origem, mas públicos por sua finalidade. Eles promovem a articulação entre esfera pública e âmbito privado como nova forma de representação, buscando alternativas de desenvolvimento democrático para a sociedade” (Costa, 2003: 8).

Desta forma é possível perceber que dentro desse contexto de renascimento da sociedade civil enquanto esfera caracterizada pela autonomia, atores como a ASA têm desempenhado um papel estratégico na ampliação da esfera pública e na construção de um novo padrão de desenvolvimento social.

Segundo Cohen e Arato (1992), apesar da bandeira da autonomia e da democratização da sociedade levantada pelos movimentos sociais e pelas diversas associações voltadas para interesses mais universalistas, para que esses atores possam organizar suas demandas de forma mais efetiva, eles vão precisar de uma estratégia política que contemple simultaneamente o plano institucional e extra-institucional.

Sendo assim, é possível afirmar que “[...] o papel político da sociedade civil não está diretamente relacionado à conquista e controle de poder, mas à geração de influência na esfera pública”, em outras palavras, à (re)construção dos laços de solidariedade social ou, na terminologia gramsciana, à construção de uma contra-hegemonia (Costa, 2003; Nogueira, 2004:56).

A efetividade da ação desses atores reside, portanto, em um processo de *reconhecimento* que se dá em dois planos: 1) *reconhecimento institucional*, que reside num processo de reconhecer os espaços políticos criados pelo Estado enquanto sociedade politicamente organizada e 2) *reconhecimento social ou extra-institucional*, caracterizado pela legitimação atribuída pelos vários setores da sociedade às ações empreendidas por esses atores.

No caso da ASA essa estratégia de construção de um projeto alternativo de desenvolvimento começa a delinear-se a partir do resultado das

mobilizações derivadas da seca de 1993 quando houve uma mobilização para um enfrentamento de forma mais sistemática dos problemas associados à história do clima e às características da região semi-árida. Naquele momento houve um esforço de formulação de um programa de ações permanentes para convivência com o Semi-Árido que se tornou objeto de diálogo entre a sociedade civil e o Governo Itamar Franco. O projeto ganhou mais consistência a partir de 1996 por meio das parcerias firmadas com o programa Comunidade Solidária e com a SUDENE (Entrevista 14)⁵⁸.

De acordo com o *Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido*, a experiência das organizações da sociedade civil, que trabalham na região “[...] tem mostrado que tanto as instituições quanto as comunidades necessitam de experimentos demonstrativos antes de adotarem qualquer nova tecnologia ou novos comportamentos”. Neste sentido, as soluções propostas pela sociedade civil têm sido concebidas “dentro de uma ótica efetivamente participativa, capaz de envolver um número significativo de atores nesse processo, de forma que eles se sentissem co-responsáveis pelo Programa” (Brasil, 2005:51).

A história da constituição da ASA Brasil ilustra bem esse processo, sendo ela fruto de uma articulação realizada com o apoio da Fundação Grupo Esquel Brasil e da Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) para concepção do modelo de gestão, além de outras entidades que vinham desenvolvendo trabalhos no Semi-Árido. Esse processo intensificou-se durante a preparação da Conferência da Desertificação com o intuito de mobilizar as entidades da sociedade civil da região em torno do tema mediante a realização de um Fórum Paralelo da Sociedade Civil na COP3. Essa estratégia acabou resultando na criação do *Fórum de Articulação do Semi-Árido* cujo objetivo era aglutinar os fóruns estaduais já existentes em uma articulação permanente (Entrevistas 14 e 42).

⁵⁸ As informações relatadas nos parágrafos subsequentes foram organizadas a partir das entrevistas citadas e numeradas de acordo com os grupos de informantes apresentados no capítulo referente à metodologia.

No início, tratava-se de um grupo relativamente pequeno, formado por organizações de todo o Nordeste, cabendo destaque para o Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades (PATAC), presente desde o início, e um grupo um pouco maior de organizações pernambucanas. A iniciativa expandiu-se e em 2002 foi criada a Associação *Programa Um Milhão de Cisternas* (AP1MC) com o objetivo de administrar a implementação do P1MC, bem como repassar os recursos para as Unidades Gestoras Microrregionais (UGMs), comissões responsáveis pela execução das ações, que formam a ASA.

Além das UGMs, a ASA é composta por uma Comissão Executiva formada pelas entidades diretoras das ASAs estaduais. Essas entidades diretoras somam um total de 22 e são eleitas pelas entidades dos 11 estados que fazem parte da área de abrangência do Semi-Árido, cabendo a cada estado escolher uma organização titular e outra suplente segundo as regras pactuadas pelo caminho político e executivo da respectiva ASA estadual.

Desde a sua fase inicial, o programa contou com várias fontes financiadoras: entre as principais é possível destacar a Agência Nacional de Águas (ANA), FEBRABAN, Associação Recife Oxfam para a Cooperação e Desenvolvimento (OXFAM), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS). O programa teve início mediante um convênio entre a ASA e o MMA. Todavia, foi com o Termo de Parceria Nº 01/2003 assinado com o MDS que o programa ganhou o impulso que tem hoje.

O P1MC consiste em um programa de formação, educação e mobilização de pessoas e instituições que vêm desencadeando um movimento de articulação e de convivência sustentável com o Semi-Árido a partir do fortalecimento da sociedade civil e da construção de cisternas. Trata-se de uma das ações da ASA, fórum de organizações da sociedade civil, que reúne cerca de 700 entidades, entre sindicatos de trabalhadores rurais, associações de agricultores, cooperativas de produção, igrejas, pastorais, paróquias, entidades tecnico-científicas entre outras

organizações que trabalham para o desenvolvimento local e regional.

O P1MC tem o objetivo de implementar um processo de formação, calcado na educação para a convivência com o Semi-Árido e na participação da sociedade na implementação de políticas públicas por meio da mobilização e capacitação de 1 milhão de pessoas para a construção de 1 milhão de cisternas que têm como função a captação e o armazenamento da água de chuva, possibilitando assim o acesso descentralizado à água potável para 1 milhão de famílias, ou seja, aproximadamente 5 milhões de pessoas.

Segundo dados do P1MC, até julho⁵⁹ de 2009, 288.080 famílias haviam sido mobilizadas; 261.147 cisternas foram construídas e 5.460 *pedreiras*⁶⁰ e pedreiros haviam sido treinados pelo programa. O programa tem como público-alvo famílias residentes na zona rural dos municípios da região semi-árida brasileira, sem fonte de água potável nas proximidades de suas casas, ou com precariedade nas fontes existentes, selecionadas a partir dos seguintes critérios: 1) famílias chefiadas por mulheres; 2) famílias com crianças de 0 a 6 anos; 3) famílias com crianças e/ou adolescentes frequentando a escola; 3) famílias com adultos com idade igual ou superior a 65 anos; 4) famílias com deficientes físicos e/ou mentais.

A decisão sobre quais famílias serão contempladas com a cisterna é tomada em reunião comunitária quando são analisadas as demandas das famílias a partir dos critérios citados. A conquista da cisterna implica na assinatura do termo de recebimento pelo responsável da família, que também recebe um curso de capacitação para aprender a cuidar da cisterna e a gerenciar a água para o uso doméstico no período de estiagem.

O programa é estruturado mediante a articulação de seis componentes, são eles:

⁵⁹ Consulta realizada em 25 de julho de 2009 à página <<http://www.asabrazil.org.br/>>.

⁶⁰ O termo não é reconhecido pela língua formal, todavia essa é a palavra utilizada pelas mulheres capacitadas no 'curso para pedreiros', o que demonstra, mais uma vez, as limitações do discurso hegemônico para assimilar as transformações sociais. Em muitos estados, como é o caso do Rio Grande do Norte, essas mulheres são chamadas de cisterneiras.

Quadro 5.2 - Componentes do Programa Um Milhão de Cisternas

Rurais

Brasil, 2007

Componente	Detalhamento
Mobilização	<ul style="list-style-type: none">☞ Criação de um projeto de futuro☞ Construção de cidadania☞ Universalidades e singularidades☞ Definição de critérios para atendimento:<ul style="list-style-type: none">● Mulheres chefe de família;● Famílias com crianças de 0 a 6 anos;● Famílias com crianças e/ou adolescentes frequentando a escola;● Famílias com adultos com idade igual ou superior a 65 anos;● Famílias com deficientes físicos e/ou mentais.
Controle Social	<ul style="list-style-type: none">● Co-responsabilidade:<ul style="list-style-type: none">○ Reuniões Microrregionais○ Reuniões Estaduais
Capacitação	<ul style="list-style-type: none">● Capacitação das Equipes das Unidades Gestoras● Capacitação em Gestão Administrativo-Financeira● Capacitação dos Pedreiros-Instrutores● Capacitação de Pedreiros● Capacitação em Gerenciamento de Recursos Hídricos, Cidadania e Convivência com o Semi-Árido
Comunicação	<ul style="list-style-type: none">● Identidade e Coerência
Fortalecimento Institucional da Sociedade Civil	<ul style="list-style-type: none">● Dinamismo e Sinergia com outras iniciativas

Construção de Cisternas	<ul style="list-style-type: none"> ● Cisternas de Placas: melhor alternativa para captação de água da chuva

Fonte: <<http://www.asabrazil.org.br> página acessada em 26 de abril de 2007>.

O P1MC tem na família rural seu foco principal e norteia-se pelos princípios da gestão compartilhada; descentralização e participação; mobilização-social; educação-cidadã; desenvolvimento sustentável; fortalecimento e emancipação. A perspectiva de gênero encontra-se aqui contemplada a partir de uma lógica que articula dimensões ‘espontâneas’ e também formais da organização social no Sertão. As famílias beneficiadas são selecionadas dentre as monoparentais femininas com maior número de crianças e idosos.

Ancorado nesses princípios e critérios o que se pretende é a construção de uma nova visão no que tange à relação da população sertaneja com o seu ambiente. Trata-se, portanto, da construção de um novo paradigma de convivência que tinha como meta-base atender um milhão de famílias ao longo de cinco anos, prazo esse que teve que ser revisto dada a complexidade do programa.

O programa tem como principal objetivo a democratização do acesso à água de qualidade por meio do estabelecimento de uma política pública permanente. São objetivos específicos do P1MC: a melhoria dos padrões de saúde das comunidades beneficiadas; a organização da comunidade local para construção das cisternas mediante as seguintes metas: redução da morbidade e mortalidade infantil; desenvolvimento socioeconômico local, possibilitando melhores condições de vida; aumento da renda e da segurança alimentar; fixação das populações em sua terra de origem; implementação de política socioeconômica e ambiental sustentável; maior participação das comunidades na construção de alternativas para convivência.

“O desencadeamento do P1MC criou no Semi-Árido a grande expectativa de que a parceria entre sociedade civil e governo pode, efetivamente, transformar as políticas públicas voltadas ao bem-estar social. Com a sociedade mobilizada, as ações voltadas ao desenvolvimento regional poderão ser passíveis do "controle social" e, desta forma, beneficiar todos os segmentos, eliminando o domínio secular de grupos que se apropriam dos recursos públicos voltados àquele fim. Esse processo de construção participativa tem ampliado o contato e estreitado as relações entre as organizações sociais no Semi-Árido, promovendo uma maior discussão a respeito das possibilidades regionais. É visível que a mobilização resultante da construção participativa do P1MC criou uma aproximação entre os atores sociais e induziu a organização para o desenvolvimento regional. O Programa conta, hoje, com o apoio incondicional da sociedade civil organizada na ASA, no sentido de fazer com que, por meio daquele Programa, as relações Governo/Sociedade sejam mediadas por critérios éticos e transparentes na construção de um futuro digno para a população local, destacando-se o combate à miséria, à fome e à pobreza, buscando a garantia dos direitos básicos de cidadania e segurança alimentar” (Brasil, 2005:51)

A mobilização social se materializa, sobretudo, nas reuniões comunitárias nas localidades onde acontecem acordos locais em função da instalação das cisternas. A pactuação de acordos locais tem surgido como importante estratégia para a oferta continuada de água de qualidade para as populações carentes do Semi-Árido. O acordo envolve as famílias, ONGs e os órgãos gestores na construção das cisternas viabilizando assim a participação da comunidade na gestão da água de forma mais autônoma.

5.2.1 O Programa Um Milhão de Cisternas Rurais e a Institucionalização da Perspectiva de Gênero

5.2.1.1 A Concepção do Programa

A perspectiva de gênero, ainda que como critério de desempate, está presente no programa desde sua concepção metodológica, uma vez que as famílias chefiadas por mulheres têm prioridade na conquista da cisterna. No Brasil, o percentual de famílias com uma mulher como pessoa de referência mudou de 22,3% em 1993 para 28,8% em 2003. Esse crescimento não é tão expressivo quando comparado ao aumento da relevância e visibilidade dos estudos sobre famílias chefiadas por mulheres. Mesmo porque não se trata de uma 'nova realidade', e sim de um fenômeno que nas últimas décadas alcançou todos os estratos sociais. A razão de tamanho interesse deve-se à complexidade e pluralidade de dimensões – reestruturação produtiva, fluxos migratórios, redução da fecundidade, diversidade de arranjos familiares, entre outras - que se articulam para a constituição de tal problemática (Macêdo, 2007; Scott, 2002).

É comum associar a chefia feminina de domicílios com o fenômeno da urbanização. Todavia, para analisar a responsabilidade domiciliar feminina e consequentemente a organização familiar, no Nordeste e particularmente no Semi-Árido, é imprescindível considerar sua 1) ocorrência no campo uma vez que o Nordeste possui 46,4% da população rural do Brasil e o 2) caráter historicamente atribuído à região de exportadora de mão-de-obra masculina. Nesse sentido, estudos sobre as políticas de apoio às famílias rurais ratificam os resultados positivos de políticas centradas na figura da mulher como chefe de família (Brasil, 2007; Scott, 2007).

Quando perguntados sobre o processo de definição dos critérios durante a concepção do programa para beneficiamento das famílias, formuladores e gestores da política mencionaram de um lado a evidência do papel das

mulheres para qualquer processo de desenvolvimento do Semi-Árido, e de outro, a ‘realidade empírica’ de que políticas de abastecimento de água na região rural beneficiam ‘naturalmente’ as mulheres. Segundo eles, a partir dessa dupla constatação tornou-se inexorável que o programa privilegiasse os domicílios cujas responsáveis eram mulheres (Entrevistas 1, 4 e 41).

Essa estratégia é resultado do reconhecimento da vulnerabilidade dessas famílias sendo grande o número de mulheres cujos maridos migram e elas permanecem no campo assumindo a responsabilidade pela sobrevivência da família ficando conhecidas como as “viúvas da sêca”. Um outro aspecto é a percepção de que por ocuparem um lugar central na gestão doméstica da água, as mulheres tendem a valorizar mais a cisterna o que diminui a probabilidade da venda da terra em função do valor agregado à mesma a partir do beneficiamento do acesso à água (Entrevistas 3, 13).

Desta forma, a participação das mulheres não é especificamente demandada no desenho do programa. Todavia, o fato deste ter como critério de desempate a seleção de famílias chefiadas por mulheres somada à exigência da participação do responsável nas reuniões comunitárias assim como nos cursos de capacitação, resulta em um aumento potencial da demanda pela participação das mulheres nos assuntos da comunidade.

5.2.1.2 Do Reconhecimento das Mulheres ao Enfoque de Gênero: Avanços e Recuos

A despeito da evidência da importância das mulheres para qualquer processo de desenvolvimento do Semi-Árido e do reconhecimento de que a dinâmica da gestão doméstica da água está nas mãos das mulheres, a formulação de um conjunto de ações afirmativas que atendessem às demandas mais urgentes dessas mulheres não foi contemplada no desenho metodológico do programa.

A OXFAM, organização internacional sem fins lucrativos, com sede em

Oxford - Inglaterra, tem como eixo de ação a busca por soluções definitivas para a pobreza por meio da formulação e implementação de programas de desenvolvimento, ajuda humanitária e campanhas. Para a OXFAM, a questão de gênero é central para alcançar tais objetivos. A OXFAM Grã-Bretanha atua no Brasil desde 1968, com sede na cidade do Recife e com escritório de campanhas e *advocacy* em Brasília, sendo uma das grandes responsáveis pela defesa da criação de uma política de gênero na ASA.

No entanto, “a formulação de uma política que fosse além do discurso de que as mulheres são as maiores beneficiadas com as cisternas” foi objeto de grande resistência, resistência à temática como um todo e particularmente à atuação da OXFAM enquanto agência multilateral que estaria sempre querendo impor uma pauta de gênero (Entrevistas 4, 6 e 7).

Essa resistência resultou na não incorporação de importantes grupos de mulheres como é o caso do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste que “não conseguiram se sentir à vontade e não se estabeleceram dentro do movimento” por razões de gênero e também por questões políticas (Entrevistas 4, 6 e 7).

Todavia, foi no decorrer do processo de implementação do P1MC que essa constatação mostrou-se ainda mais forte e a necessidade recorrente de se discutir a questão de gênero na região assim como dentro da organização impôs-se exigindo a retomada dessa agenda nas reuniões da Comissão Executiva. Apesar das resistências, foi com o apoio e verbas da OXFAM e de sua Assessoria de Gênero que foram feitos os primeiros encontros e seminários de gênero.

Trata-se de um processo gradual que começou a se delinear em 2005 durante a primeira reunião ampliada da Comissão Executiva quando “algumas mulheres começaram a puxar o tema e chamaram uma atividade paralela para discutir como é que funcionava as relações de gênero dentro da ASA, dos programas e das organizações” e definir como a questão de

gênero deveria ser pautada daí em diante (Entrevista 13).

Essa atividade paralela resultou na escolha de alguns nomes para comporem a recém-criada Comissão de Gênero. Esse grupo, constituído inicialmente só por mulheres, teve como missão realizar um mapeamento das iniciativas em andamento que contemplavam a perspectiva de gênero, mas que não se reconheciam enquanto ‘ações de gênero da ASA’. Segundo entendimento da Comissão, essas iniciativas das organizações parceiras deveriam ser reconhecidas e integradas em uma estratégia comum que contou com a assessoria da Sempreviva Organização Feminista sediada no estado de São Paulo.

Esse processo de institucionalização crescente do tema pela ASA resultou na realização em 2006 do *I Seminário Nacional sobre Gênero – Construindo caminhos para transformação das relações de gênero na Articulação*. O Seminário teve o objetivo de discutir “as relações de gênero existentes no contexto da rede e as formas que essas relações refletem a estrutura social da região, tendo como foco a construção de uma agenda política de gênero para a ASA” (ASA, 2006:1).

O evento contou com a participação de 47 pessoas, das quais 38 eram mulheres e reuniu as ações em andamento, funcionando como uma reunião preparatória para a realização da oficina *Construir Igualdade entre Homens e Mulheres é Construir Convivência Sustentável com o Semi-Árido*, realizada no dia 22 de novembro, na cidade do Crato - Ceará, durante o VI Encontro Nacional da ASA (ENCONASA).

A Oficina resultou na ampliação do debate e na consolidação do alicerce político-institucional para a organização e elaboração da *Carta Política de Gênero* (Quadro 5.3) referendada no VI ENCONASA, instância política máxima da ASA, realizado em torno do tema *Agricultura Familiar - Tecendo Vida, Fomentando Sonhos e Construindo Novas Relações no Semi-Árido Brasileiro*.

Quadro 5.3 – Carta Política de Gênero

CARTA POLÍTICA DE GÊNERO ASA - ARTICULAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO

“CONSTRUIR A IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES É CONSTRUIR CONVIVÊNCIA SUSTENTÁVEL COM O SEMI-ÁRIDO”

VI ENCONASA - Crato, 23 de novembro de
2006

Historicamente, a sociedade tem sido estruturada sob relações desiguais de gênero, estando as mulheres numa situação de subordinação e opressão em relação aos homens nos espaços de decisão, no trabalho, na família e na política. Isso reflete a face de uma sociedade patriarcal, que vê no homem a figura do senhor, com poder, mando e autoridade sobre as mulheres.

Como consequência dessa estrutura hierárquica, questões como a violência doméstica e a injusta divisão sexual do trabalho - que destina às mulheres o espaço privado, invisibilizando a contribuição econômica, social e política do trabalho das mulheres - permanecem presentes no Semi-Árido.

Entendemos que a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento sustentável e de convivência com o Semi-Árido, passa pelo reconhecimento da situação de opressão e subordinação em que vivem as mulheres. A ação transformadora dessa realidade pressupõe a perspectiva de gênero como ação estruturante, a incorporação da luta pelos direitos das mulheres e a sua constituição como sujeitos políticos.

Desse modo, a Articulação no Semi-Árido – ASA, como um espaço de articulação política da sociedade civil organizada no semi-árido brasileiro, tem realizado momentos de reflexão e construção coletiva de propostas para a promoção de relações igualitárias de gênero.

Atualmente, se organizam na ASA a Comissão Nacional de Gênero e algumas comissões estaduais. Essas comissões surgiram pela necessidade de um espaço de articulação política que tivesse como foco a ampliação da perspectiva de gênero na ASA.

Foi realizado nos dias 21 e 22 de outubro de 2006, o *I Seminário Nacional de Gênero da ASA – Construindo caminhos para a transformação das relações de gênero na Articulação*, onde participaram 47 pessoas, sendo 38 mulheres. Esse Seminário teve como objetivo debater sobre as relações de gênero existentes no contexto da rede e as formas que essas relações refletem a estrutura social da região, tendo como foco a construção de uma agenda política de gênero para a ASA.

O Seminário também se configurou como um momento preparatório para a oficina *Construir igualdade entre homens e mulheres é construir convivência sustentável com o Semi-Árido*, realizada no dia 22 de novembro, na cidade do Crato - Ceará, durante o VI Encontro Nacional da ASA – ENCONASA.

Essa Oficina resultou na ampliação do debate e na consolidação de um conjunto de propostas que se seguem:

- _ Criar e apoiar o GT de Gênero da ASA, em sua estrutura nacional;
- _ Fortalecer as comissões e GTs estaduais de Gênero já existentes e fomentar a criação nos outros estados;
- _ Garantir recursos financeiros nos orçamentos da AP1MC, programas e projetos da ASA, para investir, de forma estruturante, na temática de gênero na ASA;
- _ Garantir a paridade de gênero nas instâncias de decisão e nos encontros da ASA;
- _ Potencializar a auto-organização das mulheres no interior da ASA;
- _ Construir alianças políticas com os movimentos de autoorganização das mulheres
- _ Analisar as ações dos programas e projetos da ASA, sob a perspectiva de gênero, e propor mudanças que alterem as relações de desigualdades;
- _ Visibilizar as ações na área organizativa, produtiva e de comercialização das mulheres no Semi-Árido e promover o intercâmbio entre as experiências;
- _ Contribuir para que o enfoque de gênero esteja presente em todos os instrumentos de divulgação da ASA;
- _ Adotar a linguagem inclusiva nos documentos e declarações da ASA, como forma de visibilizar as mulheres como sujeitos políticos;
- _ Realizar o debate de gênero em todos os temas de discussão da ASA, tais como: acesso à água e à terra, desertificação, agrobiodiversidade, biodiesel, economia solidária, dentre outros;
- _ Manter o debate sobre a questão da opressão das mulheres, com destaque para o tema da violência contra as mulheres;
- _ Discutir a divisão sexual do trabalho como base material das relações desiguais de gênero

Fonte: ASA, Crato, 2006.

É importante ressaltar que os aspectos centrais da *Carta Política de Gênero* foram incorporadas à *Carta Política* do IV ENCONASA por meio de um conjunto de propostas que são em certa medida um desdobramento

das ações existentes na *Carta de Gênero*, todavia, essas propostas parecem ir além das anteriores, como é possível observar no Quadro 5.4:

Quadro 5.4 – Carta Política do IV ENCONASA

CARTA POLÍTICA

Crato, Ceará, 24 de novembro de 2006

Ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Aos governadores, senadores, deputados federais e estaduais, especialmente dos estados do Semi-Árido brasileiro.

Aos prefeitos e vereadores dos municípios inseridos na região semi-árida.

À sociedade brasileira.

O VI Encontro Nacional da Articulação no Semi-Árido Brasileiro (EnconASA), realizado na cidade do Crato, Ceará, entre os dias 20 e 24 de novembro de 2006, foi um momento marcante no fortalecimento da Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA) como um dos interlocutores da sociedade civil em busca de novos paradigmas para o desenvolvimento do Semi-Árido brasileiro.

Centrando o debate no tema *Agricultura familiar - tecendo vida, fomentando sonhos e construindo novas relações no Semi-Árido brasileiro*, nós, 627 delegados e delegadas, agricultores e agricultoras experimentadores e convidados de 11 estados do Semi-Árido, oriundos de sindicatos e outros movimentos sociais, organizações comunitárias, igrejas e agências de cooperação, presentes neste Encontro, expressamos as aspirações e experiências vividas por significativa parcela da população da região semi-árida.

Acreditamos ser possível promover a sustentabilidade socioambiental no Semi-Árido brasileiro através de uma agricultura familiar numerosa e próspera, garantindo segurança alimentar e nutricional para milhões de pessoas dessa região, numa perspectiva que incorpore, no seu dia-a-dia, a **vivência equitativa de gênero**, o respeito e a valorização das etnias, com a participação efetiva de crianças e jovens [...].

As experiências bem-sucedidas de agricultura familiar de base agroecológica, apresentadas e discutidas em nosso VI EnconASA, revelam uma outra realidade no campo. **São agricultores e agricultoras que inovam, produzem, empreendem, mostrando, de forma concreta, a possibilidade de convivência com o Semi-Árido.**

São experiências desenvolvidas com base em iniciativas de inovação técnica e sócio-organizativa de milhares de famílias e centenas de grupos comunitários, cooperativas, associações, sindicatos, a partir das quais se podem extrair ensinamentos para a formulação de políticas públicas orientadas para a promoção de segurança alimentar e do desenvolvimento agrícola em convivência com o Semi-Árido.

Diante dessa realidade, a ASA destaca as propostas discutidas e aprovadas pelo VI EnconASA em torno de alguns eixos temáticos e de ação. São eles: Acesso à Água; Acesso à Terra; Acesso ao Mercado; Combate à Desertificação, Educação para a Convivência com o Semi-Árido; Crédito, Financiamento e Assistência Técnica; Gênero, Raça e Etnia; Comunicação e Agrobiodiversidade [...].

Gênero

Historicamente, a sociedade tem sido estruturada sob relações desiguais de gênero, estando as mulheres numa situação de subordinação e opressão em relação aos homens, nos espaços de decisão, no trabalho, na família e na política. Isso reflete a face de uma sociedade patriarcal, que vê no homem a figura do senhor, com poder de mando e autoridade sobre as mulheres.

Como consequência dessa estrutura hierárquica, questões como a violência doméstica e a injusta divisão sexual do trabalho, que destina às mulheres o espaço privado, invisibilizando a contribuição econômica, social e política do seu trabalho, permanecem presentes no Semi-Árido.

Entendemos que a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento sustentável e de convivência com o Semi-Árido passa pelo reconhecimento da situação de opressão e subordinação em que vivem as mulheres. A ação transformadora dessa realidade pressupõe a perspectiva de gênero como ação estruturante, a incorporação da luta pelos direitos das mulheres e a sua constituição como sujeitos políticos.

Nesse sentido, a ASA defende:

- O fortalecimento dos processos de empoderamento das mulheres.
- A participação no planejamento, na gestão, no controle e na comercialização da produção.
- O acesso a crédito e assistência técnica específica para as mulheres.
- Projetos e programas que garantam a geração de renda para as mulheres.
- O reconhecimento das mulheres como agricultoras familiares.
- A valorização e a visibilidade do trabalho das mulheres.
- O acesso e a gestão igualitária da terra e da água.
- A participação política das mulheres nas instâncias decisórias das

organizações e espaços coletivos.

- A participação efetiva das mulheres nos espaços de construção e controle social de políticas públicas.
- A capacitação das mulheres para o acesso a políticas públicas.
- A garantia de instrumentos de viabilização da participação das mulheres nas atividades de formação e articulação políticas.

Conclusão

Acreditamos na diversidade das experiências desenvolvidas pelos agricultores e agricultoras do Semi-Árido brasileiro e estamos convencidos de que nelas se produz um conhecimento que, uma vez interrelacionado com um saber academicamente sistematizado, transformar-se-á num conhecimento propulsor do desenvolvimento sustentável da região.

Nossa experiência aponta para a diversidade, a multiplicidade, o reconhecimento dos agricultores e agricultoras como protagonistas de suas histórias. É uma prova concreta de que é possível reformular as bases estruturais do modelo de desenvolvimento rural, gerador da insegurança alimentar e nutricional no Semi-Árido.

Acreditamos, finalmente, que somente com uma sociedade ativa e mobilizada é possível transformar a realidade do Semi-Árido. Neste sentido, o VI EnconASA propõem a elaboração participativa do *I Plano Nacional de Desenvolvimento do Semi-Árido Brasileiro*, capaz de aglutinar, sistematizar e expressar a vontade política dos povos do Semi-Árido.

A ASA expressa a esperança de que as propostas estratégicas formuladas pelo VI EnconASA, fruto de décadas de lutas sociais e de esforço nos mais diferentes locais deste imenso Semi-Árido, tornem-se políticas públicas, assumidas pelos poderes Legislativo e Executivo, nos níveis federal, estadual e municipal, encerrando um ciclo vicioso e direcionando vontade política e energias sociais para o processo de construção, em curso, de um outro mundo rural, com uma agricultura familiar numerosa e próspera, tecendo vida, fomentando sonhos e construindo novas relações no SemiÁrido brasileiro.

Fonte: ASA, Crato, 2006, grifos da autora.

A análise dos documentos referentes a esses eventos indica que o tema da equidade de gênero aparece na pauta dos Encontros Nacionais da ASA, ainda que timidamente, desde 2003 quando foi realizado o IV ENCONASA em Campina Grande - Paraíba, cujo o tema foi *Agricultura Familiar: Construindo a Segurança Alimentar no Semi-Árido Brasileiro*.

O tema reaparece em 2005, em Teresina – Piauí, durante o V ENCONASA que teve como tema central a *Reforma Agrária: Democratizando a Terra e a Água no Semi-Árido Brasileiro* quando as entidades da ASA reafirmam sua posição contrária ao projeto de Transposição do rio São Francisco. É também nesse encontro que a ASA lança sua *Carta da Terra*, dando ênfase à importância da luta pela reforma agrária e reafirma a *Carta Política*, aprovada no Enconasa anterior.

No entanto, é só em 2006, no VI ENCONASA, que a questão de gênero sai do papel e se torna objeto de propostas concretas de ações afirmativas que passam a compor a metodologia de organização social da instituição. É nesse sentido que o evento representa um divisor de águas no que se refere à inclusão mais sistemática da questão de gênero na ASA, e conseqüentemente no PIMC, por meio de oficinas temáticas. Para além de programas locais ou políticas regionais, trata-se de um momento histórico no que tange à incorporação formal da perspectiva de gênero enquanto estratégia para democratização das políticas nacionais de água.

Há que se destacar aqui o caráter inovador da ação bem como a natureza institucional dessa iniciativa, uma vez que esta é tomada a partir de um conjunto de estratégias da sociedade civil, o que permite chamar a atenção para essa terceira dimensão do espaço público diferente do Estado e do mercado enquanto espaço de construção de alternativas bem como de novas formas de solidariedade e ratificar o potencial da associação de organizações dessa natureza com princípios como o da *autonomia social, autogestão, participação, empoderamento, emancipação e cidadania*.

A *Carta de Gênero*, assim como as proposta referendadas na *Carta Política* do VI ENCONASA representam uma ruptura no que se refere ao tratamento dado às relações de gênero em políticas de água e também em políticas regionais de desenvolvimento de uma forma mais ampla. Todavia, essa demora da ASA entre o duplo reconhecimento da evidência empírica no que tange à importância das mulheres em qualquer processo de desenvolvimento na região assim como na gestão doméstica da água e a

formulação de uma política de gênero que fosse para além do discurso de que as mulheres são naturalmente privilegiadas com a cisterna próxima ao quintal de casa, precisa ser analisada com mais atenção para que seja esclarecida à luz das dinâmicas culturais que engendram as relações sociais de sexo nas sociedades de forte traço patriarcal como é o caso da sociedade sertaneja.

5.2.1.3 A Incorporação da Perspectiva de Gênero no P1MC: Entre Necessidades Práticas e Estratégicas

É verdade que no Semi-Árido a tarefa de buscar água para o *consumo do cotidiano*, a '*água do gasto*' como dizem as informantes desta pesquisa, cabe às mulheres da casa, e também às crianças. Entretanto, a máxima de que sempre são as mulheres as responsáveis por prover a água e, portanto, água perto de casa é benefício para as mulheres, não se sustenta. Antes de mais nada, porque o acesso a água potável é um benefício para toda a família, sendo assim, o critério do beneficiamento das famílias chefiadas por mulheres não é condição suficiente para garantir a perspectiva de gênero uma vez que esta não é automaticamente incorporada a uma política, pelo fato desta ter no acesso à água seu principal objetivo (Entrevistas 14, 15, 17, 18, 21, 24, 27, 28, 43 e 48).

Dados empíricos fundamentados no trabalho de campo e também na avaliação intermediária do P1MC realizada pela OXFAM em 2007 demonstram que homens e mulheres carregam água, a diferença reside no que se refere à finalidade e à forma da realização de tal tarefa. Enquanto as mulheres carregam a *água do uso doméstico* predominantemente na cabeça e com recipientes usados em casa; os homens carregam a *água da produção* em tonéis e butijões, recipientes maiores e destinados especificamente para tal uso, sendo estes colocados em animais para que sejam transportados (Entrevistas 14, 43 e 48).

O que se quer ressaltar aqui, é que uma política de água que privilegia o

abastecimento doméstico em regiões de escassez de água, não contempla necessariamente uma visão de gênero uma vez que esta implica em colocar em perspectiva as relações sociais de sexo; reconhecendo-as mas também desnaturalizando-as. E conseqüentemente, imprimindo novos arranjos na divisão sexual do trabalho; na articulação entre os mundos da produção e da reprodução e também entre as esferas pública e privada.

Nos estudos de gênero, assim como nos estudos feministas, os mundos da produção e da reprodução e as esferas pública e privada estão sempre imbricados e virtualmente toda análise das relações sociais de sexo que se pretenda transformadora das estruturas que engendram as desigualdades existentes implica na articulação de ambas. “Não obstante, por motivos heurísticos, distinções analíticas são indispensáveis. Só por meio de abstrações das complexidades do mundo real é possível elaborar esquemas conceituais que podem iluminá-las” (Barrère-Maurisson, 1984; Fraser, 2001).

Assim, ao distinguir analiticamente as esferas da produção e da reprodução das esferas pública e privada, ao expor suas lógicas distintas, enquanto dimensões predominantemente ligadas à economia política e à cultura, respectivamente, pretende-se esclarecer uma confusão recorrente sobre a diferença entre incluir mulheres e incorporar a perspectiva de gênero na formulação e implementação de políticas de desenvolvimento. Incluir mulheres é tê-las como beneficiárias como público-alvo de uma determinada ação; incorporar a perspectiva de gênero na formulação e implementação de políticas de desenvolvimento significa pensar as relações sociais de sexo transversalmente nas bases de uma política.

Essa exigência deve-se ao próprio caráter constitutivo de tais relações bem como as propriedades formais que as constiuem enquanto “representação científica que visa permitir balizar o funcionamento específico dessas relações no emaranhado de fatos sociais” e de apreender sua dinâmica particular. Tais propriedades dizem respeito à *transversalidade*, à *dinâmica* e ao *antagonismo* presente nas relações

sociais de sexo (Devreux, 2005:8).

O reconhecimento da transversalidade das relações sociais de sexo fundamenta-se na articulação entre o sistema produtivo e a esfera familiar e reconhece que sua dinâmica “coloca em relação ou ‘articula’ todos os campos da sociedade”. Enquanto o reconhecimento da existência de uma dinâmica própria às relações sociais de sexo baseia-se nas idéias de reprodução social e da lógica das hierarquias entre os sexos na mudança social. No que se refere à terceira propriedade das relações sociais de sexo, poderia se falar em seu caráter relacional, todavia, do ponto de vista teórico essa afirmação seria redundante. É a idéia que homens e mulheres fazem parte de grupos sociais cujos interesses são radicalmente divergentes que permite falar em um antagonismo de classe (Barrère-Maurisson, 1984; Devreux, 2005:8):

“Os resultados empíricos das pesquisas sobre a situação das mulheres mostram claramente que, do ponto de vista do devir da dominação de sexo, os interesses dos homens e das mulheres se opõem radicalmente. Eles lutam para preservar os benefícios obtidos com a dominação sobre as mulheres e a exploração do trabalho delas. Elas lutam para se desembaraçar dessa opressão e reduzir o efeito dela sobre suas condições de vida, sobre sua liberdade e sobre sua integridade física” (Devreux, 2005:14).

Essas observações de caráter mais teórico permitem elucidar as especificidades das esferas da produção e da reprodução para a presente análise enquanto sistemas que apresentam dinâmicas próprias e mesmo que paralelas apresentam-se de forma hierarquizada na economia política. O mundo da reprodução, onde predominam as relações de produção do tipo doméstico, é caracterizado pela reprodução da espécie e por todas as atividades relacionadas ao âmbito do doméstico e pela ‘tradução da invisibilidade’ desse trabalho na sua não remuneração (Verschuur, 2006).

“Desde que em 1933 a Comissão Estatística das Nações Unidas incorpora as ‘contas satélites’, a discussão sobre a valorização do trabalho doméstico se institucionaliza. O objetivo de uma conta satélite da produção doméstica é proporcionar informação sobre os trabalhos realizados no lar, a produção de bens e serviços para o autoconsumo dos membros do lar e estimar uma valorização de tal atividade” (Carrasco, 1999:13).

Conforme afirma Carrasco, essa ‘nova contabilidade’ representa um avanço, no entanto, o desafio de reconhecer o trabalho realizado pelas mulheres sem ter que “outorgar um valor de troca a todas as atividades não monetarizadas” permanece, afinal “muitas delas não são compatíveis à produção mercantil” e sim a uma outra ‘economia dos trabalhos de cuidados’ que haviam sido relegados “a uma espécie de limbo porque não se sabia muito bem como categorizá-los” (*Idem*).

“A discussão envolve assuntos como a conceituação, o reconhecimento, as políticas sociais e a possível remuneração. Por outra parte se discute a noção de bem-estar baseada unicamente em bens materiais e serviços, e se enfatiza o uso do tempo como determinante de qualidade de vida. Questiona-se que se o objetivo é tentar medir o bem-estar social se deve ter uma visão muito mais realista e global da sociedade, incorporando nas análises, todas as formas de atividades humanas desenvolvidas para tal fim. Para isto é necessário transcender das categorias que refletem a forma como os homens entram na economia capitalista, contribuindo e desenvolvendo ferramentas mais adequadas para compreender melhor as atividades que implicam cuidados e afetos, que são realizadas especialmente por mulheres e que normalmente têm sido caracterizada como ‘não trabalho’ ” (Carrasco, 1999:13).

Já o mundo da produção fundamenta-se na articulação de relações de produção capitalista com atividades cujo reconhecimento de seu valor de mercado as hierarquiza perante as demais. Como revela a pesquisa realizada por Hildete Pereira (NEAD, 2007), no meio rural brasileiro. Essa

invisibilidade do trabalho feminino estende-se à esfera da produção, uma vez que 80% das mulheres do campo trabalham sem remuneração. Nessa situação, reside a “causa essencial do subdesenvolvimento e ao mesmo tempo da prosperidade do setor capitalista” (Meillassoux, 1975:149).⁶¹

No que se refere à dicotomia público/privado, estudos diversos reafirmam a idéia da associação das mulheres com a natureza, baseada em papéis como a maternidade e o cuidado das crianças. Essa associação tem levado a universalização da idéia de que o espaço doméstico – esfera na qual se desenvolvem os afetos – é o espaço por excelência das mulheres; ao passo que os homens são associados à dimensão política e pública da vida social, e portanto, ao espaço da tomada de decisões acerca dos negócios da coletividade (Kergoat,2001).

A associação das mulheres com a esfera doméstica foi formulada na sociedade vitoriana quando mulheres das classes média e alta eram responsáveis basicamente pela criação dos filhos e raramente trabalhavam nas atividades ditas produtivas. Apesar das críticas quanto à utilidade e adaptabilidade de um modelo universal público/privado dada à complexidade e diversidade de aplicações de tais categorias, no Semi-Árido brasileiro, e particularmente nas áreas rurais, a configuração dos mundos da produção e reprodução assim como os domínios do público e do privado refletem a forte base patriarcal dessa sociedade desde os tempos coloniais, fenômeno este presente em todas as classes (Branco, 2000; Freyre, 2001; Moore, 1988).

Desta forma, apesar das transformações sociais ocorridas, a civilização do açúcar deixou como legado uma clara distinção entre as dinâmicas engendradas por cada uma dessas esferas, permitindo assim que a articulação entre produção/reprodução e público/privado permaneça como importante ferramenta de análise das relações de gênero no Nordeste rural do Brasil (Branco, 2000).

⁶¹ Tradução da autora, do original em francês.

Decompor tais diferenças e apreender as dinâmicas e especificidades dessas categorias analíticas, bem como a forma como elas aproximam-se e distanciam-se permite elucidar alguns caminhos na construção da **reflexão sobre a relação entre desenvolvimento, gênero e água e o impacto das políticas públicas de água no Semi-Árido brasileiro na vida das mulheres**, objetivo geral desse estudo; bem como construir o arcabouço teórico para **analisar a incorporação da perspectiva de gênero, assim como seus impactos, na formulação e implementação do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC)**, objetivo específico.

Para tanto, faz-se necessário retomar a primeira pergunta levantada por esta pesquisa, a saber:

1) Como ocorre a incorporação da perspectiva de gênero na formulação e implementação do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais?

A perspectiva de gênero está presente no desenho do programa desde sua concepção. Apesar da participação das mulheres não ser especificamente demandada no seu desenho, o fato deste ter como critério de seleção para conquista da cisterna famílias chefiadas por mulheres, somado a exigência da participação do responsável nas reuniões comunitárias assim como nos cursos de capacitação, permite que a metodologia de organização social que norteia o programa articule as transformações sociais a partir do diálogo entre os domínios público e privado atuando como um possível catalizador da participação das mulheres nos assuntos da comunidade. Essa potencial, no entanto, aparece pouco ‘explorado’ na implementação do programa como será possível perceber no Capítulo 8.

Todavia, é só em 2006, no VI ENCONASA, que ocorre uma institucionalização no tratamento da questão das relações sociais de gênero na ASA e no P1MC; e verifica-se a implementação de ações transversais que têm como objetivo a equidade de gênero nas organizações que fazem

parte da ASA e nas ações implementadas, como é o caso do P1MC e seus vários componentes.

Entre essas iniciativas, cabe destaque para a: 1) criação da Comissão de Gênero, que até o momento do término do presente trabalho de campo ainda não havia sido transformada em Grupo de Trabalho, classificação esta que representa uma etapa posterior, sendo esta decorrente de uma consolidação do referido tema na ASA. O que indica uma possível resistência a uma maior hierarquização do tema na organização; 2) criação de comissões de gênero estaduais. Há que se ressaltar que alguns estados, com é o caso da Paraíba onde foi realizado parte do trabalho de campo, não adotaram tal estrutura; 3) garantia de recursos financeiros para investir de forma estruturante nas ações de gênero; 4) garantia do equilíbrio de gênero nas instâncias de decisão da ASA, o que segundo entrevistas com membros da Comissão de Gênero não foi alcançado, predominando ainda a presença de homens; 5) potencialização da auto-organização das mulheres no interior da ASA; 6) construção de alianças políticas com os movimentos de autoorganização das mulheres; 7) análise das ações dos programas e projetos da ASA, sob a perspectiva de gênero, e proposição de mudanças que alterem as relações de desigualdades; 8) valorização das ações das mulheres do Semi-Árido na área organizativa, produtiva e de comercialização e promoção do intercâmbio entre as experiências existentes; 9) presença do enfoque de gênero nos materiais de divulgação da ASA e do P1MC; 10) adoção de uma linguagem inclusiva nos textos e documentos, como forma de reconhecer as mulheres como sujeitos políticos; 11) transversalização da perspectiva de gênero nos temas de discussão como acesso à água e à terra, desertificação, agrobiodiversidade, biodisel e economia solidária; 12) inclusão do debate sobre a questão da opressão das mulheres, cabendo destaque para a violência contra as mulheres e 13) discussão da divisão sexual do trabalho como base material das relações desiguais de gênero.

Tais ações estão profundamente interligadas, no entanto, é possível

observar suas especificidades e classificá-las em *ações institucionais de gênero*, *ações geradoras de autonomia* e *ações de empoderamento*, de acordo com suas respectivas propriedades formais, dinâmicas e impactos nas relações de gênero. Essa distinção, como qualquer classificação, é modelar. No entanto, permite elucidar as diferentes esferas de atuação sobre as quais tais ações estão engendradas.

As *ações institucionais de gênero* visam criar estratégias políticas e administrativas para incorporação da equidade de gênero dentro da estrutura organizacional da ASA/PIMC, exemplo da *criação da Comissão de Gênero* e da *garantia de recursos no orçamento*. Tratam-se de estratégias institucionais que atuam transversalmente às esferas produção/reprodução e aos domínios público/privado.

O segundo conjunto de iniciativas pode ser identificado como *ações geradoras de autonomia* e tem como objetivo a transformação das relações de produção/reprodução. Como exemplos e tais ações, é possível *citar a desnaturalização da divisão sexual do trabalho existente e afirmação de sua relação com a base material das desigualdades de gênero* e também *a valorização das ações produtivas e de comercialização das mulheres do Semi-Árido*. Tem-se aqui ações de cunho mais prático e imediato que visam atender necessidades práticas resultantes das desigualdades de gênero e cujo impacto incide, predominantemente, na geração de renda, valorização da capacidade produtiva das mulheres e aumento da auto-estima.

O terceiro conjunto de iniciativas pode ser identificado como *ações de empoderamento*. Tais ações têm o objetivo de redesenhar as relações de poder ao garantir a participação das mulheres nas várias instâncias de decisão. Essas iniciativas colaboram para o avanço das decisões tomadas, uma vez que a participação das mulheres ajuda a qualificá-las colaborando assim para a formulação de programas focados nas próprias mulheres, na infância e na família, a partir das experiências vividas. Entre as ações da ASA/PIMC que se pode exemplificar como *ações de empoderamento* está

a paridade de gênero nos instâncias decisórias e a potencialização da auto-organização das mulheres no interior. Tem-se aqui ações de cunho mais estratégico e transformador e cujo impacto incide predominantemente no acesso das mulheres à informação e capacitação.

Reconhecer essas ações, bem como suas diferentes lógicas e respectivos impactos nas relações de gênero significa dizer que elas existem e que estão sendo implementadas. No entanto, não é possível afirmar o grau de capilarização destas nas organizações que compõem o programa e uma avaliação dessa natureza foge aos objetivos e escopo dessa pesquisa.

Todavia, uma análise da articulação dessas *ações institucionais de gênero*, com *ações geradoras de autonomia* e *ações de empoderamento* pode e deve ser pensada à luz da forma pela qual a perspectiva de gênero vem sendo incorporada na implementação do P1MC. De uma forma geral, é possível afirmar que ‘o olhar de gênero’ no programa constrói-se a partir do âmbito familiar e é trabalhado em conjunto com maridos, filhas e filhos; e a essas ações somam-se estratégias mais sofisticadas nas quais organização política e produção andam paralelamente. A predominância de ações desta ou daquela natureza é fundamental para a compreensão do impacto do P1MC como um todo na vida dessas mulheres como será possível observar no Terceiro Movimento deste trabalho quando buscar-se-á responder a segunda pergunta levantada por esta pesquisa:

Quais são os impactos do programa na vida das mulheres beneficiadas?

P
TERCEIRO MOV
Programa Um Milhão d
Mulheres do Semi-Árid
Re

Capítulo 6 – A Cisterna as Transformações

*“Lata d’água
Sobe o mundo”*

O presente capítulo tem o objetivo de abordar, sob este aspecto: *infra-estrutura hídrica* que constitui o *recurso didático* a partir do qual se discute o trabalho e empoderamento das mulheres na cisterna na vida das mulheres beneficiárias, a tecnologia para a paisagem física e social.

6.1 A Cisterna como Instrumento

Quem chega aos Sítios Minador São Bento do Una na zona rural de Paraíba. Um novo elemento instalado e aguçando as expectativas por ali. A chegada nos Sítios Alvinho, Torre e Cafula, nas proximidades da zona rural da Paraíba, traz a mesma sensação. Identifica-se algo em comum na paisagem: o reservatório, na cor branca e em forma

Foto 6.1 - Residên



Fonte: Programa Um Milhão de Cistern

No Semi-Árido brasileiro fenômenos característicos do domínio hidrogeológico cristalino que forra 57% do solo das chuvas no subsolo, fazendo com que as águas intermitentes e deles sigam para o m

A água doce é um recurso natural do planeta ser formado por três quartos de água doce superficial, de fácil acesso aos habitantes (97%), uma parte apresenta-se solidificada subterrânea (2,7%). A forma pela qu

má utilização, o uso irracional e a de
(OMM, 1997).

A ONU calcula que existem atu
água potável no mundo, enquanto o
serviços sanitários. Segundo dados
aproximadamente 30.000 pessoas m
hídrica relacionadas à falta de ac
sanitários e destas 10.000 são meni
2001, dois milhões de pessoas mor
consumo de água não potável (OMS

Problemas relacionados à qualic
mais diferentes setores da sociedad
ligado à classe social à qual se pert
do Brasil possuir 11% da água d
brasileiros e brasileiras não têm aces

De acordo com análise do Instit
com base nos microdados da Pes
(PNAD - 2007) apenas 23,38% o
encanada. Frente à complexidade
necessidade de uma transformação
contemplem as especificidades iner
tem como objetivo a democratizaçã

convivência com o Semi-Árido. Todavia, o Brasil fez com que essa prática fosse incorporada ao Plano Nacional de Recursos Hídricos, sendo a política nacional de captação da água para o uso animal e agricultura” (Brasil, 2006; p. 10).

Existe uma grande variedade de tecnologias descentralizadas de captação e armazenamento das barragens subterrâneas, tanques, cisternas que vêm sendo implementadas. Entretanto, a cisterna de placa foi eleita como custo-benefício para atender as famílias para beber e cozinhar.

É na articulação dos componentes de comunicação, fortalecimento institucional e beneficiários a partir da cisterna, as pequenas obras de pequeno porte que incorpora técnicas das grandes obras hidráulicas de grande porte, como a polêmica transposição do Rio São Paulo (P1MC).

A cisterna de placa é uma espécie de reservatório com capacidade de armazenar 16 mil litros de água para beber e cozinhar por oito meses.

períodos em que normalmente não dispunham de água (Malvezzi, 2007:13).

Com a cisterna, cada família fica para escolher seus próprios gestores para a convivência com o Semi-Árido e a criação das crianças, dos estudos e da vida, em geral.

Técnicas, tecnologias, utensílios e conhecimentos complexos culturais (agrícolas, artesanais, acumulados pelas diversas gerações) não são vistos como meras criações individuais. O conhecimento da chuva não é uma novidade na região, mas a cisterna aperfeiçoada enquanto utensílio para armazenar a água até ser utilizada como veículo de outros conhecimentos do qual podem ser realizados outros usos.

“Em 2004, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) lançou o Programa de Construção de Cisternas para Armazenamento de Água, no âmbito do Programa de Convivência com o Semi-Árido. O MDS estabeleceu como prioridade a construção de cisternas no semi-árido brasileiro. O Programa Bolsa Família, em parceria com a ASA e convênios com municípios, essa ação visa a construção de cisternas familiares, a melhoria da qualidade da água e a criação de empregos locais.”

a articulação das metas do programa alimentar e nutricional.

Tais considerações acerca do Programa, talvez vez que o perfil das famílias beneficiárias das famílias atendidas pelo Bolsa Família e melhoria da qualidade de vida das famílias analisados a partir de uma perspectiva crítica, serem atribuídos exclusivamente à natureza seria superficial, reducionista. 30 mulheres entrevistadas eram beneficiárias

Quadro 6.1 – Considerações

Programa

A criação do Programa Fome Zero por Lula, encontra suas fundações no clássico *Geografia da Fome* (2000) a partir de seu caráter multi-escalar e da necessidade de envolver ações internacionais.

O lançamento do Fome Zero teve repercussão nacional quanto internacional, tornando-se uma resposta à fome por meio de uma política alimentar que tem como fundamento a alimentação ser garantido pelo Estado e que é implementado por meio de um conjunto de ações específicas e locais. Todavia, para isso é necessário um diagnóstico discutível uma vez que atualmente parcela reduzida dos recursos são destinados aos serviços básicos a real prioridade é dada para dessendentação humana.

O programa é concebido a partir de ações voltadas para as causas da pobreza rural, a agricultura, o acesso à saúde e à educação. Além disso, diretamente as famílias no acesso à educação, o cartão alimentação, o Programa Trabalhador (PAT), a educação alimentar por governos estaduais, prefeituras e municípios, atendendo as necessidades de cada região e promovendo a cisternas.

Além do Programa Cisternas, cabe destacar o Bolsa Família que deposita R\$ 50,00 para famílias com renda mensal de até R\$ 170,00, crianças ou não. Além desse valor

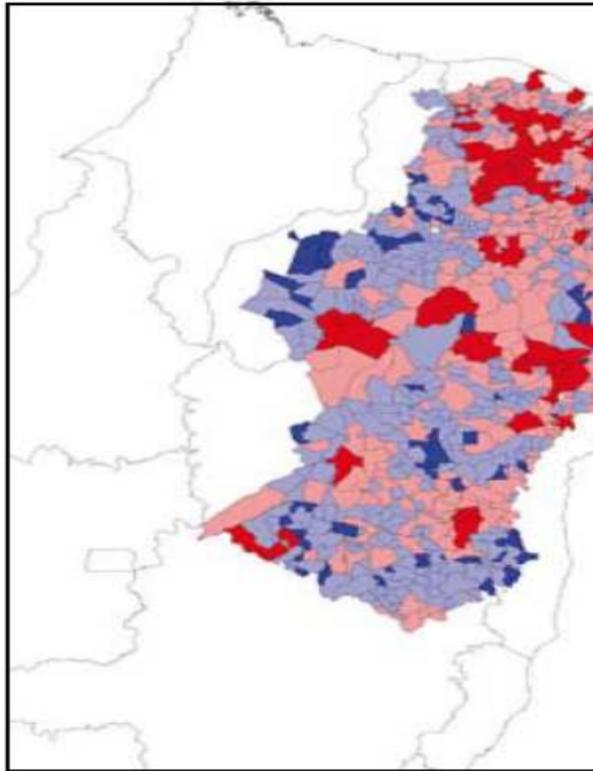
Segundo estimativa⁶² do MDS baseadas em dados do Censo de 2000, a demanda por Programas Sociais do Governo Federal existentes no Nordeste da região. A demanda levantada nos 11 estados é a seguinte distribuição por unidade da federação:

Tabela 6.1 – Estimativa da Demanda por Programas Sociais no Semi-árido por Unidade da Federação

UF	Demanda bruta por cidade	
	Famílias	Per capita
BA	345.190	2,2
CE	264.223	2,2
PE	180.799	1,8
PB	114.365	1,1
PI	85.789	0,8
MG	63.573	0,6
RN	62.710	0,6
AL	49.948	0,5
SE	20.004	0,2
TOTAL	1.186.601	1,1

Fonte: (Brasil, 2007b).

Figura 6.1 – Distribuição da Demanda por Programas Sociais no Semi-árido por Unidade da Federação



Fonte: (Brasil, 2007b).

Valendo-se das informações registradas no MDS, foram identificadas 1.271.666 famílias identificadas como públicas e 1.271.666 famílias rurais identificadas como públicas. Estas famílias correspondem a uma população de 5.088.240 pessoas, ou seja, 4,20 pessoas por domicílio.

A renda familiar mensal *per capita* média das famílias situam-se abaixo do limite de renda estabelecido na classificação adotada pelo MDS correspondente a R\$ 100,00.

Com relação à composição das famílias, 3,4% das famílias possuem crianças com até 15 anos de idade, 3,4% há presença de idosos e em 3,4% das famílias há presença de pessoas com deficiência.

Com relação à condição do responsável pelas famílias, 271.666 famílias (22,9%) com responsável solteiro, 271.666 famílias (22,9%) com responsável casado, 271.666 famílias (22,9%) com responsável viúvo e 271.666 famílias (22,9%) com responsável separado.

Fonte: (Brasil, 2007b).

Analisando o número total de domicílios, percebe-se que as famílias monoparentais femininas compõem tal classificação. Isso pode ser devido à construção dos critérios para a classificação, que gera uma certa confusão entre a classificação “monoparental feminina”. Como afirma o estudo, a análise de poder. Uma análise dessa ‘confusão’ deve ser mais explorada, no entanto, para investigar as possibilidades de organização familiar, especialmente a presença de homens e mulheres com renda baixa.

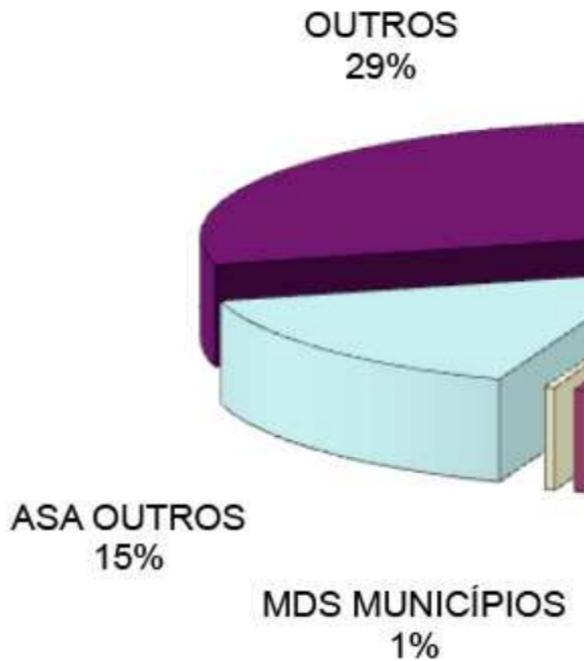
De acordo com a análise “Programa Um Milhão de Cobertura e Focalização”, as maiores concentrações de famílias monoparentais femininas estão na Bahia, Ceará, Pernambuco e Paraíba. O Ceará e do Ceará correspondem a 52% das famílias monoparentais femininas com renda baixa (Brasil, 2007b).

6.1.2 O Programa Um Milhão de Cobertura e Focalização Federal

A partir de 2003 o P1MC ganhou

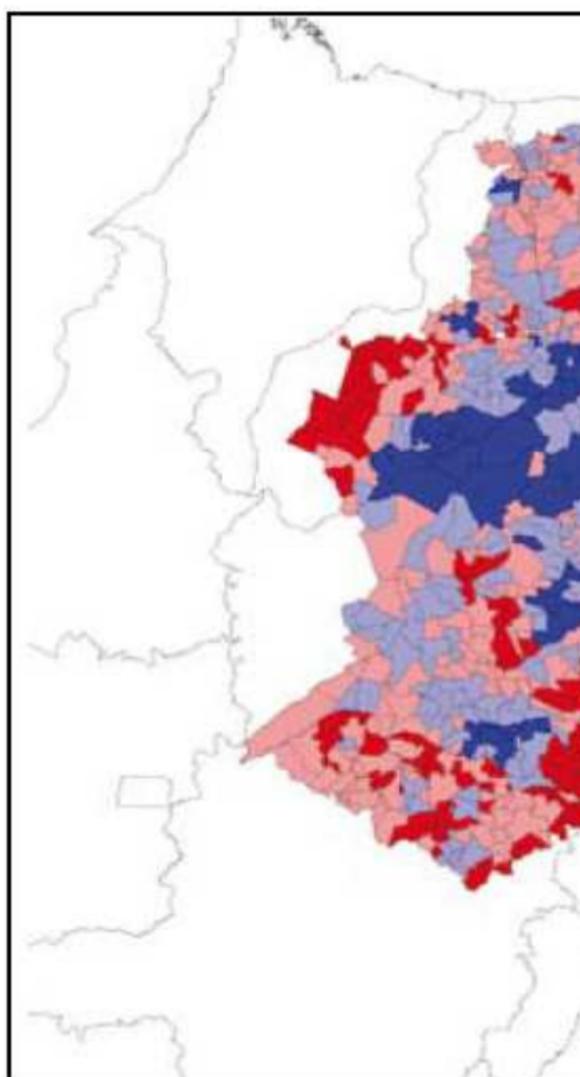
“Em dezembro de 2006 os
um total de 270.100 fam
construídas por diversa
150.418 (56% do total) fo
MDS, sendo 134.822 pel
14.572 por convênios com
governos municipais” (Br

Gráfico 6.1 – Distribuição de famílias com o
com o



Fonte: Brasil, 2007b.

Figura 6.2 – Cisternas



Fonte: (Brasil, 2007b).

No que se refere a esta pesquisa, por estados revela que Pernambuco tem o maior número de locais com cisternas, respectivamente, com 19% dos entrevistados com cisternas, e respondem por 34% dos entrevistados. Já em Jupi tem um total de 9

se pelo conjunto de critérios citados, as famílias chefiadas por mulheres e pela cisterna.

6.2 Da Construção à Conquista: O Cotidiano e Espaços Sexualizados

O estudo das atividades cotidianas em espaços públicos e privados formou reflexões a respeito da construção social. Tais reflexões ao serem deslocadas do rural, a partir de suas especificidades, apontam para o acesso das mulheres aos recursos materiais e simbólicos.

Retomando o trabalho de Henri Lefebvre apresentado no Capítulo 4 com intuito de refletir sobre a formação da sociedade sertaneja, o autor define *espaço social* como o espaço de reprodução e, ao mesmo tempo, como o espaço de luta. Assim, entende-se que dada a centralidade da água na cisterna como um espaço do cotidiano, ela se torna um espaço social.

Desta forma, a cisterna não pode

realização do trabalho de campo em
da água da cisterna.

6.2.1 A Construção da Cisterna um Instrumento de Trans

A cisterna é construída por pedreiros
formados e capacitados pelo P1MC
serviços gerais de escavação, aquisição
trabalhadores e trabalhadoras são re
trabalhos de construção caracteriza-s

Há que se destacar aqui a presença
despeito da capacitação para co
exclusivamente para os homens. Ess
foi o resultado da demanda de m
formação para *pedreiras*.

Desde 2006 cursos específicos
demonstram a entrada das mulhere
renda das famílias e também da
duração é de uma semana, preter
políticas públicas de geração de trab
construída, a *pedreira*/pedreiro receb

desigualdades de gênero e de reorganizar o número de cisternas construídas por gênero comparado ao número total de cisternas.

A capacitação das mulheres para a construção de cisternas é considerada inovadora na região, uma vez que se trata de um universo masculino o que implica o chamado para o curso, além de gerar questionamentos sobre a capacidade dessas mulheres.

Foto 6.2 – Pedreira Construída

São Benedito



*homem. Então, os homens deviam
pesado! Esse serviço aqui eu adoro.*

Segundo algumas entrevistas, m
inicial e fazem o curso de capacita
principal obstáculo é romper a ba
feminino, sem falar na resistênci
sociedade como um todo. Estudos
existência de lógicas específicas na
espaços sociais. É nesse sentido
construção de cisternas constitui-se
das mulheres passa por um misto de
perceber nos trechos que seguem:

*“Todo canto que eu chego
e dizem: ‘nunca vi uma
olhem bem, porque aqui
admirado [...]. ‘Difícil é s
aqui na nossa comunidada
(terceirizado)” (Entrevista*

*“Construção sempre foi c
eles diziam que as cister
cair, não acreditavam na
24).*

Durante evento realizado para
revelaram que até hoje os homens

idéia é que a experiência acumulada desses e outros aspectos que engendram

A construção de cisternas é um elemento do cotidiano. *Espaço e território* são conceitos, mas trata-se de categorias diferentes para análise. Enquanto a noção de espaço do privado, a noção de território tem uso dela a partir de diferentes dimensões

Jacqueline Coutras (2008:227), no livro “Sexués”, chama atenção para a distância definindo este como a “distância a ser percorrida, particularmente útil para esta análise, para o poder na demarcação de territórios sociais, como o lugar no qual alguém sente-se confortável e mulheres sentem-se de formas diferentes social’ desses lugares de maneiras tais

É nesse sentido que é possível afirmar a importância de cisternas para o P1MC. Essa forma gerado outras oportunidades, como a realização de outras atividades da construção cívica da comunidade, reforma de suas casas e a criação de espaços particulares para outras famílias do

Quadro 6.3 – Retratos de

São Bern

“A cister Para m

Dona Maria trabalhava
curso para mulheres p
marido não querer.

sindicato e disse assim

Eu disse “vou”. Ai m

vou”, “só se for por

no chão que eu pass

dessa vez eu desacato

em seguida comecei

que a coisa era boa e

foi atrás, ai já começ

por preconceito, aque

tem que tirar aos pou

Até hoje eu já constr

comunidades, das qu

Edilene vai para o tra

de R\$ 170,00 por ca

ela está juntando dinh

chegar ao trabalho ma

com quatro anos, só

fazer o curso no segun

mim foi uma reno

procurando e não tir

serviço que eu faço e

sei mais lavar roupa,

meia de bicicleta, de

para chegar aqui de C

trabalho aqui o dia in

casa meu filho já tem

para mim, ajeita meu

ele vai levar... e eu v

dinâmico; produzido pelos diferentes
com a natureza; b) as relações sociais
que homens e mulheres transformam
produção, consumo e reprodução
espaço; d) o espaço deve ser estudado
formas, funções e estruturas e e) não se trata
para formas preexistentes, pois o espaço muda
diferentes tempos.

Essa reconfiguração do espaço de
também desempenhada por mulheres
atividade como restrita ao domínio
mulheres por meio do surgimento de
dinâmica trazida pelo desenvolvimento
são capacitadas para a construção
tornam instrutoras desses cursos de
também no reconhecimento de que a
social e como tal pode assumir nova
objeto da construção de novas práticas

6.3 A Conquista da Cisterna com

6.3.1 Entre Classificações e Crit

A conquista da cisterna pela família é feita após o recebimento pelo responsável que tem a tarefa de aprender a cuidar da cisterna e gerenciar a manutenção e estiagem.

É interessante observar que sempre que o responsável pela família assina o termo de responsabilidade recebe o Curso de Gerenciamento da Cisterna e da Qualidade da Água na implementação do programa. Este curso é realizado em municípios “*na prática a teoria é diferente*”.

Como é possível verificar mediante os dados coletados, as reuniões são realizadas, apesar da grande maioria serem realizadas por mulheres e serem elas as responsáveis pela manutenção e qualidade da água, na maioria dos municípios (pais ou irmãos) que fizeram o curso. É importante ressaltar que esse resultado é coerente com o planejamento dos gestores do programa.

Quadro 6.4 –Cruzamento entr

31 – LCS	
32 – MSS	
33 – MDD ⁶³	
34 – MAM	
35 – MSN	
36 – MESN	
37 – MDNF	
38 – CAF	
39 – ASB	
40 – MDIS	
41 – GR	
42 – AMN	
43 – MVRS	
44 – MJMB	
45 – GG	
46 – SFO	
47 – MBS	
48 – SAL	
49 – MDS	
50 – LS	
Total	2

Fonte: Trabalho de Campo

Seria um erro, fruto de uma ar
 essencialização do papel da mulher e
 debate este exaustivamente tratado
 números certamente evidenciam as
 privados, bem como a dificuldade
 reterritorializem esses espaços sexua

como chefes de família são seus m
espaços que seriam seus por ex
'contradição' indica uma possível ut
beneficiamento dessas famílias e cha
normas e também para os limites
recomendações internacionais sem
poder existentes nas comunidades às

Ainda assim, tais desenhos e c
deslocamentos ao realinharem as fro
Desafiando as expectativas normat
progresso, atuam como “remédic
transformativo” deve ser levado em
ser um desenvolvimento sustentável

6.3.2 A Cisterna como Fronteira

Segundo os membros das famíl
suficiente para se ter água em casa, p
enchê-la. Essa informação é confir
Cisternas para Armazenamento de Á

“As cisternas não podem
definitivas e integrais de
famílias beneficiadas com
tomar banho, para lavar a
Esse caráter de solução pa

da Comunidade de Cachoeira
(RN), já teria ocorrido em

Todavia, para além de dinâmicas
conquista da cisterna provoca uma
famílias, trata-se de infra-estrutur
diário, pois mesmo nos períodos n
auxílio de caminhões-pipas como
Maria da Luz:

Quadro 6.5 – Retratos da

São Bern



“Depois da cisterna

Maria da Luz é agric
2 meninos e uma me

Eu acho que fez uns

*Antes da cisterna e
baixo, gastava uns 2
cisterna mudou m
gastar é aqui perto
gente carregava um
pra ir e outra pra
tudo mais fáciill. O*

*milho, feijão e favas
gente lucrou foi só
muito derrubada. A
o milho é pra os bic*

O resultado das entrevistas realizadas com as informações levantadas por aspectos qualitativos do impacto cotidiano são visíveis: mais saúde tempo (53,10%). O Gráfico 6.2 apresenta as famílias entrevistadas pelo TCU

“Foram observadas da população atendida de saúde. Também decorrentes da maior execução de outras condições econômicas respostas permite concluir não foram significativas a disponibilidade de atividades produtivas das famílias de (2007c:30).

Gráfico 6.2 – Benefícios Percebidos

Benefícios

No que tange ao conjunto analisado a partir de duas dimensões do cotidiano dessas mulheres. Nesse sistema ao redor da casa possibilita ter seu próprio tempo uma vez que esta. Um outro fator é a melhoria da condição das crianças, em função do acesso à

Ainda no que se refere ao impacto nas famílias contempladas a questão do acesso à casa, mulheres e crianças podem frequentar e podem acompanhar mais de perto os

Uma segunda dimensão que deve ser considerada do programa são as transformações que privilegiam famílias dirigidas por mulheres, a importância do trabalho e do saber, retirando-as da invisibilidade social.

Cabe aqui ressaltar dois aspectos que extrapolam as duas dimensões mencionadas: o diálogo entre elas. Um deles é a possibilidade de as mulheres terem uma pequena criação ou frutas. Essas atividades além de

assim contemplado como um duplo direito. Os direitos à alimentação são parte dos direitos humanos, apesar do seu caráter androcêntrico, já que não são contemplados no texto original do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, o primeiro tratado internacional de direitos humanos assinado pelo Brasil. De acordo com relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a água potável é considerada patrimônio público e o acesso a ela é um direito à alimentação. Soma-se a isso o fato de que, segundo a ONU, realizada em 2000, é reduzida a disponibilidade de água potável em áreas de insegurança alimentar e nutricional e pobreza.

Sendo assim, no sentido amplo, a água potável é considerada como inclusão social na medida que o acesso a ela e outros direitos são também garantidos às mulheres, cidadania, uma vez que a conquista da água potável permite trazer essas pessoas para o espaço público, principalmente as mulheres, que não são reconhecidas formalmente perante o Estado. No entanto, é importante em vista que as mulheres são convocadas a participar da produção (Fraser, 2001; Santos, 2002).

No que tange às alterações na divisão de trabalho, o programa é muito curto para abordar as mudanças nas relações sociais de sexo, as mulheres são também responsáveis pelo cuidado com a casa e as despesas gastas para buscar água foram substanciais.

se em uma lógica que articula a esfera
o espaço doméstico. O programa tenta
que a perspectiva de gênero apesar
atividades domésticas do cotidiano
minimiza seu caráter emancipatório

Todavia, mudanças mais profundas
patriarcal estão em andamento, mas
Afinal, é no espaço doméstico que
gênero. É nesse sentido que se pode
fronteira, um espaço limiar, entre o
acesso aos recursos materiais e simbólicos
brasileiro.

Capítulo 7 – A Economia do Tempo

“Indivíduo”

Dentre as contribuições matemáticas da economia, a economia do tempo é a mais recente e seu consequente impacto na economia é profundo. Analisar as implicações da economia do tempo, em torno do ganho de tempo, é o objetivo principal deste capítulo. Assim como o tempo é um recurso escasso, a economia do tempo é um campo de estudo que se desdobra para as transações e para os principais objetivos desse capítulo.

7.1 Considerações acerca da economia do tempo

A expressão *economia do tempo* refere-se a um jogo de soma não zero, ao contrário do que se costuma pensar. De um lado, o tempo trazido pela construção de uma casa nas proximidades da casa; e de outro, a distribuição de tempo

não se realiza em condições de liberdade plena, mas em condições sociais culturalmente hierarquizadas, e portanto, sob as condições de venda desse trabalho.

Durán dialoga, ainda que implicitamente, com o livro *O Contrato Sexual* (1993) de Judith Butler, que aplica a teoria política ao mostrar como o contrato social de Hobbes, Pufendorf e Rousseau, contemporâneos como James Madison e John Locke, da história uma vez que a questão da escravidão e das mulheres e fundador do patriarcalismo.

Pateman examina o significado do contrato social ao se apresentar como assegurando a justiça e a verdade funda as bases de dominação e subordinação. Essas relações de poder que fazem parte da vida cotidiana, como a prostituição e o mais recente contrato social.

Durán discute a existência de um pacto, mais estável e profundo, que os pactos momentâneos realizados entre indivíduos e grupos políticos para a gestão dos assuntos públicos de menor alcance. Esse pacto é baseado na reciprocidade entre os sexos e entre as gerações, pois

pode ser ilustrado pelas práticas de distribuição do tempo entre as atividades femininas e masculinas (Capra, 1985).

7.1.1 As Condicionais

A linguagem cotidiana é rica em formas que delineiam as variações do tempo. Quando pensamos o tempo entre presente, passado e futuro, complexos e intersticiais. “E os idiomas conseguem expressar os advérbios de tempo de forma rica em modular o tempo, e onde a metáfora ou a interjeição”⁶⁵ (De Saussure, 1978).

Além das formas elementares de ritmo (lento, acelerado, rápido) e horizontes de análise (curto, médio, longo), a descontinuidade, a regularidade e irregularidade dos registros da aparição do ser humano são construídos através da construção de períodos e referências temporais em termos de momentos que ajudam a entender o que já não está mais ao alcance da memória.

A relação de cada pessoa com o tempo é

cotidiano e a memória da população, que a racionalização dos fenômenos e estruturas hídricas descentralizadas articula as relações espaço-tempo *antes e depois*, cabendo observar como se imbricam de modo seminal (Lefebvre, 1991).

7.1.2 Antes da Cisterna e D como um Marcador d

A partir das entrevistas realizadas com as mulheres das casas beneficiadas, percebe-se um vínculo simbólico entre o *passado* e o *presente*, pela existência material da cisterna.

A negociação da construção da casa, como da duração dos acontecimentos, hegemonicamente aceitos ou às vezes contestados, denominar de tempo é marcado e registrado na memória. É nessas experiências utilizadas para caracterizar o tempo, traços de continuidade do alívio das condições nas proximidades de casa, mas também a descontinuidade dessa nova situação.

Quadro 7.1 – A

Informante	Profissão
24 – EBL	Pedreira
25 – AQ	Agente de Saúde
26 – EFS	Agricultora
27 – CS	Dona de Casa
28 – MBO	Dona de Casa

31 – LCS	Dona de Casa
32 – MSS	Dona de Casa
33 – MDD	Dona de Casa
34 – MAM	Dona de Casa
35 – MSN	Dona de Casa
36 – MESN	Dona de Casa
37 – MDNF	Dona de Casa

44 – MJMB	Dona de Casa
46 – SFO	Dona de Casa
48 – SAL	Agricultora
50 – LS	Dona de Casa

Fonte: Trabalho de Campo realizado em

Verifica-se, também, que a ci
por meio do armazenamento
temporal do trabalho agrícola,
cálculo e à racionalização”, ela

Quadro 7.2 – Retratos da

Mas



**“A cisterna
no**

Maria do Amparo é

*Deus levou meu marido
cisterna ele era vizinho
buscava água era eu
pra encher, quando
Melhorou muito com
não ter chateação
caminhão era R\$8
enche a cisterna, que
A cisterna tá no nome
tá no meu. Nós pagamos
vez em quando eu
Porque sozinha eu
aposentada, senão
chão. [...] Eu moro
desde que eu me*

Quadro 7.3 – Retratos da



“Essa aqui é

*com água meio barata
ia estender os panos*

7.2 Do Tempo Ganho: A Temporalidades

Conforme ressaltado no capítulo anterior, as mulheres entrevistadas dentre os benefícios percebidos a melhoria da saúde; a possibilidade de trabalhar ou ainda uma pequena criação, a questão da educação e do tempo livre para caminhadas diárias.

O resultado das entrevistas realizadas coincide com as informações levantadas no estudo de Cisternas para Armazenamento de Água, sob aspectos qualitativos do impacto social. A avaliação do TCU indica que 50% das entrevistadas percebem o tempo como um dos benefícios percebidos durante o trabalho. Elas reconhecem, implícita ou explicitamente, a importância das proximidades de casa.

Tendo em vista que a amostra considerada para tal estudo é considerada representativa de ambas as par-

entrevistas com famílias beneficiárias e representantes das entidades envolvidas na operacionalização do programa. Os depoimentos que aparecem na divulgação da pesquisa são de uma família que respondeu ao questionário e deu uma visão profunda sobre os diferentes papéis dos membros.

Já a presente pesquisa teve como objetivo a incorporação da perspectiva dos usuários na formulação e implementação do programa. Os informantes foi classificado se em grupos: *externos* ao programa (Grupo 1) e *internos* ao programa: as *mulheres*, principais responsáveis (Grupo 4).

Levando em consideração todas as informações em vista que de acordo com o depoimento dos participantes os grupos são as mulheres as principais responsáveis. A variável gênero se impõe como uma das principais no impacto da cisterna nas famílias beneficiárias. Os depoimentos aparecem identificados de acordo com o grupo e é possível perceber as especificidades de cada grupo. A utilização de roteiros de entrevista com as mulheres que foram entrevistadas.

frente à gestão doméstica da água.

É nesse sentido que ganha força a hipótese de que as narrativas que têm o tempo como eixo, entre antes e depois, mas também como eixo de análise, na *economia do tempo* há que se faz-se necessário analisar com cuidado os impactos elencados. Trata-se, portanto, de benefícios relacionam-se entre si e com as mulheres.

Todos os benefícios elencados no âmbito do « tempo » estão direta ou indiretamente relacionados com a água. No entanto, a análise das relações permite distingui-los em dois tipos: *benefícios diretos* são aqueles que são obtidos diretamente pela presença da água, enquanto *benefícios indiretos* são aqueles que se relacionam com o dinheiro, educação e saúde.

Como é possível perceber, em alguns casos, como *benefício direto* e como *benefício indireto* « Saúde » e « dinheiro », emergem, portanto, ora surgem como *benefícios diretos* e ora como *benefícios mediados pelo tempo*.

deve-se ao fato de que a ausência de uma adequada ingestão de água não apropriada pode ter como consequência diversos problemas de saúde, como as micoses na pele, desidratação, e

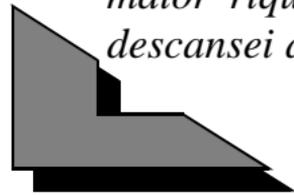
De acordo com a cartilha armazenada tem que ser tratada água sanitária. Além disso, a água de outras procedências, como a barreiros e a família deve re completamente limpa e efetuar a

Por outro lado, ainda relação saúde das mulheres, todavia, importante pontuar que, apesar benefícios trazidos pela cisterna advindo da diminuição das relação entre gênero, corpo e água das mulheres carregando latas captada pelos mais variados arti

Quadro 7.4 – Retrato



água, problema de
disse que foi o sofrimento
teve uma seca que v
gente sofreu...aí eu c
lá no olho d'água
não era água não e
Senhora! Nós bebe
tomando lama". Of
minha barriga...um
tumor tinha um bic
cassotinhos, a ger
ferver, mas na maio
o tumorzão...minha
dois meninos dentr
maior riqueza, tá c
descansei a cabecin



Caminhando esguias e retilí
cabeça, as mulheres realizam u
É durante esse momento que e
onde podem conversar os assu
espaço do encontro do femin
socialização de problemas, sonh
ocultar o sofrimento e a viol
serviço desde crianças, as mul
ossos a dureza de um trabalho

Maria de Fátima é
tem 2 filhos

*Outro objetivo tam
agricultor ele tem m
unicamente para o s
for uma grande pr
muito com remédio
que as coisas antig
das plantas medic
não viviam nas far
curavam em casa, s
que eles iam para
nossas plantas
preocupação maior
medicinais e a gente
mulheres da comuni
com outros municí
plantas diferentes q
município de Lago
hortas medicinais,
gente continua faze
gente traz de fora
Outra coisa que a
questão das criaçõe
pessoas estavam
sobrevivendo de fran
ficando mais doent
mais barato, já ve
cozinhar. As pesso
galinhas, vendendo
frango e os ovos d
resgatar isso, a gen
e tá também com o*

A « saúde » emerge como o desdobramento do tempo ganho de atividades cujos resultados são a alimentação com a substituição sem agrotóxicos, bem como o privilegiam o conhecimento para funcionarem como alternativa de saúde.

É interessante observar como o acesso à água favorece correspondem à permanência ancestrais ou readaptadas a “reciprocidade a dinâmica de sociabilidade e efetuada sem ex (Sabourin, 1999:41).

No que se refere ao « dinheiro » emergir como fonte de renda de criação ou cultivo de produtos esta oportunidade não tenha sido *trocados*. O « dinheiro » aparece gerada pela substituição dos produtos ou ainda na economia gerada por Ainda no que se refere ao « di

Quadro 7.6 – Retratos



“Tinha dia qu

Maria da Paz é dona

*Aí eu botava as ma
passavam de 6 hora
“vá minhas filhas...
da escola... Essa a
paciência, eu ficava
as latinhas, um tamb*

Aqui eu já ia poupar

Após analisar o feixe de benefícios percebidos pelas mulheres, aparece simultaneamente como desdobramentos sendo reconhecidos maiores benefícios trazidos pela domesticação do fluxo da água, maior impacto a transformação diretamente associada ao cotidiano e divisão sexual do trabalho em zonas

Ratificando tais resultados, a disponibilidade de tempo para as famílias e depoimentos dos grupos maior ‘autonomia das mulheres que, como já foi observado, são a atividade de buscar água, ambas *tempo* no dia das mulheres. Todas as horas ‘à disposição das mulheres mudança qualitativa do uso do tempo, conforme é possível observar à pergunta “*E o que você faz com o tempo de buscar água?*”, o *ganho de tempo com a domesticaa para as mulheres.*

24 – EBL	G2	2
25 – AQ	G3	1 (C
26 – EFS	G3	1 (C 0
27 – CS	G3	3
28 – MRO	G2	2
29 – HPS	G2	4-5
30 – IOS	G2	4-5
31 – LCS	G2	4
32 – MSS	G2	4
33 – MDD	G3	1 (

37 – MDNF	G2	2
38 – CAF	G2	2
39 – ASB	G1	2
40 – MDIS	G1	2
41 – GR	G2	2
42 – AMN	G3	1
43 – MVRS	G2	2
44 – MJMB	G2	2
45 – GG	G1	2
46 – SFO	G2	2

Antes de analisar o aproveitamento da cisterna, faz-se necessária uma contextualização. No que tange à questão do tempo de realização do trabalho de campo, o eixo de análise a divisão social do trabalho beneficiadas bem como o impacto do gênero. Todavia, durante a análise emergiu exigindo a inclusão de

Tal variável é de natureza geográfica de que mulheres de zonas áridas e semiáridas desenvolvem estratégias para abastecer seus lares com água. Diferentes grupos de mulheres, e suas necessidades, se lançam na tarefa. Do ponto de vista social, as noções de gênero são fundamentais.

Tal realidade demandou a organização das beneficiadas em grupos setoriais das mesmas. Considerando que os menos favorecidos contraem maiores dificuldades, as mulheres entrevistadas foi divididas em sete setórias das informantes: Grupo

as fontes de água secam exigindo
do exército ou ainda a compra d

É interessante observar que
Grupo 3, ou seja, as mais vel
estratégias utilizadas. Todas as
mão da compra de caminhões
entre a compra de água e
consequentemente da capacidade
buscarem água. Enquanto as
abastecer a casa alternando en
marido, as *viúvas* e as *sozin*
caminhões-pipa para abastecer
que vão articular a *economia da*

Quadro 7.8 – Retratos da

São



‘Não gosto nem c
água... era naqu
pensando na ág

Maria das Graças é a

*poder pegar água. A
pra não entregar o
ele me emprestou o
cheguei lá eu pensei
os bichos e encho
beber”, quando eu
tambor. Eu peguei
entreguei o tambor
lá pra usina eu
Arrumei dois tambor
viviam carregando o
uma carona”, “tra
enchi o carro, dois
latas dos outros, la
eu enchi o carro e f
tava com uma fome
correndo atrás de
água... quando eu
volta o eixo do carro
pro outro lado... co
carro pra trazer m
tarde... o dia inteiro.*



Vale lembrar que o tempo pa
específica de buscar água e en
desde a organização dos utens
incluir a solicitação de emprés
passa pelo enchimento dos me
termina de volta à casa com o a

outros tipos de tarefas, no entanto, são realizadas basicamente pela mesma natureza de trabalho.

Ao eleger as relações de gênero, busca-se revelar as dinâmicas que engendram a hierarquização sexual do trabalho em zonas de trabalho, a hierarquização das tarefas que se realizam, e consequentemente aos seus conteúdos.

Conforme observado pela autora em seu livro *El Mito de la Vida Privada*, a imposição do primeiro mandato na construção da identidade entre *aprender a ser mulher* e a construção da indissociabilidade entre o pertencimento ao espaço do gênero feminino, resulta na exclusão das mulheres de pertencer ao espaço público.

Essa discussão pode ajudar a compreender a situação encontrada na implementação da política de gênero. Conforme abordado no Capítulo 4, a implementação da reconfiguração do trabalho doméstico deve, de um lado, privilegiar famílias com recursos, e de outro, pela cisterna; e de outro, exigir a capacitação e nas reuniões da comissão de gênero.

No que se refere à participação...

desenvolvimento individual, tem

Essa ampla valorização da p
acerca desta em projetos financ
confirmada pelo reconhecimento
processo de desenvolvimento
amadurecimento e articulação d
as políticas públicas no País.
processo capaz de gerar uma d
desenvolvimento local (Leroy, 1

Todavia, essa articulação o
trabalho doméstico e o aumento
espaços da esfera pública local
pesquisada. De acordo com a
fundamental para a escolha do
recorte da problemática, era
mulheres da comunidade nas r
nos respectivos municípios. S
principal segmento nas reuniões

Uma das possíveis razões pa
nesses espaços decisórios relaci
à própria natureza do bem em d
o cotidiano dessas mulheres. O

grupos de informantes e mesmo se refere à natureza da participação

De acordo com todos os entrevistados (1), é possível identificar uma mulher catalizador da participação das mulheres com o P1MC uma relação mais divergentes com relação ao respeito taxativos ao afirmarem o aumento de gestoras que em alguns casos a Comissão de Gênero da ASA não frequentar as reuniões, situação que a participação das mesmas não adquire de homens, sendo muito tímida quantitativos como qualitativos.

No que se refere às comunidades algumas entrevistadas afirmam que Conforme mencionado anteriormente em locais hídricos encontra-se uma preferência a cisterna está no nome da mulher da cisterna e a qualidade da água transmitidas aos homens apesar de essas tarefas. Quando questionada

discutam e decidam coletivamente. O espaço do trabalho, encontra suas funções e funções públicas como um espaço masculino. Um conceito de identidade ligado ao trabalhador homem, jovem ou velho. Normas e representações, normas e pertencimentos políticos, ao não contar com recursos para legitimar sua presença, provocam a exclusão de espaços e funções”⁶⁹ sendo esta uma tentativa para confinar a mulher na domesticidade.

Considerando sociedades modernas, no caso da sociedade brasileira, e particularmente na divisão nacional das riquezas, a desigualdade um de seus princípios fundamentais assume um desenho que representa o capital cultural, capital tempo, capital simbólico, diversas em alguns grupos sociais. A desigualdade afetada pela organização/ não organização da não-acumulação desses mesmos recursos simbólicos e não simbólicos, por meio do poder nesses novos espaços, configura a configuração da participação em o processo de democratização da

natureza têm em comum a mobilidade e a reprodução do cotidiano e o espaço *privado* caracteriza-se pelo seu caráter de privacidade está associada a um direito ao reconhecimento e à recuperação de uma *existência própria*.

Como afirma Soledad Murillo (2007), o tempo doméstico não admite negociação, exige a presença física. Todavia, o uso do tempo pode ser considerado independente do seu estado civil. Assim, o tempo doméstico e o tempo profissional configuram-se em diferentes *esferas de reprodução* que se reproduzem na esfera pública. A desigualdade de gênero uma vez mais se evidencia no uso do tempo (Dúran, 2007; Murillo, 2007), sendo diretamente proporcional ao tempo de trabalho.

Tais considerações envolvem a necessidade de contabilizar o tempo doméstico. Todavia, são fundamentais para a compreensão e reprodução de estruturas centralizadas e a tendência para a cooperação e a solidariedade na formulação de políticas de desenvolvimento e empoderamento das mulheres e

Capítulo 8 – Repres Entre o Sagrado e o A Força

mas tu

*“A água tem tam
sonhos ont
vozes e*

Este capítulo tem o objetivo de
organização articuladora em cada
respectiva concepção sobre a incorp
natureza do impacto desta no cotid
são confrontadas as representações,
água. Busca-se também identific
representações, bem como sua m
organizações envolvidas.

8.1 Representação: a Palavra,

A palavra *representação* signifi
incluem desde definições mais con

um campo multidimensional que envolve o conhecimento e a relação indivíduo-

É nesse sentido que os aportes tornam-se a síntese das contribuições de Émile Durkheim e Denise Jodelet (1984), entre outros, que vêem a psicologia social como ferramenta teórico-metodológica psicológica por meio de um processo de formação do pensamento social baseado na ideia de que este favorece o desvendar e a elaboração social do real.

Durkheim em *As Regras do Método Sociológico* define a função da Psicologia Social seria a de investigar como se atraem e se excluem, se fundem e se estruturam e conformam as diversas sociedades. O aporte teórico da representação social é a análise dos indivíduos, considerando seus valores e suas verdadeiras raízes e origens.

Há que se ressaltar que as representações são axiologicamente neutras, mas determinadas pelas condições que as forjam. Desta forma, as lutas sociais têm tanta importância quanto as lutas individuais. Os mecanismos pelos quais um grupo influencia

conceitos, frases e explicações originais. Este é o curso das comunicações interpessoais estudado por Denise Jodelet (1984 e 2002), que é sempre orientada para a comunicação e o contexto material e ideológico ao qual se pertence.

Na condição de modalidades discursivas, os elementos cognitivos (imagens, conceitos, etc.) que reduzem a eles, são socialmente e historicamente para a construção de uma realidade comum nas discursivas entre os indivíduos. Os fenômenos sociais que têm de ser analisados na produção, isto é, a partir das funções sociais das formas de comunicação por meio das quais se realizam.

É nesse sentido que as representações são analisadas água durante as entrevistas realizadas com os sujeitos de compreensão dos seus respectivos contextos. A análise na análise das concepções sobre a realidade social da PIMC a partir das diferentes organizações.

Tendo em vista que as representações estudadas são aquelas em torno da água, o contexto material e simbólico de estudo é o contexto aqui o exercício proposto por Carlo

8.2 Diferentes Olhares sobre o

Conforme discutido no Capítulo 8, a abordagem da perspectiva de gênero no programa é baseada em uma categoria fixa e monolítica:

“Uma análise da articulação das ações com *ações geradoras de ações* pode e deve ser pensada à luz das realidades locais de gênero vem sendo incorporada ao programa. De uma forma geral, é possível observar que no programa constrói-se uma abordagem trabalhada em conjunto com as ações somam-se estratégias de organização política e predominância de ações desafiadoras para a compreensão do ineditismo da vida dessas mulheres” (CAMPESINHA, 2010, p. 10).

A construção dessa concepção, baseada em ações pensadas à luz das realidades locais, reconhece os poderes existentes dentro da ASA. Desde a sua criação, a ASA está organizada em Unidades Microrregionais (UGMs), estas unidades são ações.

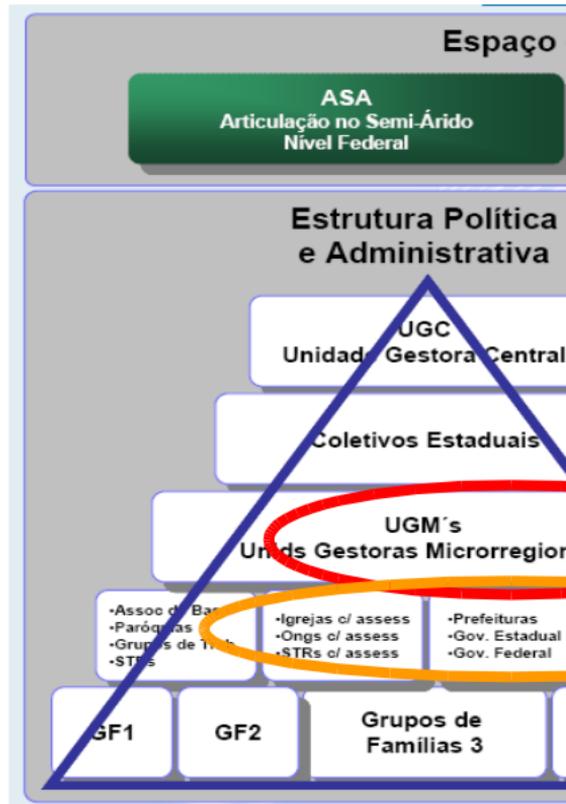
ASA Articulação no Semi-Árido	<ul style="list-style-type: none"> • Fórum de organização do desenvolvimento • Constitui o espaço
ASAS Estaduais Coletivos Estaduais	<ul style="list-style-type: none"> • Constitui o espaço
UGM's Unidades Gestoras Microrregionais	<ul style="list-style-type: none"> • Constitui o terceiro • Entidade de Natureza • É responsável p
CEM Comissão Executiva Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Tem como obje • São responsabi • eleger a Unidac • As decisões tom
UE's Unidades Executoras Locais	<ul style="list-style-type: none"> • O objetivo da U • A gestão dos re • Tarefas de aqui • É sua responsa
Comissões Comunitárias	<ul style="list-style-type: none"> • Tem como resp • Apoiar nas ativ • Recolher as ass
Famílias	<ul style="list-style-type: none"> • São os benefici • Atuam como pa

Fonte: <www.febraban.org.br/Arquivos> com adaptações.

Como é possível perceber nos C...
 programa as funções das UGMs e...
 deveriam ser desempenhadas por o...
 com formuladores e gestores ressa...
 acúmulo dessas funções pela mesma

Cada UGM está organizada...
 baseadas em redes socio-política...
 constituindo - umas mais ligada...
 paróquias e associações. Essas re

Quadro 8.2 – Or



www.febraban.org.br/Arquivo/Servico
adaptações.

Em cada um dos 11 estados, as microrregiões que se articulam por meio do caso da *água e sementes*. O reconhecimento de formas concretas com que cada espaço opera. Sendo assim, alguns foram mobilizados para a implementação. Nesse caso, as dioceses acabaram sendo desarticuladas e foram a partir de uma rede de sindicatos. (Entrevistas 14, 15 e 16).

16).

Essas considerações se fazem necessárias para compreender como as dinâmicas que fundamentam a implementação do PIMC pela organização se desenvolvem em uma das microrregiões que compõem o município, coordenada pela CÁRITAS e a SINDICATO DE TRABALHADORAS DE LAGOA SECA, localizadas nos municípios de Lagoa Seca e Lagoa de Itaunga, respectivamente.

Essas duas organizações representam diferentes perspectivas de discussão e construção de alternativas para a *Igreja Católica* e o *Sindicalismo* em Lagoa Seca e suas respectivas concepções sobre o desenvolvimento se entrelaçam, se distinguem e se aglutinam, gerando diferentes impactos na vida das mulheres. Este capítulo pode esclarecer alguns aspectos da realidade.

8.2.1 O Poder da Fé nas Mulheres e a Transformação

Não há como entender a maneira como as mulheres se organizam sem compreender algumas representações da cultura organiza a cultura nordestina. Tal e

De acordo com Darcy Ribeiro (2002), a cultura do sertão é uma cultura adaptada do Brasil, uma sociedade com valores próprios, uma cultura espiritual e moral extremamente adaptada às adversidades. Os núcleos através do deserto humano e as populações sertanejas conservaram

“O sertanejo arcaico caracteriza-se por uma singularidade que se manifesta em uma tendência ao misticismo, ao carrancismo de hábitos, por uma predisposição ao heroísmo, pelas qualidades morais que os pastores do mundo inteiro, pelo nobre e a fidelidade a suas causas, ensinaram muitas vezes a serem anômicas de conduta [...]. Essas expressões foram o canal de comunicação desencadeados ambos pelo sertanejo que suporta o povo sertanejo e suas singularidades do seu mundo”.

Há que se ressaltar que o caráter do latifúndio pastoril que tinha no sertão um incentivo ao banditismo, devendo ser considerado condicionantes sociais do Sertão. Assim, esses justiceiros da revolta sertaneja tinham honrabilidade e valor. “Por tudo isso, os sertanejos são homens pios e tementes a Deus e a

De acordo com Roberto Malver, as estratégias de evangelização estiveram presentes em correntes antagônicas, pois têm elementos comuns e divergências. Assim, si.

A primeira foi a dos missionários vindas do exterior, exemplo dos capangas do Sertão, eles – e também os vigários locais – baseados numa lógica baseada no medo e na ameaça que os fenômenos naturais imprimiram na consciência da dádiva dos céus.

Até hoje no imaginário popular brasileiro, Deus. “A Ele e aos santos é que se atribui a vontade por vontade de Deus” e normalmente relacionado aos pecados do povo. A seca, a chuva e o ‘seqüestro dos santos’ são fenômenos que não se compreendem” e se relacionar com a

“Essa compreensão está enraizada no inconsciente religioso do povo brasileiro. As pessoas precisam ser compreendidas. A cisterna não é tentar manipular a realidade educativa para a convivência. A experiência se tornou tão importante que os governamentais (ONGs) e as igrejas bíblicas na formação de uma cultura que facilite o diálogo com o

representações cuja estrutura objetiva a estrutura natural-sobrenatural do cosmo.

Quadro 8.3 – Retratos da Vida em São Bento

“Eu já sofri”
Maria das Dores é a mãe de 17 filhos. Ela tem 50 anos, teve 17 filhos.

A minha vida era muito difícil. Eu não tinha água. Criei meus filhos graças a Deus agora eu não cozinho mais. Eu não cozinho mais cozinhando. Graças a Deus eu não estou esperando agora quando Ele mandar eu vou muito bem satisfeita. Eu não estou coberta e eu só tiro a roupa a gente lava a roupa a gente guarda pra não

Hoje nós ainda estamos aqui por Jesus por causa da inocência das crianças

Tais processos representacionais são realizados em uma água tendo como referencial suas características próprias para beber e cozinhar.

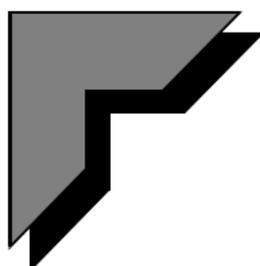
“descanso”.

Bourdieu acrescenta ainda que:

“Basta reformular a questão das ‘funções sociais’ que o ‘corpo social’ como um conjunto de *funções políticas* que a diferentes classes sociais social, em virtude de sua Se levarmos a sério, ao Durkheim da gênese social de percepção, de apreciação de classes, somos necessariamente de que existe uma correspondência sociais (em termos mais precisas as estruturas mentais, como por intermédio da estrutura religião, arte, etc.” (Bourdieu)

Quadro 8.4 – Retratos

São Bento



“É uma r
meio de

Seu José é agricultor,

*tem cuidado não fica
tambor... Quando pre*

*É uma riqueza grande
inspirando todos... E
De primeiro não exist
séria porque o polít
voto pra ele...*

*Bode, o ex-prefeito,
dias depois da vota
ninguém fez mais qu
Bento do Una...*



A segunda linhagem de evang
cearense chamado Ibiapina, que pre
ser menos conhecido, é o iniciador
Semi-Árido que teve continuidade
Padre Cícero.

Ibiapina era um homem público
abandonou a carreira com cinquenta
Afastou-se das congregações reli

praticamente ignorado
missionário foi cassado, j
romanização da Igreja Cat
XIX. Houve uma perda
Sua evangelização encarn
bem-estar do povo, princ
chuva, teria permitido uma
religioso” (Malvezzi, 2007)

Tendo como principal objetivo
condições precárias de vida, devido
hospitais, orfanatos, açudes e cemité
se por toda região do Semi-Árido
províncias da Paraíba, Ceará, Alago
entre os anos de 1856 a 1876.

Para este trabalho é particular
Ibiapina das Casas de Caridade. Ess
educar, sustentar e casar as órfãs c
amparar e ocupar mulheres conside
Casas, sob as vistas de “irmãs sup
acolhidas tinham sua formação l
(Hoonart, 2006; Veras, 2008).

Conta a história que foi Ibiapina
Vicente Maciel com outra família
(CE). “A partir dali, Antônio, que

José Marrocos, mais tarde sua principal influência. Em princípio, os fiéis que vinham a Juazeiro não se aglomerar. Quando perseguidos não voltavam, chamou José de Alforriado, e lhe deu a incumbência de ir ao campo onde as pessoas se reuniam assim que José Lourenço Caldeirão, no Crato (CE), em 1936. Ali, mais de 5 mil pessoas viviam do trabalho, num sistema que, como referências as primeiras, como foi feito em Canudos (Ribeiro, 2007:24).

Celebrizada pelo clássico *Os Canudos*, representa até hoje uma das páginas mais sombrias da história do Brasil. O abate de Canudos havia dado origem a mais de mil mortes. A intervenção das tropas estaduais que foram derrotadas pelo Exército. Engendrada em um contexto de alta combatividade “resultaria, fatalmente, na sua erradicação” (Ribeiro, 2005:35).

A vitória em 1897 contra o regime monarquista contra o regime republicano, a expulsão das populações sertanejas e consagrou a possibilidade de se criar uma nova ordem.

Os tempos mudaram, assim como a atuação da Igreja na região assumiu novas formas e caminhos, mas todas elas, mas é impossível negar o compromisso das ações voltadas às populações excluídas da sociedade.

A Igreja Católica também não deixou de discutir suas cisões, correntes e formas de trabalho. Todavia, discutir aspectos da Libertação e seus desdobramentos nas Pastoriais faz-se necessário uma vez que os trabalhos ligados a nova forma de atuação da Igreja no Nordeste.

A seca de 1958 representa um ponto de virada nos “movimentos sociais que estavam em processo de impulso” provocando uma reconfiguração dentro desse novo contexto e impulsionando que a Igreja reestruturava seus projetos nos espaços que se abriam denunciando as ações desconexas dos governos nacionais (SANTANA, 2006). O trecho do livro *Sete Palmos no Nordeste, área explosiva* de Josué de Castro descreve o contexto social existente:

Chardin, De Lubac, dentre outros, e
lutas políticas de cunho socialistas.
alicerce do que viria a ser a “Teolog

“A Igreja católica, buscando
político e, não querendo
bases, convocou, entre 196
sob o papado de João XX
para discussões e orienta
religiosos, não só católi
teologia vinculada às luta
Henrique Vaz e Almerly E
ligados a uma ação popu
contexto, a politização à es
e a abertura da Igreja C
resultado do Concílio cita
que resultará no engajame
com políticas de esquerda’

Em 1964, ano do golpe militar r
realizado em Petrópolis (RJ), Gusta
teologia vinculada à prática social.
Gutiérrez lança em uma série de con
Libertação e define a pastoral en
inseparáveis: a realidade em que de
1986).

“Para ele, estas exigências
assim, tornava-se necessár

Leonardo Boff publica Jesus e o Reino de Deus, além de Leonardo Boff, Batista Libânio e Carlos M. C. de Menezes Neto (Menezes Neto, 2008:4).

Em 1973, Gutiérrez apresenta um curso de introdução do marxismo para Teologia da Libertação, criticando a propriedade privada. Michael Lowy, em *Teologia da Libertação* (1991) chama atenção para a influência de assessores leigos que comprometidos com o marxismo trabalham para a Igreja ajudando a difundir o marxismo formando, assim, um corpo de intelectuais comprometidos pela divulgação das produções da economia marxista (Menezes Neto, 2008:4).

“Entre agosto e setembro de 1979, em Bogotá, Colômbia, foi realizada a Conferência Episcopal Latino-Americana convocada pelo Papa Paulo VI. Os documentos produzidos em perspectiva para a igreja latino-americana abordam questões sociais e políticas na América Latina. Os documentos, denunciando a dependência econômica e a necessidade de lutar contra a injustiça social. Defendem o diálogo com o mundo e denunciam os estados dependentes. O documento de Justiça foi sistematizado por Leonardo Boff, Gutiérrez e José Grimilla. O documento denuncia a política reinante no Continente Latino-Americano como opressora que expropria a riqueza e promove uma atitude anticristã” (*Idem*).

A Conferência de Medellín resu
Católica com outras igrejas e
comunitárias, o que foi fundamenta
organizavam-se em grupos que artifi
do sagrado (Iokoi, 1996).

Em 1972, foi realizado em Sar
Cristãos para o Socialismo, no qual
para os cristãos participassem
contribuíam para que alguns intelect
aproximassem do socialismo, reela
aceita na perspectiva cristã”. Apesar
cresce entre o clero de esquerda e o
entre os ideais cristãos e marxistas (

No final da década de 1970, o
viver um outro contexto socio-políti
industrialização estava se consolic
sociais, bem como seus impactos, n
de organização social. As crises d
capitalismo central e são crescent
estatal. Conjunto de fatores que
governos militares na América Latin

“Neste contexto, aconteceu
Buenos Aires, México, Esta

Como observado no Capítulo 2, feminista e de mulheres, a década pujante de redemocratização e o in brasileira até então excluídos. Não Igreja Católica vinculados, particular um grande contribuição nesse s organizações como a Cáritas gestada pela implementação do P1MC e compreender como a *questão de gêneros*.

8.2.1.1 A Cáritas e o Cristianismo

A Cáritas Brasileira faz parte de “uma instância oficial da Igreja para na Alemanha em 1897, a instituição São Paulo "Caritas Christus urget n de Cristo nos impulsiona”. A Rede presentes em 200 países e territ individualmente a missão da Cárit melhor, especialmente para os [pobres](#) acordo com os imperativos da solid mais graves de pobreza, exclusão

promoção de direitos; incidência
construção de um projeto
sustentável; fortalecimento da Rede

Sua ação social está estruturada
todo o Brasil que atuam mediante
Gerais, Nordeste II (AL, PB, PE, F
PA), Piauí, Rio Grande do Sul, San
processo de formação de Regional
Janeiro.

Como é possível perceber pe
estados da Federação onde a Car
localizam-se no Semi-Árido, o qu
populações mais vulneráveis.

No que tange à questão da ág
matrizes parecem ter encontrado na
que articula reflexão política p
desenvolvimento com a dimensão
cunho religioso que atualmente
ASA/P1MC, cabendo também de
evangélica.

Tais organizações estiveram pro
criação da ASA e formulação do P

como a *‘ética protestante’* e a *‘ética católica’* no gênero na implementação do P. As diferentes concepções e estratégias impactaram diretamente as comunidades beneficiadas.

No que tange às ações da Cáritade, no início da década de 1990 sindicalistas e líderes locais, como Lurdes no norte da Bahia decidiram buscar o apoio da OXFAM após conhecerem a experiência em Pernambuco com as cisternas de

Com o aumento do escopo do projeto, as necessidades tornaram-se mais evidentes. “Paróquias ao redor de Juazeiro decidiu transformar aquele Sindicato de Trabalhadores Rurais, e

um projeto diocesano”. O que resultou em um projeto diocesano: até 2004, nenhuma cisterna foi distribuído em nível nacional, pelo Conselho Nacional da Igreja Católica, provocou uma resposta surpreendente: arrecadaram-se mais de R\$ 600 milhões em doações, mais amplo, com várias igrejas, dioceses e organizações, culminou na criação da ASA e do P.

da questão da água pela Igreja Católica. O CNBB faz uma série de recomendações Hidricas por meio de sugestões de normas que convoca a população brasileira a cumprir o abaixo assinado.

As propostas dizem respeito sobretudo às leis que privilegiam a dimensão econômica e baseiam-se na reivindicação de uma gestão dos usos múltiplos, mas que também reconhece *múltiplos valores, dimensões e significados*.

De acordo com uma coleção de documentos de 2004 a hermenêutica bíblica recomenda a *construção de novas relações*. O documento desenvolve de que natureza são e como devem ser construídas. Todavia, a recomendação de gênero parece ir ao encontro dessa proposta abaixo:

“Muito se fala e legisla principalmente nos seus aspectos econômicos. Nada se fala – muito menos se reconhece – sobre valores (biológico, social, paisagístico, etc) sobre a água (dimensão de gênero, significados, poder, etc), sua importância para a alimentação e no âmbito dos

fotos, em filmes e em programas de televisão, também questão de gênero e relações entre homens e mulheres no Brasil e no planeta” (CNBB, 2004a:9)

Tal maneira de inserção, em função do reconhecimento ainda existente de uma necessidade de uma análise mais formal da concepção de gênero e consequentemente pela Cáritas. Tal iniciativa de gênero tanto em seus marcos teóricos quanto em sua política, promove um deslocamento da Igreja social da Igreja.

Um exemplo disso é o seminário "Mulheres do Semi-Árido", realizado em setembro de 2004 em Ceará. O evento teve como objetivo discutir as relações igualitárias de gênero no campo e estruturou-se a partir de quatro eixos: "Convivência de mulheres e homens no campo"; "mulheres"; "Práticas de combate às desigualdades no trabalho a construção de relações igualitárias no campo com a participação do Esplar Centro de Estudos e Pesquisas Ibiapabano de Mulheres (MIM) e Movimento Sem Terra (MST).

da atuação da Igreja, as ações dos Trabalhadores Rurais (STR) se entretecem na região.

Mas os tempos mudaram e as tentativas tomam novas formas. A dispersão espacial e as condições que dificultam a organização dificultam o despertar da consciência sertaneja e o surgimento do inconformismo que vai de encontro à realidade da população “não chega a explicar a vida, mas está em choque e, raramente, põe em dúvida as explicações que explicam pela sorte e pela ajuda dos santos e pobres” (Ribeiro, 2000:363).

Apesar dos empecilhos à organização, surge uma nova forma de expressão das tensões e da resistência na nova polarização de forças, surgindo novas formas de organização de cunho coletivo.

“Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais tornaram-se a principal forma de organização coletiva dos agricultores familiares do interior. O movimento sindical dos trabalhadores rurais surgiu com a criação do primeiro sindicato em 1938 (Pascoalotto-Hachbart, 1988). Desde então, o campo, apenas se expandiu e tornou-se mais intensificando-se a partir de 1960.”

Católica (CEBs, anos 60–80)”. Há democratização dos anos 1980–90 organizações em relação aos partidos (Sabourin et Al, 2005:296).

Inicialmente, toda luta pela org realizado pelo Partido Comunista Ligas Camponesas que tiveram expoentes. As Ligas surgem “sob a mobilização e a organização dos amparo do Código Civil. A forma as dificuldades de caráter político dos sindicatos rurais” (Azevêdo, 199

A redemocratização do País, em reorganização dos trabalhadores desmobilizados durante todo o Estado das vantagens da legislação trabalh de sindicatos rurais (Targino, 2002).

As Ligas Camponesas organiz reivindicar os direitos dos trabalh espoliativas nos contratos de trabalh terras por meio da reforma agrária decretação da ilegalidade do PCB, a

A realização em 1954 do 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais pode ser entendida como uma importante organização de Ligas camponesas e uma mobilização realizada pelo PCB que culminou na fundação da Sociedade Agrícola de Trabalhadores no Engenho Galiléia, surge como um movimento de massa junto ao qual se explicitamente a mudança na estrutura social (Mello, 1997).

À medida que o movimento foi se desenvolvendo em vários estados, aumentaram as divergências. Enquanto a orientação do Partido era a formação de uma frente com o apoio da burguesia nacional, o movimento era mais democrático, enquanto as Ligas não buscavam o poder e defendiam uma reforma agrária radical.

A disputa pelo controle de organizações camponesas dos comunistas no período pré-64 foi evidente ainda em 1961, por ocasião do Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, que teve lugar em São Paulo, onde o PCB passa a atuar no processo de organização dos rurais adotando como estratégias principais a luta por reivindicações por salário mínimo, melhoria das condições jurídicas dos assegurados assim como

Embora a organização sindical não só passou a ser também sofreu um forte pr aparelho militar. Na verdade a ser uma sucursal do sistema após a criação do FUNAP aposentadorias dos trabalhadores assistência médica e outros implantados pelo sistema movimento sindical encontrando aos interesses do estado problemas do campo aceitando processo de modernização curso” (Targino, 2002:154).

O agravamento da situação não membros do episcopado e do clero caso do Nordeste, a atuação da Ação Agrária Católica(JAC) são exemplos constituído em um movimento de dificuldades encontradas junto à Igreja para a formação de lideranças independentes através do movimento sindical, seja própria Igreja, a exemplo da CPT.

A expansão da fronteira agrícola dos trabalhadores rurais, a reconstrução liberação de mão-de-obra da agricultura responsáveis pelo agravamento da situação

Nas palavras de José de Souza M

“A CPT nasce num mo
história social e política br
isolado por suas implicaçõ
localizadas, claramente c
conjunto de circunstânci
fazem de sua origem um
país [...]. A CPT nasce nu
história dos trabalhadores
momento em que a expan
em direção à Amazônia s
populações indígenas e à c
camponesas; se faz atra
violentos efetuados po
assassinatos indiscriminad
o tipo de patifaria que se p
humana.” (Martins, 1997:7

A CPT tornou-se a grande for
trabalhadores rurais na luta pelo dire
da atuação da CPT, agregaram-se ou
sobre os partidos políticos e
encontravam canais que propiciasse

A oposição às lideranças sindic
militar vai consolidar o controle da
ocorrido uma maior expansão do t
marcada pela reorganização do m
Movimento dos Trabalhadores s

campo da redistribuição da propriedade mínimas necessárias para os trabalhadores. A implementação de “políticas que promovam a comercialização azeitados, de canais de intermediação da comercialização.

8.2.2.1 O Sindicato de Trabalhadores de Lagoa Seca

Figura 8.1 – Localização do Mapa do



0.612.

Como a maioria dos STRs da zona rural, durante o regime militar, o Sindicato de Lavoura do Nordeste surgiu a partir dos anos 80. É possível distinguir duas experiências no Nordeste: as lutas trabalhistas e fundadas pelos parceiros (moradores, meeiros) e as de assistência social e médica promovidas pelo Estado. Sabourin e Lazaretti “transferiu para o meio rural, de maneira a desmistificar a ideia de que o meio rural era homogêneo” (Sabourin & Lazaretti, 2002:77).

“Outra influência ou tutela sobre a criação do STR ou dos delegados das federações sindicais no Nordeste foi a Igreja Católica. [...] O interesse pela manutenção do patrimônio criado pela paróquia, tratava-se de uma diretoria moderada, formada por elementos que, ao ser formado, fosse formado por elementos locais. A criação do STR de Camaragão foi marcada pela concorrência entre a Igreja e aqueles das Ligas Sindicais. A criação e organização do STR na região, houve, no início, uma forte tutela e atores externos” (Sabourin & Lazaretti, 2002:77).

Durante o período militar, o poder das federações estaduais tinham o poder de nomear e nomeando os membros da diretoria

vezes externa ao grupo local de produtores, sendo vista
como tutela.

Assim como outros sindicatos, o Sindicato dos Produtores de
Seca passou por uma fase de luta por reconhecimento e
experiência prática de ação coletiva em defesa de
seus objetivos comuns (Sabourin e Sabourin, 2008).
com lideranças locais, após sua criação, preocupando-se com
questões previdenciárias e com isso, atraiu um grupo de
mais jovens, uma vez que as ações eram lideradas por
homens mais velhos para darem andamento.

Esse caráter sexista da atuação é bastante comum no meio rural e que se soma à invisibilização
do trabalho feminino, a ausência do reconhecimento do
trabalho enquanto agricultoras. Essa invisibilidade é
pesquisa realizada em Pernambuco, onde 80% das mulheres
dadas pelas mulheres quando perguntadas sobre a profissão
a sua profissão” (ver Quadro 8.5), apenas 20% destas se reconhecem
impacto diferente em cada uma das regiões, sendo
relacionado às diferentes concepções de gênero.
(Entrevista 17 e 18).

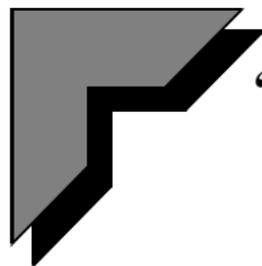
Quadro 8.5 – Definição das Mulheres Produtoras

34 – MAM
35 – MSN
36 – MESN
37 – MDNF
38 – CAF
39 – ASB
40 – MDIS
41 – GR
42 – AMN
43 – MVRS
44 – MJMB
45 – GG
46 – SFO
47 – MBS
48 – SAL
49 – MDS
50 – LS

Fonte: Trabalho de Campo realizado em 2007.

Quadro 8.5 – Retratos da Vida

Lagoa

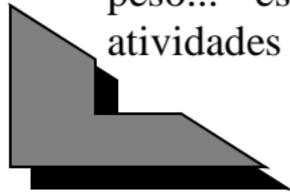


“Elas dizem

Maria das Dores é ag

*Nós temos tido muita
chegam ao INSS e p*

Agricultora não é s
peso... esse é out
atividades no campo



Essa ação coletiva de natureza
caminho no início da década de 1990
local ligado ao Partido do Trabalhador
colocou no centro da agenda do sindicato
importância da agricultura familiar
consequentemente a necessidade de
categorias da agricultura familiar (E

A nova direção era composta por
modelo anterior de delegação das re
fundação da Comissão de Mulheres
é resultado da identificação do m
agenda do Sindicato e da consequ
decisão (Entrevista 17 e 18).

Quadro 8.6 – Retratos da V

Lagoa



“Elas part

*participavam de tudo
nada...*

*Então a gente, ficou
CM pra ver se pelo m
das reuniões, de in
comunidades aqui s
para as comunidades
algumas mulheres p
Sindicato para saber
tinham. A partir dis
mulheres para a Ass
gente tá vendo que
mais porque até a
benefícios. As pose
homens. E a gente,
mulheres também.*

*Hoje tem o salário
mulheres começaram
de sindicalizados,
mulheres que estão s*



Em 1995, foi criada uma articulação
sindicatos com o intuito de pensar
desenvolvimento da região. A
Participativo (DRP), pelo STR do
inspiração para entender a realidade
envolveu 100 agricultores e agric

grupos era diferente. Na região de concentração de venenos porque o custo da água e dos insumos. A região das mudas que são compradas já conta com o STTR não podia pensar em outras regiões.

Com o intuito de pensar essa realidade Temáticas, como é o caso da Comissão Sementes, que tem o papel de regular garantindo assim a autonomia dos Comités Hídricos cujo objetivo é a preservação guardarem suas águas por meio de cisternas e cisternas (Entrevista 10 e 17).

A Comissão de Mulheres atua nas ações das Comissões Temáticas e no caso dos Fundos Rotativos de Trabalho mulheres que se envolvem mais com os homens trabalham mais com a criação com as telas, a CM organiza o aproveitamento do “arredor de casa”

A mulher se interessa mais
se interessa mais de se org
água dela lá, porque g
mulheres que estão mais e
para pequenas criações.
em Lagoa Seca e pergunte
água se é o homem ou a m
cacimba é a mulher, que
beber é a mulher, pro feijó
ganhe tempo, porque a
melhor qualidade de vida
garante a água perto de ca
Ela reúne mais a mulher p
isso 'pega' mais pra ela..
outras coisas embutidas n
com a questão caseira, p
envolve muito, porque
libertação... Porque não é
pra ir pro barreiro buscar
é a mulher que se levanta
se preocupa com a questã
até não poder descer lá
gordona ou magrona, n
primeiro dela...

As coisas começam a se qu
muito lento. Isso faz com q
histórias, a partir da c
cisterna...O que começa
Antigamente eu achava qu
meus irmãos. Eu tava lá
gente tinha na nossa men
sou uma agricultora não,
cabeça, no nosso machism
tem força”. É tão engraça
muitas coisas, mas pra ou
discutia muito, isso em

As experiências relatadas demonstram que a realidade social é expressada; as experiências em diversos lugares de fala manifestam-se; evidenciam-se; a produção da existência é corporificada e as diferentes representações discursivas nos quais as formas entre práticas discursivas.

8.3 Natureza da Metodologia de Gênero

Observando mais especificamente as experiências das trabalhadoras rurais e suas relações com a Igreja Católica, verifica-se que existem fatores sociais. Desta forma, não é possível determinar as respectivas naturezas de metodologias.

Todavia, é possível afirmar que na metodologia de Pesquisa há uma predominância de uma tímida articulação destas com *ações*.

Essa natureza das ações da U... exemplificada pela existência de do... eventos com enfoque de gênero, c...

materiais e simbólicas que mantêm
mas, pode também indicar uma res
grupo para além da sua condição de
da Igreja Católica na região e à
ortodoxo.

Por outro lado, as estratégias ut
ações institucionais de gênero, co
tímida articulação destas com *ações*

Essa natureza das ações da
Trabalhadores e Trabalhadoras Rur
ações como a criação da Comissão
entre política, agroecologia e gêner
mulheres, com um trabalho de org
do Sindicato. Aqui, apesar da dificu
das mulheres do seu trabalho enq
'auto-reconhecem' materialmente o
Sindicato e o acesso aos benefícios
Ainda que esse reconhecimento
processos demandam à participaçã
articulação da dimensão individual

As representações em torno da
meio de imagens que evocam a ág

Uma vez discutidos os impactos da mulheres e conseqüentemente responder no Quarto Movimento pesquisa:

Quais são as relações entre essas para o desenvolvimento sustentável

PARTE IV
**QUARTO MOVIMENTO: Contribuições à Sociologia
do Gênero e à Gestão de Águas**

Capítulo 9 – Norte e Sul - Olhares Cruzados sobre a Relação Gênero e Água e Desenvolvimento: Considerações Teórico-Metodológicas

*“Nada no mundo é tão perigoso quanto
uma idéia, cujo tempo
chegou”
Victor Hugo*

O principal objetivo deste capítulo é explicitar a relação entre gênero e água em regiões áridas e semi-áridas por meio da recuperação da discussão realizada até aqui. Com esse intuito, toma-se como ponto de partida o surgimento de um subcampo de gênero e água e discute-se os resultados desta investigação no que se refere aos aspectos teórico-metodológicos da análise da incorporação da perspectiva de gênero no processo de formulação e implementação do programa investigado. E, a partir dos resultados discutidos ao longo dos capítulos anteriores, buscar-se-á demonstrar que tais aspectos extrapolam a análise do estudo realizado, podendo ser incorporados como ferramenta de análise por meio da construção de uma Agenda Azul⁷⁹ que contemple a perspectiva de gênero, contribuindo, assim, para aumentar a efetividade de programas e políticas de água que têm como área de abrangência regiões áridas e semi-áridas caracterizadas pela pobreza.

9.1 Considerações sobre a Relação entre Gênero e Água

Buscou-se até aqui explicitar a relação entre gênero e água e também elucidar o surgimento de um subcampo do saber que articula estes dois temas. O direito à água bem como seu acesso em quantidade, qualidade e regularidade

⁷⁹ Os grandes temas ambientais elencados na Agenda 21 são organizados em três Agendas específicas: Agenda Marron, relativa à poluição; Agenda Verde, que se refere à preservação das florestas, das áreas protegidas, da biodiversidade e dos recursos genéticos, e a Agenda Azul, que diz respeito ao gerenciamento dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

para uso pessoal, doméstico e produtivo é reconhecido como um direito fundamental e universal. Todavia, o exercício deste direito é dificultado pelas assimetrias que fundamentam a estrutura de estratificação social entre as classes, os sexos, as etnias e as gerações. “É importante ressaltar que, o acesso à água enquanto exercício de um direito, assim como a possibilidade de participar de sua gestão, estão mediados por diferenças sociais fundamentadas nas relações de poder” vigentes nas diferentes sociedades” (PNUD, 2006:9).

Uma breve análise do envolvimento da sociedade nas instâncias de tomada de decisão relativas à água permite algumas considerações acerca da configuração dessa participação. A primeira que chama atenção é a desigualdade de recursos de diversas naturezas (1) entre os segmentos e (2) dentro dos segmentos, entre as organizações e coletivos que compõem cada um deles.

A participação vai se configurar com especificidades inerentes à sociedade local. Todavia, de uma forma mais geral, sem pretender entrar em particularidades que fogem ao escopo de considerações mais gerais, mas com o intuito de provocar algumas reflexões acerca da participação da sociedade nos espaços de gestão participativa das águas nacionais, é possível identificar duas grandes assimetrias no que se refere à questão da participação das mulheres.

A primeira delas refere-se à (1) questão de gênero mais diretamente, não se trata aqui de um aspecto meramente quantitativo, pois o número de homens e mulheres envolvidos com a gestão de recursos hídricos é razoavelmente equilibrado nas instâncias mais técnicas, a despeito do ‘campo hídrico’ ser considerado um ‘mundo masculino’.

A desigualdade de gênero está presente, acima de tudo, na natureza do envolvimento das mulheres nos espaços de decisão, em outras palavras, na hierarquização da divisão sexual do trabalho. É facilmente observável a baixa presença de mulheres na composição das diretorias (presidência, vice-presidência, secretaria executiva e comissões diretoras) dos organismos gestores. Quando isso acontece, na maioria das vezes a atuação se dá dentro das secretarias executivas dos respectivos órgãos.

E a segunda está relacionada ao caráter (2) eminentemente técnico da gestão de recursos hídricos. O desenvolvimento tecnológico e o acesso à informação, num mundo cada vez mais globalizado, vêm fazendo uma transformação radical nos sistemas de desigualdade. E o conhecimento torna-se cada vez mais significativo para a conformação e reprodução de assimetrias e para o processo de estratificação social.

A análise dessas assimetrias torna-se particularmente interessante ao se retomar as três esferas weberianas do poder: (1) ordem econômica; (2) ordem social e (3) ordem política. Ao se observar essas três esferas, é possível identificar uma grande assimetria quando se trata da situação de classe, *status* e poder dos três segmentos que conformam a gestão compartilhada de recursos hídricos, sendo eles formados por atores sociais do (a) poder público, (b) usuários e (c) sociedade civil. O (1.A) poder público é composto por servidores e servidoras municipais, estaduais e federais. Essa origem profissional traz consigo uma clara hierarquia, tendo em vista os diferentes parâmetros salariais e níveis de formação desses servidores e servidoras. Nesse caso específico, a dimensão da (2) ordem social é diretamente afetada pela situação de classe desses (2.A) servidores e servidoras, mas o que a diferencia na essência é o local de formação desse pessoal, assim como sua origem profissional, denotando assim um capital educacional e político que os coloca em posições mais ou menos reconhecidas na hierarquia do prestígio, isto é, símbolos de distinção que representam uma condução de vida profissional específica. No que se refere à esfera do poder, (3.A) os servidores públicos são caracterizados pela adesão às associações que visam assegurar o poder com o objetivo de alcançar fins de natureza mais objetiva, como o encaminhamento de uma discussão mais técnica; ou pessoal, como o acesso a cargos de confiança, posições de chefia, entre outros.

O segmento dos usuários é caracterizado pela (1.B) presença do pequeno, médio e também do grande empresário cuja principal atividade econômica depende em maior ou menor grau do uso de grandes quantidades de água. Esses usuários são oriundos de atividades diversas como a agricultura e a indústria e

têm em comum a propriedade e um interesse prático em relação à disponibilidade e à qualidade da água gerida. O (2.B) *status* desse segmento, assim como o dos servidores públicos, também está diretamente ligado à situação de classe, isto é, à distinção advinda do tamanho e importância da propriedade existente e das atividades nela desenvolvidas. Aqui temos as (3.B) adesões partidárias dando-se em grande parte em função dos interesses econômicos.

Estudos apontam para o fato da sociedade civil ter uma contribuição diferenciada a dar nos espaços de gestão participativa, a razão de ser desta possibilidade não se deve a aspectos mágicos, mas à própria natureza da configuração das forças sociais que conformam esse segmento, que se configura como um mosaico de interesses, forças e propostas que, se por um lado, representa um grande desafio na construção de pactos sociais mais efetivos, por outro, é justamente esta diversidade que caracteriza o grande diferencial de sua contribuição para a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A sociedade civil é, por excelência, a manifestação da diversidade e da desigualdade na distribuição dos recursos. Na (1.C) esfera econômica da gestão de recursos hídricos, o segmento é formado por atores sociais com situações de mercado profundamente assimétricas tanto no que diz respeito ao acesso a bens, quanto ao acesso à educação formal e à informação. O feixe de forças sociais que compõem o setor vai desde entidades tecno-científicas reconhecidas internacionalmente, passando por organizações não-governamentais de atuação no âmbito nacional e local, até associações de pescadores e populações ribeirinhas.

Nesse sentido, as conseqüências da desigualdade de recursos materiais ganham aqui contornos mais profundos e ajudam a conformar as desigualdades mais subjetivas e simbólicas. Aqui assistimos a um fenômeno semelhante ao observado com os segmentos do poder público e usuários descritos anteriormente. A dimensão da (2) ordem social é diretamente afetada pela situação de classe desses (2.C) atores da sociedade civil.

Aqui, mais que nos outros segmentos o que diferencia e hierarquiza os participantes, corroborando para o ‘envieçamento’ da participação é a educação formal e o conhecimento técnico que juntos vão contribuir para conformar o capital social e político desses atores e conseqüentemente os ‘lugares sociais’ aos quais esses atores pertencem ou ‘deveriam’ pertencer. Essa assimetria econômica e social vai se configurar na (3.C) ordem política mediante a baixa capacidade organizacional dos setores da sociedade civil que detêm menos capital educacional. Esse desenho, por sua vez, afeta o processo de organização desses grupos e dificulta a reconfiguração da estrutura social desses espaços.

Como foi colocado, as desigualdades de gênero se inscrevem num conjunto de outras tantas desigualdades sociais. Sendo assim, as assimetrias aqui colocadas atingem particularmente as mulheres em virtude da transversalidade da questão de gênero. Todavia, o fato é que a partir de experiências variadas a questão da água, em suas várias representações, pode facilitar a articulação entre o domínio privado e o domínio público, retirando as mulheres de uma situação de invisibilidade social ao facilitar a sua inserção na esfera pública mediante a participação nos espaços decisórios associados à tomada de decisões relacionadas à gestão da água. Entretanto, como mencionado nos capítulos anteriores a participação de associações de mulheres é pouco expressiva indicando uma não apropriação destes espaços a despeito da estreita relação entre as mulheres e a água.

Todavia, a existência de programas que contemplam a perspectiva de gênero na gestão da água possibilita a ampliação e qualificação das decisões, uma vez que a presença da mulher nessas discussões facilita o resgate de situações cotidianas nas quais elas são protagonistas como é o caso do uso doméstico da água. Todavia, esses espaços ainda fazem parte de uma sistema tradicionalmente marcado pela presença de homens e pela *ausência* das mulheres. Trata-se aqui de uma ausência qualitativa, que se pode caracterizar como uma *invisibilidade social*.

Essas desigualdades tornam-se ainda mais profundas em situações de escassez e de crise de água como a atual, o que faz com que o tema articule uma

diversidade de dimensões – ambiental, técnica, econômica e sociocultural – configurando, assim, uma complexa trama de aspectos cuja natureza fundamentalmente política não se pode negar.

Frente à complexidade dos desafios decorrentes de tais questões, a necessidade de uma transformação profunda nas abordagens adotadas para que contemplem as especificidades inerentes à natureza de uma política pública que tem como objetivo a democratização da água se faz premente. A incorporação da perspectiva de gênero na gestão das águas nacionais e internacionais vai a esse encontro, pois exige que o protagonismo e relevância da posição das mulheres nesse cenário seja levado em consideração .

A despeito de suas especificidades, as mulheres enquanto grupo social constituem um coletivo cujas características mais gerais são resultantes da forma como a sociedade divide e hierarquiza as funções desempenhadas pelos diferentes sexos. Essa organização social em torno da valorização do masculino em detrimento do feminino é uma das principais causas da construção de relações desiguais que se traduzem na posição subordinada das mulheres nos processos de tomada de decisão. Essa configuração determina as relações das mulheres com a sociedade e com os recursos e define o acesso à informação e capacitação, ao mercado de trabalho, ao direito de propriedade, aos recursos econômicos e naturais e às relações sociais de gênero.

Tal feixe de relações resulta em um objeto de grande complexidade e permite que um estudo dessa natureza possa ter uma dupla contribuição. De um lado no que se refere à gestão de água, para a formulação de políticas mais enraizadas nas reais demandas da sociedade; e de outro, para a ampliação da área de atuação dos estudos de gênero, bem como de uma apropriação deste da chamada área ambiental. Podendo, portanto, constituir-se como um vasto e fértil terreno para o campo de gênero.

O enfretamento das desigualdades de gênero na gestão das águas exige a elaboração de uma Agenda Azul para as mulheres, fazendo com que seja inserido no “debate público a relação entre as mulheres e a água, suas

necessidades, interesses e dificuldades, assim como suas propostas para efetivar o exercício do seu direito à água em condições de equidade” (PNUD, 2006:9).⁸⁰

“As diferentes atividades realizadas pelas mulheres e homens definem um determinado acesso à água, à sua propriedade, controle, uso e manejo, assim como a participação na tomada de decisão em relação aos usos e destinos da água. Ao mesmo tempo, as diferenças de classe entre mulheres e homens e acrescentam uma variável substancial que não deve se perder de vista na análise dos vínculos entre os recursos, em particular a água e as relações entre mulheres e homens” (PNUD, 2006:10).⁸¹

A análise das especificidades referentes às diferentes formas de homens e mulheres relacionarem-se com os recursos naturais e particularmente com a água deve constituir o ponto de partida da elaboração de políticas públicas e dessa forma identificar os fatores que reproduzem as assimetrias de gênero.

Considerando que na divisão sexual do trabalho existente as mulheres são responsáveis quase que exclusivas pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com a família, sua relação com a água está diretamente ligada à satisfação das necessidades domésticas de água. O presente estudo colocou em evidência os esforços realizados por mulheres de diferentes gerações da zona rural do Semi-Árido para abastecer seus lares com água de melhor qualidade e com maior regularidade.

Os problemas relacionados à água aumentam a jornada de trabalho tornando a carga de trabalho diário ainda mais pesada, reduzindo as oportunidades das mulheres para a realização de outras atividades que contribuam para o seu desenvolvimento pessoal assim como para a incorporação das mesmas em atividades remuneradas.

⁸⁰ Tradução da autora, do original espanhol.

⁸¹ *Idem.*

Nas zonas rurais áridas e semi-áridas a relação entre gênero e água é mais explícita, pois como foi abordado ao longo dos capítulos anteriores as mulheres precisam percorrer longas distâncias para conseguir água e a poluição ambiental e a má conservação das fontes ao diminuírem ainda mais a disponibilidade de água têm efeito catalizador na deterioração da qualidade de vida das mulheres. Impactando de forma negativa a *economia do lar*, a *economia local* e as respectivas *economias nacionais*, tendo em vista seus desdobramentos na educação, ao dificultarem o acesso das crianças e jovens à escola; na saúde, ao aumentarem a demanda por atendimento hospitalar e, conseqüentemente na carga tributária e na vida associativa da sociedade, pois o tempo gasto nesses trabalhos dificulta a participação das mulheres nos assuntos da coletividade.

Por meio da análise realizada também foi possível perceber que no meio rural a despeito da centralidade da água, a relação das mulheres com a água para usos produtivos não é tão explícita dada à naturalização da associação da mulher com o espaço doméstico. Sendo assim, a participação nas atividades ligadas à agricultura seja ela de subsistência ou mesmo na plantação de um roçado voltado para comercialização, não é reconhecida como trabalho produtivo, mas como parte das atividades reprodutivas ou complementares às atividades executadas pelos homens.

Essa invisibilidade do trabalho das mulheres na agricultura é ratificada pelo 1) não reconhecimento de seus interesses e usos específicos da água pelos programas e políticas de recursos hídricos elaborados a partir de uma perspectiva androcêntrica e pela 2) exclusão destas dos processos de tomada de decisão relacionados à gestão de águas, exclusão esta que abrange até mesmo as mulheres chefes de família, o que implica em um processo de dupla exclusão, uma vez que não só as mulheres mas também as famílias por elas chefiadas são alijadas dos processos decisórios, dificultando assim a representação dos seus interesses específicos.

Na zona rural do Semi-Árido brasileiro assim como na maior parte das regiões rurais, o acesso à água está diretamente ligado à questão da propriedade

da terra o que representa uma dificuldade a mais uma vez que a maioria delas não é proprietária da terra onde vive nem tem direitos sobre ela.

Vários estudos ratificam a desigualdade entre homens e mulheres no que se refere ao acesso à água, fazendo com que estas tenham que negociar parte de sua produção para garantir o acesso mínimo necessário à água, o que as enfraquece duplamente, tanto como agricultoras como também perante as instâncias representativas que não as reconhecem como produtoras (Zwarteveen, 2006).

No que se refere aos homens das zonas rurais, estes raramente estão envolvidos com as tarefas de carregar água para o uso doméstico e quando o fazem dispõem de instrumentos e ferramentas diferenciados o que facilita o trabalho realizado. A relação destes com a água está diretamente ligada às chamadas atividades produtivas e conseqüentemente à geração de renda. Sendo assim, sua relação com a água é mediada por infra-estruturas de médio e grande porte como é o caso das obras de irrigação, construção de infra-estrutura hidráulica como barragens e canais de irrigação. Infra-estruturas estas que facilitam o acesso ao crédito, à capacitação e aos conhecimentos técnicos, à informação, ao prestígio social e às instâncias decisórias sobre as decisões relacionadas ao uso e à distribuição da água (PNUD, 2006).

Essa situação é ainda mais grave em sociedades fortemente patriarcais onde a marca da segregação sexual no uso da água, assim como nas demais atividades produtivas para qual o referido insumo é fundamental, dá origem à diferenças e desigualdades entre mulheres no que se refere ao acesso, uso, manejo e controle dos recursos hídricos e tem como corolário a baixa participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão relacionados ao uso da água.

9.1.1 Relação entre Gênero, Pobreza e Acesso à Água

A relação entre gênero e água pode ser abordada a partir de diferentes perspectivas. Pouca atenção tem sido dada à relação das mulheres com a água para fins produtivos. O trabalho de Margreet Zwarteveen *Wedlock or Deadlock?*

Feminist's attempts to engage irrigation engineers (2006) é uma das poucas exceções nesse sentido, pois busca desnaturalizar o uso da água para irrigação como técnica pertencente ao domínio do mundo masculino.

Os estudos que tomam por base a participação política assim como a gestão coletiva da água pelas mulheres são as áreas nas quais “as diferenças de poder entre homens e mulheres expressam-se de maneira mais nítida”; ainda assim não desfrutam de um lugar privilegiado na hierarquia dos objetos de investigação (Rico, 1998; PNUD, 2006:12).

Elencar essas lacunas tem como objetivo indicar outras tantas áreas de investigação nas quais a articulação entre gênero e água se faz possível e necessária. Todavia, o presente estudo estruturou-se a partir da análise de um programa cuja relação entre gênero e água é explicitada quando articulada à questão da pobreza e está diretamente ligada ao bem-estar das famílias. Essa associação atinge seu ápice nas zonas rurais das regiões áridas e semi-áridas dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento e permite analisar as desigualdades de gênero à luz do fenômeno social da pobreza e da escassez de água.

Conforme observado, nos segmentos mais pobres da população encontram-se aqueles que estão em posição de maior vulnerabilidade no que se refere ao acesso, uso, manejo e controle dos recursos hídricos. Dentre esses grupos são as mulheres que se encontram em uma posição ainda mais vulnerável, pois a falta de água potável é responsável pelo aumento da pobreza ao afetar a saúde e as oportunidades de educação, além de resultar em gastos na compra de água e/ou em um trabalho adicional que compromete a disponibilidade do tempo para geração de renda estabelecendo um ciclo vicioso entre pobreza-falta de água-desigualdade de gênero-pobreza.

“No âmbito da produção, a falta de água para as atividades remuneradas implica a redução das oportunidades para a geração de ingressos para a população pobre, em particular para as mulheres; isto significa a impossibilidade de superar sua situação de pobreza. O reconhecimento da

contribuição econômica das mulheres à receita da família e à economia local e nacional é central para a distribuição dos recursos hídricos, sendo estes indispensáveis para as atividades remuneradas” (PNUD, 2006: 12).

Na zona rural, a participação das mulheres no processo de tomada de decisão sobre o uso da água aporta uma dupla contribuição para o desenvolvimento, pois, de um lado, permite o reconhecimento do conhecimento das mulheres sobre a gestão da água em contextos de produção em pequena escala ou de economias de subsistência. Por outro lado, a participação das mulheres em atividades como planejamento, provisão, tratamento da qualidade da água e manutenção dos serviços aumenta suas possibilidades de trabalho remunerado.

Todavia, estas contribuições estão condicionadas à ruptura das barreiras culturais que mantêm as mulheres aprisionadas na esfera doméstica do trabalho reprodutivo e restringem, quando não impedem, seu acesso à capacitação técnica em atividades ditas masculinas perpetuando o ciclo pobreza-falta de água-desigualdade de gênero-pobreza, contribuindo, assim, para agravar o processo de feminização da pobreza.

9.2 Da Necessidade de Elaboração de uma Agenda Azul que Contemple a Perspectiva de Gênero

Tendo em vista o exposto, faz-se necessário que a articulação entre gênero e água existente no cotidiano seja reconhecida mediante a incorporação da perspectiva de gênero na formulação e implementação de políticas de água. No que se refere à construção de infra-estruturas hídricas de pequeno e médio porte como é o caso das cisternas, é imprescindível que tal reconhecimento vá além da inserção em dotações orçamentárias de caráter extraordinário e seja traduzido pela inclusão das mesmas em políticas públicas de infra-estrutura que levem em consideração as práticas sociais e os interesses de mulheres e homens no que se refere aos diferentes usos da água. Esse reconhecimento deve, também, ser

estendido à participação de ambos nas várias etapas que constituem o processo de gestão dos recursos hídricos.

Ao analisar a entrada da questão de gênero no campo de recursos hídricos, é possível encontrar as raízes desse processo por meio da recuperação histórica da articulação entre conferências internacionais e reuniões temáticas em torno dos dois temas. Conforme analisado no Capítulo 2, a recuperação da evolução da articulação dos respectivos temas na agenda internacional permite identificar que apesar do subcampo de gênero e água constituir-se a partir da recomendação para a incorporação da questão de gênero na gestão integrada de recursos hídricos, os temas que emergem, assim como as relações de parentesco que se estabelecem entre eles, encontram sua gênese nas reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres, e portanto, nas equações discursivas aportadas pelo campo dos estudos de gênero.

É nesse sentido que é possível afirmar que incorporar a perspectiva de gênero na formulação de políticas de água significa articular direitos sociais e políticos, pois representa o acesso de mulheres e homens de diferentes gerações a melhores condições de saúde, educação, trabalho e cidadania, e conseqüentemente melhores condições de vida.

“A partir de uma perspectiva de políticas públicas, a questão central é como priorizar áreas de ação que propiciem uma melhor distribuição da água com objetivo de obter uma maior equidade entre mulheres e homens; pois se o acesso à água é deixado para as forças do mercado, as desigualdades são reproduzidas e potencializadas. Dentro de uma perspectiva de direitos humanos, a água constitui um direito humano inalienável, o que significa que o Estado deve assumir seu papel de garantidor de direitos assim como sua obrigação de velar por seu cumprimento e pela criação de condições para que a população, e em particular as mulheres, possam exercer seus direitos” (PNUD, 2006: 13).⁸²

⁸² Tradução da autora do original espanhol.

Sendo assim, a intervenção estatal, mediante o desenho e implementação de políticas e programas de água que incorporem a perspectiva de gênero, é fundamental para que seja possível desconstruir imagens e representações em torno das mulheres que as reduzam a beneficiárias ou consumidoras passivas de água e não as reconhecem como administradoras e tomadoras de decisões nas várias etapas que conformam a gestão.

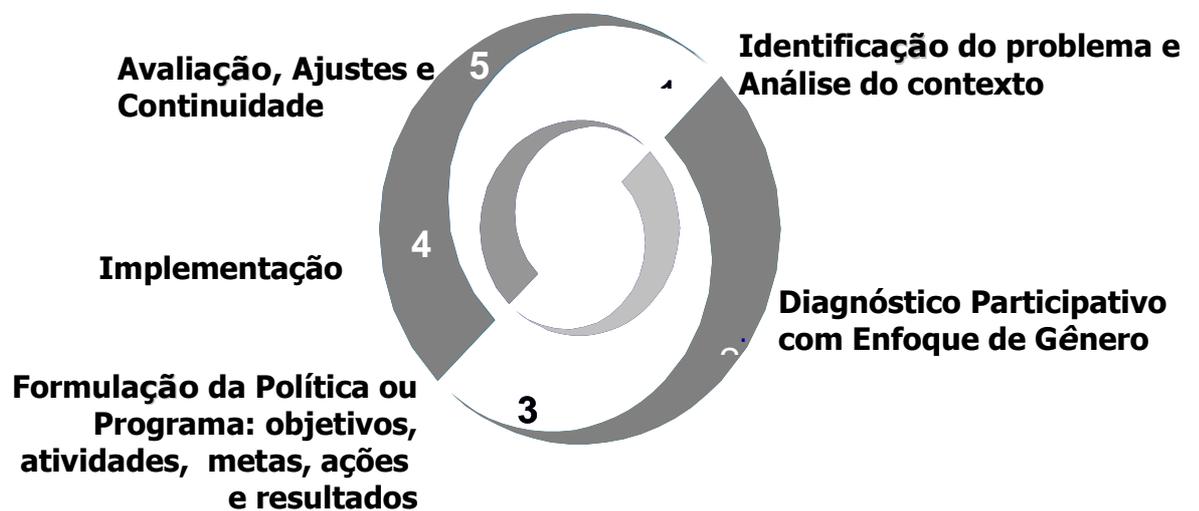
Desta forma, a formulação de políticas de água deve ter como ponto de partida ações norteadas pelo acesso à água e ao saneamento básico que reconheçam as necessidades dos diferentes substratos que conformam a população

9.2.1 Aspectos Metodológicos do Desenho de Políticas de Água com Perspectiva de Gênero

Tendo em vista suas propriedades formais e seu caráter transversal, a incorporação da *variável gênero* precisa ser concebida como uma *perspectiva* sendo esta adotada de forma sistêmica ao longo das várias etapas que compõem o processo de elaboração de uma política ou programa de água. É verdade que a formulação de políticas públicas e a elaboração de programas regionais apresentam escalas e densidades distintas e obedecem à lógicas diversas. Todavia, existem aspectos em comum que permitem algumas aproximações metodológicas.

Como primeiro passo, é necessário que se faça uma avaliação *ex-ante* baseada em uma análise situacional que evidencie os aspectos mais relevantes da questão da água na região, considerando o recorte de gênero. Esse mapeamento deve incluir os aspectos fisiográficos como clima e precipitação pluviométrica, informações sobre acesso, saneamento e principais usos da água para que, dessa forma, se possa identificar as necessidades específicas de homens e mulheres (ver Figura 9.1).

Figura 9.1 – Ciclo de Planejamento



Fonte: Material da Oficina para Incorporação da Perspectiva de Gênero na Gestão das águas dos Países Lusófonos, com adaptações⁸³.

Com o objetivo de garantir que essas especificidades sejam atendidas, é fundamental que homens e mulheres de diferentes gerações possam ser ouvidos durante a realização de um diagnóstico participativo com enfoque de gênero para que se possa construir um perfil sócio-demográfico dos usuários de água (sexo, idade, escolaridade, renda, estado civil, tipo de atividades relacionadas com a água, uso do tempo, padrões culturais, participação em organizações) e acesso e

⁸³ Este material foi apresentado por Denise Soares, do Instituto Mexicano de Tecnologia da Água (IMTA) na referida oficina realizada em junho de 2009, em Recife, e coordenada pela autora.

uso de recursos diferenciados (econômicos, naturais, tecnológicos, informativos, educativos).

“É imprescindível também a construção de ferramentas de gênero para a formulação de políticas de recursos hídricos, entre elas é necessário destacar a geração de informação desagregada por sexo sobre os recursos hídricos, a construção de indicadores de gênero, a geração de estudos, a atribuição de dotação orçamentária para a equidade de gênero, a capacitação técnica das mulheres em hidrologia e ações afirmativas nas instâncias de decisão” (PNUD, 2006: 14)⁸⁴.

Tal mapeamento permite elucidar as principais dinâmicas que conformam a *economia da água* e, dessa forma, pode aportar elementos para a tomada de decisão no que se refere à escolha da melhor alternativa de infra-estrutura hídrica e forma de organização que permita solucionar ou mesmo amenizar o problema da água para a comunidade em questão.

Tendo em vista o custo e a escassez de recursos que condicionam os processos de elaboração de políticas de infra-estrutura, a construção de critérios para o beneficiamento consiste em um aspecto central para a efetividade da ação. No que tange especificamente à questão das mulheres, uma política/programa de água que tenha como fundamento a incorporação da perspectiva de gênero deve se ater ao caráter estratégico das classificações, uma vez que a escolha de categorias cuja fundamentação teórica não obedeça a rigorosos critérios teóricos e metodológicos pode comprometer as metas estabelecidas e enviesar os resultados almejados. A título de ilustração, categorias como “família chefiada por mulher” e “família monoparental feminina” significam diferentes coisas e resultam em diferentes impactos na implementação das respectivas ações.

Ainda no que se refere aos critérios, a obediência dos mesmos é fundamental para o sucesso da implementação da política/programa. Todavia, a adequação destes à realidade deve ser avaliada e ajustada conforme as necessidades apresentadas ao longo do processo de implementação.

⁸⁴ *Idem.*

No que se refere à etapa de formulação e implementação da proposta que norteará a política/programa, deve-se garantir a inclusão explícita do enfoque de gênero nos objetivos, devendo estes serem definidos com a participação de homens e mulheres. Tais objetivos devem articular *necessidades práticas* que resultam das condições materiais de existência que situam as mulheres na divisão sexual do trabalho, como o acesso à água e saneamento; com *necessidades estratégicas* como a geração de renda e a participação das mulheres nas tomadas de decisão relativas à gestão de água, rompendo assim com a lógica de reprodução das desigualdades de gênero e engendrando novas dinâmicas sociais (Moser, 2000).

As atividades que conformam a proposta devem ser organizadas com base em uma divisão sexual do trabalho mais equitativa, que garanta a inclusão de mulheres e homens nas estruturas operativas e de tomada de decisão do projeto e que considere também as condições materiais e simbólicas de ambos (tempo, habilidades, constrangimentos culturais, acesso e controle de recursos). Consistindo, assim, em um processo de empoderamento das mulheres e de tomada de consciência por parte dos homens cujo potencial de deslocamento dos territórios sexuados do cotidiano levem à redistribuição do poder entre ambos e à reconfiguração das relações de gênero.

A implementação da proposta deve considerar, também, que a definição de responsabilidades, assim como a definição de horários e turnos por sexo deve ser planejada em função da disponibilidade de tempo resultante da divisão sexual do trabalho doméstico.

Há que se ressaltar, ainda, que o rigor do desenho metodológico de uma política/programa não é condição suficiente para o sucesso da mesma. Portanto, os respectivos gestores devem estar atentos aos processos de *bricolagem institucional* realizados pelos diferentes grupos e atores para atenderem seus interesses nas ações em questão como é o caso no P1MC da combinação entre titularidade das mulheres no que se refere à cisterna e a capacitação dos homens nos cursos de gerenciamento da mesma discutida no Capítulo 6. Essa distorção do desenho metodológico do programa, que estabelece que a pessoa responsável/

titular deve ser capacitada para realizar o trabalho de manutenção da cisterna, compromete a qualidade da água e restringe mais uma vez a participação das mulheres nos espaços públicos, neutralizando o potencial emancipatório do programa.

Esse tipo de ‘apropriação’ e distorção do desenho metodológico de uma política/programa pode e deve ser minimizada mediante a formação dos gestores para que estes possam entender o processo de elaboração da proposta e de construção dos critérios de beneficiamento a partir de um contexto de enraizamento da cultura de gênero. E dessa forma estarem atentos às resiliências culturais que se moldam e se adaptam de acordo com os interesses existentes sem contudo romper com a estrutura de poder vigente.

As considerações aqui elencadas emergiram da análise do programa investigado e não se pretendem conclusivas ou exaustivas, devendo, portanto, serem ampliadas e aprofundadas. Todavia, o que se pretendeu aqui foi restituir os achados desta pesquisa para a formulação e implementação de futuras política/programas de água, ratificando assim o caráter seminal da presente investigação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arquitetura sobre a qual se estruturou o presente trabalho assim como a técnica expositiva adotada, permitiram que os achados encontrados durante a realização da pesquisa emergissem ao longo do processo de tecitura da tese. A complexidade do fenômeno social estudado possibilitou que análise empreendida a partir do estudo do impacto do *Programa Um Milhão de Cisternas*, para as relações de gênero, pudesse ser extrapolada para outras regiões semi-áridas, cuja paisagem física e social assemelhe-se ao Semi-Árido brasileiro, mediante uma conclusão ampliada descrita na quarta parte do trabalho.

Desta forma, esta seção de considerações finais consiste na sistematização daquilo que, ao longo dos capítulos anteriores, já foi afirmado ou negado, de modo mais ou menos conclusivo. Sendo assim, estas considerações finais só têm sentido na medida que representam a sistematização de toda a discussão realizada até aqui.

A idéia norteadora deste trabalho – *a incorporação da perspectiva de gênero na formulação e implementação das políticas de recursos hídricos em regiões caracterizadas pela escassez de água impacta positivamente o processo de desenvolvimento da região* – possibilitou indicar alguns caminhos para reflexão sobre a relação entre gênero, água e desenvolvimento e o impacto das políticas públicas de água no Semi-Árido brasileiro para a ruptura e/ou reprodução das desigualdades de gênero.

A análise revelou que o fenômeno social do acesso à água abarca um feixe tal de relações que faz com que este sirva de instrumento para analisar a produção e/ou reprodução de outros fenômenos, como é o caso das relações sociais de gênero, pobreza e desenvolvimento.

Dada a complexidade da teia de relações existente, tal análise só encontra potencial explicativo quando associada à caracterização do espaço social sertanejo, a partir da articulação entre os principais traços de sua paisagem fisiográfica e o contexto histórico de sua ocupação e desenvolvimento. Essa associação explicitou a relação entre essas variáveis e seu impacto na divisão e organização social e sexual do trabalho, na conformação do caráter patriarcal de sua sociedade e no lugar ocupado pelas mulheres.

A partir da recuperação das principais iniciativas relativas às políticas de desenvolvimento voltadas ao Semi-Árido, a presente análise deteve-se na criação da ASA, na formulação do PIMC e no processo de incorporação da perspectiva de gênero no referido programa, como fruto de um *novo olhar* sobre a região, analisando-o à luz das inovações, rupturas e continuidades de seus resultados. De acordo com o desenho metodológico do programa, as famílias chefiadas por mulheres têm prioridade perante as demais na conquista da cisterna. Tal desenho é fruto da evidência do papel das mulheres para qualquer processo de desenvolvimento do Semi-Árido e da ‘realidade empírica’ de que políticas de abastecimento de água na região rural beneficiam ‘naturalmente’ as mulheres.

Todavia, a participação destas não é especificamente demandada no desenho do programa. O fato deste ter como critério de desempate a seleção de famílias chefiadas por mulheres, somada à exigência da participação do responsável nas reuniões comunitárias, assim como nos cursos de capacitação, resulta em um aumento potencial da demanda pela participação das mulheres nos assuntos da comunidade. No entanto, isto não foi observado devido à resiliência da cultura patriarcal.

A despeito da evidência da importância das mulheres para qualquer processo de desenvolvimento do Semi-Árido e do reconhecimento de que a dinâmica da gestão doméstica da água está nas mãos delas, a formulação de um conjunto de ações afirmativas que atendessem às demandas mais

urgentes dessas mulheres foi objeto de muita resistência, não sendo contemplada no desenho metodológico do programa. Esse cenário foi alterado ao longo da implementação do mesmo, com a entrada em cena da OXFAM, organização internacional que tem a perspectiva de gênero como um dos principais pontos de sua agenda na busca por soluções mais estruturais para a pobreza, por meio da formulação e implementação de programas de desenvolvimento.

Nesse encontro entre a agenda internacional e a realidade empírica do protagonismo das mulheres sertanejas, na gestão doméstica da água, reside um momento estratégico da institucionalização da incorporação de gênero na gestão das águas nacionais.

Esse processo de institucionalização no tratamento da questão das relações sociais de gênero na ASA e no PIMC pode ser observado com a implementação de ações transversais que têm como objetivo a equidade de gênero nas organizações que fazem parte da ASA e nas ações implementadas, como é o caso do PIMC e seus vários componentes. Tais ações estão profundamente interligadas, no entanto, é possível observar suas especificidades e classificá-las em *ações institucionais de gênero*, *ações geradoras de autonomia* e *ações de empoderamento*, de acordo com suas respectivas propriedades formais, dinâmicas e impactos nas relações de gênero. Essa distinção, como qualquer classificação, é modelar. No entanto, permite elucidar as diferentes esferas de atuação sobre as quais tais ações estão engendradas.

As *ações institucionais de gênero* visam criar estratégias políticas e administrativas para incorporação da equidade de gênero dentro da estrutura organizacional da ASA/PIMC, exemplo da *criação da Comissão de Gênero* e da *garantia de recursos no orçamento*. Tratam-se de estratégias institucionais que atuam transversalmente às esferas de produção/reprodução e aos domínios público/privado.

O segundo conjunto de iniciativas pode ser identificado como *ações geradoras de autonomia* e tem como objetivo a transformação das relações de produção/reprodução. Como exemplos de tais ações, é possível citar *a desnaturalização da divisão sexual do trabalho existente e afirmação de sua relação com a base material das desigualdades de gênero* e também *a valorização das ações produtivas e de comercialização empreendidas pelas mulheres do Semi-Árido*. Tem-se aqui ações de cunho mais prático e imediato, que visam atender necessidades práticas resultantes das desigualdades de gênero e cujo impacto incide, predominantemente, na geração de renda, valorização da capacidade produtiva das mulheres e aumento da auto-estima.

O terceiro conjunto de iniciativas pode ser identificado como *ações de empoderamento*. Tais ações têm o objetivo de redesenhar as relações de poder ao garantirem a participação das mulheres nas várias instâncias de decisão. Essas iniciativas colaboram para o avanço das decisões tomadas, uma vez que a participação das mulheres ajuda a qualificá-las, colaborando, assim, para a formulação de programas focados nas próprias mulheres, na infância e na família, a partir das experiências vividas. Entre as ações da ASA/P1MC que se pode exemplificar como *ações de empoderamento*, está *a paridade de gênero nas instâncias decisórias* e *a potencialização da auto-organização das mulheres no interior da organização*. Tem-se aqui ações de cunho mais estratégico e transformador e cujo impacto incide, predominantemente, no acesso das mulheres à informação e capacitação.

Reconhecer essas ações, bem como suas diferentes lógicas e respectivos impactos nas relações de gênero significa dizer que elas existem e que estão sendo implementadas. No entanto, não é possível afirmar o grau de capilarização destas nas organizações que compõem o programa e uma avaliação dessa natureza foge aos objetivos e escopo dessa pesquisa.

Todavia, uma análise da articulação dessas *ações institucionais de gênero*, com *ações geradoras de autonomia* e *ações de empoderamento*

deve ser pensada à luz da forma pela qual a perspectiva de gênero vem sendo incorporada na implementação do PIMC. De uma forma geral, é possível afirmar que ‘o olhar de gênero’ no programa constrói-se a partir do âmbito familiar e é trabalhado em conjunto com maridos, filhas e filhos; e a essas ações somam-se estratégias mais sofisticadas nas quais organização política e produção andam paralelamente. A predominância de ações desta ou daquela natureza é fundamental para a compreensão do impacto do PIMC como um todo na vida dessas mulheres.

O impacto mais concreto do PIMC é a cisterna, e conseqüentemente, o tempo economizado com a água na porta de casa. No entanto, a presença da cisterna deve ser analisada a partir das transformações materiais e simbólicas por ela trazidas. Sua construção vai além da existência de uma infra-estrutura hídrica, pois representa um instrumento de transformação das estruturas de reprodução; devendo, portanto, ser analisada a partir de seu duplo aspecto: *infra-estrutura hídrica* que permite o acesso descentralizado à água e *recurso didático* a partir do qual se articulam temas como direitos; divisão sexual do trabalho e empoderamento das mulheres.

Ainda no que se refere à cisterna, há que se ressaltar que, a despeito dos benefícios trazidos, ela não é condição suficiente para garantir o acesso à água, pois, como foi observado, nem sempre há água suficiente para enchê-la, além do que a padronização do tamanho do reservatório apresenta limitações que derivam das variações do regime de chuvas das diferentes microrregiões que compõem o Semi-Árido e do número de membros das famílias beneficiadas.

O uso da cisterna como reservatório para armazenar água de outras procedências, que não a água de chuva, pode ser visto como uma tecnologia que, a despeito de sua dependência dos fenômenos naturais diminui o trabalho das mulheres. Todavia, o preenchimento da cisterna por caminhões-pipa, cuja captação de água não obedece a um controle ou fiscalização, pode trazer problemas de saúde para os membros da família,

que resultarão em um trabalho adicional para as mulheres. Essas limitações não invalidam os resultados positivos trazidos pelo programa, ao contrário, reconhecê-las tem como objetivo potencializar o poder transformador do programa e minimizar as tendências de reprodução da ordem vigente.

Dentre as contribuições materiais e simbólicas trazidas pela construção da cisterna e seu consequente impacto sobre a vida das mulheres destaca-se a *economia do tempo*. De forma geral, o ganho de tempo representou um progressivo envolvimento dessas mulheres com atividades de outras naturezas ou mesmo uma maior autonomia das mesmas na gestão do tempo.

A análise da transformação das temporalidades sociais e a relação dessas com a construção de uma maior autonomia das mulheres sobre o seu próprio tempo não é tão natural quanto pode parecer, pois perpassa a desnaturalização do doméstico como espaço do feminino e exige uma complexa diferenciação entre *tempo doméstico* e *tempo privado*. O que evidencia os limites e potencialidades dos desdobramentos do programa para as transformações das relações de gênero.

No que tange às representações sociais em torno da água, é possível dizer que estas articulam o sagrado e o profano, por meio de imagens que evocam a água como *dádiva* e a água como *meio de produção* e/ou *insumo produtivo*, elucidando a plasticidade do elemento e também as condições de produção das representações sociais que o cercam. Aqui a natureza da organização gestora do programa assume caráter estratégico para a incorporação e implementação da perspectiva de gênero na comunidade local.

No caso das iniciativas analisadas, tanto a Cáritas de Pesqueira quanto o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Lagoa Seca reforçam a casa como o espaço central em torno do qual se organizam as atividades das mulheres. É nesse sentido que se pode afirmar que essas

organizações têm concepções sobre a questão de gênero que se distinguem, mas que se entrelaçam e se nutrem impactando as relações de gênero de maneira diversa, porém complementar.

Finalmente, não seria exagero ratificar que os resultados que emergiram dessa investigação, extrapolam a análise do estudo realizado, podendo ser incorporados como ferramenta de análise por meio da construção de uma Agenda Azul que contemple a perspectiva de gênero, contribuindo, assim, para a governança das águas e, conseqüentemente, para aumentar a efetividade de programas e políticas de água que têm como área de abrangência regiões áridas e semi-áridas caracterizadas pela pobreza.

Recomenda-se, portanto, uma maior atenção para inclusão dessa questão na agenda política de órgãos governamentais como a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, assim como por parte das agências internacionais como o UNIFEM. Afinal, como foi demonstrado, a formulação de políticas de água em regiões áridas ou semi-áridas interferem diretamente na vida das mulheres explicitando a relação entre gênero e água, ao articular as condições da reprodução em escalas de dominação que vão do nível internacional ao nível doméstico. Trata-se, portanto, de uma questão que atravessa contextos nacionais e regionais e se reproduz, aprofundando-se, nas relações de gênero. É nesse sentido que a incorporação da perspectiva de gênero na gestão das águas, para além de discursos politicamente corretos, mas vazios, surge como condição *sine qua non* para se falar de desenvolvimento, em contextos democráticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Abers, Rebecca. & Keck, Margaret. (2001). "Roteiro de Pesquisa e Mini-Manual de Técnicas" (mimeo).
- Abreu, Capistrano de. (2000). *Capítulos de História Colonial*. São Paulo: Publifolha - Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro.
- Ab'Sáber, Aziz Nacib. (1999). "Nordeste sertanejo: a região semi-árida mais povoada do mundo". In *Dossiê Nordeste Seco*, Estudos Avançados. Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Avançados, vol. 13, nº 36, maio / agosto. São Paulo: IEA.
- Alves, Elder. (2004). *A Configuração Moderna do Sertão*. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Sociologia. Brasília: UNB.
- Alves, José. (2001). *Relações Internacionais e Temas Sociais – A Década das Conferências*. Brasília: IBRI.
- Alexandre, Marcos. (2004). "Representação social: uma genealogia do conceito". *Comum*. Rio de Janeiro - v.10 - nº 23 - p. 122a 138 - julho/ dezembro.
- Amado, Janaína. (1995). "Região, Sertão, Nação". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.8, Nº 15.
- ASA. (2006a). Carta Política de Gênero. <http://www.asabrasil.org.br> página acessada em 25 de julho de 2009.
- _____. (2006b). Carta Política do IV ENCONASA. <http://www.asabrasil.org.br> página acessada em 25 de julho de 2009.
- Avritzer, Leonardo. (1993). "Além da Dicotomia Estado-Mercado". *Novos Estudos* nº36, São Paulo.
- Azevêdo, Fernando Antônio.(1982). *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Bacci, Denise. & Pataca, Eremelinda. (2008). "Água para Educação". *Dossiê Água – Estudos Avançados*, v.22, n.63, São Paulo.
- Bachelard, Gaston. (1972). "Conhecimento comum e conhecimento científico". In: *Tempo Brasileiro*. São Paulo, n. 28, p. 47-56, jan-mar.
- _____. (1977). *O Racionalismo Aplicado*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (1988). *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural.
- _____. (1996). *A Formação do Espírito Científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Barrère-Maurisson, Marie-Agnès. (1984). *Le Sexe du Travail. Structures familiales et système productif*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Barsted, Leila. (1995). O Direito Internacional e o Movimento de Mulheres. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ – PPCIS/UERJ, v. 3, n.1.
- _____. (2001). "Lei e Realidade Social: Igualdade X Desigualdade". In: CEPIA

(Org.) *As Mulheres e os Direitos Humanos – Traduzindo a legislação com a perspectiva de gênero*, Rio de Janeiro: CEPIA.

Bandeira, Lourdes. (2005). “Brasil: fortalecimento da secretaria especial de política para mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas”. In “A Pobreza e as Políticas de Gênero no Brasil”, *Mujer y Desarrollo*, Nº 66. Santiago: CEPAL.

_____. (1996). “A Incorporação do Enfoque de Gênero no PAISM”. Trabalho apresentado na Reunião sobre Incorporação do Enfoque de Gênero e Qualidade de Atenção nos Serviços de Saúde Reprodutiva, Aracaju, setembro.

Bandeira, Lourdes, Miele, Neide e Godoy, Rosa. (1997). *Eu marcharei na tua luta: a vida de Elizabeth Teixeira*. João Pessoa: Editora Universitária.

Bhabha, Homi. (2005). *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Boff, Leonardo & Boff, Clodovis. (1986). *Como fazer Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes.

Bourdieu, Pierre. (2000). *O Poder Simbólico*, Lisboa: Difel.

_____. (1998a). *La Domination Masculine*. Paris: Seuil.

_____. (1998b). *Contrafogos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____. (1997). *A Miséria do Mundo*. Rio de Janeiro: Vozes.

_____. (1989). *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. (1983). *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.

Boutros-Ghali, Boutros. (1996). *The United Nations and the Advancement of Women 1945-1996*. The United Nations Blue Book Series, Volume VI, New York: United Nations Department of Public Information.

Branco, Adélia de Melo. (2000). *Struggle and Visibility in Face of a Disaster Situation*. João Pessoa: Editora Universitária.

Brasil. (2009) Ministério das Relações Exteriores. Plano de Implementação de Joanesburgo.

< <http://www.mma.gov.br/estruturas/ai/arquivos/pijoan.doc>>. Acesso em 10 de março de 2009.

_____. (2007). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Metodologias e instrumentos de avaliação de programas do MDS: Bolsa Família, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional*. Rômulo Paes Sousa(org.); Jeni Vaitsman (org.). Brasília: MDS/SAGI.

_____. (2007b). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*. – N. 7. Brasília: MDS/SAGI.

_____. (2006). Ministério da Integração Nacional/Agência de Desenvolvimento do Nordeste. *Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste: Desafios e Possibilidades para o Nordeste do Século XXI*. Recife: MI/ADENE.

- _____. (2006b). Agência Nacional de Águas. *Atlas do Nordeste: abastecimento urbano de água*. Brasília: ANA, SPR.
- _____. (2006c). Tribunal de Contas da União. “Avaliação da Ação Construção de Cisternas para Armazenamento de Água/Tribunal de Contas da União”. Relator Ministro Guilherme Palmeira. Brasília: Secretaria de Avaliação e Fiscalização de Programas.
- _____. (2005). Ministério da Integração Nacional/ Agência de Desenvolvimento do Nordeste. *Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-árido*. Brasília: MI/ADENE.
- _____. (2003). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil*. Brasília: PNUD/IPEA.
- _____. (1998). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil*. Brasília: PNUD.
- Bursztyn, Marcel. (no prelo). “A Exclusão e o Local: tempos e espaços da diversidade social”.
- _____. (1984). *O Poder dos Donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Butler, Judith. (1990). *Gender Trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge.
- Calazans, Rejane. (2007). “Ambivalências: o Nordeste nas obras de Gilberto Freyre e Celso Furtado”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol.22, No.64.
- Capra, Fritjof. (1982). *O Ponto de Mutação*. São Paulo: Cultrix.
- Caputo, Stella. (2001). “Fotografia e pesquisa em diálogo sobre o olhar e a construção do objeto”. *Teias*, ano 2, n. 4, jul/dez, Rio de Janeiro.
- Cardoso, Gil. (2007). *A Atuação do Estado no Desenvolvimento Recente do Nordeste*. João Pessoa: Editora Universitária.
- Cardoso, Ciro. (1990). *Modo de produção asiático: nova visita a um velho conceito*. Rio de Janeiro: Campus.
- Cardoso, Maria Lúcia. (2003). *A Democracia das Águas na sua Prática: O Caso dos Comitês de Bacias Hidrográficas de Minas Gerais* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social/Museu Nacional, Rio de Janeiro.
- Carvalho, Otamar & Egler, Cláudio. (2003). *Alternativa de Desenvolvimento para o Nordeste Semi-árido*. Fortaleza: Banco do Nordeste.
- Carvalho, Otamar. (1988). *A Economia Política do Nordeste: seca, irrigação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Campus.
- Carrasco, Cristina (Org.). (1999). *Mujeres y Economía: Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Barcelona: Ed. Icaria – Antrazyt.
- Cascudo, Luís da Câmara. (1988). *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Belo Horizonte; Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo.
- Castro, Anna Maria de. (2003). *Fome, um tema proibido: últimos escritos de Josué*

de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Castro, Josué. (1967). *Sete Palmas de Terra e um Caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva*. São Paulo: Brasiliense.
- Cerdeira, Cleide. (2006). “Os primórdios da inserção sociocultural da mulher brasileira”. [S.l.: s.n., s.d]. <www.dhnet.org.br>. Consulta realizada em 28 de janeiro de 2006.
- Chacon, Suely. (2007). *O Sertanejo e o Caminho das Águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido*. Fortaleza: Banco do Nordeste.
- Chalmers, Alan. (1994). *A Fabricação da Ciência*. São Paulo: Editora UNESP.
- Cleaver, Frances. (2002). “Reinventing Institutions: Bricolage and the Social Embeddedness of Natural Resource Management”. *The European Journal of Development Reserach*, Volume 14, Number 2, December. New York: Routledge.
- Cohen, Jean & Arato, Andrew. (1997). *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press.
- CMASL. (2004). “As mulheres em defesa da água como direito humano”. São Paulo: Aliança Social Continental.
- CNBB. (2004a). *Texto Base da Campanha da Fraternidade de 2004 e Patrimônio Hídrico Brasileiro. Patrimônio Hídrico Brasileiro*. Consulta realizada em 14 de agosto de 2009 na página http://www.cnbb.org.br/ns/modules/mastop_publish/?tac=574.
- _____. (2004b). *Patrimônio Hídrico Brasileiro*. Consulta realizada em 20 de julho de 2009 na página http://www.cnbb.org.br/ns/modules/mastop_publish/?tac=574.
- Connell, Robert. (1985). “Theorizing Gender”. *Sociology*, 19 (2).
- Costa, Sérgio. (2003). “Sociedade Civil e Espaço Global”. [S.l.: s.n., s.d]. <www.dhnet.org.br>. Consulta realizada em 19 de dezembro de 2003.
- Coutras, Jacqueline. (2008). “Territoires du quotidien et espaces sexués”. In: *Espaces du Quotidien, Matériaux pour la recherche en sciences sociales, Strates n° 14*. Paris: CNRS/Ladyss.
- Cunha, Euclides da. (2000). *Os Sertões*. São Paulo: Publifolha, Coleção "Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro".
- DaMatta, Roberto. (1991). *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Demo, Pedro. (2000). *Metodologia do Conhecimento Científico*. São Paulo: Atlas.
- _____. (1995). *Metodologia Científica: em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas.
- Denzin, Norman. & Lincoln, Yvonna. (2006). *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed.
- Devreux, Anne-Marie. (2005). “A teoria das relações sociais de sexo: um um

- quadro de análise sobre a dominação masculina”. *Sociedade e Estado*, v. 20, n. 3, set./dez.
- _____. (1990). “La reproduction dês rapports sociaux de sexe”. In *À Propos des Rapports Sociaux de Sexe: parcours épistémologiques*. Paris: Centre de Sociologie Urbaine.
- _____. (1988). *La Double Production: les conditions de vie professionnelle des femmes enceintes*. Paris: Centre de Sociologie Urbaine.
- Delli Priscoli, Jerome. (1998). “Water and Civilization: Using History to Reframe Water Policy Debates and to Build a New Ecological Realism”. *Water Policy 1*.
- Douglas, Mary. (2004). *Como Pensam as Instituições*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Duque, Ghislaine. (2009). Da Abertura Democrática à Democratização Efetiva: a experiência da Articulação do Semi-Árido na Paraíba. Consulta realizada em 14 de julho de 2009 na página <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/ghislaine.pdf>.
- Durán, María Ángeles. (2007). *El Valor del Tiempo: cuantas horas te faltan al día?*. Madrid: Espasa Calpe.
- Durkheim, Émile. (1983). *As Regras do Método Sociológico*. In: *Durkheim, vida e obra*. Coleção “Os Pensadores”. São Paulo: Abril Cultural.
- Eichler, Margrit. (1997). “Feminist Methodology”. *Current Sociology*, n. 45.
- Faoro, Raymundo. (1999). *Os Donos do Poder*. São Paulo: Publifolha, Coleção “Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro”.
- Ferreira, Leila. (2004). “Idéias para uma Sociologia da Questão Ambiental: teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade”. *Desenvolvimento e Meio-Ambiente*, n.10, jul/dez. Curitiba: UFPR.
- Fraser, Nancy. (2001). “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça na era pós-socialista”. In: *Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora UnB.
- Finley, Moses. (1988). *Democracia: antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, Michel. (2005a). *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. (2005b). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- _____. (2004). *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- Freyre, Gilberto. (2001). *Casa-grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record.
- _____. (1977). *Sobrados e Mucambos: desenvolvimento do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio-INL.
- Freud, Sigmund. (2006). *O Mal-Estar na Civilização*. Rio de Janeiro: Imago.
- Furtado, Celso. (2000a). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Publifolha, Coleção “Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro”.
- _____. (2000b). *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo:

Paz e Terra.

- _____. (1989). *A Fantasia Desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1974). *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1961). *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- FWWF, Fourth World Water Forum. (2006). *Synthesis of the 4th World Water Forum*.
<http://www.worldwaterforum5.org/fileadmin/wwc/World_Water_Forum/WWF4/synthesis_sept06.pdf>. Acessado em 11 de março de 2009.
- Giddens, Anthony et Alli. (1997). *Modernização Reflexiva*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Giddens, Anthony. (2000). *A Terceira Via*. Rio de Janeiro: Record.
- _____. (1991) *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista.
- Ginzburg, Carlo. (2001). *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Girardi, Eduardo. (2008). *Proposição Teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua Aplicação no Desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira* (Tese de Doutorado). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- Granié, Anne-Marie & Guétat-Bernard, Hélène. (2006). *Empreintes et Inventivités des Femmes dans le Développement Rural*. Paris: Institut de Recherche pour le Développement/Presses Universitaires du Mirail.
- GWA, Gender and Water Alliance. (2009). *Sobre a GWA*.
<<http://www.pt.genderandwater.org>>. Acessado em 9 de março de 2009.
- GWP, Global Water Partnership. (2009). *A Water Secure World*.
<<http://www.gwpforum.org>>. Acessado em 9 de março de 2009.
- Haddad, Tathiana. (2007). *Diplomacia pública: a política externa brasileira e as ONGs na Conferência de Beijing (1995)*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Relações Internacionais, Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- Haraway, Donna. (1998). "Situated Knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective". *Feminist Studies*, 14, 575-599.
- _____. (1997). *Modest witness@second millenium: Femaleman meets Oncomouse*. New York: Routledge.
- Harding, Sandra. (1987). *Feminisms and methodology: Social science issues*. Bloomington: Indiana University Press, 181-190.
- Heilborn, Maria Luiza & Sorj, Bila. (1999). "Estudos de gênero no Brasil". In Miceli, Sérgio (org). *O que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. Volume 2 – Sociologia. São Paulo/ Brasília: Editora Sumaré/Anpocs/Capes.

- Heilborn, Maria Luiza. (1991). "Gênero e Condição Feminina: uma abordagem atropológica". In: *Mulher e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: IBAM/UNICEF.
- Holanda, Sérgio. (1999). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Honneth, Axel. (2003) *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34.
- Hoonart, Eduardo. (2006). *Crônicas das Casas de Caridade Fundadas pelo Padre Ibiapina*. Fortaleza: Museu do Ceará. Secretaria da Cultura do Estado do Ceará.
- ICFW, International Conference on Fresh Water. (2001). *Brief Conference Report including Ministerial Declaration, The Bonn Keys and Bonn Recommendations for Action*.
- < http://www.water-2001.de/outcome/reports/Brief_report_en.pdf >. Acesso em 9 de março de 2009.
- ICWE. (1992). Conferência Internacional de Água e Meio Ambiente, Dublin, Irlanda, 26 a 31 de janeiro. Disponível em: www.mma.gov.br. Acesso em: janeiro de 2009.
- IPEA. (2008). "Pnad 2007: Primeiras Análises – Saneamento e Habitação". Comunicado à Presidência, volume 5. Brasília: IPEA
- Iokoi, Zilda. (1996). *Igreja e Camponeses. Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo*. Hucitec/Fapesp: São Paulo
- Japiassu, Hilton. (1991). *As Paixões da Ciência*. São Paulo: Letras & Letras.
- Jalfim, Felipe. (2007) "Propuesta Teórico- Metodológica para el Estudio de la Cría de Gallina de Corral en Brasil: Un enfoque sustentable de la agricultura ecológica". Universidad Internacional de Andalucía. Universidad de Córdoba. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos. Baeza, Septiembre.
- Jodelet, Denise. (2002). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj.
- _____. (1984). "La representación social: fenómenos, concepto y teoría". In: Moscovici, Serge. *Psicología Social*. Paris: Press Universitaires de France,
- Kergoat, Danielle. (1998). "La Division Sexuelle du Travail Revisitée". In *Les Nouvelles Frontières de L'inégalité*. Paris: La Découverte.
- Lewis, Arthur. (1960). *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.
- Lefebvre, Henri. (2000). *La Production de L'Espace*. Paris: Anthropos.
- _____. (1980). *La Présence et L'Absence: contribution à la théorie des représentations*. Paris: Casterman.
- Leroy, Jean-Pierre & Soares, Maria Clara. (1998). *Bancos Multilaterais e Desenvolvimento no Brasil: dilemas e desafios*. Rio de Janeiro: FASE/IBASE.
- Lesthaegue, Ron. "The second demographic transition in western countries".

- Gender and Family Change in Industrialized Countries, Oxford: Clarendon Press, 1995.
- Lima, Gustavo. & Portilho, Fátima. (2001). "Sociologia Ambiental: formação dilemas e perspectivas". *Revista Teoria & Sociedade*, n.7, junho/2001, pp.241-276. Belo Horizonte: UFMG.
- Lowy, Michael. (1991). *Marxismo e Teologia da Libertação*. Cortez: São Paulo.
- Machado, Lia. (1994). "Campo Intelectual e Feminismo: alteridade e subjetividade nos estudos de gênero". *Série Antropologia*, n.170, Brasília: Ed. Universidade de Brasília.
- _____. (1992). "Feminismo, academia e interdisciplinaridade". In: Costa, Albertina & Bruschini, Cristina. *Uma questão de Gênero*. São Paulo: Ed. Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas.
- Macêdo, Márcia. (2007). "Gênero, família e chefia feminina: algumas questões para pensar". In: Borges, Ângela & Castro, Mary. *Família, Gênero e Gerações: desafios para as políticas sociais*. São Paulo: Paulinas.
- Macey, David. (2000). *Dictionary of Critical Theory*. Londres: Penguin Books.
- Malvezzi, Roberto. (2007). *Semi-árido - uma visão holística*. Brasília: Confea.
- Martins, José. (1997). "O significado da criação da Comissão Pastoral da Terra na história social e contemporânea do Brasil". In CPT, *A Luta pela Terra: a comissão pastoral da terra 20 anos depois*. São Paulo: Ed. Paulus.
- Marx, Karl. (2003). *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1998). *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes.
- Matos, Marlise. (2006). "A institucionalização do feminismo no Brasil. Os núcleos de estudos de relações de gênero e o feminismo como produtores de conhecimento: a experiência da RedeFem". In: Brasil. *Pensando Gênero e Ciência*. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas 2005, 2006/Presidência da República. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- Meadows, Donella. (1997). *The Limits to Growth*. São Paulo, Ed. Perspectiva.
- Meillassoux, Claude. (1975). *Femmes, Greniers & Capitaux*. Paris: François Maspéro.
- Melucci, Alberto. (2001). *A Invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes.
- Menezes Neto, Antônio. (2008). "As relações da igreja católica com os movimentos sociais do campo: a ética da teologia da libertação e o espírito do socialismo no MST". Artigo apresentado no VII ALASRU.
- Michels, Robert. (1982). *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Editora UnB.
- Moore, Henrietta. (1988). *Feminism and Antropology: The story of a relationship*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Morace, Sara. (1999). *Tercer Tiempo: mujeres, patriarcado y futuro*. Madrid:

Prospettiva Edizioni.

- Moraes, Maria Dione. (2002). “Novas dinâmicas territoriais no Nordeste: o novo Nordeste dos cerrados”. In: Sabourin, Eric & Teixeira, Olívio (Orgs.). *Planejamento do Desenvolvimento dos Territórios Rurais- conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília: UFPB/CIRAD/EMBRAPA.
- Morin, Edgar. (2004). *A Cabeça Bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Moscovici, Serge. (1985). “Introducción a el campo de la psicología”. In: Moscovici, Serge. *Psicologia social: influencia y cambios de actitudes, individuos y grupos*. Barcelona: Paidós.
- Moser, Caroline. (2000). “Planification selon le genre Dans le Tiers Monde: comment satisfaire les besoins pratiques et stratégiques selon le genre”. In: Bisilliat, Jeanne & Verschur, Christine. *Le Genre: Un Outil Nécessaire – introduction à une problématique. Cahiers Genre et Développement*, No.1. Paris: L’Harmattan.
- Murillo, Soledad. (2006). *El Mito de la Vida Privada: de la entrega al tiempo propio*. Madrid: Siglo XXI.
- NEAD. (2007). NEAD/MDA Apresenta Estudos Relacionados a Gênero e Questão Agrária em Sessões Especiais da Anpocs. Boletim Notícias Agrárias do NEAD/MDA. 29 de Outubro a 04 de Novembro de 2007. <http://www.nead.org.br/boletim/boletim.php?boletim=400¬icia=1881>
- Nicodemus, Marcela. (2005). “As Nações Unidas e a Promoção dos Direitos da Mulher: retórica ou realidade?” XLVIII Curso de Altos Estudos (CAE). Brasília: Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores.
- Nietzsche, Friedrich. (1999). *Genealogia da Moral – uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Nogueira, Daniela. (2009). “Le genre dans l'Agenda Social du Parti des Travailleurs”. *Cahiers d’Amérique Latine: Le Nordest de Lula*. Paris: IHEAL (no prelo).
- _____. (2004). *Participação e Reconhecimento na Organização Social em Torno da Gestão de Recursos Hídricos: uma análise comparada da Bacia do Rio das Velhas/MG e da Bacia do Rio dos Sinos/RS*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Ciência Política, Brasília: UnB.
- Novaes, Adauto. (1997). *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Oliveira, Francisco. (1981). *Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- OMM. (1997). Organização Meteorológica Mundial. *Comprehensive assessment of the freshwater resources of the world*. Genebra: OMM.
- ONU. (1992). Organização das Nações Unidas. *Declaração Universal dos Direitos à Água*. <http://www.un.org/>. Acessado em 10 de março de 2007.
- Pateman, Carole. (1993). *O Contrato Sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Pierucci, Antônio & Prandi, Reginaldo. (1996). *A Realidade Social das Religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec.

- PNUD. (2006). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *La Agenda Azul de las Mujeres*. Cidade do México: Instituto Mexicano de Tecnología del Agua.
- Polanyi, Karl. (2000). *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Prandi, Reginaldo. (2007). “As Religiões e as Culturas: dinâmica religiosa na América Latina”. Conferência Inaugural da XIV Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina. Buenos Aires, 25 a 28 de setembro.
- Prüss-Üstün, Annette et Al. (2008). *Safer water, better health: costs, benefits and sustainability of interventions to protect and promote health*. Organização Mundial de Saúde: Genebra.
- Pupo, Tânia. (2007). *As Metas do Milênio e as Mulheres*. < [http:// www.idis.org.br/](http://www.idis.org.br/) >. Acessado em 10 de março de 2009.
- Rahaman, Mizanur. & Varis, Olli. (2005). Integrated water resources management: evolution, prospects and future challenges. *Sustainability: Science, Practice, & Policy* 1(1):15-21. <http://ejournal.nbii.org/archives/vol1iss1/0407-03.rahaman.html>. Acessado em 10 de março de 2009.
- Ribeiro, Darcy. (1995). *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Rico, María. (1998). “Las mujeres en los procesos asociados al agua en América Latina. Estado de situación, propuestas de investigación y de políticas”. Unidad Mujer y Desarrollo, CEPAL, LC/R.1864, agosto.
- Rossi, Paolo. (1989) *Os filósofos e as máquinas*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Rousseau, Jean-Jacques. (1997). *O Contrato Social*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Sabourin, Eric et Al. (2005). “O Reconhecimento público dos atores coletivos da agricultura familiar no Nordeste”. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*. Brasília, v. 22, n. 2, maio/ago.
- Sabourin, Eric & Lazaretti, Miguel Ângelo. (2002). “Construção da Ação Coletiva nos Sindicatos Rurais Brasileiros: Aspectos Comparativos”. *Raízes*, Campina Grande, vol. 21, nº 01, jan./jun.
- Sabourin, Eric. (1999). “Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro”. *Raízes*, Campina Grande, vol. , nº 20, nov.
- Sachs, Ignacy. (2004). “Desenvolvimento e ética – para onde ir na América Latina? estratégias de desenvolvimento nacional na era da globalização” In: *Desenvolvimento incluyente, sustentável sustentado*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Universitária.
- Sader, Eder. (1995). *Quando os Novos Personagens Entram em Cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores de São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Saffioti, Heleieth (1995). “Enfim, sós: Brasil Rumo a Pequim”. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ – PPCIS/UERJ, v. 3, n. 1.

- _____. (1969). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São-Paulo: Quatro-Artes-INL.
- Sahlins, Michel. (2003). *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed..
- Santos, Milton. (2000). *Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- _____. (1994). *Técnica, Espaço, Tempo*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Sartori, Giovanni. (1994). *A Teoria da Democracia Revisitada*. São Paulo: Ed. Ática.
- Scott, Russell Parry. (2007). “Ruralidade e mulheres responsáveis por domicílios no Norte e no Nordeste”. *Revista Estudos Feministas*. vol.15 no.2 Florianópolis Mai/Ago.
- _____. (2002). “Mulheres chefes de famílias: estudos apresentados em associações acadêmicas nacionais”. Pré-evento *Mulheres Chefes de Família: Crescimento, Diversidade e Políticas*. Ouro Preto, CNPD/FNUAP/ABEP.
- Sen, Amartya. (2003). *O Desenvolvimento como Liberdade*. Sen, Amartya. Lisboa: Gradiva, Trajectos, 2003.
- Silva, Roberto. (2008). *Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. Fortaleza: Banco do Nordeste.
- Silva, Susana. (2000). “Os estudos de gênero no Brasil algumas considerações”. *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, Nº 262, novembro.
- Soares Neto, Percy. (2007). “Política Nacional de Recursos Hídricos: Aspectos e Provocações para Avaliação dos 10 Anos de Implementação”. Artigo apresentado no GT de Recursos Hídricos da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, Rio de Janeiro.
- _____. (2003). *Governança e Eco-comprometimento Promovendo Desenvolvimento Sustentável a partir da Gestão de Recursos Hídricos: o caso da Aracruz/ Unidade Guaíba e seus Stakeholders*. (Dissertação de Mestrado). Escola de Administração, Porto Alegre: UFRGS.
- Souza, Matilde de. (2003). *Solidariedade e interesses na gestão de recursos hídricos*. (Tese Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
- Stiglitz, Joseph. (1999). “The Role of Participation in Development”. *Development Outreach*. Verano. Banco Mundial, 1999.
- _____. (1998). “Em busca de um novo paradigma para o desenvolvimento: estratégias, políticas e processos”. Banco Mundial. Palestra proferida no UNCTAD, Genebra.
- Targino, Ivan. (2002). “A luta pela terra e os movimentos sociais rurais no Brasil”. *Raízes*, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 148-160, jan./jun.

- Therborn, Göran. (2006). *Sexo e Poder: a família no mundo 1900-2000*. São Paulo: Contexto.
- Thurler, Ana Liési & Bandeira, Lourdes. (2008). “As mulheres e a Constituição: ainda um processo de construção”. Texto preparado para intervenção no *II Seminário Internacional Estudos sobre o Legislativo – 20 anos da Constituição brasileira*, realizado pelo Senado Federal, Câmara Legislativa, Tribunal de Contas da União e Universidade de Brasília em setembro.
- Touraine, Alain. *O que é a Democracia?* Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1996.
- Tubert, Silvia. (2003). *Del Sexo al Género: los equívocos de un concepto*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- TWWF, The Third World Water Forum. (2003). *Summary Forum Statement*, <<http://www.world.water-forum3.com/en/statement.html>>. Acessado em 10 de março de 2009.
- Veras, Elias. (2008). “O lugar do jornal *A Voz da Religião no Cariri* no processo de Romanização do Catolicismo brasileiro - 1860-1870”. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro.
- Verschuur, Christine. (2006). “La construction d’un nouveau champ de saviors “genre et développement”. In: Granié, Anne-Marie & Guétat-Bernard, Hélène. *Empreintes et Inventivités des Femmes dans le Développement Rural*. Paris: Institut de Recherche pour le Développement.
- Zacarias, Soraya. (2007). *Gênero e Política na Contemporaneidade: a construção da identidade feminina nas relações internacionais*. (Monografia de Graduação). Departamento de Relações Internacionais, Brasília: IESB.
- Zwarteveen, Margreet. (2006). *Wedlock or Deadlock? Feminist’s attempts to engage irrigation engineers*. Wageningen UR.
- Weber, Max. (1999). *Economia e Sociedade* vol.2. Brasília: EDUNB.